

REVISTA

ContraPonto

Vol. 3

|

N.1

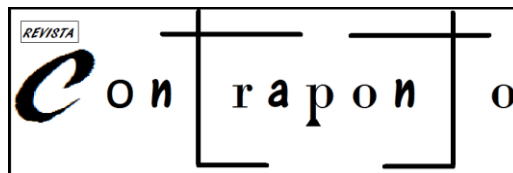
|

Jun. 2016



Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

ISSN: 2358-3541



Nº1, Jun 2016

Contraponto

ISSN 2358-3541



Universidade Federal do Rio
Grande do Sul (UFRGS)

Reitor

Carlos Alexandre Netto



Diretor

Soraya Maria Vargas Côrtes

Vice-diretor

Claudia Wasserman



Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Coordenador

Marilis Padilha Lemos

Editor-gerente

Gabriel Guerra Câmara
(Doutorado)

Comissão Editorial

Ricardo Cortez Lopes (Doutorado)

Gabriela Ramão de Freitas
(Mestrado)

Fernando Gonçalves de Gonçalves
(Doutorado)

Revisão Textual

Lis Yana de Lima Martinez

Revista Contraponto/Universidade
Federal do Rio Grande do Sul –
Porto Alegre, 2015

Semestral

1 – Sociologia-Periódico

A imagem da capa é gratuita e está
disponível em: <http://www.public-domain-photos.com/landscapes/mountains/mountain-114-1.html>

SUMÁRIO

EDITORIAL.....	5
-----------------------	----------

ARTIGOS.....	8
---------------------	----------

Batalhando no Mercado: arte, ritual e performance em jogos de MCs.....	10
---	-----------

José Luís Abalos Junior, Fátima Sabrina da Rosa

Ascensão social pelo consumo e projeção internacional do Brasil no Governo Lula.....	27
---	-----------

Adriano Gustavo Zerbielli

A biopolítica nos concursos para professor da rede pública.....	55
--	-----------

Daniilo Marques-Silva, Heloisa Silva O. Gomes

O pentecostalismo no Brasil: uma reflexão sobre novas classificações.....	86
--	-----------

Mariana Reinisch Picolotto

Aplicação da Análise CVL em Conjunto com a Departamentalização: Um Estudo de Caso em um Supermercado Catarinense.....	116
--	------------

Adir Zwirtes, Cleber Marcos Rodniski, Dernice Regina Schneider, Isabel Borges Vieira Acosta Tabarez

Burocracia de nível da rua, valores e crenças na implementação de políticas públicas.....	151
--	------------

Sara Talice Santos Barros

Alvo público e público-alvo: reflexões sobre juventudes e políticas de segurança pública.....196

Lívio Silva de Oliveira

Contradições da prática jornalística: entre a (persistente) ideia de "objetividade" e a "construção social da notícia".....175

Eduardo Georjão Fernandes

Controle de constitucionalidade em uma perspectiva socioantropológica: legibilidade pública de uma controvérsia e implicações do “efeito-estado”.....229

Jorge Helius Scola Gomes

As Escolas de Formação de Praças da Brigada Militar: Direitos Humanos e a socialização secundária.....259

Geverson Aparício Ferrari

EDITORIAL

É com prazer e entusiasmo que trazemos ao leitor o presente volume da Revista Contraponto, o quarto de sua breve história. O papel do conhecimento ganha cada vez mais destaque, neste mundo de constante transformação. Nossa revista se propõe a divulgar alguns trabalhos representativos desse empreendimento ambivalente e fascinante que é as Ciências Sociais. Apesar do valor que o conhecimento cada vez mais adquire nas sociedades modernas, distorções advindas de critérios de produtivismo e ranqueamento cientométrico, mesmo tendo possíveis utilidade e valor, geram a pouca valorização dos trabalhos produzidos por estudantes de pós-graduação. Acreditamos, então, que espaços como a Revista Contraponto se fazem cada vez mais necessários para a divulgação de pesquisas de qualidade produzidas por pós-graduandos na área de Ciências Humanas e Sociais.

Para dar conta da diversidade de temas, teorias e objetos que, invariavelmente, acompanham as pesquisas em nossa área, apresentamos aqui uma edição com temática livre. Apesar da multiplicidade de assuntos abordados, a qualidade é um aspecto que traz unidade aos artigos por ora apresentados. Também acreditamos que, desta maneira, teremos a eficiência de contemplarmos melhor as singulares demandas de nossos leitores. Os textos são resultado de pesquisas tanto empíricas quanto teóricas de grande rigor e acurácia.

O artigo que abre este número, **Batalhando no Mercado: arte, ritual e performance em jogos de MCs**, de autoria de José Luís Abalos Junior e Fátima Sabrina da Rosa, faz uma importante discussão sobre a manifestação cultural da “Batalha do Mercado” em Porto Alegre, combinando etnografia e antropologia visual.

O artigo de Adriano Gustavo Zerbielli, **Ascensão social pelo consumo e projeção internacional do Brasil no Governo Lula**, por sua vez, através de uma pesquisa bibliográfica, partindo do campo das relações internacionais, argumenta que a inclusão social ocorrida na

década passada permitiu ao Brasil não só crescer internamente, mas, também, se destacar internacionalmente, principalmente nos organismos multilaterais dos quais participa, como em alianças internacionais, e.g. os BRICS ou o IBAS.

O artigo de Danilo Marques-Silva e Heloisa Silva O. Gomes, **A biopolítica nos concursos para professor da rede pública**, cujos autores são oriundos das áreas de geografia e das ciências sociais, faz uma interessante análise documental com processos judiciais sobre reprovações em exames médicos em concursos para professores sob a luz da teoria do biopoder.

Mariana Reinisch Picolotto em **O pentecostalismo no Brasil: uma reflexão sobre novas classificações** traz à luz uma reconstituição histórica sobre o pentecostalismo evangélico no Brasil, nos Estados Unidos e na Suécia, seguida de uma etnografia em uma igreja pentecostal brasileira situada em Porto Alegre.

Já Adir Zwirtes, Cleber Marcos Rodniski, Dernice Regina Schneider e Isabel Borges Vieira Acosta Tabarez, no artigo **Aplicação da Análise CVL em Conjunto com a Departamentalização: Um Estudo de Caso em um Supermercado Catarinense**, da área de ciências contábeis, por seu turno, fazem uma rica análise de caso, com a utilização de uma série de técnicas de pesquisa, sobre a assim chamada “análise CVL” e a departamentalização em um supermercado de Santa Catarina.

A socióloga Sara Talice Santos Barros, em seu artigo **Burocracia de nível da rua, valores e crenças na implementação de políticas públicas**, analisa os efeitos dos valores e ideologias de agentes públicos sobre a implementação de um serviço de atendimento a mulheres vítimas de violência.

Dando sequência aos artigos produzidos por sociólogos, Lívio Silva de Oliveira em **Alvo público e público-alvo: reflexões sobre juventudes e políticas de segurança pública** nos apresenta a complexa relação entre políticas públicas de segurança e juventude, mobilizando uma série

de conceitos e abordagens sociológicas úteis para compreender esta relação complexa.

Também sociólogo Eduardo Georjão Fernandes, no artigo **Contradições da prática jornalística: entre a (persistente) ideia de "objetividade" e a "construção social da notícia"**, estuda a prática jornalística de três jornais de Porto Alegre, a partir de pesquisa documental e entrevista com jornalistas, e mostra, com seu artigo, que conceitos como o de "objetividade" são insuficientes para dar conta do fenômeno, apresentando-nos a ideia de "construção social da notícia".

Voltando à área de antropologia, Jorge Helius Scola Gomes, no artigo **Controle de constitucionalidade em uma perspectiva socioantropológica: legibilidade pública de uma controvérsia e implicações do "efeito-estado"**, nos apresenta uma inovadora interpretação antropológica baseada em pesquisa documental sobre as controvérsias judiciais envolvendo o sacrifício de animais em rituais religiosos no Rio Grande do Sul.

No artigo que fecha esta edição, Geverson Aparício Ferrari, do campo da sociologia da violência, comenta sobre **As Escolas de Formação de Praças da Brigada Militar: Direitos Humanos e a socialização secundária**, explana sobre a Brigada Militar e a socialização secundária: docilizando o corpo para dominar a mente, resultado de uma pesquisa empírica qualitativa que lançou mão de técnicas como grupos focais e entrevistas abertas, com posterior análise com o software de análise de dados não estruturados NVIVO. O software buscou entender como os direitos humanos são percebidos em escolas de formação da Brigada Militar gaúcha e o papel que essas ideias cumprem, assim, na formação dos novos policiais militares.

O conhecimento, por sua natureza, tem uma potencialidade infinita de multiplicação, ao contrário dos outros bens. Quando duas pessoas trocam ideias, ambas saem mais ricas do que antes, com duas ideias ao invés de uma. Ou seja, quando trocamos ideias, sempre temos um jogo de soma positiva acontecendo. É esse papel que esperamos que o quarto

volume da Revista Contraponto cumpra. Com os relevantes trabalhos aqui apresentados, esperamos poder contribuir para que as interfaces entre a Sociologia e as demais áreas das Ciências Sociais venham a se enriquecer e suplementar a divulgação do conhecimento produzido na Academia.

Assim, desejamos a todos uma ótima leitura!

Editores deste volume (Gabriel Guerra Câmara, Ricardo Cortez Lopes, Gabriela Ramão de Freitas e Fernando Gonçalves de Gonçalves)

ARTIGOS

Batalhando no Mercado: arte, ritual e performance em jogos de MCs.

Jose Luis Abalos Junior¹

Fátima Sabrina da Rosa²

Resumo

Este trabalho é produto das reflexões sobre arte e performance dentro da Antropologia, tendo como objeto de pesquisa um evento específico denominado “Batalha do Mercado” ligado à cultura hip hop em Porto Alegre. Primeiramente, refletimos sobre a trajetória de Madyr, o “Amarelo”, um MC que faz recombinações musicais reinventando não só sua musicalidade, mas também seu campo cultural. Posteriormente, descrevemos este jogo envolvente como um processo ritual e um espaço de performance em que o MC, através de duelos verbais, explicita inúmeras questões de identificação. Assim, utilizamos como ferramenta visual uma série de imagens produzidas pelo Coletivo de Fotografia Callejera de Porto Alegre, parceiros na construção deste trabalho. Ao analisar essa manifestação artística e cultural, estabelecemos um diálogo entre a arte como objeto de análise antropológica e os duelos entre MCs como uma performatização da cultura hip hop.

Palavras-chave: Hip Hop, Identidade, Globalização, Arte, Cidade.

Introdução

Nas últimas décadas, o cenário da arte de rua e da cultura hip hop no Brasil tem chamado a atenção para suas produções, tanto no que diz respeito à sua popularidade, principalmente entre o público juvenil territorializado em periferias, quanto nos espaços acadêmicos onde tem se tornado objeto de análise de pesquisadores nas áreas de artes e urbanismo, bem como nas Ciências Sociais e Humanas. Como parte nesse processo de difusão e continuidade do movimento, jovens MCs elaboram eventos em que o RAP ganha

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social PPGAS/UFRGS

² Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unisinos.

espaço de destaque na rua, a partir de “duelos” (entre rimadores) chamados de “Batalhas”. Forjadas inicialmente no eixo Rio-São Paulo, as Batalhas de MCs se expandiram criando uma rede de rimadores que surgem nos eventos realizados nas suas cidades. No Rio Grande do Sul, esse evento acontece no último sábado de cada mês, nos arredores do Mercado Público de Porto Alegre, mais especificamente à frente da “Praça XV”. Reunindo MCs e espectadores de diferentes zonas da capital, além de jovens que vêm de cidades próximas, organiza-se, na rua, a Batalha do Mercado.

Nesse evento, reúnem-se os MCs para estabelecer duelos de rimas em meio a um contexto estruturado para essa apresentação ou representação.

Madyer: Trajetória e identidade cultural em um MC da Batalha do Mercado

Através de uma reportagem do Jornal Diário Gaúcho, conhecemos a figura central que conduziria a observação do fenômeno das Batalhas: O MC Madyer, cuja trajetória estava descrita na pequena reportagem, nos demonstra um perfil fundamentalmente híbrido, isto é, o MC parece combinar vários elementos culturais, podendo ser visto como um exemplo do que Hall (2001) entende por identidades da pós-modernidade. Madyer Fraga, mais conhecido como “MC Amarelo”, é branco, tem 17 anos e mora no bairro Bom Jesus (a “Bonja”) em Porto Alegre. Carrega consigo uma expressividade associada à determinada cultura negra sobre a qual comentou um tempo depois que começamos a acompanhá-lo. Nossa curiosidade se voltava para saber em quais ambientes recebera sua formação e quais são as redes de

sociabilidade atuais. Acompanhar a trajetória de Madyer pareceu uma interessante estratégia para capturar certa lógica das infraestruturas dos fluxos culturais (HANNERZ, 1992) marcadas no seu cotidiano que fazem com que se desenvolva certa relação entre local e global, na sua narrativa, bem como um processo de subjetivação envolvido numa multiplicidade de agenciamentos, no qual Madyer é estruturado e estruturante.

Ao longo do curto acompanhamento que realizamos com o consentimento do nosso interlocutor, começamos a nos perguntar acerca das comunidades antropológicas e das maneiras de pensar e viver que emergiam na onda dessa cultura do hip hop em Porto Alegre. A reportagem que saiu no dia 14 de Março de 2014 trazia o seguinte título “Madyer Fraga é a nova geração do RAP: ousadia e RAP com Milonga” e chamava atenção principalmente por ressaltar uma dicotomia entre a Milonga, associada a um estilo regionalista e tradicional de música, e o RAP ligado a uma modernidade e globalidade musical. Então, o que Madyer, de certa, forma operacionaliza através da música não é somente uma articulação entre dois estilos de musicalidade distintos, e sim um diálogo interessante entre tradição e modernidade, cultura global e local.

Figura 1:
Madyer Fraga, o
MC Amarelo, em
reportagem do
jornal Diário
Gaúcho.



Madyer começou a escrever poesia e a rimar (Freestyle) desde muito novo através dos espaços de sociabilidade que frequentou na infância. Em parte das suas influências, temos a figura do pai que sempre ouviu música tradicionalista em casa e tem uma identificação com a cultura gaúcha. Entre a casa e a rua, o tradicionalismo gaúcho e o RAP contemporâneo, ganhou sua primeira batalha de MCs no seu bairro, cerca de um ano antes da reportagem. Madyer nos conta: “No início, meu pai não me deu apoio. A ideia de eu gastar boa parte do meu tempo me dedicando a aprender a rimar e escrever não era legal *pra* ele”. O apoio familiar veio quando, através do contato deste jovem com um determinado produtor musical do centro de Porto Alegre, realizaram as primeiras gravações. Sendo assim, Madyer é subjetivado tanto pela experiência musical que teve em casa, quanto pela que teve na escola. Na “zona intersticial” (HANERZ, 1992) de um e outro produziu canções como “Chama Criola” que articula musicalmente o tradicionalismo gaúcho e o RAP. Segue uma estrofe da música na qual denota certo processo de subjetivação associado à busca de uma originalidade:

“Amadureci, cresci, evoluí. Madyer vulgo amarelo,
sementes plantadas no caderno.
Interesse e azar não preciso, lágrima e o mar trocada
por um sorriso.
Sabedoria na caneta, aguerrido na batalha a gente
entra.
Faça tua trilha, insista na vida, sem mistério rima ao
jeito gaudério.
Não tendo medo de cara feia, e jamais eu fujo da
peleia.
Três letras estilo musical, diferença vem em ser
original.”
(Música “Chama Criola”, Madyer Fraga)

É neste lugar de fronteira que surge o sujeito pós-moderno, dito como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. “A identidade torna-se uma 'celebração móvel': formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 1987). Para esse autor, a identidade pode ser estratégica, uma forma de narrativa do sujeito, na qual pode lançar de diferentes cortes culturais para representar-se. Dentro da concepção da pós-modernidade, o sujeito assumiria identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente. Pode-se entender como pós-modernidade não um corte temporal, mas uma percepção específica sobre a configuração de movimentos e identidades que se fazem para além de binarismos e referentes de classe.

Para Ruben Oliven, identidades precisam ser moldadas através de vivências cotidianas, por isso que a família, os amigos de rua e a escola são comunidades afetivas de primeira ordem. Embora identidade seja uma entidade abstrata, ela é uma propriedade distintiva que diferencia e identifica grupos sociais.

Além disso, identidade é um termo que a rigor não surge inicialmente nas Ciências Sociais, mas na Psicologia, como algo individual sendo adiante adotado pelas Ciências Humanas. Pode ser associado ao que Simmel (1987) nomeou como processo de individualização. Influenciando, tanto psicólogos quanto sociólogos nos estudos da Chamada Escola de Chicago, a teoria da individualização de Simmel seria fundamental para compreender a identidade dos sujeitos contemporâneos situados, para o autor, no cruzamento de seus círculos sociais. Assim, um sujeito seria tanto mais individualizado quanto mais grupos tivesse como referentes de sociabilidade.

Para além da sua influência na produção de identidades individualizadas, é importante, nesse debate, pensar o conceito de “hibridez” (HANERZ. 1978) como organizador de coletividades culturais: Ser um sujeito híbrido é estar na “margem”. Sendo essa a interpretação contemporânea das recombinações culturais trazidas pela globalização, pode-se ver a hibridização como uma fonte de inovação cultural. A conjunção de diferentes culturas seria catalisadora da criatividade cultural e daí surgiria um genuíno terceiro sistema sociocultural, fruto do processo de difusão, englobando duas partes, mas sem eliminar os traços de cada uma. Obviamente, o conservadorismo surge como resistência, mas este não pode ser motivo para o fim das recombinações culturais.

Uma convergência entre teoria e empiria que podemos constatar deste acompanhamento é a de que, de fato, o mundo globalizado não está caminhando para uma cultura única. A atividade cultural que Madyer desempenha é a de agente da hibridização e proliferação de formas musicais atreladas a todo um sistema simbólico de valores e práticas. Dessa forma, este interlocutor possui um perfil híbrido articulando formas musicais distintas e reivindicando assim uma experiência cultural ao seu próprio modo. A cultura Hip Hop, como elemento global, não disputa valor com as experiências que Madyer teve em sua comunidade de afetos de primeira ordem na família e na rua, mas complementa-se com elas.

Sua criatividade e seus desejos requerem formas analíticas capazes de abordar a singularidade da pessoa em meio à pluralidade do cenário cultural em que está inserida. Assim, um dos efeitos da globalização é a recriação do local, mas não em forma de imposição. A globalização do hip hop não deixa todos MC's iguais: Com a mundialização da informação, os MC's, como Madyer,

ênfatizam mais suas peculiaridades e isso não indica necessariamente um desligamento do global: as duas formas convivem. A “hibridização cultural” é a chave do trabalho de Madyer que não se encontra musicalmente nem no tradicionalismo gaúcho nem no RAP tradicional. Assim fazendo, representa a cultura como potencialmente inesgotável e torna-se o autor de si mesmo.

A batalha como um ritual: narrativas visuais de performance

A Batalha do Mercado é uma espécie de festival, inserido em um circuito cultural nacional, em que a cultura hip hop recebe lugar num espaço central da cidade de Porto Alegre. A partir de alguns textos sobre arte e antropologia, argumenta-se sobre a possibilidade de analisar esse evento tendo como aporte a noção de performance, a qual pode ser caracterizada como modo vivo de comunicação oral e poética. (ZUMTHOR, 1995). Segundo Passeti (2008), Lévi-Strauss argumenta que a arte é uma esfera fundamental da cultura e, portanto, oferece pontos sensíveis e linguagens que a aproximam do seu objeto fundamental, o entendimento do domínio da cultura sobre a natureza.

Depois de localizar nas redes sociais a página do evento, entramos em contato com a organizadora do mesmo: trata-se de Aretha, que é negra, mora e sempre morou no bairro Lomba do Pinheiro e disse querer entrar na universidade no ano seguinte à entrevista.

Já, no evento, percebemos pouco trânsito de pessoas de grupo para grupo, parecendo que eram de locais distintos e que não se conheciam, evidenciando certa pluralidade de grupos ali presentes. Outra situação em que nos deparamos foi que a maioria dos MCs se diziam novatos. Voltando a falar com Aretha, essa nos

disse que realmente, em toda batalha, chega muita gente nova, tanto como público quanto como MC para duelar. Dentro do público presente, comentou que muitos não eram MCs, eram Rappers que curtiavam a Batalha. Esses faziam letras e eram "do papel e da caneta", mas não sabiam fazer o "Freestyle". Ficaria a cargo dos MCs o ato da rima e do estilo livre que caracteriza os jogos das batalhas de MCs. Aretha falou um pouco das batalhas que inspiraram a do Mercado de Porto Alegre: primeiramente, a de "Santa Cruz", em São Paulo, onde surgiram Mcs famosos como "Emicida" e "Criolo", e, posteriormente, a "Batalha da Leste" que, de fato, inspirou muito ela a organizar a do Mercado. Nesse sentido, há certa rede de batalhas da qual a do Mercado representa Porto Alegre.



MCs em momento de performance na Batalha do Mercado. Imagem: Coletivo de Fotografia Cellejera 2014.

Através de uma dicotomia entre e estrutura e anti-estrutura, Turner (1974) pensa a sociedade como tensão: de um lado, relações sociais e status sociais que se produziram através de institucionalizações; de outro, a *communitas* que é a anti-estrutura, a

compaixão, a espontaneidade. Neste sentido, a “liminaridade” seria o momento no rito de passagem em que o sujeito foi sacado da estrutura e se encontra num período sem estatuto, no qual sua experiência será tal que ele poderá ser reintegrado à estrutura, tendo agora outro papel social. Um exemplo de associação com o objeto de análise é uma “pré-batalha” que acontece anteriormente ao duelo de fato começar. Ela seria uma estrutura preliminar ocorrida alguns minutos antes da batalha “oficial”. Nela participam os MCs novatos (neófitos) na “arte do improviso”. Com o objetivo de fazer um bom jogo de rima, estes MCs iniciantes organizam um ambiente anterior à Batalha do Mercado onde se preparam. Esta pré-batalha acontece em um espaço diferente (do outro lado da praça) e envolve o que podemos chamar de “MCs limiars”: aqueles que estão entre a escrita (Rappers) e o duelo verbal (MCs). Neófitos neste espaço da pré-batalha, organizam um campeonato de rima à parte, no qual compartilham regras, normas e valores distintos da batalha oficial. Na pré-batalha é permitido gaguejar, parar no meio da rima e ter acompanhamento rítmico de bit-box (sons de batidas produzidos oralmente).

Chegada a hora da Batalha do Mercado, o público se dirige ao centro do espaço da praça formando uma grande roda onde Aretha fica no meio junto com os MCs que vão batalhar. A organizadora tem certa experiência no papel que desempenha e estabelece algumas normas: 1) o público deve ficar em silêncio evitando papos paralelos que atrapalhem o som das vozes dos MCs batalhando, essas conversas desconcentrariam os MCs no momento de fazer o melhor *freestyle*; 2) Os MCs que batalham devem falar alto e em bom som, pois não há microfones e nem som de batida de acompanhamento; 3) a roda central, espaço de ocupação dos MCs que duelam deve ser grande e estar sempre aberta, sendo que a todo momento há

gritos de “abre a roda”, explicações vistas de maneira sexualizada por muitos e motivo de piadas no grupo. Parece que o momento da batalha é um momento de união dos diferentes coletivos que ali estão.



Momento inicial em que os MCs se preparam pra duelar na Batalha do Mercado. Imagem: Coletivo de Fotografia Cellejara 2014.

Curiosamente, antes de iniciar a Batalha, o público todo começa a manifestar a palavra “sangue”, por vezes “sangre”, em forma de preparação para os enfrentamentos. Isso parece fazer parte de um modo de “esquentar o clima”, pois os MCs ficam mais “pilhados”, explicou Arthur, que acompanhava a tudo ao nosso lado. A vitória de um ou outro MC se dá no grito do público. Logo que termina a batalha, Aretha pede apoio para um dos candidatos e o público responde com sons verbais como “uouu” e o que tiver mais aceitação ganha. Outra regra é a de que quem termina um “round” começa o próximo. São dois rounds se o mesmo MC for o ganhador nos dois. Caso contrário, há um terceiro round em que Aretha sempre provoca o público na hora da dúvida: “apoio *pra* terceira?”.

Nesse sentido, seria arbitrário analisar a Batalha do Mercado tendo como fonte única o caráter poético das rimas, já que essa manifestação artística não pode ser desconectada do contexto em que emerge, condensando em si uma performatização que reúne elementos não só musicais, mas de ordem poética, teatral e, de certa forma, esportiva. Além disso, a ideia de “representar” aparece muito nas rimas e falas dos MCs, mas escapa tanto ao sentido de representação como liderança de um grupo, quanto como encenação de um papel. Logo, a ideia de “representação” nesses jovens pode ser associada à noção de performance, se pensarmos que as rimas e a forma com que dispõem o corpo para a batalha demonstram uma aproximação com uma teatralização da cultura hip hop e do contexto da periferia, mas, ao mesmo tempo, ao improvisarem rimas expõem o fato de que fazem mesmo parte do sistema de linguagem que representam.

Performance, para Zumthor (2000), é um saber/ser, uma presença onde se encontram uma ordem de valores em um corpo-vivo. A presença de um corpo é o elemento irreduzível da performance, é o que sobra se limparmos as diferentes caracterizações que existem para a palavra. Ela significa um corpo de valores pré-existent, mas não é uma representação e, sim uma incorporação de uma forma específica de ser. “A performance, realiza, concretiza, faz passar algo que eu reconheço, da virtualidade à atualidade” (ZUMTHOR, 2000, p.31). Além disso, a performance afeta um conhecimento dado, ela é inteligível para que seja reconhecida como parte de uma cultura, mas ao comunicar algo ela modifica o conteúdo do conhecimento onde emergiu. “Cada performance nova coloca tudo em causa. A forma se percebe em performance, mas a cada performance ela se transmuda”. (ZUMTHOR, 2000, p. 33)

Nesse sentido, os MCs estariam performando e ressignificando a Batalha do Mercado e, como consequência, a cultura hip hop na cidade a cada *round* disputado. Também é possível relacionar essa situação de pesquisa ao conceito de performance trazido por Richard Scherchner (2011), pois, para o autor, existe um processo ritual onde há ruptura, crise, ação reparadora e reintegração.

Uma das coisas essenciais na performance é o espaço da mesma. Na grande roda onde acontecem as batalhas de fato, não é permitido errar sob pena de ser malvisto por aqueles que são os expectadores e ao mesmo tempo jurados do evento. Logo, para aliviar as tensões ou, ao contrário, para aquecer o clima da Batalha, organiza-se como se fosse “nos bastidores” uma espécie de “ensaio” que prepara os MCs para o duelo na parte central da praça. Nesse sentido, cabe lançar mão de um trecho do diário de campo sobre a pesquisa para análise:

“Antes de a batalha começar, eram 22h e 25mim, começou uma roda de Mcs em um canto da praça. Tratava-se do que se pode chamar de “pré-batalha” onde alguns Mcs já inscritos que iam duelar, estavam rimando. Junto a eles estava Arthur, um Mc que trazia consigo uma caixa de som na qual havia uma batida em que os MCs ao rimar entram no ritmo. Tais jovens eram novatos na “arte do improvisado” e articulavam esse espaço anterior a batalha para se conhecerem e para treinar possíveis rimas que podiam aparecer no momento do combate oficial. O local era de muito baixa luminosidade, fato que fazia com que os rimadores carregassem consigo uma lanterna do seu celular direcionando-a para seus rostos. Tal luminosidade dava um aspecto um tanto especial as questões do olhar e do movimento facial “iluminado”, fato que os faziam gesticular movimentos com a cabeça e as mãos no momento da rima.”



Imagem: Coletivo de Fotografia Callejera 2014.

Para Tambiah (1997) são vários os fatores que caracterizam a performance. A importância da audiência relacionada à abordagem de Goffmann em que há certa teatralidade ritualística pode ser relacionada com a Batalha do Mercado. Pensar, agir e produzir eficácia são elementos relacionáveis nesse ritual contemporâneo. No que se refere a produzir eficácia, o autor fala em “trazer coisas com as palavras”. Em um duelo onde o vencedor é escolhido pela sua capacidade de improvisar versos e rimas no Freestyle a relação parece válida: quanto mais elementos discursivos atraentes ao público, ou seja, que compartilhem os mesmos códigos, mais este MC terá a esperada aprovação coletiva. Um outro elemento é a estratégia de produzir experiências. Não raras vezes, MCs no momento do combate usam do sorriso, por vezes expresso verbalmente através do riso, para tirar a atenção/desqualificar a rima do seu combatente. Tais elementos são perceptíveis quando o MC

Marlon e o MC Espanto batalharam. Segue a transcrição das rimas realizadas após a captação de áudio:

MC Marlon: Então se tu *quiser* melhorar, pode dar um tempo e voltar pra tua casa pra decorar. Por que isso ta uma bosta, teu *free*, te liga só parceiro, sai daqui, parece uma boca de bueiro só sai bosta. Essa é minha resposta e ela é merda quente na tua cara. Não sei por que tu *apareceu*, tu não é nem MC. Volta *pra* tua UFRGS racional. Eu sou da rua parceiro, sou muito mais convencional. Sou treinado. Te liga só você é assassino, vou te traficar. Então você é um bandido mal vindo.

Público: Sangue, sangue, sangue.

MC Espanto: Eu começo é de pira aqui, vou começar *pra* mostrar que eu sei fazer ataques. Sai da minha frente tu é “marramelão” ai tu *vai* cair é de cara aqui no chão. Vou te estraçalhar e é de verdade, iraquiano com a qualidade. Tiro na cabeça, sai da minha frente, que tu não merece ser chamado de MC. Vou mostrar quem é verdadeiro chegando por aqui. Batalha do Mercado não sei por que tu *colou*, por que tu só *faz* rima na baia, na frente do ventilador. Então sai da minha frente vou te mostrar que o pensamento é muito mais que quente.

Conforme Zumthor (1995), poesia e performance se encontram no sentido da ritualidade que está presente nas duas. Além das rimas, todo esse processo no qual se desenvolve uma batalha revela o caráter ritualístico que lhe é concernente. Há diferentes posicionalidades para as partes envolvidas, MCs, Mestres da Batalha e público já têm anteriormente um código interpretado que dirige suas ações no acontecimento das Batalhas. Aos MCs cabe interiorizar o papel desempenhado do desconstruir “a moral” do oponente e mostrar um combinado de agressividade, astúcia e controle; aos mestres cabe intermediar o conflito, um papel que

parece, ao mesmo tempo, o de um apresentador de talentos e o de um juiz em um ringue de box. Quanto ao público, esse parece o elemento central para o qual se dirige toda a linguagem ritualística. São os gritos de “sangue” que insuflam e cobram dos MCs agressividade, sendo fundamentais para o início da Batalha, mas também é o aplauso e a opinião do público presente que produz o desfecho do conflito.

Em cada “round” os MCs executam as rimas de acordo com o que eles percebem que o público quer ouvir, inclusive, insultos clamados pela relação entre MC’s e público. Nessa forma de sociabilidade, deve haver capacidade por parte do MC de se adaptar aos gostos do público, e é isto que assegura as formas de aprovação. É por agradar ao público que o MC obtém o seu reconhecimento, o que é condição para sua sociação com outros MC’s e com a plateia. Esse caráter de reciprocidade com o público é fundamental para caracterizar a performatização, pois Zunthor (2000) acredita que é a partir da recepção da performance que podemos compreendê-la. As leituras de cada tipo de obra de arte suscitam modos específicos e disposições para a recepção de seus conteúdos, e o público das Batalhas não só incorporou as disposições necessárias à compreensão da linguagem como também já ditam a forma e o conteúdo da mensagem emitida.

No que se refere ao jogo de rimas na “arte de duelar com palavras” há diversos estudos e, inclusive, uma linha de pesquisa dentro da antropologia que se debruça a entender esse tipo de fenômeno social. Uma visão geral de jogos de duelos verbais aponta que estes se caracterizam pela agressividade e pela troca de insultos como meio de sociabilidade. Marco Jacquemet, em uma revisão de conflitos verbais para a *Encyclopedia of Language and Linguistics*, define duelos verbais como “o câmbio competitivo de

insultos geralmente obscenos entre pelo menos duas partes" (JACQUEMET, 2005, p.17).

Em uma entrevista realizada com Lucas Melo, o MC Carro Chefe, explicita um tipo de código linguístico esperado dos MC's nesse tipo de batalha que envolve o "esculacho". O interlocutor conta um pouco de sua trajetória dentro do hip hop como MC da Batalha do Mercado e seu processo de compartilhamento de outros códigos além deste grupo cultural.

"E tem a "Batalha do Mercado" que acontece todo o último sábado do mês que acontece ali na Praça Parobé do lado do Mercado Público que eu participei algumas vezes, mas tive uns problemas por que o meu tipo de Freestyle eles não conseguem entender, e daí eles falam: "ha ta parece um professor de português ou sociologia falando, ta ligado, não é um Rapper", e falavam mais: "tu é muito enciclopédico, tu é muito acadêmico rimando" e eu não consegui ainda muito sucesso nas batalhas devido essa distância de mundos, essa distância de discurso. Então o meu discurso destoa muito do que eles geralmente fazem."

Conclusão

Suscitar cosmologias também parece ser um elemento relacionável da teoria de Tambiah (1997) ao evento da Batalha do Mercado. Por diversos momentos ser um autêntico MC do hip hop é posto em questão no jogo: a cultura RAP é revista por estes rimadores em vários momentos como estratégias discursivas de autenticidade. Nesse sentido, quando o autor diz "performatizar é produzir a violência" podemos relacionar tal afirmação com esse jogo, no qual, para ser eficaz, é preciso ganhar. Estabelecendo estratégias discursivas como desqualificações estéticas, sexuais e

territoriais (de onde vem), ligadas à roupa (de marca ou não) e à cor de pele, os MCs fazem um freestyle que parece agradar mais o público ouvinte que delira aos gritos de “Sangue, sangue, sangue” para fomentar uma maior agressividade nas rimas. Através de duelos verbais, o ataque, o sangue e a violência são elementos integrantes da performance do MC na Batalha do Mercado, o que não nega o momento de uma busca de reconhecimento através de um discurso político identitário agregador.

Referências Bibliográficas

- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Poa: DP&A, 1999.
- JACQUEMET, Marco. “Verbal Conflict.” In: **Encyclopedia of Language and Linguistics**, vol. 9. Ed. by K. Brown. 2nd ed. London: Elsevier. pp. 4915-21.
- OLIVEN, Ruben. **A parte e o todo. A diversidade cultural no Brasil-Nação**. Petrópolis, Vozes, 1992.
- PASSETI, Dorothea Voegeli. **Lévi-Strauss, Antropologia e Arte: minúsculo – incomensurável**. São Paulo, Edusp, 2008.
- SIMMEL, George. El cruce de los círculos sociales. In: **Sociologia**, Revista de Occidente, Madrid, 1977.
- SCHECHNER, Richard. “Pontos de contato entre o pensamento antropológico e teatral”. In: **Cadernos de Campo**, São Paulo, 2011, nº 20, p. 213-36.
- TAMBIAH, Stanley (1997). Conflito Etnonacionalista e Violência Coletiva no Sul da Ásia. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12, n. 34, p. 5-37.
- TURNER, Victor (1974). “Liminaridade e ‘communitas’ - modelo e processo”. In: **O Processo Ritual**. Petrópolis, Vozes. p. 116-59.
- ZUMTHOR, Paul. **Performance, recepção, leitura**. São Paulo. 2001

Ascensão social pelo consumo e projeção internacional do Brasil no governo Lula³

Adriano Gustavo Zerbielli⁴

Resumo

O presente artigo tem por finalidade mostrar de que forma as medidas socioeconômicas voltadas ao estímulo do consumo interno, durante o governo Lula, tiveram um papel fundamental não apenas no que disse respeito ao surgimento de uma nova classe consumidora, ocasionando a diminuição desigualdade social historicamente presente na sociedade brasileira, mas também no que disse respeito a dotar o país de uma maior coesão interna contribuindo assim para o aumento do prestígio e para a transformação do poder potencial que o Brasil possuía em poder efetivo no cenário internacional. Com relação à metodologia utilizada neste trabalho, ela pode ser classificada como exploratória na medida que foram utilizados referenciais teóricos presentes em livros, artigos e sites de institutos de pesquisa que tratam sobre as temáticas propostas. O argumento principal deste estudo vai na direção de que esta nova classe consumidora ou, conforme denominam alguns especialistas e representantes de esferas governamentais, esta "nova classe média" brasileira, teve realmente um papel relevante no que disse respeito a dotar o Brasil ter um papel de maior protagonismo e importância no cenário internacional. Fato este que ficou comprovado pela participação atuante brasileira em reuniões dos BRICS, IBAS, MERCOSUL, G-20, entre outros grupos econômicos, cabendo ainda salientar a presença brasileira - representada na maioria das vezes na figura do próprio presidente Lula - junto à outras Organizações Internacionais como a ONU, o Banco Mundial e o FMI com a finalidade de realizar a defesa dos interesses nacionais em âmbito global.

Palavras-chave: governo Lula, nova classe consumidora, coesão interna, poder potencial, poder efetivo.

³ Agradeço imensamente ao Prof. Dr. Marcelo Milan (PPGEEI da UFRGS) pelos momentos de discussão acerca de alguns fundamentais conceitos abordados neste artigo. Obs.: todos os posicionamentos presentes neste estudo são de total responsabilidade do autor.

⁴ Graduado em Administração de Empresas - 2010 (Faculdade Senac - RS), Especialista em Estratégia e Relações Internacionais Contemporâneas - 2015 (PPGEEI da UFRGS), Aluno do Mestrado em Sociologia do na linha de pesquisa Sociedade e Economia (PPGS da UFRGS), Aluno de Graduação do Curso de História (UFRGS).

1. Introdução

Desde os primeiros anos do século XXI o Brasil passou a ocupar, juntamente com países como China, Índia, Rússia, África do Sul e outras economias emergentes, um lugar de destaque, não apenas em âmbito regional (no continente sul-americano no caso do Brasil), mas também no cenário global.

Gonçalves (2005) menciona que o caso brasileiro é particularmente relevante na medida que havia, à época da publicação do seu trabalho, um enorme diferencial entre o poder potencial e o poder efetivo que o país possuía. Em outras palavras, o autor afirma que o Brasil se defrontava com um enorme "hiato de poder" ou, mais precisamente, com um déficit de poder efetivo na arena internacional.

Porém, a redefinição do papel do Brasil, no sentido de uma participação mais atuante e significativa no cenário mundial, ocorreria a partir da eleição de Lula em 2002 com a adoção de uma série de medidas, em âmbito interno, que contribuíram para uma maior projeção internacional do país nos anos seguintes.

Dentre estas medidas, é válido ressaltar, para a realização deste estudo, as de caráter sócioeconômicas voltadas a dotar o país de uma maior coesão interna por meio da retomada do crescimento econômico: o rígido controle da inflação, a valorização real do Salário Mínimo, a implementação de programas assistenciais voltados aos mais economicamente vulneráveis e o estímulo à concessão de crédito, entre outras.

Portanto, o presente artigo tem por objetivo sugerir de que forma estas medidas sócioeconômicas adotadas durante os dois mandatos presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva, entre os anos de 2003 e 2010, consistiram em ações que culminaram no

surgimento e na consolidação de uma nova classe consumidora no país. Esta, por sua vez, provavelmente contribuiu para a transformação de uma realidade que era caracterizada pelo baixo poder efetivo do Brasil no cenário internacional.

A hipótese deste trabalho é justamente que esta nova classe consumidora - que vem sendo chamada por alguns pesquisadores como, por exemplo, Marcelo Neri e esferas governamentais de “nova classe média” brasileira - consistiram não apenas numa clara e direta tentativa de gerar uma maior coesão interna minimizando a situação de desigualdade social historicamente estabelecida e consolidada no Brasil. Consistiram também numa ação estratégica no sentido de capacitar o país a ter uma inserção mais soberana, ou menos vulnerável, no cenário global.

Esta ação estratégica do governo contribuiu para a criação das condições que culminaram na consolidação de um mercado consumidor interno suficientemente capaz de sustentar o crescimento da economia nacional na medida que mobilizou recursos que compõem o poder efetivo de um país. Fato este que consistiu num elemento estratégico fundamental no que se refere à conquista do Brasil de um papel de maior protagonismo no cenário internacional.

Desta forma, este artigo rejeita o ponto de vista que defende que as diversas medidas realizadas pelo governo Lula de incremento ao surgimento de uma nova classe consumidora no Brasil consistiram apenas em ações dotadas de um cunho eleitoreiro, visando possibilitar a manutenção do poder nas mãos do grupo político no qual ele fazia parte.

No que diz respeito à metodologia utilizada, a pesquisa conduzida neste trabalho pode ser classificada como exploratória na medida que este procedimento visa proporcionar maior familiaridade

com o problema com vistas a torná-lo explícito por meio de uma abordagem indireta de referenciais teóricos presentes em livros, artigos em periódicos e sites de institutos de pesquisa.

Já no que se refere à estruturação deste artigo, após esta introdução a primeira seção aborda a dinâmica de funcionamento do sistema internacional e os elementos de poder que estão em disputa. A segunda seção aborda as medidas implementadas para expandir o consumo, dotando o país de uma maior coesão interna. Já a terceira seção explica como a expansão do consumo, ocorrida no Brasil durante o governo Lula, se deu por meio da "emersão" de um enorme contingente populacional historicamente desprovido da posse de capital econômico. E, por fim, a quarta seção explica como essa nova realidade brasileira, caracterizada por uma maior coesão interna, pode ter contribuído para uma projeção mais consistente do país no cenário internacional.

2. A dinâmica do poder no sistema internacional

Segundo Gonçalves (2005), no sistema internacional, as relações de conflito são situações de equilíbrio instável, quer dizer, estas situações de equilíbrio, num contexto dinâmico, assentam-se em relações de conflito. O sistema internacional é, na sua essência, um sistema dinâmico que envolve poder e, portanto, é um sistema de conflito permanente e equilíbrio instável.

Assim, no sistema internacional, a guerra e a paz, a harmonia e o conflito não são fins em si mesmos, mas os meios de se alcançarem objetivos específicos nos campos econômico, político, cultural e militar. Nesse sistema dinâmico, relações e processos provocam mudanças nas estruturas (GONÇALVES, 2005).

Neste sentido, a queda da URSS marcou não somente o final da Guerra Fria, mas também abriu caminho para a redefinição de quais seriam as nações que passariam a ter um papel de destaque no cenário internacional. Lima (2010) afirma que uma das mudanças geopolíticas mais significativas foi justamente a emergência, nos últimos anos, de novos Estados relevantes atuando nos seus respectivos planos regionais e também no plano global.

Porém, não existe definição consensual entre os especialistas acerca deste processo. Fato este que acarreta, por consequência, o surgimento de grandes variações de nomenclatura que tentam classificar estes novos atores: "potências médias", "países intermediários", "potências regionais" ou, ainda, "países emergentes" (LIMA, 2010).

No entanto, mais importante do que tentar classificar o cenário internacional atual é apontar - além dos atores que o compõem e os elementos de poder que estão em disputa - as ações estratégicas adotadas por essas nações que as capacitem à obtenção de seus objetivos externos.

Neste sentido, a potencialidade de um maior protagonismo no cenário internacional envolve a posse de poder efetivo por parte de uma determinada nação, sendo que:

O poder efetivo de um país é a probabilidade real desse país de realizar sua própria vontade independentemente da vontade alheia. Quanto mais elevada probabilidade de realizar a sua própria vontade ou de resistir a pressões externas, menor é a vulnerabilidade de um país e, portanto, maior é o seu poder efetivo no sistema internacional. O exercício do poder efetivo na arena internacional depende, então, positivamente do poder potencial e negativamente da vulnerabilidade externa do Estado (GONÇALVES, 2005, p. 128).

O poder efetivo é, portanto, inversamente proporcional à vulnerabilidade externa, em que esta consiste na "probabilidade de resistência a pressões, fatores desestabilizadores e choques externos, bem como o custo dessa resistência" (GONÇALVES, 2003, p. 34 apud GONÇALVES 2005). O autor prossegue mencionando qual era o problema específico no caso do Brasil até meados dos anos 2000:

o país tem uma extraordinária base de poder, ou seja, um elevado poder potencial, ao mesmo tempo em que apresenta uma grande vulnerabilidade externa, o que implica reduzido poder efetivo. A especificidade do Brasil está tanto no elevado poder potencial quanto na alta vulnerabilidade externa (GONÇALVES, 2005, p. 124).

Cabe aqui ainda trazer a afirmação feita por Samuel Pinheiro Guimarães acerca da potencialidade brasileira:

O Brasil não é um micro, mini, pequeno ou médio Estado. O Brasil figura nas listas dos países de maior território, de maior população, de maior PIB do mundo, em companhia apenas de dois outros Estados, que são a China e os Estados Unidos. Além disso, o Brasil é o terceiro país do mundo em número de vizinhos e possui fronteiras terrestres e marítimas das mais longas, sendo estas acessíveis durante todo ano. O Brasil apresenta unidade linguística e ausência de conflitos étnicos, religiosos e de fronteiras e não existem populações estrangeiras irredentas em seu território (GUIMARÃES, 2005, p. 262).

Portanto, para que esta série de atributos supostamente favoráveis a uma projeção internacional do Brasil contribuíssem de fato para isso, deveria ser elaborada uma estratégia de forma realista, "construída e executada a partir de três desafios da sociedade brasileira, que são a redução das extremas disparidades

sociais, a eliminação das crônicas vulnerabilidades externas e a realização acelerada de seu potencial (GUIMARÃES, 2001, p. 9 apud RINALDI, 2012).

É importante ainda mencionar que as relações econômicas internacionais possuem dimensões distintas: a *dimensão bilateral* ocorre quando envolve atores de diferentes nacionalidades ou atores transnacionais. Quando pelo menos três atores estão interagindo, trata-se da *dimensão plurilateral*. A *dimensão multilateral* envolve todos ou praticamente todos os principais atores. Por exemplo, quando se trata do sistema mundial de comércio, as exportações do Brasil para os Estados Unidos ocorrem na dimensão bilateral. As relações comerciais no contexto do MERCOSUL ou do NAFTA estão na dimensão plurilateral. A interação dos governos no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) ocorre na dimensão multilateral (GONÇALVES, 2005).

3. As medidas socioeconômicas para estimular o consumo

Tratando a partir deste ponto especificamente do âmbito nacional, Curado (2011) afirma que foi amplamente reconhecido que, durante a gestão do presidente Lula, a política econômica manteve o arranjo macroeconômico definido na segunda gestão de Fernando Henrique Cardoso: ajuste fiscal, regime de câmbio flutuante com intervenção e metas de controle inflacionário.

Neste sentido, a continuidade da política econômica do governo anterior resultou no reestabelecimento da confiança no Brasil por parte do FMI e da comunidade financeira internacional. Essa confiança se traduziu na queda vertiginosa do Risco-Brasil, no retorno do fluxo de capitais de curto prazo, no fim do processo especulativo contra a moeda nacional, na consequente valorização

da taxa de câmbio e na valorização dos títulos da dívida externa no mercado internacional (CORAZZA & FILHO, 2004).

Com relação ao regime de metas para o controle da inflação, Curado (2011) menciona que um dos principais artifícios utilizados durante o governo Lula foi a manutenção, em um patamar elevado se comparado com outras economias emergentes, da taxa de juros aplicada pelo Banco Central. Fato este que contribuiu para manter o controle da inflação naquele período.

No entanto, além destas medidas de caráter macroeconômico, cabe salientar a implementação de outras medidas de caráter social voltadas principalmente para um contingente populacional historicamente marginalizado:

(...) Luiz Inácio Lula da Silva tomou posse em Janeiro de 2003 e imediatamente iniciou uma política social distinta daquelas de todos os seus predecessores, a partir de então estruturada basicamente em dois eixos: valorização do salário mínimo (que concerne a 1/3 da força de trabalho e serve de referência para as faixas superiores) e estabelecimento de políticas públicas dirigidas aos mais desprovidos, com auxílios diretos condicionados e melhorias de serviços públicos, tais como educação e saúde. Entre 2003 e 2012, o salário mínimo teve valorização de 66%. A principal política pública foi a criação do programa Bolsa Família, auxílio financeiro mensal concedido às famílias mais pobres (com auxílio *per capita* de até R\$ 70,00 mensais), tendo como exigência a manutenção de filhos e dependentes na escola, sua vacinação e acompanhamento médico (CATTANI, 2013, p. 118).

Segundo Pochmann (2012), com medidas implementadas no sentido de acarretar uma recuperação do salário mínimo, houve uma inegável elevação do poder de compra das remunerações dos trabalhadores que se encontravam nos postos de trabalho dos

setores mais dinâmicos da economia nacional como, por exemplo, o setor terciário, seguido da construção civil e das indústrias extrativas.

Neste sentido, cabe salientar que o Setor Terciário (Comércio e Serviços) teve um crescimento de 73,16% entre os anos de 1998 e 2008. Já a partir de 2004, no caso da Construção Civil, com a expansão do crédito e outras medidas de estímulo ao setor adotadas pelo governo, o setor passou a gerar empregos formais em um nível inédito ocorrendo um aumento de 103% no número de postos de trabalho em 2009 se comparado com o ano de 2003. Na indústria extrativa mineral, os balanços anuais, também a partir de 2004, apresentam aumentos superiores a 10% no número de postos de trabalho (BRASIL, 2010).

Rinaldi (2012) afirma que um outro passo importante para o crescimento econômico no governo Lula foi a criação e o lançamento do programa Bolsa Família. Este teve início, em sua versão de maior alcance e profundidade, em meados de 2003, com o presidente apontando as principais diretrizes do programa e defendendo seus futuros efeitos sobre o conjunto da sociedade.

Instituído pela Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003, o programa Bolsa Família unificou programas antigos de transferência de renda que remontam ao período Cardoso, no qual foram criados e agora unificados os programas Bolsa Escola, Auxílio Gás, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação. A unificação de tais programas possibilitou ao Governo Federal a ampliação de alcance dessas políticas e o reordenamento dos investimentos nessas áreas (RINALDI, 2012). O autor ainda menciona especificamente a finalidade do programa:

O programa Bolsa Família tem como principais objetivos a redução das disparidades econômico-

sociais, dar suporte às famílias mais pobres do país e garantir o direito à escolarização e à saúde a todos os cidadãos. É relevante notarmos que o escopo principal do programa é a promoção dos indivíduos, principalmente os situados na base da pirâmide social. Esse objetivo é de especial atenção na medida em que procura não só atribuir ênfase no enfrentamento da pobreza e da miséria, mas também por suscitar uma possível "promoção" social dos indivíduos, contribuindo para a realização de seu potencial socioeconômico (RINALDI, 2012, p. 53).

Diante da combinação da recuperação do valor do salário mínimo nacional com a ampliação das políticas de transferências de renda, constatou-se que a expansão das vagas de empregos remunerados pelo salário de base permitiu absorver no mercado enormes parcelas dos trabalhadores da base da pirâmide social, o que favoreceu a redução sensível da taxa de pobreza em todo o país (POCHMANN, 2010). Este fato contribuiu decisivamente para a expansão do consumo a um grande contingente populacional historicamente desprovido deste tipo de potencialidade.

Um outro ponto importante a ser enfatizado diz respeito ao estímulo ao crédito durante o governo Lula. Curado (2011) menciona que em 2002 o Brasil liderava o rankeadas taxas de juros reais com 11,1% a.a. seguido pela Turquia com taxas na ordem de 9,4% a.a. Em dezembro de 2010, o Brasil continuava liderando este ranking com 4,8% a.a. de juros reais enquanto a segunda colocada naquela ocasião, que era a África do Sul, praticava uma taxa de juros real de 2,0% a.a.

No entanto, mesmo com a manutenção em patamares elevados, ocorreu uma gradativa diminuição da taxa de juros ao longo do governo Lula. Fato este que possibilitou um contínuo crescimento da oferta de crédito (disponibilizado tanto por bancos públicos quanto por privados) utilizado para a aquisição de uma

infinidade de bens: "ao longo do governo Lula, a economia brasileira presenciou uma verdadeira explosão do crédito, especialmente ao consumidor" (CURADO, 2011, p. 96).

Segundo Pochmann (2012), percebeu-se ainda que o Brasil tinha conseguido combinar naquele período uma maior ampliação da renda *per capita* com a redução no grau de desigualdade na distribuição pessoal da renda. Além disso, verificou-se a recuperação da participação do rendimento do trabalho na renda nacional acompanhado pela melhora generalizada da situação do exercício do trabalho, com diminuição do desemprego e crescimento do emprego formal.

Neste sentido, em 2009 o estoque de mão de obra na formalidade tinha se elevado 58,6% em comparação com 1998 (aumento médio anual de 4,71%). Assim, a média anual de aumento passou de 0,43% (período 1995-1998) para 4,91% (período 1999-2009). No ano de 1999, o mercado de trabalho nacional contava com uma taxa de informalidade de 56%. Já em 2009 este índice havia caído para 45% dos postos de trabalho (BRASIL, 2010).

Esta diminuição na taxa de informalidade do trabalho no Brasil, ao longo da primeira década dos anos 2000, teve um reflexo direto na evolução dos rendimentos. A existência de um patamar mínimo de remuneração (o Salário Mínimo) determinava a base dos rendimentos daqueles assalariados com menor poder de negociação, menos qualificação ou com empregos em setores de atividades ou regiões com menores níveis de rendimentos (BRASIL, 2010).

Cabe ressaltar que o fortalecimento do mercado de trabalho resultou fundamentalmente na expansão do setor de serviços, o que significou a difusão de nove em cada grupo de dez ocupações com remuneração de até 1,5 salário mínimo mensal. Juntamente com as políticas de apoio à renda na base da pirâmide social brasileira,

como elevação do valor real do salário mínimo e massificação da transferência de renda, houve o fortalecimento das classes populares assentadas no trabalho (POCHMANN, 2010).

Scherer (2005), afirma que toda esta conjuntura interna favorável teve reflexo na produção industrial brasileira já a partir do segundo trimestre de 2005 no qual:

Este crescimento na produção física brasileira é tributário da boa *performance* dos bens de consumo duráveis, que acumularam no ano, até junho, um incremento de 16,69% na comparação com o primeiro trimestre do ano anterior. Enquanto a indústria como um todo apresentou variação, no período de maio até junho, de 1,6% no índice com ajuste sazonal, os bens duráveis mostraram um crescimento de 8,1% nesse mesmo indicador. Esse bom desempenho representa uma continuidade daquilo que já foi observado em 2004, como bem demonstra o fato de que a produção de bens duráveis, em junho de 2005, se encontrava 23,6% superior à do mesmo mês de 2004 e 51% acima da média de 2002 (SCHERER, 2005, p. 67-68).

Esse excelente desempenho foi puxado pelo consumo de automóveis, telefones celulares e eletrodomésticos, os quais, em conjunto, responderam por 1,71% dos 5% de crescimento obtidos pela produção industrial no semestre. O acréscimo no consumo desses bens decorreu do aumento das compras a prazo, as quais cresceram mesmo com a manutenção das elevadas taxas de juros reais impostas à economia brasileira (SCHERER, 2005).

Souza e Lamounier (2010) também mencionam o papel do empreendedor neste contexto de transformação econômica caracterizado por empreendimentos de vários tamanhos e em diferentes ramos de atividades. Os autores também incluem neste contexto o trabalho por conta própria e sem uma formação específica como os prestadores de serviços de reparação e

manutenção (pedreiros, pintores, eletricitas) ou o trabalho realizado em casa (produção de alimentos, confecção e reforma de roupas, cabeleireiras e manicures). Além de uma infinidade de outras atividades que surgiram no cenário econômico favorável que se formou durante os dois mandatos do presidente Lula.

Também é válido mencionar, além de todos os pontos já citados que, na última década, os gastos com serviços públicos, especialmente em educação e saúde, cresceram fortemente, assim como os investimentos em habitação popular e em infraestrutura (transporte, saneamento, rodovias e ferrovias, etc.). Estes investimentos não somente aumentam os rendimentos indiretos da população, especialmente daquela parcela de renda mais baixa, como fornecem uma fonte importante de demanda autônoma por bens e serviços que contribui para a manutenção da atividade econômica, o aumento dos salários e a realimentação do círculo virtuoso do crescimento (DWECK, CHAVES & CHERNAVSKY, 2013, p. 4 apud ABDALA, 2014).

Cabe neste momento trazer o ponto de vista de Gonçalves (2005) acerca do papel do Estado. O autor afirma que, para manter sua legitimidade, o Estado precisa promover a acumulação de capital que gera renda para capitalistas e trabalhadores. No entanto, o Estado depende de uma base material. É a própria acumulação que gera os recursos fiscais e tributários que permitem o funcionamento do Estado.

O autor completa ainda afirmando que a legitimidade do Estado depende também da questão do bem-estar da população, cabendo a ele implementar políticas sociais (seguridade social) que reduzam os conflitos distributivos envolvendo trabalhadores e capitalistas. Nesse sentido, o Estado intervém na distribuição do

excelente econômico para garantir a sua legitimidade (GONÇALVES, 2005).

4. Surge no Brasil uma "nova classe" consumidora

Segundo Souza e Lamounier (2010), o crescimento da classe média nos países emergentes é um dos fenômenos sociais e econômicos mais importantes da história recente. A nova classe média mundial é caracterizada como "um motor para a economia global; um criador de empregos; um novo mercado consumidor" (WHEARY, 2009, p. 75, apud ABDALA, 2014).

A prosperidade econômica mundial nos 20 anos que antecederam a crise de 2008-2009 contribuiu para reduzir a desigualdade de renda em países como China, Índia e Brasil. Fato este que possibilitou um processo de mobilidade social de grandes contingentes, formando o que se tem denominado "nova classe média" (SOUZA & LAMOUNIER, 2010).

No entanto, antes de falar propriamente sobre esta que é, na realidade, uma "nova classe" consumidora, é válido mencionar ainda as mudanças importantes que estavam acontecendo em âmbito global que contribuíram para a emergência do fenômeno. Conforme Boltanski e Chiapello (2009) ocorreu, numa escala mundial, uma reorganização do capitalismo na medida que ocorreram, especialmente na década de 1960, uma série de movimentos de contestação das práticas políticas e culturais que acabaram influenciando também as práticas econômicas.

Souza (2010) aponta ainda que o capitalismo mundial passou recentemente por um processo de reformulação que trouxe, como consequência para o Brasil, a perda de força do modelo de produção fordista. Esse modelo predominou até a década de 1980 perdendo

espaço posteriormente para um novo tipo de modelo produtivo que exige pequena produção e capacidade de adequação aos desejos do consumidor.

Retornando ao âmbito nacional, Curado (2011) menciona que o período compreendido entre os anos de 2003 e 2008 foi marcado pela retomada do crescimento econômico no Brasil. Neste período, a taxa média de expansão do PIB foi na ordem de 4,2% ao ano. Mesmo com uma rápida variação negativa de 0,6% em 2009 devido aos efeitos da crise financeira global iniciada no ano anterior, as taxas de crescimento do PIB entre 2007 e 2010 foram superiores aos 5% a.a.

Os efeitos da retomada do crescimento foram sentidos no mercado de trabalho. Em janeiro de 2003 a taxa de desemprego era de 11,3%. Em outubro de 2010 a taxa alcançou o menor patamar da história, ficando em 6,1%. A retomada do crescimento econômico provocou também impactos positivos sobre o mercado de trabalho brasileiro em diversas dimensões, com destaque para a redução de seu grau de informalidade e para a elevação do rendimento médio real (CURADO, 2011).

Toda esta conjuntura de fatores acarretou na formação de um cenário favorável ao crescimento econômico, que acabou culminando, especialmente durante a última década, neste significativo fenômeno representado pelo surgimento desta "nova classe" que se observa atualmente na sociedade brasileira. Este enorme contingente populacional que passou por este processo de "mobilidade social" está sendo intitulado de a "nova classe média" brasileira (SOUZA & LAMOUNIER, 2010).

Existem pesquisas e estudos como, por exemplo, o relatório produzido em 2008 pelo pesquisador Marcelo Neri, que aponta que

52% da população brasileira estava inserida nesta "nova classe" até aquele momento:

Impulsionados pelo aumento do emprego e da renda, em condições de inflação baixa e crédito farto, milhões de brasileiros puderam aumentar nos últimos anos o seu poder de compra e começaram a adquirir a casa própria e automóvel (símbolos mais vistosos de ingresso na classe média), além de uma vasta gama de bens de consumo (SOUZA & LAMOUNIER, 2010, p.2).

Neste sentido, Souza (2010) aponta que um dos acontecimentos mais importantes no Brasil das últimas décadas é o surgimento, ao lado da classe média tradicional, de uma segunda classe média. Morena e "vinda de baixo", essa nova classe média compõe-se de milhões de pessoas que lutam para abrir ou manter pequenos empreendimentos ou para avançar dentro de empresas constituídas, pessoas que estudam à noite, que se filiam a novas igrejas e a novas associações e que empunham uma cultura de autoajuda e de iniciativa.

No entanto, a conceituação de forma única e precisa do que seria a "nova classe média" brasileira é difícil devido ao fato de que, entre os institutos que elaboram as pesquisas e subdividem a população em classes sociais no Brasil, não existe uma uniformidade de critérios utilizados para a obtenção dos resultados. Tomando como base apenas os aspectos monetários, é válido analisarmos os critérios que a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV) utilizam para realizarem a referida classificação.

A SAE, coletando dados entre os anos de 1999 e 2009, aponta que 94,9 milhões de brasileiros faziam parte de famílias com renda per capita entre R\$ 291,00 e R\$ 1.019,00. Este contingente demográfico que compõem atualmente a chamada "nova classe

média”, correspondia a 50,5% da população do Brasil ao término do estudo. Já a FGV, na anteriormente mencionada pesquisa intitulada “a nova classe média”, aponta que os valores de renda familiar total que delimitam esta “nova” classe estão entre R\$ 1.115,00 e R\$ 4.807,00 por mês.

No entanto, um dos maiores críticos a este conceito difundido atualmente na sociedade brasileira da existência de uma "nova classe média" é Jessé Souza que faz uma crítica direta ao trabalho de Marcelo Neri afirmando que:

Efetivamente a construção do conceito de uma "nova classe média" por Marcelo Neri carece de qualquer reflexão aprofundada. Neri simplesmente toma o 'rendimento médio' como indicador daquilo que ele chama de classe C ou 'nova classe média'. Em seguida - imaginando com isso contornar todas as dificuldades desta noção - diz que não está falando de 'classe social', supostamente para tranquilizar os 'sociólogos', mas sim de 'classes econômicas'. O conceito de 'classe econômica' é absurdo de fio a pavio, já que ou pressupõe que as determinações econômicas são as únicas variáveis realmente importantes para o conceito de classe - o que eu suponho que seja efetivamente o caso, ainda que o autor não tenha a coragem de admitir - ou, caso contrário, deveria simplesmente se referir a 'faixas de renda' e não a 'classes'. Ao contrário, Neri usa as tais 'classes econômicas' como se fossem 'classes sociais' em sentido estrito, já que o ponto decisivo não é o 'modo como ele as nomeia', mas sim o lugar que elas assumem de fato na sua análise (SOUZA, 2013, p. 135).

Jessé Souza (2010) faz uma grande reflexão baseada numa extensa pesquisa empírica que tem a clara finalidade de "desconstruir" esta ideia de que o Brasil está se tornando um país de classe média. Neste sentido, o autor afirma que existe no Brasil uma

"cegueira social" e que ela está relacionada com a cegueira que existe acerca das classes sociais que estruturam a realidade. O autor afirma ainda que uma classe social não pode ser analisada pelo ponto de vista puramente economicista como muitas vezes acontece no discurso político brasileiro e é transmitido pela mídia em geral:

(...) "fala-se" o tempo todo de classes sociais sem que se 'compreenda' o que elas são. Classes sociais não são determinadas pela renda – como para os liberais – nem pelo simples lugar na produção – como para o marxismo clássico –, mas sim por uma visão de mundo 'prática' que se mostra em todos os comportamentos e atitudes como esclarecidas, com exemplos concretos acessíveis a todos (...). Associar classe média à renda é 'falar' de classes, esquecendo-se de todo o processo de transmissão afetiva e emocional de valores, processo invisível, visto que se dá na socialização familiar, que constrói indivíduos com capacidades muito distintas. Mas é por conta desse tipo de pseudociência que associa classe a renda, uma associação que mais encobre que explica, que é possível falar-se de 'nova classe média' sem a cerimônia que se fala no Brasil (SOUZA, 2010, p. 45-47).

Bourdieu (2008) refez o percurso dos clássicos, em especial Marx e Weber, a fim de atualizar a investigação sociológica sobre a estrutura das classes sociais que constituem um determinado espaço social nas sociedades contemporâneas. Para tal, o autor apoia-se em Marx na proposição de um quantum de capital geral daquelas classes e grupos que ocupam o ápice do espaço social. Mas também apoia-se em Weber, quando esse teoriza sobre o papel de status e de honra, para construir a ideia de que as classes sociais contemporâneas, ao contrário de serem definidas somente pelo

aspecto econômico, também possuem elementos culturais e simbólicos:

Algo como uma classe ou, de modo mais geral, um grupo mobilizado para e pela defesa de seus interesses, não pode existir senão ao preço e ao termo de um trabalho coletivo de construção inseparavelmente teórico e prático; mas nem todos os agrupamentos sociais são igualmente prováveis e esse artefato social que é sempre um grupo social tem tanto mais oportunidades de existir e subsistir de maneira durável quanto mais próximos no espaço social (o que vale também para uma unidade fundada sobre uma relação afetiva, amorosa ou amistosa, seja ela ou não socialmente sancionada). Dito de outro modo, o trabalho simbólico de constituição ou de consagração necessário para criar um grupo unido (imposição de nomes, de siglas, se signos de adesão, manifestações públicas etc.) tem tanto mais oportunidades de ser bem-sucedido quanto mais os agentes sociais sobre os quais ele se exerce estejam inclinados - por sua proximidade no espaço das relações sociais e também graças às disposições e interesses associados a essas posições - a se reconhecerem mutuamente e a se reconhecerem em um mesmo projeto (político ou outro) (BOURDIEU, 2008, p. 50-51).

Portanto, dizer que os "emergentes" são a "nova classe média" seria o mesmo que dizer que o Brasil, finalmente, está se tornando uma Alemanha, uma França ou os Estados Unidos, onde as classes médias de fato, e não os pobres, os trabalhadores e os excluídos, como na periferia do capitalismo, formam o fundamento da estrutura social (SOUZA, 2010).

No entanto, mesmo que o critério inclusivo desta "nova classe média" seja apenas a posse de uma certa quantidade de capital econômico, desconsiderando a posse de outras formas de capital

como o cultural e o social, tal fenômeno de “mobilidade social” foi extremamente relevante na sociedade brasileira entre os anos de 2003 e 2010, principalmente no que se refere à diminuição da desigualdade social historicamente estabelecida no país.

Neste sentido, Curado (2011) menciona que um aspecto distintivo deste período de recuperação do crescimento é que ele ocorre num contexto de melhora nos indicadores de distribuição de renda e de redução de pobreza que passou de 30,82% da população em 2005 para 21,42% em 2009. No caso da pobreza extrema, houve uma redução de 11,49% em 2005 para 7,28% em 2009. Cabe ainda mencionar que o Índice de Gini (indicador fundamental na discussão sobre o tema da distribuição pessoal de renda) que em 2003 era de 0,59 atingiu, em 2009, a marca de 0,54 rompendo assim a tendência histórica de manutenção do elevado grau de concentração de renda.

Portanto, independentemente da discussão que envolve a classificação destes “emergentes” nas estruturas sociais brasileiras, o ponto realmente relevante para a realização deste estudo é o seguinte: a potencialidade de consumo adquirida, ao longo do governo Lula, por este enorme contingente populacional historicamente desfavorecido, pode ter contribuído para aumentar a coesão interna do país. Fato este que consistiu num fator fundamental para uma projeção mais segura e sustentável do Brasil no cenário internacional.

5. A nova atuação do Brasil no cenário internacional

Não resta dúvida de que o Brasil, desde a última década, juntamente com outras nações emergentes, passou a ocupar um lugar de destaque no cenário internacional tanto em âmbito regional

quanto global pois, entre outros fatores, "a conjuntura internacional no início do período Lula era favorável à expansão dos negócios brasileiros" (RINALDI, 2012, p. 49).

Visentini (2011) afirma ainda que o Brasil passou a agir com otimismo e vontade política, criando constantemente fatos na arena internacional. Anteriormente o país demonstrava uma baixa auto-estima, pois os governos Collor e Cardoso viam o país como atrasado em relação às nações ricas. Já durante o governo Lula, ao contrário, o Brasil se considerava protagonista de nível equivalente, com capacidade de negociação e portador de um projeto que pode, inclusive, contribuir para a agenda social na globalização. O autor completa ainda afirmando que:

Em lugar de vagos discursos contestatórios e de uma obediência prática, o país tem proposto medidas e concretizado as que estão ao seu alcance. Sim, porque havia uma margem de manobra, embora limitada, que poderia mas não foi aproveitada nos anos 1990. A ênfase da era FHC foi invertida, o que implica uma inflexão significativa em termos de política externa. Em termos práticos, o governo brasileiro suplantou a passividade do anterior e buscou alianças fora de hemisfério, como forma de ampliar seu poder de influência no âmbito internacional a partir da mencionada postura ativa e pragmática (VISENTINI, 2011, p. 59).

No entanto, para que a inserção do Brasil no cenário internacional pudesse ocorrer de uma forma sólida e sustentável, foi necessário também, além da existência de uma conjuntura externa favorável e a adoção de uma postura diferente por parte do novo governo, que o país passasse, num passado histórico recente, por uma nova e intensa fase de desenvolvimento no âmbito interno.

Neste sentido, é possível apontar que o processo que envolveu esta retomada do desenvolvimento tenha se iniciado com a

abertura econômica realizada pelo então presidente Collor. Fato este que acabou acarretando na obrigatoriedade da modernização da matriz produtiva nacional. Um outro fato importante foi o advento do Plano Real que trouxe, como principal legado, a implantação de medidas que possibilitaram o controle da hiperinflação que fez parte da realidade brasileira principalmente na década de 1980 e no início da década de 1990.

No entanto, é válido mencionar que a modernização industrial e a estabilidade econômica foram apenas as primeiras medidas que fizeram parte de um longo processo que culminou no fato do Brasil ter e sustentar um papel de maior protagonismo no cenário global. A adoção de uma série de medidas sócio-econômicas voltadas aos menos favorecidos realizadas pelo governo de centro-esquerda de Lula também foram fundamentais.

Neste sentido, o rígido controle da inflação, a valorização real do Salário Mínimo, a implementação de programas assistenciais voltados aos mais economicamente vulneráveis e o estímulo à concessão de crédito foram medidas que, implementadas num cenário econômico estável, acarretaram um processo de "mobilidade social" caracterizado pela potencialidade de consumo adquirida por estes "emergentes".

Este processo se deu por meio do aumento da posse de capital econômico por parte de enorme contingente populacional historicamente marginalizado e que passou a ter uma atuação no mercado consumidor nacional. Esta maior distribuição da riqueza refletiu-se numa maior coesão interna, contribuindo decisivamente no processo que culminou numa projeção do Brasil, a partir da era Lula, mais robusta e, portanto, menos vulnerável no cenário internacional, principalmente com o desenvolvimento do mercado interno.

Neste sentido, a melhora na distribuição da renda e a ampliação do mercado consumidor interno tiveram um papel fundamental na medida em que os gastos com consumo evitaram uma retração mais profunda após a crise financeira global iniciada em 2008 (CURADO, 2011). Portanto, ficou evidenciado que, naquele momento, o Brasil estava menos vulnerável no âmbito externo pois o país mostrou certa resistência aos choques e à instabilidade econômica decorrente da crise.

Rinaldi (2012) menciona que um outro ponto a ser salientado é que diz respeito à imagem do Brasil no exterior mediante os resultados positivos obtidos com as políticas sociais adotadas no governo Lula. A temática social era frequentemente abordada por Organizações Internacionais de grande porte como, por exemplo, o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e outros braços socioeconômicos da ONU.

Portanto, o impacto que a adoção de medidas que culminaram efetivamente na diminuição da fome e da pobreza por meio da geração de emprego e renda para os mais pobres contribuiu para o estreitamento de relações entre países emergentes em seus encontros bilaterais e multilaterais como, por exemplo, em reuniões dos BRICS, IBAS, MERCOSUL, G-20, entre outros. Fato este que promoveu uma maior interação entre os países que compunham cada bloco para a defesa de seus respectivos interesses no cenário internacional.

Também é válido mencionar a importância do MERCOSUL, no que diz respeito ao interesse do Brasil de uma maior projeção internacional, se deu na medida em que houve o entendimento da necessidade de um aprofundamento da integração político-econômica da região utilizando esse bloco regional como plataforma de projeção externa de poder dos países (RINALDI, 2012).

Segundo Silva (2010), já em 2003, no primeiro ano de governo do presidente Lula, o Brasil promoveu a criação do IBAS ou G-3 (bloco formado juntamente com Índia e a África do Sul). A constituição do bloco tinha por finalidade, além da cooperação técnica e da possibilidade de integração e articulação entre países em fases similares de desenvolvimento, a união de forças para o enfrentamento das questões políticas de reordenamento do sistema internacional do pós-Guerra Fria e a reforma do Conselho de Segurança da ONU.

Já a criação do G-20 se deu numa tentativa de aglutinar forças no sentido de fazer um questionamento acerca de certas práticas e políticas que prejudicava a atuação comercial das nações emergentes. O bloco era composto pelo "grupo de países interessados no fim dos subsídios e das subvenções às exportações de produtos agrícolas e em um maior acesso aos mercados tradicionais protecionistas do Norte" (ALMEIDA, 2004, p. 6 apud RINALDI, 2012).

Portanto, com todos estes pontos abordados acerca da nova atuação do Brasil no cenário internacional, fica claro que essa atuação em “diversas frentes” fez parte de um plano estratégico com a finalidade de diminuir a vulnerabilidade externa e, ao mesmo tempo, contribuir para a potencialização de uma maior projeção do Brasil no cenário global, ampliando o poder efetivo do país.

Neste sentido, especialmente a partir do advento do governo Lula, uma grande parcela do poder potencial do Brasil foi convertida em poder efetivo na medida que ocorreram uma série de transformações em âmbito interno que capacitaram o país a ser um ator dotado de um maior prestígio e relevância não apenas em âmbito regional no cenário sul-americano, mas no cenário global como um todo.

No entanto, é evidente que seria um grande exagero afirmar que o Brasil se tornou uma grande potência econômica global disputando, em igualdade de condições, espaços de atuação com potências já consolidadas. Porém, não há dúvidas que, a partir do advento do governo Lula, o Brasil passou por um processo marcado pela diminuição de sua vulnerabilidade externa modificando qualitativamente sua base de poder, acarretando, conseqüentemente, o aumento do seu poder efetivo na arena global.

6. Conclusão

Durante o governo Lula, foram consolidadas medidas de caráter socioeconômicas como o rígido controle da inflação, a valorização real do Salário Mínimo, a implementação de programas assistenciais voltados aos mais economicamente vulneráveis e o estímulo à concessão de crédito.

Estas medidas contribuíram para a emersão de um grande contingente populacional outrora desprovido da possibilidade de consumo que teve um papel fundamental para o surgimento de uma dinâmica interna marcada pela dinamização e o crescimento econômico com base na expansão do mercado interno.

Fato este que, além de ter grande relevância no âmbito social, foi também extremamente relevante no que disse respeito a contribuir no processo que culminou numa maior projeção internacional do Brasil num patamar nunca visto anteriormente.

Neste sentido, a ascensão social pelo consumo deste grande contingente populacional historicamente desprovido deste tipo de potencialidade - ou o surgimento daquilo que algumas esferas governamentais e especialistas como, por exemplo, Marcelo Neri apontam como sendo uma "nova classe média" brasileira - consistiu

num forte fator de "atração" que levou ao estreitamento de laços econômicos com outras nações, blocos econômicos e organismos internacionais aumentando assim o poder efetivo do Brasil no âmbito global.

Era evidente que um país com dimensões continentais como o Brasil, possuidor um mercado consumidor de mais de 200 milhões de pessoas e que, durante os mandatos presidenciais de Lula, passou por um processo de aumento da coesão interna devido à diminuição da desigualdade social, passaria a contar com um maior prestígio e capacidade de transformação do poder potencial em poder efetivo no cenário internacional.

Uma prova deste novo papel do Brasil no cenário internacional foi a presença atuante não apenas em grupos como os BRICS, IBAS, MERCOSUL, G-20, entre outros. Foi notória também uma atuação externa marcada por uma maior proximidade junto a outros Organismos Internacionais como a ONU, o Banco Mundial e o FMI que, outrora, eram menos receptivos às demandas brasileiras.

REFERÊNCIAS

ABDALA, Paulo Ricardo Zilio. **Organização do Conceito de "Nova Classe Média", dialética do consumo e superexploração renovada do trabalho**, 2014, 154 f, Tese (Doutorado em Administração), Programa de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 2008.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **O Mercado de Trabalho Formal no Brasil nos Últimos 15 anos: avanços, mudanças e continuidades. Uma leitura a partir da Rais**. Brasília, 2010.

CATTANI, Antônio David. **A riqueza desmistificada**. Porto Alegre: Marcavisual, 2013.

CORAZZA, Gentil; FILHO, Fernando Ferrari. **A política econômica do Governo Lula no primeiro ano de mandato: perplexidade, dilemas, resultados e alternativas**. Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, v. 32, nº 1, p. 243-252, maio 2004.

CURADO, Marcelo. Uma avaliação da economia brasileira no Governo Lula. **Economia & Tecnologia** - Ano 07, Volume Especial, 2011.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. **A nova classe média**. Estudo coordenado por Marcelo Neri. Disponível em: <http://www.cps.fgv.br/cps/classe_media> Acesso em: 18 setembro de 2015.

GONÇALVES, Reinaldo. **Economia Política Internacional: Fundamentos Teóricos e as Relações Internacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios brasileiros na era dos gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

_____. Inserção Internacional do Brasil. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, Vol. 17, p. 1-31, dez. 2001.

LIMA, Maria Regina Soares. Brasil e pólos emergentes do poder mundial: Rússia, Índia, China e África do Sul. IN: BAUMANN, Renato, org. **O Brasil e os demais BRICS – Comércio e política**. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2010, p. 155-179.

NERI, Marcelo. (Coord.). **A nova classe média**. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2008.

POCHMANN, M. **Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil: avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

_____. **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.

RINALDI, Augusto Leal. Os programas sociais e a inserção internacional do Brasil: um estudo do governo Lula da Silva. **Século XXI - Revista de Ciências Sociais**, v. 2, nº 2, p. 45-72, jul/dez. 2012.

SCHERER, André Luís Forti. **Indústria gaúcha: a crise bate à porta em 2005**. Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, v. 33, nº 2, p. 65-76, setembro 2005.

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS – SAE. **Classe média em números: origens e desafios na nova classe média brasileira**. Disponível em: <<http://www.sae.gov.br>> Acesso em 27 setembro de 2014.

SILVA, André Luiz Reis da. **As transformações matriciais da política externa brasileira recente (2000-2010)**.

Boletim Meridiano 47, v. 11, n° 120, p. 18-24, jul-ago 2010.
Disponível em:

<<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/637/752>>

Acesso em 20 de outubro de 2015.

SOUZA, Amaury de; LAMOUNIER, Bolivar. **A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

_____. *Em defesa da Sociologia: o economicismo e a invisibilidade das classes sociais*. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 1, n 1, Jan/Jul/2013.

VISENTINI, Paulo Fagundes. O Brasil de Lula: uma diplomacia global e afirmativa (2003-2010). **Iberoamérica**, n° 4, 2011, p. 56-68

A biopolítica nos concursos para professor da rede pública

Danilo Marques-Silva⁵
Heloisa Silva O. Gomes⁶

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar as reprovações em concursos para professor da rede pública de ensino por perícias médicas que alegavam obesidade. Analisou-se o discurso de saúde presente nas leis que regulamentam as posses em cargo público e a possível arbitrariedade dos órgãos médicos oficiais do Estado em declarar como não aptos ao exercício do cargo os indivíduos com Índice de Massa Corporal (IMC) acima do ideal estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS). O referencial teórico das análises empreendidas foi a obra de Michel Foucault, sua metodologia de análise do discurso, suas investigações sobre os agentes da política do corpo que tem seu aparecimento no nascimento da medicina social e da biopolítica. A pesquisa foi feita na seção de jurisprudências do site *JusBrasil* (2015) onde foram encontradas treze apelações do Tribunal de Justiça de São Paulo que consistiam em recursos interpostos contra o resultado das perícias. Além disso, investigou-se a relação entre as reprovações por obesidade e o crescente número de adoecimento dos professores seguido de afastamento por licenças médicas, analisando as respostas que o Estado tem dado para lidar com este problema. Tais respostas são consideradas como parte dos *dispositivos de segurança* pelos quais o Estado tenta atenuar os efeitos do alto índice de adoecimento dos professores seguido da falta em decorrência de licenças médicas.

Palavras-Chave: Reprovações em concursos; Professor da rede pública de ensino; Perícias médicas; Biopolítica.

Abstract

This study aimed to analyze the reproofs in contest for teacher of the public school system for medical expertise who claimed obesity. It was analyzed the health discourse present in the laws that regulates

⁵ Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e mestrando em Educação pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Contato: marques7danilo@gmail.com.

⁶ Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Contato: heloisaxisto@gmail.com.

the possession in public office and the possible arbitrariness of the official medical organs of the State to declare as unfit to get the post individuals with body mass index (BMI) above the ideal established by the World Health Organization (WHO). The theoretical framework for the current analysis was the work of Michel Foucault, the discourse analysis methodology, the investigations into the body politics agents that have their origin in the birth of social medicine and of the bio politics. The research was done in the case law section of the website *JusBrasil* (2015) which found 13 appeals of the São Paulo Court of Justice that consisted of appeals against the results of expertise. In addition, it was investigated the relationship between the reproofs for obesity and the growing number of ailment of teachers followed by medical licenses, analyzing the answers that the state has taken to deal with this phenomenon.

Key-words: Reproofs in contests; Teacher of the public school system; Medical expertises; *Bio politics*.

1. Introdução

Nos últimos cinco anos, várias foram as ocorrências de professores sendo reprovados em concursos para professor de redes públicas de ensino após a perícia médica que alegava obesidade dos candidatos. No ano de 2011, 50 professores aprovados em um concurso do estado de São Paulo foram considerados inaptos pela perícia médica, sob alegação de estarem obesos. Após a intervenção da Ordem dos Advogados do Brasil, que apontou haver discriminação na ação, os candidatos puderam passar por uma nova perícia. Após serem reavaliados, 38 dos 50 candidatos foram aprovados, restando ainda 12 reprovados por obesidade⁷.

Recentemente outro caso ganhou notoriedade. Trata-se da reprovação em 2014, de 141 que prestaram concurso também para

⁷ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0603201129.htm>. Edição do dia 06/03/2011. Acesso em: 12/11/2015.

a rede estadual de São Paulo. Os candidatos passaram nas provas, mas foram reprovados na perícia médica por causa do excesso de peso⁸. De acordo com os peritos, esses candidatos teriam uma doença grave pré-existente, a obesidade mórbida.

A obesidade é considerada oficialmente uma doença para a classe médica. A Organização Mundial da Saúde (OMS) adota o Índice de Massa Corporal (IMC) como preditor da doença. O IMC é determinado pela divisão do peso em quilogramas pelo quadrado da altura em metros. Entretanto, pesquisas⁹ indicam que há limitações na sua utilização para determinar se um indivíduo está acima do peso. Corpos muitos musculosos, por exemplo, podem ter um IMC alto e não estarem obesos. Diferenças étnicas também influenciam no índice, e para idosos sua classificação deve ser diferenciada. O IMC não expressa a composição corporal relativa ou quantitativa de um indivíduo, e para ser mais preciso teria de ser acompanhado por outras variáveis, tais como a circunferência da cintura, que permitiria a identificação de risco de doenças cardiovasculares e analisaria os padrões de distribuição da gordura corporal, entre outras¹⁰.

A reprovação massiva dos candidatos por esse motivo suscitou denúncias a respeito da inconstitucionalidade da ação por parte do estado. Para a procuradora do Ministério Público do Trabalho de São Paulo, a obesidade não é motivo de exclusão de um candidato: “Não dá para impedir a pessoa de assumir o cargo ou o emprego com base em expectativas futuras. Então, a intenção é

⁸ Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2014/07/professores-de-sp-sao-reprovados-em-pericia-medica-por-cao-do-peso.html>. Edição do dia 29/07/2014. Acesso em: 12/11/2015.

⁹ Disponível em: <http://www.calculoimc.com.br/limitacoes-do-imc/>. Acesso em: 12/11/2015

¹⁰ Disponível em: <http://apps.who.int/bmi/>. Acesso em: 12/11/2015

avaliar a capacidade elaborativa no presente, no momento atual” ¹¹. Por outro lado, em defesa da ação, a diretora técnica do Departamento de Perícias Médicas do Estado de São Paulo (DPME/SP) afirma que:

“[...] existe um número relativamente grande de licenças devido a doenças pertinentes como essa. Uma hipertensão descontrolada, problemas no joelho, porque uma obesidade severa vai causar alteração no joelho, já que o professor fica seis horas em pé¹²”.

Questionado sobre outro caso de reprovação por obesidade em concurso para professor da rede pública de ensino do estado de São Paulo, o DPME/SP declarou que tal reprovação não é preconceito:

“[...] o estado tem que seguir normas para a contratação de pessoas para algum cargo público, para isso ele segue critérios técnicos que são estabelecidos pelo Estatuto do Funcionário Público, que exige aptidão física” ¹³.

Segundo o departamento, os critérios técnicos e científicos são previstos na legislação, em especial no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado (Lei nº 10.261/1968 com nova redação dada pela Lei Complementar 1.123/2010), e também nas normas legais estabelecidas pelo Ministério da Saúde e OMS.

¹¹ Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2014/07/professores-de-sp-sao-reprovados-em-pericia-medica-por-cao-do-peso.html>. Edição do dia 29/07/2014. Acesso em: 12/11/2015.

¹² Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2014/07/professores-de-sp-sao-reprovados-em-pericia-medica-por-cao-do-peso.html>. Edição do dia 29/07/2014. Acesso em: 12/11/2015.

¹³ Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/sao-jose-do-rio-preto-aracatuba/noticia/2014/03/diretor-de-pericias-medicas-nega-preconceito-contraprofessora-obesa.html>. Edição do dia 13/03/2014. Acesso em: 12/11/2015

Os fatos descritos explicitam a racionalidade médica inserida no universo da administração estatal, ela está nas leis e nos decretos que regulamentam requisitos de saúde do indivíduo para a posse em cargo público. As perícias médicas as quais os professores têm sido submetidos demonstram como o discurso da saúde tem se apresentado como norma para seleção de professores no estado de São Paulo. Uma vez classificado pelo concurso e nomeado para cargos efetivos do Quadro do Magistério da rede pública de ensino estadual, o candidato deve:

X - apresentar ao superior imediato os seguintes documentos, em vias originais e cópias:

h) Certificado de Sanidade e Capacidade Física (laudo médico) declarando-o apto ao exercício do cargo, expedido pelo Departamento de Perícias Médicas do Estado (DPME), conforme artigo 7º do Decreto 29.180/1988;¹⁴

O certificado de Capacidade Física (laudo médico) declara apto ao exercício do cargo os candidatos com os seguintes requisitos de saúde estabelecidos pelo o Artigo 47 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo:

VI - gozar de boa saúde, comprovada em inspeção realizada por órgão médico oficial do Estado, para provimento de cargo efetivo, ou mediante apresentação de Atestado de Saúde Ocupacional, expedido por médico registrado no Conselho Regional correspondente, para provimento de cargo em comissão; (NR) (SÃO PAULO, 2010).

¹⁴ SÃO PAULO. Instrução CGRH 1, de 03-01-2013. Dispõe sobre a posse e ao exercício de candidatos nomeados para cargos efetivos do Quadro do Magistério. Disponível em: http://www.educacao.sp.gov.br/cgrh/wp-content/uploads/2014/06/Posse_e_exercicio_DOE-04-01-2013.pdf. Acesso em novembro de 2015.

O presente trabalho tem por objetivo geral analisar as reprovações em concursos para professor da rede pública de ensino pela perícia médica que alegava obesidade, analisando o efeito prescritivo do discurso médico sobre as leis que regulamentam as posses em cargos públicos. O objetivo específico deste trabalho é investigar a relação entre as reprovações por obesidade e o crescente número de adoecimento dos professores seguido de afastamento por licenças médicas, analisando as respostas que o Estado tem dado para lidar com este problema.

As referidas reprovações embasam-se em critérios técnicos e científicos previstos por leis, como no caso do estado de São Paulo pelas Leis nº 10.261/1968 e 1.123/2010. Pretende-se analisar o requisito “gozar de boa saúde” presente nas leis que regulamentam as posses em cargo público e a possível arbitrariedade dos órgãos médicos oficiais do Estado em declarar como não aptos ao exercício do cargo os indivíduos com IMC acima do ideal estabelecido pela OMS. O Estado, nos casos supramencionados, está dizendo que os aspectos físicos são importantes na contratação candidatos, aspectos que não são de saúde porque os outros exames dos candidatos não apresentaram nenhuma alteração, segundo as reportagens referenciadas.

As análises aqui empreendidas pautam-se na obra de Foucault, sua metodologia de análise do discurso, suas investigações sobre os agentes da política do corpo que tem seu aparecimento no nascimento da biopolítica “[...] maneira pela qual se tentou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas propostos à prática governamental, pelos fenômenos próprios da população: saúde, natalidade...” (Foucault, 1997, p.89).

O que é considerado “boa saúde” está inserido, como é apontado por Foucault (1996), no nível das práticas discursivas “O

discurso está na ordem das leis [...] se lhe ocorre ter algum poder, é de nós, só de nós, que ele lhe advém" (FOUCAULT, 1996). As práticas discursivas com frequência reúnem diversas disciplinas ou ciências, que supõe um jogo de prescrições que determinam exclusões e escolhas. Tais práticas caracterizam-se pelo recorte de um campo de projetos, pela definição de uma perspectiva legítima para o sujeito de conhecimento, pela fixação de normas para a elaboração de conceitos e teorias (FOUCAULT, 1997). O estudo das perícias que declaram inaptos os professores com obesidade seria o ponto de partida para a análise que aqui se propõe. Entretanto, tal material não é disponibilizado ao público, provavelmente por questões ligadas ao sigilo médico. O que foi possível localizar sobre o assunto foram as apelações que consistiam em recursos interpostos contra o resultado das perícias. Elas foram encontradas na seção de jurisprudências do *site* JusBrasil (2015)¹⁵. Pretende-se, analisar por meio de tais documentos o efeito prescriptivo do discurso médico sobre as leis que regulamentam as posses em cargos públicos.

Como exposto pela fala da diretora técnica do DPME/SP, ao reprovar o candidato portador de obesidade o Estado tem o intuito de atenuar os efeitos do designado absenteísmo docente¹⁶, pelo fato da obesidade ser associada a doenças como hipertensão, diabetes, aterosclerose. Pretende-se analisar as respostas que o Estado tem oferecido aos trabalhadores docentes, uma delas é aumento do rigor

¹⁵JusBrasil é uma página da *internet*, considerada a maior comunidade jurídica aberta da América Latina. Ela reúne processos, leis e portarias de todas as esferas do Sistema Jurídico brasileiro. Disponível em: <http://www.JusBrasil.com.br/jurisprudencia/>. Acesso em novembro de 2015.

¹⁶ O absenteísmo, absentismo ou ausentismo é uma expressão utilizada pela *administração gerencial* para designar a falta do empregado ao trabalho. O absenteísmo é considerado como o período de ausência com a apresentação de um atestado médico (OIT, 1989).

das perícias médicas, a outra é a promulgação da Lei Complementar nº 1041/2008 que limita o número de faltas anuais dos servidores. Tais respostas podem ser consideradas como parte dos *dispositivos de segurança* (Foucault, 1979), pelos quais o Estado tenta minimizar as implicações do alto índice de adoecimento dos professores seguido de afastamentos por licenças médicas.

2. A Obesidade

Conforme Foucault (1996), os discursos têm sua forma de regularidade, e igualmente seus sistemas de coerção. Considerando as séries de discursos que referem-se à obesidade, encontramos conjuntos de enunciados muito heterogêneos ao longo da história.

Ao resgatar a história da obesidade (Cunha *et al.*, 2006) remetem-se ao Período Neolítico, época em que as “deusas” eram admiradas e cultuadas por seus quadris, coxas e seios volumosos. Na medicina greco-romana segundo os autores, Hipócrates já alertava sobre os perigos da obesidade para a saúde, afirmando que a morte súbita era mais comum em indivíduos naturalmente gordos do que nos magros. Nesse mesmo período, um discípulo de Hipócrates, chamado Galeno, classificou a obesidade em natural (moderada) e mórbida (exagerada). Na sua concepção, a obesidade era consequência da falta de disciplina do indivíduo. Porém as personalidades socialmente privilegiadas (artistas, nobres ou políticos) tinham total liberdade para manter seus hábitos alimentares excêntricos. (CUNHA *et al.*, 2006)

Segundo Mauad (2012), em outras sociedades, como no Japão medieval a obesidade era considerada um deslize moral cometido pelo indivíduo. Na Europa, o estigma da obesidade foi fundamentado pela Igreja Católica no pecado capital da gula. Em

algumas regiões do continente africano a obesidade nas mulheres é sinal de maior fertilidade e nos homens de domínio e poder.

No século XVIII, os termos corpulento, gordo ou obeso eram utilizados como sinônimos para referir-se a uma condição condenada esteticamente e moralmente. Ao longo do século XIX, entretanto, segundo Oliver (2006, *apud* RIGO e SANTOLIN, 2012), ocorre a emergência dentro da área médica de um discurso que tenta transformar a condição numa patologia. Os esforços alcançam poucos êxitos até o início do século XX, quando o conceito de risco, difundido por empresas de seguros e utilizado por estudos epidemiológicos, veio a mudar o *status* daqueles que eram considerados obesos. (OLIVER, 2006 *apud* RIGO e SANTOLIN 2012, p.282).

Outro fato que mudou o *status* daqueles que eram considerados obesos foi a definição da obesidade como uma doença em 1948, quando essa passou a integrar a Classificação Internacional das Doenças (CID). A partir da década de 1970 o IMC criado por Adolphe Quetelet em 1842 passa a ser utilizado com sucesso em estudos epidemiológicos orientados a identificar o percentual de indivíduos com sobrepeso e obesos, e subnutridos. Entretanto, o índice foi criado, como aponta Pich (2013) com o intuito de identificar características físicas de uma população, não tendo uma finalidade de caráter biomédico (PICH, 2013, p. 860).

Com o relatório sobre estado físico, uso e interpretação da antropometria, a OMS em 1995 passa a adotar oficialmente o IMC como preditor oficial do sobrepeso e da obesidade (WHO, 1995). O fato da obesidade vir sendo considerada como risco à saúde desde a sua classificação como doença, e com a possibilidade dela ser mensurada pelo IMC, contribuiu para conceder aos governos o

direito de reivindicar a antropometria dos indivíduos (como nos concursos públicos supracitados).

Pich (2013) observa que desde o surgimento do IMC até a atualidade um movimento de deslocamento na maneira em que ele é utilizado, passando de referência para a determinação de um dos componentes do homem médio das populações, à condição de parâmetro normativo e promotor da estigmatização dos desviantes (PICH, 2013. p 861).

O relatório mais recente da OMS “Obesidade: prevenindo e controlando a epidemia global” publicado em 2000 (WHO, 2000), serve de quadro teórico, ao mesmo tempo que de justificação social e moral das técnicas de localização, de classificação e de intervenção sobre os obesos. A obesidade é atualmente considerada uma doença complexa, caracterizada pela acumulação excessiva de gordura corporal acumulada no tecido adiposo, com implicações para a saúde, decorrente de vários fatores sejam esses genéticos, psicológicos ou ambientais, como padrões dietéticos e de atividade física ou ainda fatores individuais de susceptibilidade biológica, entre muitos outros, que interagem na etiologia da patologia. (OMS, 2004).

Os outros discursos que se referem à obesidade não prefiguram exatamente o discurso sobre obesidade oriundo da racionalidade médica. É, contudo, a partir dele que uma nova regularidade se formou, retomando ou excluindo, justificando ou descartando alguns dos outros enunciados. Para Foucault (1997) as práticas discursivas possuem modos de transformação específicos ligada a todo um conjunto complexo de modificações que podem ser produzidas tanto fora dela (em formas de produção, em relações sociais, em instituições políticas), quanto nela (nas técnicas de determinação dos objetos, no afinamento e no ajustamento dos conceitos, no acúmulo de informação), ou ainda ao lado delas (em

outras práticas discursivas). E está ligada a elas pelo modo, não de um simples resultado, mas de um efeito que detém ao mesmo tempo sua própria autonomia, e um conjunto de funções precisas em relação àquilo que a determina (FOUCAULT, 1997).

Com o relatório da OMS (WHO, 2000) diversos movimentos e campanhas sobre obesidade implantaram-se em nível global. Vários países como o Brasil passaram a promover programas de combate à obesidade que se referenciam nos parâmetros técnicos explicitados nesse relatório.

2.1. A obesidade no Brasil

A obesidade no Brasil é encontrada como tema de pesquisas oficiais como na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF): Antropometria e Estado Nutricional de Crianças, Adolescentes e Adultos no Brasil (2008-2009), realizada por uma parceria entre o Ministério da Saúde (MS), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). A POF (2008-2009) fez um levantamento com 188 mil brasileiros apresentando as medidas antropométricas a partir de estatísticas descritivas. Analisando dados da pesquisa constatou-se que 50% dos homens e 48% das mulheres se encontram com excesso de peso, sendo que 12,5% dos homens e 16,9% das mulheres apresentam obesidade. As medidas em que se baseiam os resultados e análises apresentados no contexto da POF (2008-2009), adotaram como referência as distribuições de medidas disponíveis no estudo da OMS de 2006¹⁷ (IBGE, 2010).

¹⁷ WHO. *Child growth standards: length/height-for-age, weight-for-age, weight-for-length, weight-for-height and body mass index-for-age: methods*

Em um recente trabalho que faz uma análise de como obesidade vem sendo tratada na legislação brasileira, Rigo e Santolin (2012) encontraram 46 leis em que constavam as palavras "obesidade" ou "sobrepeso", das quais 32 eram municipais, 13 estaduais e uma nacional¹⁸. As leis localizadas foram promulgadas no período entre 1999 e 2010, o que sugere que os parâmetros técnicos da OMS (1995; 2000 e 2006) podem ter influenciado na proposição de tais leis. A lei é um dos quadros de referência da obesidade no Brasil. Como no caso do campo de aparecimento do monstro para Foucault (1997), o aparecimento da obesidade é oriundo de um domínio jurídico-biológico, baseado numa noção jurídica no sentido amplo, já que se trata não somente das leis da sociedade, mas também das leis da natureza. O que faz com que o monstro humano seja um monstro (e quem está acima do peso seja obeso) não é somente a exceção em relação à forma da espécie humana, é a perturbação que traz às regularidades jurídicas (FOUCAULT, 1997).

O termo "combate" foi encontrado em 14 leis, sobretudo quando se trata da instituição de programas de prevenção e tratamento. Isso demonstra uma tendência jurídica e social de coerção ao tratamento:

A opção pelo termo "combate" destoa da terminologia clássica utilizada para o campo da saúde e carrega consigo determinadas implicações políticas e socioculturais, contribuindo, possivelmente, para a discriminação dos sujeitos, já que não existe a obesidade em si, somente sujeitos

and development. Multicentre Growth Reference Study Group. WHO: Geneva, 2006.

¹⁸ RIGO, L.; SANTOLIN, C. Combate à obesidade: uma análise da legislação brasileira. *Movimento*: Porto Alegre, v. 18, n. 02, p. 279-296, abr/jun de 2012.

classificados como obesos. (RIGO e SANTOLIN, 2012, p. 284)

O obeso na legislação brasileira é tratado como indivíduo a corrigir. Para ele, como para os anormais na análise de Foucault (1997), são garantidas técnicas de tratamento, com exigências próprias dos imperativos da lei e das formas canônicas da natureza. Identifica-se nesses procedimentos de adestramento do corpo as exigências das sociedades industriais que buscam estender a racionalidade do mercado à domínios não exclusivamente econômicos, como o corpo.

No que diz respeito ao direito dos obesos a referida pesquisa sobre obesidade na legislação brasileira encontrou somente uma lei das 46 que indicava garantia de isonomia aos obesos. O fato de apenas uma lei assegurar isonomia aos obesos e 14 delas tratar do combate à obesidade permite constatar que a produção do discurso da obesidade na nossa sociedade é atingida por procedimentos de *exclusão*, principalmente o da *interdição* (Foucault, 1996). É a interdição que constitui a medida judiciária pela qual o obeso pode ser desqualificado como sujeito de direito. A interdição “quadro jurídico e negativo vai ser em parte preenchido, em parte substituído, por um conjunto de técnicas e procedimentos pelos quais se empreenderá o adestramento daqueles que resistem e a correção dos incorrigíveis” (FOUCAULT, 1997, p. 63). A interdição, portanto fornece ao poder executivo o direito de intervenção sobre os obesos.

A aludida pesquisa demonstra que há arbitrariedade na reprovação dos sujeitos obesos dos casos supracitados, pois não foram encontradas leis que restringissem o ingresso na carreira pública de pessoas portadoras de obesidade. Ao mesmo tempo foi encontrada apenas uma lei que garante isonomia aos obesos, e ela

se refere a um município, não ao estado. As 14 leis que contém o termo combate a obesidade indicam a possibilidade de interpretações jurídicas que assegurem o direito e o dever do Estado em determinar a massa corporal ou o IMC ideal normal e saudável para ocupantes de um cargo público (RIGO e SANTOLIN, 2012).

3. Análise das apelações

Esta parte do trabalho pretende analisar o requisito “gozar de boa saúde” presente nas leis que regulamentam as posses em cargo público e a possível arbitrariedade dos órgãos médicos oficiais do Estado em declarar como não aptos ao exercício do cargo os indivíduos com IMC acima do ideal estabelecido pela OMS. Como mencionado, não foi possível o acesso às perícias que declaram inaptos os professores com obesidade, essas não são publicadas. Dessa forma focou-se nas análises das apelações que consistem em recursos interpostos contra o resultado das perícias. Elas foram encontradas na seção de jurisprudências do site JusBrasil (2015). Pretende-se analisar o efeito prescritivo do discurso médico sobre as leis que regulamentam as posses em cargos públicos.

Para Foucault (1996) há em nossa sociedade uma *logo fobia*, um temor da massa de coisas ditas, de todos enunciados, do zumbido incessante e desordenado do discurso, de tudo o que possa haver aí de violento, de descontínuo, de combativo, de desordem e também de perigoso. Segundo o autor, se quisermos apagar esse temor, é preciso analisá-lo em suas condições, seu jogo e seus efeitos (FOUCAULT, 1996). É necessário, nesta perspectiva, examinar os processos dos concursos em questão em que se confrontam juristas e médicos. Com esse objetivo foram pesquisadas na seção “jurisprudências” do site JusBrasil (2015), as

seguintes palavras-chaves: professor(a); reprovado(a); perícia médica; concurso; obesidade.

Ao todo foram encontradas treze apelações, entre o ano de 2011 e 2015, sendo o ano de 2015 o com maior número de recursos, sete ao todo. Elas consistiam em mandado de segurança¹⁹, tutela antecipada²⁰ e tutela de urgência²¹ relacionados à posse de candidatos reprovados por obesidade em concurso para professor da rede pública.

As treze apelações encontradas provinham do Tribunal de Justiça de São Paulo. Onze eram da Comarca de São Paulo, uma da Comarca de Dracena/SP e uma de Apiaí/SP. Observa-se uma tendência do estado de São Paulo em aumentar o rigor médico na seleção dos professores. Na rede estadual de São Paulo, a maior do país, com 5.463 escolas, em média 12 mil professores faltam por dia, sendo que a rede conta com 189 mil docentes²². O afastamento dos professores de suas atividades é massivamente por razões de saúde e, em particular, por problemas que afetam o estado emocional, de acordo com dados da Secretaria de Gestão Pública do Estado de São Paulo²³. Nesse sentido, a razão

¹⁹ Mandado de segurança é uma ação constitucional de natureza civil que visa a garantia constitucional a um direito líquido e certo. É concedido quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for o Poder Público (MORAES, 2008).

²⁰ As tutelas antecipadas, podem ser definidas como o deferimento provisório do pedido do autor, no todo ou em parte (MESQUITA, 2002).

²¹ As tutelas de urgência são usadas quando se está diante de um risco plausível de que a tutela jurisdicional não se possa efetivar. As medidas devem ser promovidas, imediatamente, para garantir a execução ou antecipar os efeitos da decisão final, sob pena da impossibilidade de execução futura (MESQUITA, 2002).

²² TAVARES, P.; CAMELO, R.; KASMIRSKI, P. A falta faz falta? Um estudo sobre o absenteísmo dos professores da rede estadual paulista de ensino e seus efeitos sobre o desempenho escolar. *Anais do XXXVII Encontro Nacional de Economia*, Foz do Iguaçu, 2009.

²³ De acordo com dados da Secretaria de Gestão Pública do Estado de São Paulo, os transtornos mentais são a principal causa de afastamento dos professores (32,2%), seguido das doenças dos sistemas osteomusculares (17,6%) e das doenças do aparelho respiratório (7,4%) (BARROS, 2008, p.26).

governamental que guia a gestão da rede estadual de São Paulo tem como pressuposto que selecionando professores com IMC tido como ideal poder-se-ia diminuir as implicações oriundas das faltas dos docentes em decorrência de licenças médicas.

Dos treze recursos, sete foram movidos por professores reprovados, sendo que quatro desses foram providos. As apelações que tiveram recurso provido afirmavam que o IMC do servidor é irrelevante para o exercício da função e atestavam inexistência de prova de incapacitação sob o prisma funcional nos termos da Classificação Internacional de Funcionalidade Incapacidade e Saúde (CIF)²⁴. Portanto, a incompatibilidade concreta dos candidatos foi considerada não demonstrada. Além disso, as apelações defendiam que os autores já exerciam cargo de professor na rede estadual, todos há mais de nove anos e sem registro de afastamentos por motivo de saúde.

Encontrou-se um recurso provido em parte, em que a apelação também defendia o fato da professora ser temporária do próprio Estado desde 1999. Deu-se parcial provimento ao recurso, apenas para se garantir reserva de vaga à agravante. Ficou, portanto, indeferido o seu pedido para posse imediata.

Dos sete recursos que foram movidos por professores reprovados, um deles foi improvido. Nas razões que requeriam a reforma da decisão, asseverava-se que a decisão que considerou a candidata inapta ao exercício do cargo padecia de subjetivismo e obscuridade, já que não existe previsão legal de que o alto índice de IMC conste como causa de exclusão do certame e inexistente qualquer relação entre o IMC e o exercício das atribuições inerentes ao cargo

²⁴ A CIF é um sistema de classificação inserido no quadro de referência universal adotado pela OMS para descrever, avaliar e medir a saúde e a incapacidade quer ao nível individual quer ao nível da população. Disponível em: <http://www.inr.pt/content/1/55/que-cif>. Acesso em novembro de 2015.

de professor. Alegou-se também que houve violação aos princípios da proporcionalidade, razoabilidade e isonomia pelo fato do critério não estar previsto na lei do cargo, estabelecendo regra discriminatória, inadequada e desproporcional. Apesar das razões apresentadas para a reforma da decisão, o recurso foi improvido. Os argumentos para o não provimento foi o fato da candidata ter aderido às normas editalícias e a elas se submeter, para somente no momento da apelação ocorrer-lhe questioná-las.²⁵

Retomando os outros casos em seis das treze apelações selecionadas o agravante era a “Fazenda do estado de São Paulo”, que recorria sobre as sentenças que possibilitava a posse dos candidatos reprovados em exame de aptidão física nos cargos pleiteados. Dessas, quatro foram providas, essas apelações traziam a definição de obesidade da OMS. Defendiam também a presunção de legitimidade dos exames realizados pelo DPME para fins de ingresso na carreira, afirmando que eles não se limitam à aferição da capacidade momentânea do candidato, mas que também levam em conta a possibilidade de agravamento das patologias pré-existentes que acarretaria injustificado gravame à Administração Pública por licenciamentos frequentes ou aposentadoria precoce. Entretanto, os recursos do Estado de São Paulo não foram providos alegando-se, sobretudo o fato dos docentes já atuarem na função de professor de educação básica na condição de temporário, contratados nos termos da Lei Complementar nº 1093/2009. Eles já pertenciam ao quadro do magistério da rede estadual de educação, em decorrência de contratos por prazo determinado firmados com o estado, que nessa ocasião os considerava aptos fisicamente para exercerem a profissão na condição de designados. Inclusive uma das professoras

²⁵ Agravo de Instrumento nº 2009720-35.2015.8.26.0000 - São Paulo. São Paulo, 3 de março de 2015. (JUSBRASIL, 2015)

agravadas atuava na função há vinte e quatro anos, na condição de contratada, sem provas a respeito de eventuais afastamentos ou licenças-médicas.²⁶

As duas apelações em que os recursos foram providos ao estado de São Paulo, tratavam de professoras que pleiteavam vaga para disciplina de matemática. Uma das candidatas, apesar de classificada em primeiro lugar, foi reprovada por ser portadora de obesidade mórbida e também por ter histórico de doença mental com crises reentrantes junto ao seu primeiro vínculo com o Estado. O DPME a declarou inapta para ingressar no segundo vínculo com o Estado pelas duas razões descritas.²⁷ Dados recentes mostram que matemática é uma das áreas em que há mais déficit de professores na rede estadual de São Paulo.²⁸ Entretanto, os recursos interpostos pelo Estado de São Paulo em relação à reivindicação de posse e exercício do cargo pelas candidatas foram providos.

Pela análise dos autos observa-se que os peritos adotam como referência a classificação de obesidade da OMS e o IMC como preditor oficial da doença. Ela é considerada doença grave que origina doenças oportunistas que podem acarretar prejuízo à Administração Pública por licenciamentos frequentes ou aposentadoria precoce. A obesidade de Grau I (IMC 30 a < 35) consta em três apelações e em todas as decisões foram favoráveis aos professores. Enquanto as outras dez apelações traziam a obesidade dita mórbida (IMC $\geq$ 40) como a razão do não provimento aos recursos interposto pelos candidatos ou do provimento ao recurso interposto pelo Estado contra as decisões favoráveis à

²⁶ Apelação nº 1015018-94.2014.8.26.0053-São Paulo - Voto nº 9828. São Paulo, 05 de novembro de 2014. (JUSBRASIL, 2015)

²⁷ Agravo de Instrumento nº 2158485-79.2014.8.26.0000 - São Paulo - DM 22.895-AI. (JUSBRASIL, 2015)

²⁸ <http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-na-midia/indice/31224/pesquisa-mostra-que-nao-falta-professor-mas-interesse-de-seguir-a-carreira/>

aprovação dos professores. É possível, portanto inferir que quanto maior o IMC, menor o índice de efetivação no cargo.

O efeito do discurso de “boa saúde” presente nos referidos autos é o da *interdição*, o Estado está excluindo o professor obeso sob o argumento da probabilidade de ele vir ter uma doença ligada à obesidade, que poderia causar seu afastamento do cargo. O risco de um futuro afastamento é considerado no presente como critério para aprovação dos candidatos no concurso. O prognóstico da vida funcional, prerrogativa e princípio da continuidade no serviço público é o argumento mais usado pelo DPME/SP para as reprovações. Porém, não há fatos que indiquem que outras condições de risco como tabagismo impeçam candidatos de tomar posse em cargo público, apesar da sua associação com o câncer de pulmão e outras doenças. Além disso, nada garante que indivíduos com IMC ideal não vão adquirir doenças no decorrer da vida e os que possuem IMC alto possam ter uma saúde estável e até mesmo mudar seu peso no decorrer da vida. A avaliação da capacidade laborativa no presente é o que rege as contratações de professores temporários, todos os candidatos referidos nessa pesquisa trabalhavam para o estado de São Paulo nessas condições. Eles eram considerados aptos como professores temporários, mas foram considerados inaptos no momento de serem efetivados.

Para os juristas envolvidos nos casos citados, houve ofensa ao princípio da proporcionalidade disposto no art. 2º, Parágrafo Único, inciso VI, da Lei nº 9784/99 e ao da acessibilidade aos cargos públicos, previsto no artigo. 37, inciso I, da Constituição Federal (BRASIL, 2010). Os legistas afirmam que não existiam provas de incapacitação dos candidatos sob o prisma funcional nos termos da CIF, assim como inexistente qualquer relação entre o IMC e o exercício das atribuições inerentes ao cargo de professor.

Entretanto, como exposto, o obeso na legislação brasileira é considerado como o indivíduo a corrigir, o que o desqualifica como sujeito de direito e abre precedente para o Estado determinar a massa corporal ideal, normal e saudável de um indivíduo para um cargo público. Isso demonstra uma tendência jurídica e social de intervenção sobre os obesos, de coerção ao tratamento. Para se efetivarem, esses professores já atuantes no estado como contratados, têm de recorrer ao Poder Judiciário ou emagrecer²⁹.

4. A relação entre as reprovações por obesidade e adoecimento docente

Vários estudos (OLIVEIRA, 2003; FARDIN, 2003; NORONHA, 2001) indicam que a reestruturação produtiva iniciada na década de 1990 no Brasil e nos demais países da América Latina trouxe mudanças significativas para os trabalhadores docentes através das reformas educacionais. Segundo Oliveira (2004) a educação geral passa a ser tomada como requisito indispensável ao emprego formal e passa a desempenhar papel preponderante na condução de políticas sociais de cunho compensatório, que visam à contenção da pobreza. A autora afirma que, com as reformas educacionais, novas demandas passam a ser apresentadas à educação escolar, refletindo em mudanças nas formas de gestão e organização do trabalho na escola e resultado na intensificação do trabalho docente, pela ampliação do seu raio de ação e, conseqüentemente, em maiores desgastes e insatisfação por parte desses trabalhadores (OLIVEIRA, 2004).

²⁹ Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2014/04/professor-perde-8-quilos-e-se-torna-apto-para-lecionar-em-aguai-sp.html>. Edição do dia 20/04/2014. Acesso em novembro de 2015.

Nesse contexto de projetos de reforma, Oliveira (2004) afirma que os professores passam a ser alvo central de programas governamentais, como agentes responsáveis pelas mudanças, pelo fato deles serem em geral, considerados os principais responsáveis pelo desempenho dos alunos, da escola e do sistema. Segundo a autora, diante desse quadro os professores veem-se, muitas vezes, constrangidos a tomarem para si a responsabilidade pelo êxito dos programas. Essa responsabilização pelo desempenho dos alunos é oriunda de uma nova regulação das políticas educacionais que é implementada com a ampliação e a regularidade dos exames nacionais de avaliação, como a avaliação institucional. Para Oliveira (2004) essa nova regulação traz medidas que baseiam-se em conceitos de produtividade, eficácia, excelência, importando das teorias administrativas as orientações para o campo pedagógico. Este contexto de nova regulação das políticas educacionais tem seus reflexos sobre o trabalho docente, no que diz respeito ao processo de trabalho na escola e aos procedimentos normativos que determinam a carreira e a remuneração docente. (OLIVEIRA, 2004).

Noronha (2001) assevera que o professor, diante das variadas funções que a escola pública passa a assumir nesse contexto de reformas, passa a ter de responder a exigências que estão além de sua formação. Muitas vezes os docentes passam a ser obrigados a desempenhar funções de agente público, assistente social, enfermeiro, psicólogo, entre outras.

Esse contexto de novas exigências a que esses professores se veem forçados a responder, a precarização nos aspectos concernentes às relações de emprego, os baixos salários, é o que torna para Oliveira (2004) cada vez mais agudo o quadro de instabilidade e precariedade do emprego no magistério público. O excesso de trabalho, a falta de lazer, a insalubridade do cotidiano

escolar são, nessa conjuntura, fatores que possivelmente contribuem para o crescente número de adoecimento e afastamento dos professores por licenças médicas.

Como foi exposto pelos autos analisados, ao reprovar o candidato portador de obesidade, o Estado tem o intuito de atenuar os feitos do crescente número de adoecimento e afastamento dos professores por licenças médicas, pelo fato da obesidade ser associada algumas doenças. Para análise da relação entre as reprovações por obesidade e o afastamento dos professores por adoecimento, será feita uma revisão sobre adoecimento docente e sobre as respostas que o estado tem dado a este problema.

A APEOESP (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) realizou uma pesquisa no ano de 2010 com intuito de traçar o panorama da saúde dos professores da rede estadual de São Paulo. A pesquisa contou com entrevista de 936 professores de todo o estado. O levantamento apontou que dentre os professores pesquisados 27% tiveram afastamento da atividade profissional no ano anterior a pesquisa (2009) motivados por problemas de saúde. O principal motivo relatado por 57% foi a depressão. Os transtornos de ansiedade são a segunda maior causa de afastamentos, apontada por 49%, os outros 41% citaram a rouquidão e 37%, a hipertensão. (CALIXTO, 2012)

Em um recente trabalho sobre adoecimento e desistência da carreira docente Camargo (2012) aponta que o adoecimento dos professores seguido de licenças médicas é um quadro bastante complexo por não se tratar de um problema pontual, mas de uma situação generalizada. Ainda segundo o autor, o adoecimento dos professores tornou-se na última década um problema de saúde pública que tem pautado as discussões educacionais e, ao mesmo tempo, tem despertado o interesse de profissionais e pesquisadores

da área médica, como psiquiatras, psicólogos e médicos especializados em doenças do trabalho (CAMARGO, 2012).

A obra de Wanderley Codo (1999) é uma referência do tema no Brasil por configurar-se com um estudo de abrangência nacional, sobre saúde mental e condições de trabalho, bem como sobre *burnout* entre os trabalhadores em educação. *Burnout* segundo o autor é uma síndrome causada por diversos fatores como exaustão emocional, esgotamento físico, despersonalização e falta de envolvimento pessoal no trabalho que desencadeia um sofrimento psíquico. A causa do distúrbio, portanto está intimamente ligada ao trabalho.

Uma das respostas do estado de São Paulo para lidar com o crescente adoecimento seguido da falta dos professores em decorrência de licenças médicas na rede pública foi a promulgação em 2008 da Lei Complementar 1041/2008 que “dispõe sobre o vencimento, a remuneração ou o salário do servidor que deixar de comparecer ao expediente em virtude de consulta ou sessão de tratamento de saúde”. A lei limita o número de faltas dos servidores estaduais para 6 faltas anuais (SÃO PAULO, 2008). Segundo o estudo de Camargo (2012) a promulgação da LC 1041/08 teve o efeito de reduzir as faltas dos professores, embora esse fato não tenha resolvido o problema, pois surgiu um outro efeito: o aumento de requerimento de licenças não remuneradas e de pedidos de exoneração (CAMARGO, 2012).

Outra resposta do estado de São Paulo para lidar com o adoecimento seguido da falta dos professores em decorrência de licenças médicas está sendo, como foi exposto no decorrer deste trabalho, o aumento do rigor das perícias médicas a que os professores têm que se submeter para se efetivarem no cargo de professor da rede estadual.

Pela análise das apelações contra o resultado das perícias observou-se o efeito prescritivo do discurso médico sobre as leis que regulamentam as posses em cargos públicos é o de contribuir para reprovação de professores portadores de obesidade. Tais reprovações embasam-se em critérios técnicos e científicos previstos por essas leis. O discurso da saúde se apresenta, portanto como norma para seleção de professores.

5. As perícias médicas como dispositivos de segurança

O aumento do rigor das perícias médicas e a promulgação da lei que limita o número de faltas dos servidores para seis faltas anuais, podem ser considerados como parte dos *dispositivos de segurança* pelos quais o Estado tenta atenuar efeitos do alto índice de adoecimento seguido da falta dos professores em decorrência de licenças médicas. *Dispositivos de segurança* para Foucault (1979) são instrumentos técnicos oriundos do conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises, reflexões, cálculos e táticas que permitem o exercício desta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população e seus fenômenos próprios (FOUCAULT, 1979).

O conceito de biopoder é bastante pertinente para a análise aqui empreendida uma vez que foi através da constituição desse poder que o Estado passou a ter acesso ao corpo. Como afirma Foucault (1979) “o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo.” (FOUCAULT, 1979, p.80).

O corpo como uma realidade biopolítica e a medicina como estratégia biopolítica reportam-se ao desenvolvimento do poder sobre a vida. Segundo Foucault (1999) a partir do século XVII o

poder de morte (advindo direito do soberano de *causar* a morte ou de *deixar* viver) passa a apresentar-se como o complemento de um poder que se exerce positivamente sobre a vida, que empreende sua gestão, sua majoração, sua multiplicação, o exercício sobre ela, de controles precisos e regulações de conjunto (FOUCAULT, 1999). O que passa a assegurar o exercício do poder sobre vida são as *disciplinas: anátomo-política do corpo humano* que centram-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões e na extorsão de suas forças. A *biopolítica da população* centrando-se no corpo-espécie, com seus processos biológicos passa a assegurar o exercício do poder sobre vida através de intervenções e controles reguladores dos processos de proliferação, nascimentos, mortalidade, dos níveis de saúde, da longevidade e de todas as condições que podem fazê-los variar. (FOUCAULT, 1999)

A maneira como o IMC é utilizado atualmente como parâmetro normativo com uma finalidade de caráter biomédico pode ser considerada como uma consequência do desenvolvimento do biopoder. Os governos reivindicam o direito à antropometria dos indivíduos (como nos concursos supracitados) tendo o poder-saber médico como quadro teórico, como justificação social e moral para classificar e intervir sobre os obesos. É a biopolítica, como explicitado por Foucault (1999), que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente que opera como fator de segregação e de hierarquização social. Um poder dessa natureza qualifica, mede, avalia, hierarquiza, garantindo relações de dominação e efeitos de hegemonia. (FOUCAULT, 1999)

O conceito de *governamentalidade* também é essencial para a compreensão de como um índice do tipo do IMC, que possui restrições de utilização é adotado internacionalmente como

referencia para campanhas que tem por alvo as populações. De acordo com Foucault (1979), o desenvolvimento daquilo que se entende por governo do Estado (governo em sua forma política) está relacionado à emergência do problema da população. Conforme o autor, a abundância monetária propiciou a expansão demográfica no século XVII, o que trouxe a percepção dos problemas específicos da população para o governo dos Estados. Nesse sentido a teoria da arte de governar esteve ligada ao desenvolvimento de um conjunto de análises e de saberes que se caracterizam como conhecimento do Estado, em seus diversos elementos e dimensões. A estatística torna-se assim a ciência do Estado, o principal fator técnico capaz revelar o que uma população tem de regularidade própria: número de mortos, de doentes, regularidade de acidentes (FOUCAULT, 1979).

Melhorar a sorte da população, aumentar sua riqueza, sua duração de vida, sua saúde passa a ser o objetivo final do governo, segundo Foucault (1979). Assim aparecem as campanhas, e através delas passa a ser possível agir diretamente sobre a população (FOUCAULT, 1979).

Esse movimento que faz aparecer a população como um dado, como um campo de intervenção, como o objeto da técnica de governo é para Foucault (1979) um dos movimentos que compõe a história da *governamentalidade*, o fenômeno governamentalização do Estado. Os *dispositivos de segurança* que interessam a discussão feita aqui é parte constituinte desses movimentos. O Estado de governo que tem como alvo a população, utiliza a instrumentalização de um conjunto de saberes, o que corresponde a uma sociedade controlada pelos *dispositivos de segurança*. Nesse sentido, o aumento do rigor das perícias médicas baseado no poder-saber médico é usado como tática para não efetivação de

candidatos considerados propícios a adoecer. A razão governamental que guia a gestão da rede estadual de São Paulo tem como pressuposto que selecionando professores com IMC tido como ideal poder-se-ia diminuir as implicações procedentes do crescente índice de adoecimento docente seguido de afastamento por licença médica na escola pública.

6. Considerações finais

Pela análise das reprovações em concursos para professor da rede pública de ensino pela perícia médica que alegava obesidade, foi possível observar que a racionalidade médica está inserida nas leis e nos decretos que regulamentam os requisitos de saúde do indivíduo para a posse em cargo público. As reprovações por obesidade embasam-se em critérios técnicos e científicos previstos por leis. As perícias médicas a que os professores têm sido submetidos explicitam como o discurso da saúde tem se apresentado atualmente como norma para seleção de professores.

As reprovações por obesidade nos concursos para professor da rede pública e a promulgação da lei que limita o número de faltas dos servidores estaduais podem ser consideradas como parte dos *dispositivos de segurança* pelos quais o Estado tenta minimizar efeitos do crescente índice de adoecimento seguido da falta dos professores em decorrência de licenças médicas. Ao excluir o candidato obeso o Estado seguramente não conseguirá sanar o problema do adoecimento e do afastamento dos docentes. O adoecimento e as licenças decorrem, como observado nas pesquisas citadas, não por uma questão de falta de saúde dos professores, mas pelo fato deles serem submetidos a condições precárias de trabalho, aliada aos baixos salários que levam a um

excesso de trabalho. Os transtornos mentais são a principal causa de afastamento dos professores, não tendo relação com suas condições físicas. Para atenuar os efeitos do crescente número de adoecimento seguido da falta dos professores em decorrência de licenças médicas seria necessário melhorar as condições de trabalho dos professores e a insalubridade do cotidiano escolar.

7. Referências bibliográficas

BARROS, Rubem. Dossiê: saúde do professor. **Revista Educação**, São Paulo, ano 12, n. 140, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 44^a ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BRASIL. Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9784.htm. Acesso em: nov. 2015.

CAMARGO, Danilo. **O abolicionismo escolar: reflexões a partir do adoecimento e da deserção dos professores**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - USP, São Paulo. 2012.

CALIXTO, Tatiane. Pesquisa aponta que depressão é maior causa de afastamento de professores. **A tribuna. Edição do dia**: 12/09/12. Disponível em: <http://www.apoeesp.org.br/noticias/noticias/pesquisa-aponta-que-depressao-e-maior-caoa-de-afastamento-de-professores/>. Acesso em: nov. 2015.

CUNHA, Ana; NETO, Cândido; JÚNIOR, Arnaldo. Indicadores de obesidade e estilo de vida de dois grupos de mulheres submetidas à cirurgia bariátrica. **Fitness & Performance Journal**, v.5, n 3, p. 146-154, 2006.

CODO, Wanderley. **Educação: carinho e trabalho**. "Burn-out", a síndrome da desistência do educador, que pode levar à falência da educação Petrópolis: Vozes, CNTE, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 23. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Resumo dos cursos do Collège de France** (1970- 1982). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

FARDIN, Vinícius. **Tecendo análises sobre o trabalho docente nos ciclos de formação da Escola Plural**. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Belo Horizonte, 2003.

IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF):** Antropometria e Estado Nutricional de Crianças, Adolescentes e Adultos no Brasil (2008-2009). Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009_encaa/pof_20082009_encaa.pdf. Acesso em: nov. 2015.

JUSBRASIL. **Jurisprudência**. Decisões de todos os Tribunais. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/?ref=navbar>. Acesso em: nov. 2015.

MAUAD, Helder. **Leptina, Grelina e a gênese da Obesidade. Laboratório de Regulação Central do Sistema Cardiovascular**. 2012. Disponível em: http://www.heldermauad.com/graduacao/PDF%20FISIO/GERAL/2012/Leptina_Grelina_e_Obesidade.pdf. Acesso em: nov. 2015.

MORAES, Alexandre. **Direito Constitucional**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

MESQUITA, Eduardo. **As Tutelas Cautelar e Antecipada**. São Paulo: RT, 2002.

NORONHA, Maria. **Condições do exercício profissional da professora e os seus possíveis efeitos sobre a saúde: estudo de casos das professoras do ensino fundamental em uma escola pública de Montes Claros, Minas Gerais**. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública. Universidade Federal de Minas Gerais/Universidade de Montes Claros, Belo Horizonte/Montes Claros, 2001.

OLIVEIRA, Dalila. **As reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

OLIVEIRA, Dalila. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educ. Soc.**, vol.25, n.89, p.1127-1144, 2004.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Obesidade: prevenindo e controlando a epidemia global**. Relatório da consultoria da OMS. São Paulo: Editora Roca, 2004.

OIT. Absentismo: causa y control. In: **Enciclopedia de Salud y Seguridad en el Trabajo**. Madrid: OIT, 1989. v.1, p. 5-12.

PICH, Santiago. Adolphe Quetelet e a biopolítica como teologia secularizada. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.20, n.3, jul.-set. 2013 p.849-864.

RIGO, Luiz; SANTOLIN, Cezar. Combate à obesidade: uma análise da legislação brasileira. **Movimento**. Porto Alegre, v. 18, n. 02, p. 279-296, abr/jun de 2012.

SÃO PAULO. Lei Complementar nº 1.093, de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre a contratação por tempo determinado de que trata o inciso X do artigo 115 da Constituição Estadual e dá outras providências correlatas. Disponível em:

<<http://www.JusBrasil.com.br/legislacao/818277/lei-complementar-1093-09-sao-paulo-sp>>. Acesso em: nov. 2015.

SÃO PAULO. Lei Complementar nº 1041, de 14 de abril de 2008. Diário Oficial Estadual, São Paulo, 15 abr. 2008.

SÃO PAULO. Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968. Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1968/lei-10261-28.10.1968.html>. Acesso em: nov. 2015.

SÃO PAULO. Lei complementar nº 1.123, de 01 de julho de 2010. Altera as leis que especifica, e dá providências correlatas. Disponível em:

<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2010/ei.complementar-1123-01.07.2010.html>. Acesso em: nov. 2015.

TAVARES, Priscila; CAMELO, Rafael; KASMIRSKI, Paula. A falta faz falta? Um estudo sobre o absenteísmo dos professores da rede estadual paulista de ensino e seus efeitos sobre o desempenho escolar. **Anais do XXXVII Encontro Nacional de Economia**, Foz do Iguaçu, 2009.

WHO. World Health Organization. **Obesity: preventing and managing the global epidemic**. Report of a WHO Consultation. Genève: WHO. Technical report series, n.894, 2000.

WHO. World Health Organization. **Physical status: the use and interpretation of anthropometry**. Report of a WHO Expert Committee. Genève: WHO. Technical report series, n.854, 1995.

WHO. World Health Organization. **Child growth standards: length/height-for-age, weight-for-age, weight-for-length, weight-for-**

height and body mass index-for-age: methods and development. Multicentre Growth Reference Study Group. WHO: Genève, 2006.

O pentecostalismo no Brasil: uma reflexão sobre novas classificações

Mariana Reinisch Picolotto³⁰

Resumo

O pentecostalismo é o segmento religioso que mais cresce no Brasil. Ele teve sua origem nos Estados Unidos, tendo chegado ao Brasil através de dois pastores suecos Gunnar Vigren e Daniel Berg. O pentecostalismo, tanto em sua vertente americana e como na sueca, influenciou o pentecostalismo brasileiro, em suas duas primeiras décadas. Do pentecostalismo americano incorporou a “glossolalia”, crença na presença do “Espírito Santo”, a “teologia da prosperidade”; do pentecostalismo sueco tiveram origem o “pietismo”, o “apego aos valores da modéstia e intimidade”. Neste trabalho, será abordada de forma sintética a evolução do Pentecostalismo no Brasil, destacando a influência do Pentecostalismo dos Estados Unidos e da Suécia, até assumir as características que adquiriu e possui até a atualidade. Este artigo é o resultado de uma pesquisa de natureza etnográfica na igreja Encontros de Fé, situada na cidade de Porto Alegre, nos anos 2009 a 2015.

Palavra Chave: Pentecostalismo- Estados Unidos – Suécia – Brasil

1. Introdução

O crescimento pentecostal no Brasil tem chamado a atenção de pesquisadores como Ari Oro (1996), Valdir Pedde (2013), Ricardo Mariano (2004), com Alves J. (2012) e Paul Freston (1994, 1995), Daniel Alves (2011), Marcelo Tadvall (2013, 2015). O Censo de 2000 e 2010 ressaltam o crescimento do campo religioso

30 Mestre em Antropologia pelo Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Pentecostal no Brasil. No Censo de 2000, já era possível constatar o crescimento ímpar do pentecostalismo. Os evangélicos alcançavam 26,2 milhões, em 2000. E em 2010, o número de evangélicos quase dobrou, atingindo 42,3 milhões de brasileiros, ou seja, cerca de 22% da população nacional. Enquanto os evangélicos cresciam os católicos diminuían sua população. Entre 2000 e 2010 ocorreu uma queda de 1,3% da população de católicos. José Eustáquio Diniz Alves (2012), pesquisador da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – ENCE/IBGEs, estima que em 2040 a população de evangélicos terá ultrapassado a população católica.

O IBGE classifica o grupo de evangélicos sob duas nomenclaturas: 1) Evangélicos de missão e 2) evangélicos pentecostais. Destes dois grupos, o que mais tem crescido é o dos evangélicos pentecostais, de acordo, com a pesquisa realizada em 2000 e 2010.

Os autores mencionados acima compreendem o pentecostalismo em três categorias, descritas por Paul Freston como as Três ondas pentecostais, a saber: pentecostalismo de primeira onda (pentecostalismo Clássico), Pentecostalismo de segunda onda; e pentecostalismo de terceira onda (neopentecostalismo). Freston classificou as igrejas pentecostais em três ondas: a primeira onda, segunda onda e terceira onda; que dão conta da sua evolução temporal e sua diversificação. Muitos pesquisadores têm se apropriado deste guarda-chuva, para classificar as igrejas pentecostais, tais como Tadvold (2013), Mariano (1996, 20014), Oro (1996,2001, 2009, 2011, 2013), Alves (2011), Pedde (2013), Giumbelli (2001), Passos (2012). Veremos adiante que as três ondas pentecostais sofreram influência norte americana e sueca.

1. Apresentando o Campo

As observações e discussões que serão trazidas neste artigo surgiram de um trabalho de campo que durou sete anos, de 2009 a 2016, na igreja Encontros de Fé³¹ e fez parte de umas das discussões apresentadas na minha dissertação³². Durante o período da pesquisa acompanhei a igreja Encontros de Fé nos cultos da igreja, nos eventos organizados em Porto Alegre, entrevistei os líderes da igreja, Isaías Figueiró e Christian Lo Iacono. Uma das dificuldades encontradas foi a de classificar a Igreja Encontros de Fé dentro das categorias apresentadas nas bibliografias sobre o pentecostalismo, ou seja, classificá-las como igrejas pentecostais históricas, clássicas, de segunda onda ou neopentecostais.

O pentecostalismo em toda a sua história nunca se apresentou como um grupo homogêneo, sempre exibiu distinções eclesiais e doutrinárias (Mariano, 1999). Hoje, há mais de cem denominações pentecostais diferentes.

A dificuldade de classificar as igrejas pentecostais apresenta-se pela sua “diversidade interna” (Giumbelli, 2001:90). Pesquisadores como Paul Freston (1994), Siepierski (2004), Mariano (1999), Oro (1996), dedicaram-se a conceituar as igrejas pentecostais de forma criar categorias que sirvam como um grande guarda-chuva. A dificuldade de desenvolver conceitos para construção de tipos ideais é observada pelos atores mencionados acima e por pesquisadores como Giumbelli (2001), Passos (2012). Giumbelli (2001) aponta que

31 Igreja Encontros de Fé é uma igreja porto alegreense, situada no Bairro Sarandi, na avenida Presidente Roosevelt, 310, tem como líder e fundador o pastor Isaías Figueiró, e vice-presidente o pastor Christian Lo Iacono.

32 Dissertação apresentada para o Programa de Pós-Graduação em Antropologia em 31 de maio de 2016.

as dificuldades para classificá-los a partir de dois eixos. O primeiro é o ecumenismo, e o segundo é a dicotomia igreja/agência:

“Um, mais abrangente, caracteriza os graus de ecumenismo das diversas igrejas, maior entre os protestantes do que entre os pentecostais e, no interior destes, tanto menor quanto mais nos aproximamos da terceira geração, em cujos grupos ocorre a demonização de várias expressões religiosas. O outro eixo é interno aos pentecostais e expressa-se nas dicotomias entre igreja/agência de serviços e entre comunidade/clientela. Serve para opor os pentecostais de primeira aos de terceira geração, formando, assim, uma categoria híbrida, a dos pentecostais de segunda geração.” (Giumbelli, 2001:96)

Para Passos (2012) a importância da questão escatológica no estudo das mutações do pentecostalismo brasileiro, explicaria esta grande diversidade e dificuldade para classificá-los como um grupo homogêneo. O autor se apropria do conceito de pós-pentecostalismo de Siepierski (2004), que defende que este termo não daria conta da magnitude das igrejas de terceira onda, apostando no termo de igrejas *pós-pentecostais*, em detrimento de *neopentecostais* de Ricardo Mariano, e vai além sugerindo novas adaptações a este conceito.

Muitos estudos têm se dedicado a estudar as igrejas pentecostais que surgiram após a igreja Universal do Reino de Deus. Diante de todas as discussões sobre como classificar o pentecostalismo que surge a partir da década de 1970, classificado como terceira onda por Freston (1994), *neopentecostais* por Mariano (1989, 2004), *pós-pentecostais*, por Siepierski, a que mais vigora é o conceito de *neopentecostais* representado pelo modelo da igreja Universal do Reino de Deus. Giumbelli (2001) aponta que ela tem sido “o principal referente empírico”. Há, também, as igrejas pós-

denominacionalistas, que segundo Bittecourt em 1995, define as igrejas que não se reconhecem como pentecostais e nem com outra linha protestante (Giumbelli, 2001).

No início da década de 1990, já se questionava a diversidade das igrejas pentecostais, sugerindo que as categorias existentes não davam conta da enorme diversidade presente no campo pentecostal. A diversidade das igrejas pentecostais, segundo Bittecourt (1996) é devido a utilização de “tática dos segmentos de mercado” para atrair adeptos. Para o autor, o pentecostalismo enfatiza uma sintonia com o “mercado ou com a matriz religiosa brasileira” (Giumbelli, 2001: 95). Em 2016 com o aumento expansivo e exponencial das igrejas pentecostais, fornecendo ao público os mais variados serviços religiosos, tornando-as mais conhecidas, estudadas e expostas, faz-se, ainda mais, necessário repensar essas categorias novamente e tentar traçar um caminho que possibilite compreendê-las melhor, e, por conseguinte, compreender a sociedade brasileira.

Os estudos realizados na igreja Encontros de Fé, referido a acima, mostram que as categorias vigentes não dão conta de traduzir ou encaixa-la, mesmo que de forma conceitual, nos tipos ideias apresentados até o momento. Portanto, este artigo tem como objetivo trazer a luz a discussão sobre as categorias existentes para pensar novas categorias.

Para tanto, irei descrever brevemente o pentecostalismo nos Estados Unidos, por ser lá o seu país de origem, e por ser este pentecostalismo norte-americano que chegou no Brasil, principalmente, pelas mãos dos suecos Daniel Berg e Gunnar Vingren. E como o pentecostalismo se espalhou pelo Brasil através dos suecos, é importante também entender o pentecostalismo sueco.

1.1. Pentecostalismo nos Estados Unidos- origem

O pentecostalismo surgiu nos Estados Unidos há 110 anos, pelo trabalho de William Joseph Seymour que ficou conhecido pelo Avivamento da rua Azuza, ocorrido em 1906. A importância de Seymour, discípulo de Parham, segundo Matos (2006), está no fato que foi devido ao trabalho ímpar liderado por ele na Rua Azuza que levou o pentecostalismo a se tornar um “fenômeno internacional e mundial”.

O Pentecostalismo originou-se no movimento internacional de “hollines” no fim do século XIX e início do século XX. Este movimento enfatizava, no início, o *batismo no espírito santo*, *cura* e a *glossolalia*. As raízes do pentecostalismo podem ser encontradas na *teologia de Wesley*³³, fundador do metodismo no século XVIII (Aronsen, 2012).

Em apenas um século o movimento pentecostal atingiu mais de 650 milhões de fiéis em todo o mundo. Peter Wagner (1991) analisou o crescimento da igreja pentecostal do seu surgimento até a década de 1990. Ele observou que até a Segunda Guerra Mundial (SGM) o crescimento pentecostal foi lento. E, que foi após a SGM que o movimento pentecostal explodiu. O autor afirma que em 1945 existiam 16 milhões de pentecostais da Primeira Onda. A segunda onda do pentecostalismo, surgida na década de 1960 levantou o número de pentecostais para 50 milhões, em 1965. Em 1975, o mundo pentecostal já tinha 96 milhões. Após dez anos, em 1985, o número cresceu para 247 milhões. O autor expõe a *Projeção de Barrat* sobre o número de pentecostais em 2000, incluindo neste número a terceira onda e os pré-pentecostais, A projeção estima um

33 Este movimento se baseia na literatura exegeses, principalmente nas cartas Paulina e gospels;

número de 562 milhões fiéis. Alan Anderson³⁴, por sua vez, prevê para o ano 2025 uma população de pentecostais de 800 milhões. Na conferência apresentada na Florida em 2015, ele estimou que em 2014 haviam 631 milhões de pentecostais/carismáticos.

Como mencionado acima, o movimento pentecostal surgiu através do Avivamento na rua Azuza que tem como expoente deste movimento o pastor William Joseph Seymour. Seymour foi aluno de Charles Parham em 1905, na sua escola bíblica em Houston. William Joseph Seymour, negro, ex-garçom e pregador do movimento Holiness, assistia as aulas do lado de fora da sala, pois Parham era simpatizante da discriminação racial e não o deixava participar das aulas dentro da sala. Seymour, pouco tempo depois, foi convidado a ministrar a palavra em uma igreja holiness, em Los Angeles. Lá, ele começou a pregar o que havia aprendido na escola de Parham, o que o levou a ser expulso da igreja e o levando a começar um grupo na rua Azuza, onde ele podia ministrar a palavra de Deus enfatizando no batismo do espírito santo, com ênfase na Glossolalia. O avivamento começou no dia 6 de abril de 1906. Embora enfatizasse-a Seymour falou em línguas, apenas quatro dias depois da primeira de experiência de falar em Línguas, vivida por um menino.

As reuniões na Rua Azuza cresceram e ganharam adeptos, numa destas reuniões estava presente William H. Durham. Info Wulfhorst (2013) relata que o pastor batista W.H Durham, de Chicago, participou de algumas reuniões ministrada por Seymour. Durham, numa destas reuniões, também falou em línguas. Ele levou

34 Conferência apresentada em 13 de março de 2015 na “44th Annual Meeting Information Society for Pentecostal Studies Southeastern University, Lakeland, Florida March 12-14, 2015” intitulada Allan Anderson, “Transformation of World Christianity: challenges and opportunities for christianism. Lecture annual meeting of the society for studies. Lakeland . FL. 12-14- 2015

esta experiência para Chicago, cidade que teve grande influência na internacionalização do movimento pentecostal, conforme expõe Ingo Wulforth (1995). É da igreja de Chicago que saíram os suecos Daniel Berg e Gunnar Vingren, para o Brasil. Parham, também foi visitar o movimento da rua Azuza, e ficou “chocado” com o que presenciou (Matos, 2006: 33). Ingo Wulforth defende que é na igreja Batista de Chicago que as três vertentes do pentecostalismo brasileiro vão surgir: a Assembleia de Deus, a Congregação Cristã do Brasil e a Igreja Evangélica Quadrangular no Brasil.

Allan Anderson (2010) define o pentecostalismo americano em três fases. A primeira ele classifica como Pentecostalismo Clássico. Este que se originou no início do século XX, tem como seu expoente Seymour na Rua Azuza. Seus principais atributos são: o batismo no Espírito Santo, glossolalia e dons. A segunda fase do pentecostalismo americano é conhecida como Movimento Carismático ou Neopentecostal. Este movimento engloba líderes, e pessoas que passaram por um reavivamento, uma experiência com o Espírito Santo, mas ao invés de saírem das igrejas tradicionais continuaram nelas, porém pregando o Espírito Santo. Inclui as igrejas Católicas, Anglicanas, e Protestantes que viraram Católicos carismáticos, Anglicanos carismáticos, e Protestantes carismáticos. Este movimento surgiu na Califórnia na igreja Episcopal, em 1960 e na igreja católica em 1967. A terceira fase é conhecida por Igrejas Neopentecostal independentes e neo-carismáticas, neste somatório incluem as mega-igrejas influenciadas pelo Pentecostalismo e pelo movimento carismático. Estas igrejas surgiram na década de 1970, tendo como diferencial a Teologia da Prosperidade e presença de líderes carismáticos.

Aronson (2012) argumenta que a tensão entre o pentecostalismo Clássico e neopentecostalismo tem a ver com as

atitudes da cultura contemporânea. Existe diferenças entre o pentecostalismo e o neopentecostalismos. Aronson (2012) discute as diferenças entre pentecostalismo e neopentecostalismo, expõe que algumas semelhanças são a teologia e aplicação prática do carisma, especialmente o batismo no espírito santo, a glossolalia, a cura, a profetização.

1.2. Pentecostalismo na Suécia

Na região que abrange a Suécia e a Noruega, no final do século XIX e início do XX começou a ocorrer algumas movimentações religiosas. O movimento pentecostal começou a ganhar visibilidades através de um norueguês-inglês chamado Tomas B Barret, o qual viajará para os Estados Unidos. Nessa viagem ele entrou em contato com o movimento pentecostal e resolveu levar esse movimento para a Noruega. O pentecostalismo chega na Suécia em 1906 através do sueco, Andrew G. Johnson, que volta dos Estados Unidos após ter entrado em contato com o pentecostalismo da Rua Azuza conforme pesquisadores tais como Torbjorn Aronson (2012), Simon Coleman (2000), Andersson (2013), Davidsson (2015), Alvarsson (2015) e outros.

Andrew G. Johnson começou seu trabalho de evangelização na cidade de Skövde, no sudeste da Suécia. Johnson conhecia o pastor Baptista John Ongman, e o pastor Methodist T. B. Barratt. Eles os conheceu em Nova York antes de voltar para a Suécia. Em 1907, Barrat visitou a Suécia confirmando o que Johnsson e outros pentecostais estavam pregando. Os escandinavos, desde o início do Pentecostalismo viajaram por vários lugares para difundir o batismo no Espírito Santo.

Em 1910, com o contínuo crescimento do pentecostalismo na Suécia, Johnson e Ongman fundaram a primeira igreja pentecostal, a Igreja da Filadélfia, em Estocolmo. O primeiro pastor líder da igreja foi E. W. Olsson. Porém em 1912, foi substituído por Lewi Pethrus, que é considerado o principal líder do movimento pentecostal na Suécia.

Para Aronson (2012) as denominações pentecostais mais importantes do leste europeu e Rússia foram os movimentos pentecostais na Suécia, liderado principalmente por Lewi Pethrus (1884-1974), e a Fé Evangélica Cristã (Khristiane evangel'skoy very, KhEV) na Rússia devido ao trabalho de Ivan Voronaev (1885-1930s) (Aronsen, 2012:33).

A Suécia já foi palco do maior movimento Pentecostal do mundo (Coleman, 2000; Freston;1993). Os pentecostais suecos abriram um jornal diário nacional, facilidades bancárias, produção de rádio e televisiva. Após anos de lutas por um espaço na sociedade sueca fortemente influenciada pelo luteranismo, os pentecostais conseguiram um lugar ao sol, mas ainda são minoria.

A Suécia era um país de religião homogênea predominantemente luterana, onde quem não seguia a religião do Estado, o Luteranismo, era marginalizado. Mesmo a Suécia tendo instituído a liberdade religiosa em 1860, 95% da população, o Luteranismo continuava sendo a religião do Estado, reprimindo e marginalizando batistas e metodista. Os suecos criticavam a igreja do Estado, por possuir um “clero culto e teologicamente liberal” e “status social e político”. Os escandinavos possuíam uma “sociedade centralizada”, “dominada por um establishment cultural e religioso caracterizado pela ilustração” e pela “descrença”, a forma que a periferia encontrou para se contrapor as elites escandinavas foi através de uma “religiosidade fervorosa e um tanto anti-

intelectualista”, que encontrou no pentecostalismo força para se opor a religião do Estado.

O modelo vigente de sociedade bem-sucedida da Suécia surge após a primeira guerra mundial (Freston, 1993). Antes, a Suécia foi palco de uma grande onda de migração para os Estados Unidos. Os suecos buscavam melhores condições de vida, e principalmente liberdade religiosa. Após, a primeira Guerra Mundial, com o crescimento econômico advindo dela, alguns suecos retornaram dos Estados Unidos, trazendo consigo um novo olhar sobre a religião. Voltaram de lá reavivados pelos Movimento de Fé pentecostal da Rua Azuza.

Alvarsson (2015) descreve o pentecostalismo na Suécia com traços típicos do pentecostalismo americano. Assim como nos Estados Unidos, teve suas raízes no movimento de Santidade do espírito Santo, mas a Suécia também incorporou influências do “movimento Keswick” (sua posição na santificação), “Pietismo das igrejas do Estado”, e do “Movimento de Avivamento do País de Galês” (Anderson, 2013).

Outra diferença entre o pentecostalismo americano e europeu é o seu tamanho. Enquanto nas Américas o movimento conquistou grandes multidões, as massas das sociedades, na Europa é classificado como um pequeno grupo. David Martin defende (Apud Anderson, 2013) que essas diferenças ocorrem devido a representação do pentecostalismo como mobilizador das minorias marginalizadas na Europa, já nos países menos industrializados ele é mobilizado das massas, ou seja, da maioria que é marginalizada. Contudo, os EUA é uma exceção, segundo Anderson (2013), lá o pentecostalismo floresce devido ao forte protestantismo plural instalado e a sua história de reavivamento, num contexto de marginalização dos negros, imigrantes e de brancos. Anderson

(2013) se apropria da observação de David Martin, para sugerir que outra diferença é a forte presença de igrejas do Estado nos países europeus, a não ser por lugares que tenham igrejas livres como a Batista, exemplo da Ucrânia e da Romênia, em contrapartida a liberdade religiosa nos Estados Unidos. Freston (1993), descreve os americanos com espírito de “conquistador”, “ousados”, “criavam suas instituições”, por outro lado, os suecos eram “sofridos”, “marginalizados”, viviam o “martírio”, eram avessos as “instituições. Este cenário, contribui para ser no Estados Unidos o berço do pentecostalismo.

As semelhanças repousam na “experiência espiritual”, a “cura pela fé”, o “falar em Línguas (glossolalia), o “batismo adulto”, a “apreciação de todas expressões musicais” pentecostais (Alvarsson, 2015:22). O autor ressalta que hoje o pentecostalismo sueco apresenta algumas novidades. As características do pentecostalismo atual são “horas de adoração em pé”, “dança”, “fumaça artificial”, “luzes coloridas” etc. Além das características novas, o autor percebe um retorno dos suecos à forma de compreender o pentecostalismo voltando para os predecessores.

A partir da década de 50 a Suécia vai ser palco de três movimentos independentes pentecostais, de “três ondas pentecostais” que vão surgir, afirma Alvarsson (2015:20). A primeira onda surge com a chegada de alguns pregadores, William Freeman e William Branham, estadunidenses trazendo consigo o que está acontecendo no pentecostalismo nos Estados Unidos: o “Reavivamento através da cura” (Healing Revival). A segunda onda surge com o “Rain Revival” que começou na Congregação livre de Östermalm, em oposição a Igreja Filadélfia. A terceira é chamada de ‘Renewal Revival’, seus líderes eram Algot Niklasson e Georg Johansson. Esta última onda é considerada a mais forte, com um

tremendo impacto no Movimento Pentecostal de Lewi Pethrus, conforme discute Alvarsson (2015). O autor sugere que uma das razões para reforçar o surgimento e o sucesso destes três Reavivamentos foi a proclamação do Estado de Israel em 1947, dando aos israelitas “a Terra Prometida”. Os pentecostalistas podem ter interpretado este evento como um sinal claro do “retorno de Jesus”. Em consonância com este evento teve a repartição da Europa e a expansão da União Soviética, que foi até a fronteira com a Suécia, fazendo ressurgir um antigo medo da invasão pela Rússia (Alvarsson, 20015:19).

Estatísticas feitas no ano de 2000 a respeito dos evangélicos na Europa demonstra que a Europa é o continente com o menor número de pentecostais (Anderson, 2013). Portugal em 2000 tinha mais de 2% da população pentecostal, dez países europeus tinham mais de 1%, somente três países tinham mais de 4% (Reino Unido, Finlândia e Noruega) e seis países tinham uma população maior do que 400.000 (Reino Unido, França, Itália, Ucrânia, Rússia e Romênia), aponta Anderson (2013). Aronson (2012) apresenta a pesquisa de Barrett e Johnson como contraposição a esses dados. Os dois autores mencionados por Aronson (2012) se referindo aos neopentecostais colocaram que a Rússia, o Reino Unido, a Itália e a Ucrânia respectivamente estavam na frente com uma população de 4 milhões de fiéis neopentecostais cada. Ainda, assim comparado com os Estados Unidos, Brasil e outros países das Américas é considerado um número pequeno de pentecostais.

1.3. As três ondas Pentecostais no Brasil

(..) As igrejas pentecostais enquanto instituições em evolução dinâmica (...) não são organizações estáticas que incham numericamente; estão em constante adaptação, e as mudanças são

frequentemente objeto de lutas. Ademais, o pentecostalismo possui grande variedade de formas, e cada nova espécie vai enterrando mais alguns mitos a respeito de o "pentecostalismo" (Freston, 1993: 64)

No Brasil o pentecostalismo é compreendido, principalmente, através das “três ondas” do movimento pentecostal que culminaram na terceira onda, o movimento neopentecostal, o qual é hoje a maior expressão do evangelismo no Brasil e no mundo. As três ondas, descritas por Freston e retomadas por pesquisadores tais como Ari Oro (2005/2006; 2010), Ricardo Mariano (2004), et al. estão classificadas por período de tempo e organização social da sociedade brasileira.

A primeira onda começou no início do século XX, em 1910 através de duas igrejas principais: a Congregação Cristã de 1910 e a Assembleia de Deus de 1911. Estas duas igrejas dominaram o campo pentecostal brasileiro nos primeiros 40 anos após a sua chegada. A Assembleia de Deus formada por dois suecos e a Congregação Cristã fundada por um italiano. Estas duas igrejas, conforme defende Mariano (2004), apresentavam características “anticatólicas”, um “radical sectarismo e ascetismo de rejeição ao mundo”, no plano teológico elas destacavam o “dom de Línguas (glossolalia)”, “dons do Espírito” como evidência do espírito santo), e batismo no Espírito Santo, o retorno de cristo e a salvação mediante a rejeição do mundo, conforme Dias (2011:379) e Mariano (2004).

A Congregação Cristã é a primeira igreja pentecostal no Brasil, fundada pelo italiano Luigi Francescon migrado dos Estados Unidos da igreja de Chicago. É importante ressaltar que o fundador nunca morou no Brasil. A Congregação Crista teve sua sede inicial em São Paulo. Ela tem um “estilo pietista com ênfase nos testemunhos”

(Freston, 1993: 79), conservou “certos traços sectário”, mantendo-se assim, mais isolada das outras igrejas pentecostais (Mariano: 2004:123). Até a década de 1940 ela era muito forte, mas começou a perder espaço para a Assembleia de Deus.

Em 1910 chegam ao Brasil, no Estado do Pará, dois suecos Gunnar Vigren e Daniel Berg futuros fundadores da igreja Assembleia de Deus. Daniel Berg e Gunnar Vingren migraram para os Estados Unidos em 1902, 1903, respectivamente, devido a profunda recessão vivida pelo seu país. Daniel era Batista quando migrou da Suécia para os Estados Unidos, mas ao chegar em Chicago converteu-se ao pentecostalismo. Ele e Vingren fizeram o seminário de William Durham, em Chicago. Os dois suecos conheceram-se na igreja de Durham, em 1909. Freston (1993) defende que foi na migração dos suecos que o pentecostalismo se firmou.

Ao chegar no Brasil os suecos Daniel Berg e Gunnar Vigren, em 1910, foram recebidos pela igreja Batista do Pará, cujo pastor era o sueco Erik Nilsson. Os dois ficaram lá até... quando foram expulsos por pregarem o batismo no espírito santo e o falar em línguas (glossolalia). Eles e outros que saíram com eles, fundaram a Assembleia de Deus.

A Assembleia de Deus desenvolveu um trabalho de maior expansão para outros estados do Brasil. Ela soube adaptar-se as mudanças tanto no pentecostalismo, como na sociedade brasileira (Mariano, 2004), melhor do que a Congregação Cristã. Alguns fatores contribuíram para o desenvolvimento da Assembleia de Deus no Brasil. Um fator importante do movimento pentecostal quando veio para o Brasil foi estar no seu início, outro fator que contribui para sua autoctonia está relacionado a sua falta de laços com outras igrejas, como por exemplo as igrejas protestantes que vieram para o

Brasil décadas antes, as quais respondiam para as igrejas de envio no país de origem. Eles eram pessoas que buscavam a simplicidade e não a ascensão social. Este ethos da Assembleia de Deus, contribuiu para alcançar as camadas mais pobres da sociedade brasileira, conforme estudos realizados pelos antropólogos Paul Freston (1993; 1994; 1995) e Clara Mafra, pelo teólogo e historiador Ingo Wulforth (1995), e pelo historiador Alderi De Matos (2006).

Gunnar Vingren viajou para o exterior, Estados Unidos e Suécia, no período de 1915 a 1917. Ele encontrou-se com Pethrus, que neste período já havia organizado a “Missão Sueca Livre” (Freston, 1993:71). Pethrus ajudou financeiramente e teologicamente o trabalho desenvolvido por Daniel e Gunnar no Brasil.

Freston (1993) relata que o auge da presença sueca no Brasil foi na década de 1930, neste período havia cerca de vinte famílias missionárias. Em 1950, segundo o autor, o fluxo cessou, pois, o Brasil nesta época já possuía a terceira maior comunidade pentecostal. A década de 1930, foi significativa para a igreja Assembleia de Deus, pois marcou a nacionalização da igreja.

A segunda onda do pentecostalismo começou no início da década de 1950. Neste momento o pentecostalismo no Brasil era considerado o terceiro maior do mundo. O seu rápido crescimento gerou muitas fragmentações. Dessas fragmentações três igrejas emergiram como sinônimos do pentecostalismo da segunda onda, a saber: a “Igreja do Evangelho Quadrangular”, em 1951, primeira de origem norte-americana, a “Igreja Pentecostal O Brasil para Cristo”, em 1955, primeira igreja fundada por um brasileiro; e a “Igreja Pentecostal Deus é Amor” em 1962, a qual trabalhou com as camadas mais pobres da população. As características comuns a

essas três igrejas são a “cura divina”, a cura de enfermidades, como manifestação do “resultado da ação do Espírito”, “libertação espiritual das forças malignas” (Dias, 2011: 379 ; Corten, 1996: 285), a apropriação das “mídias modernas”, a “benção por imposição das mãos na cabeça”, a “unção de óleo” e a atenção voltada para as classes mais baixas. Paul Freston (1993) defende que essas mudanças ocorreram por uma “questão de estilo cultural” (Freston, 1993:82), para ele os novos grupos podiam se adaptar melhor a sociedade urbana, pois não carregavam na costa quarenta anos de tradição, como a Assembleia de Deus. Dessa forma, eram mais livres para usar técnicas modernas, e criar uma nova relação com a sociedade.

A Igreja do Evangelho Quadrangular é considerada pelos autores mencionados acima como o estopim da segunda onda, fundada pela canadense Aimme Semple McPherson, na cidade de Los Angeles, nos Estados Unidos. Ela apresentou o pentecostalismo sob uma nova perspectiva. Aimme viajava o país com uma tenda de lona, de carro. Em cada cidade que parava e montava as tendas, lotava. A ênfase eram as sessões de *cura divina*. A igreja chegou no Brasil em 1950, através Hariols Williams, que a trouxe dos Estados Unidos. A novidade no Brasil era a “ênfase teológica na cura divina, seguindo o bem-sucedido movimento de cura propagado nos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial”, ela enfatizava “intenso uso do rádio” e “pregação itinerante” através de tendas de lona (Mariano, 2004:123). O sucesso foi tamanho que fundaram a “Cruzada Nacional de Evangelização”, cujo princípio era fazer cruzadas não-denominacionais, entretanto não deu certo e Hariols Williams fundou a igreja da Cruzada (1954), que em 1955, se organizou como Igreja do Quadrangular. Somente na década de 1980 que a igreja ganhou sua autonomia dos Estados Unidos.

Após o surgimento da igreja Quadrangular surge a igreja Pentecostal Brasil Para Cristo como uma resposta nacionalista as igrejas Assembleia de Deus e as Cruzadas da Igreja Quadrangular, de acordo com Freston (1993). Ela foi fundada por um operário nordestino de “espírito nacionalista e populista” (Freston, 1993: 87). Ele queria uma igreja de Raízes brasileiras. Para isso, alugou espaços seculares como cinemas, teatros e igrejas para realizar seus cultos. Teve um grande sucesso nas décadas de 1950 e 1960.

A igreja Pentecostal Deus é Amor foi fundada por David Mirana, um desempregado que usou sua indenização trabalhista para fundar a igreja na Vila Maria em São Paulo, em 1962. Ela usava fortemente o conceito do “Pentecostalismo de Cura divina”. O fundador logo percebeu que o melhor lugar para ter sua igreja era próximo do centro da cidade, mudando-se assim para uma sala na Praça João Mendes. A divulgação do seu trabalho, assim como nas outras igrejas da segunda onda, também era feita pelo rádio. A televisão era proibida, bem como outras coisas da vida social, tais como jogos, anticoncepcionais. A igreja tem a sua organização centrada na figura do líder fundador.

As igrejas da terceira onda estão associadas ao avivamento ocorrido a partir da década de 1960 segundo Ari Oro (1996, 1998, 2001, 2005/2006), Ricardo Mariano (1996, 2004), Freston (1993,1994, 1995) entre outros.

A terceira onda do pentecostalismo no Brasil, se insere num contexto do aperfeiçoamento da industrialização, do “inchamento urbano”, da modernização da “comunicação de massa” e da sua disseminação para quase toda população, da “crise católica”, do “crescimento da Umbanda” e da “estagnação econômica dos anos 1980” (Freston, 1993: 95). O país é outro comparado à época do

pentecostalismo de segunda onda, e o pentecostalismo da terceira onda soube adaptar-se a este novo cenário.

Este pentecostalismo que emergiu no fim da década de 1960 e início da década 1970, tendo como seu expoente a Igreja Universal do Reino de Deus fundada em 1977, é a expressão do pentecostalismo que mais cresce no Brasil, atualmente.

Ari Oro (2001) chama atenção para sua “difícil conceituação”, recebendo assim diferentes nomeações tais como:

agência de cura divina" (Monteiro, 1979), "sindicato dos mágicos" (Jardilino, 1994), "pentecostalismo autônomo" (Bittencourt, 1994), "pentecostalismo de segunda e terceira ondas" (Freston, 1993), "neopentecostalismo" (Mariano, 1995), "pós-pentecostalismo" (Siepiersld, 1997)." (Oro, 2001: 73)

Ari Oro (2001) defende que o pentecostalismo da terceira onda apresenta as principais doutrinas do pentecostalismo, tais como “dons do espírito Santo”, “inspiração do Espírito Santo”, “Batismo do Espírito Santo”, “conversão”, “Libertação do mal”, “puritanismo de conduta” e “cura”, porém, ele renova pela forma ideal- típica exposta por Ari oro (2001):

ênfase na realização de milagres, exclusividade nos serviços e meios de salvação com pouca abertura interdenominacional; ênfase na realização de milagres mediatizados pelas igrejas com testemunhos públicos dos mesmos; ênfase em rituais emocionais e, sobretudo, em rituais de cura, associados a uma representação, demoníaca dos males; uso intenso dos meios de comunicação de massa: impressos, radiofônicos, televisivos e informatizados; combinação de religião com marketing, dinheiro e, em alguns casos, política; sensibilidade para captar os desejos dos fiéis oriundos não somente das baixas camadas sociais; projeto de constante expansão, em alguns casos para além das fronteiras nacionais (Oro, 2001:73)

Somando-se aos elementos da segunda e da primeira onda, à crença de que o Espírito liberta os indivíduos da pobreza, da miséria e da opressão demoníaca, entra na cena pentecostal. É o início da guerra espiritual, veremos deste período em diante uma campanha forte das igrejas neopentecostais contra as igrejas afro-religiosas, a “guerra espiritual contra o diabo” (Mariano, 2004). A terceira onda se caracteriza, também, pela forte campanha da Teologia da prosperidade, cuja filosofia é difundir a “crença de que o cristão deve ser próspero, saudável, feliz e vitorioso em seus empreendimentos terrenos” , e por discriminar o “uso de costumes de santidade pentecostais”, *os quais são tradicionais símbolos de conversão e pertencimento ao pentecostalismo* (Mariano, 2004: 123). Com isso a “tríade cura, exorcismo e prosperidade” (Dias, 2011: 377) que constitui o neopentecostalismo está formada. Outra característica importante do neopentecostalismo é sua ênfase nos programas de televisão e nos sites das igrejas.

Ari Oro (2005/2006) aponta duas características ímpares a IURD, a sua “religiofagia”, capacidade se “apropriar” e “reelaborar” elementos pertencentes a crenças de outras igrejas e religiões, sobretudo os elementos das religiões afro-brasileiras e “exacerbação” destes elementos (Ooro, 2005/2006: 320). O autor defende que estes dois elementos juntos revelam a “face macumbeira” da IURD, pois quanto mais traz as crenças afro-religiosas para os seus cultos, mesmo sendo para lutar contra, mais próxima e mais interna se tornam essas crenças, fazendo com que estes elementos façam parte da doutrina da Universal. Outro elemento importante que a IURD traz para o pentecostalismo é “quebra da dependência da palavra protestante” utilizando largamente os outros sentidos como a “visão”, o “tato” e os “gestos” (Freston, 1993:99). Bem como, a utilização de símbolos tais como “o

pão da Fartura”, “a Maça do Amor”, a “Rosa Consagrada”, o “Nardo Ungido”, a “Sarça dos Milagres”, etc. A justificativa dada para o uso de tais símbolos Freston ressalta ser semelhante à da igreja católica (Freston, 1993:100).

2. Reflexões acerca dos tipos ideais do Pentecostalismo

O pentecostalismo brasileiro sofreu grande influência norte americana nas três ondas apresentadas por Paul Freston, e na sua origem pela influência sueca que teve um papel importante na inserção do pentecostalismo no Brasil. A influência sueca é percebida no Pietismo das igrejas da Assembleia de Deus, a desinstitucionalização inicial, a ênfase na simplicidade, na não ascensão social que a aproximou das camadas mais pobres da sociedade brasileira e na experiência espiritual acima da literatura. Comum as duas nações e a “experiência Espiritual”, a “cura pela fé”, o “falar em Línguas (glossolalia), o “batismo adulto”, a “apreciação de todas expressões musicais” pentecostais, a teologia da prosperidade, e a representação de Deus através de uma figura carismática manifesta pelo líder da igreja. As duas últimas características representam o momento pentecostal depois da década de 60 que surgiu nos Estados Unidos, influenciando Brasil e Suécia.

A partir da terceira onda um novo elemento aparece no meio pentecostal brasileiro com força, a teologia da Libertação representada através da Guerra Espiritual, travada entre os pentecostais e a Umbanda. Este elemento novo, começa a dar liberdade para que outros elementos sejam incorporados no meio pentecostal, abrindo um leque de possibilidades para novas vertentes pentecostais surgirem.

Dessa forma enquanto na primeira onda a ênfase cai sobre as “línguas”, na segunda onda a ênfase estava na “cura” (Freston, 1993; Oro, 1996, 2001, Mariano, 1989, 2004; Giumbelli, 2001, Tadvald, 2012; Pedde, 2013), agora na terceira onda, conhecida como “neopentecostais” “pentecostalismo autônomo” (Hortal, 1994), a ênfase recai sobre a batalha espiritual. Esta nova classificação, segundo Hortal, teria perdido o “senso eclesial” e empregado a performance de “agências de prestação de serviços para uma clientela flutuante” (Hortal, 1989:120). Ela diferencia-se fortemente pela prática do “exorcismo”, existente no pentecostalismo, porém não com a força com a qual é aplicado aqui no Brasil. Como Ari Oro defende, a IURD se apropria e o exacerba. Freston (1993) sugere que a ênfase do exorcismo ocorre pelo contexto nacional pentecostal da década de 1980 no qual a população está imbuída de uma visão “encantada” do mundo, e acredita que o senado está repleto de forças malignas. Outra sugestão do autor é a percepção de que o catolicismo está desaparecendo e a sua principal concorrente é a umbanda.

Observamos na terceira onda a inserção do exorcismo sob o nome de “batalha espiritual”, que vai diferenciar o pentecostalismo brasileiro dos demais pentecostalismos, dando vasão para o surgimento de um sem número de novas igrejas com teologias diferentes. Passos (2012) descreve a visão de Siepierski (2004: 81) sobre a mudança dos pentecostais:

Os pentecostais, de fato, estão mudando. E essa mudança reflete o abandono do pré-milenarismo, que como vimos era a essência do próprio pentecostalismo. A guerra espiritual, a teologia da prosperidade e o abandono dos sinais externos de santidade são impossíveis em um esquema pré-milenarista, mas se encaixam perfeitamente na

escatologia pós milenarista (Passos, 2012 apud Siepierski, 2004:81).

A ênfase na teologia da Prosperidade, no mercantilismo das igrejas neopentecostais, na magia (Mariano, 2004) receberam muitas críticas dos intelectuais, que gerou como resultado o afastamento de algumas igrejas pentecostais da categorização de neopentecostais. Um exemplo é a igreja Encontros de Fé, que começou como neopentecostal e hoje busca distanciar-se desta classificação. Posto que o segmento neopentecostal não recolhe um posicionamento social favorável, devido às práticas da teologia da prosperidade e o excesso de mistificação dos cultos, a igreja Encontros de Fé vem tentando distanciar-se desta influência. Mostram-se mais propensos ao trabalho das igrejas tradicionais como a luterana, o presbiteriana e a metodista, do que com a lógica neopentecostal. Diante deste cenário, um dos líderes da igreja, o Pastor Christian, ressalta que vai chegar um momento em que o Evangelho vai precisar provar-se verdadeiro, pois no presente momento tem utilizado de forma exagerada o campo da magia.

A visão de “tudo posso em Cristo”, de prosperidade material, da magia são características neopentecostais que eles buscam afastar-se. Eles prezam, segundo eles mesmos, por uma pregação mais humana, mais bíblica.

Assim, a solução para classificá-los e estudá-los foi não os encaixar nas categorias apresentadas, mas é compreendê-los no âmbito de um tipo ideal. Weber argumenta que o “tipo ideal” não corresponde à realidade, contudo ajuda a compreendê-la, porque ele é uma construção do pesquisador. O tipo ideal é uma ferramenta que nos ajuda a situar as pessoas ou os grupos. Ele consiste num conjunto de características ressaltadas através da observação, que

possibilita a construção de uma realidade para melhor observá-la e entendê-la. Munch (1999) descreve o Tipo ideal da seguinte maneira:

um tipo ideal é a seleção arbitrária das características de um fenômeno a partir das inúmeras qualidades presentes na realidade, sem nenhuma tentativa de colocá-lo em uma relação super ordenada (Munch, 1999: 193).

Por conseguinte, o ministério de Isaías Figueiró pode apresentar características do Neopentecostalismo e do pentecostalismo, sem necessariamente estar inseridos, enquadrados num ou no outro.

A falta de novas categorizações para compreendê-los abriu uma gama de indagações sobre os tipos ideais presentes na literatura que os representam. Desde seu início, em 1910 até a década de 90 muitos estudos foram feitos sobre as principais tendências sociais, que estavam contribuindo para a formação do que depois denominou-se por ondas pentecostais de primeira, segunda e terceira geração. A última categorização foi realizada em cima da IURD como representante do novo modelo pentecostal que surgiu no Brasil com influência americana. Contudo do início dos anos 2000 até o presente atual, a sociedade brasileira cresceu, evoluiu e novas tendências pentecostais surgiram, novas necessidades sociais apareceram.

Atualmente, muitas igrejas buscam desvincular-se do rótulo de neopentecostais devido a ênfase na teologia da prosperidade, ou seja, na questão financeira, como dito acima. Elas têm adotado estratégias que visam uma relação mais pessoal com o público, através de programas na igreja que atendam todos os públicos: casados, solteiros, homens, mulheres, jovens e crianças.

Outra característica é a busca de um público mais seletivo, mudando o horário do culto de um horário relativamente cedo, no qual abriria espaço para quem não tem carro participar, para um horário mais tarde, dificultando a presença daqueles que não tem carro. Assim, o público que antes era majoritariamente trabalhador, simples, hoje mescla-se com empresários e intelectuais, com a classe média.

O pentecostalismo vem deixando de ser uma religião somente das massas. Para incorporar a classe média.

Nos resta perguntar quem são os pentecostais de hoje? Como as igrejas se organizam neste novo cenário que busca atrair um público de classe média? Quais são as igrejas que têm este comportamento? Há um crescimento dessas igrejas, ou é apenas pontual? Quais as características estruturais, teológicas que comandam as dinâmicas da igreja? De que maneira o fiel que se distancia da igreja que enfatizam doações financeiras, assimila a doação financeira nas igrejas que buscam uma relação mais pessoal com o fiel, menos mercantilista? Como as igrejas do segmento pentecostal que se afastam da ênfase na magia, mas ainda exacerbaram o exorcismo, trabalham o sobrenatural? Como as ferramentas midiáticas tais como facebook, twitter, sites, Instagram colaboram na aproximação com os fiéis? As fronteiras entre as diferentes igrejas são de fato fronteiras a ponto de criarmos outras categorias? São somente eles, os líderes da igreja Encontros de Fé, que vêm se afastando dos neopentecostais e buscando elementos de outros segmentos religiosos, mas mantendo alguns aspectos do neopentecostalismo, ou há um movimento que vem buscando identificar-se com outros modelos e criando novas categorias? Seria um dos motivos a procura pela fidelização dos fiéis, pois no

neopentecostalismo o fluxo de pessoas, a sua circularidade entre várias igrejas é algo presente?

3. Bibliografia

ALVES, Daniel. **Conectados pelo Espírito: Redes Pessoais de Contato e Influência entre Líderes Carismáticos e Pentecostais ao Sul da América Latina**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2011.

ALVES, José Eustáquio Diniz; BARROS, Luiz Felipe Walter; CAVENAGHI, Suzana. A dinâmica das filiações religiosas no Brasil entre 2000 e 2010: diversificação e processo de mudança de hegemonia. **Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, n. 2, v. 12, 2012, pp. 145-174.

ALVARSSON, Jan-Åke B.. Research on Pentecostalism in Sweden. **Approaching Religion**, Finlândia, n. 1, v. 5, 2015, pp. 16-30. ISSN 1799-3121. Disponível em: <https://ojs.abo.fi/index.php/ar/article/view/857>>. Date accessed: 15 june 2016.

ANDERSON, Allan H. **To the ends of the Earth: Pentecostalism and the transformation of world Christianity**. Nova York: Oxford University Press, 2013.

ANDERSSON, Allan.(a) “Transformation of World Christianity: challenges and opportunities for christianism. Lecture annual meeting of the society for studies. Lakeland . FL. 12-14-2015. Plenary Keynotes. in: **Society of Pentecostal Studies Annual Meeting**, Lakeland, Florida, USA, 2015. Disponível em: <https://sites.google.com/site/allanandersoncpcs/the-transformation-of-world-christianity> visitado em 23/2/2016;

ARONSON, Torbjorn. Continuity in charismata: Swedish Mission and the growth of neo-Pentecostal churches in Russia. **Occasional Papers on Religion in Eastern Europe**, Rosemont- Illinois, v. 31, n. 1, p. 3, 2012.

BUNDY, David. The ecumenical quest of Pentecostalism. **Cyberjournal for Pentecostal-Charismatic Research**, Chicago- Illinois, v. 5, 1999; Disponível em: http://www.pctii.org/cyberj/cyberj5/bundy.html#N_18

COLEMAN, Simon. **The Word of Life: organiziing Global Culture em The globalisation of charismatic Christianity**. Cambridge- Reino Unido: Cambridge University Press, 2000.

_____, Simon. **“Expansive agency” em The globalisation of charismatic Christianity**. Cambridge- Reino Unido: Cambridge University Press, 2000.

_____, Simon; EADE, John. “From Englad's Nazareth to Sweden's Jerusalem Movement, (virtual) landscape and pilgrimage” In: **Reframing pilgrimage: Cultures in motion**. Londres- Reino Unido: Routledge, 2004.

CORTEN, A. A esquerda e a paixão pela base. In: CORTEN, A. **Os pobres e o Espírito Santo**. Petrópolis: Vozes, 1996.

DAVIDSSON, Tommy. Lewi Pethrus. **Ecclesiological Thought 1911-1974: A Transdenominational Pentecostal Ecclesiology**. Leiden- Boston: Brill, 2015.

DE MATOS, Alderi Souza. O Movimento Pentecostal: Reflexões a Propósito do seu Primeiro Centenário–Parte1. **Vox Faifae: Revista de Teologia da Faculdade FAIFA**, Goiânia, n. 1, v. 3, 2011, pp.1-17.

DIAS, Zwinglio Mota. Um século de religiosidade Pentecostal: algumas notas sobre a irrupção, problemas e desafios do fenômeno Pentecostal. **Horizonte**, Belo Horizonte, n. 22, v. 9, 2011, p. 377-382.

FRESTON, Paul C, **Evangélicos e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment**. Campinas. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, mimeo, 1993.

FRESTON, Paul. Breve história do pentecostalismo brasileiro. Em: ANTONIAZZI, Alberto et al. **Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo**. Petrópolis: Vozes, 1994.

FRESTON, Paul. Pentecostalism in Brazil: a brief history. **Religion**, Abingdon: Taylor & Francis, n. 2, v. 25, 1995, pp.119-133.

GIUMBELLI, Emerson. A vontade do saber: terminologias e classificações sobre o protestantismo brasileiro. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, n. 1, v. 21, 2001, pp. 87-120. Disponível em: <http://docplayer.com.br/9201342-A-vontade-do-saber-terminologias.html>

JOHNSON, Todd M. The global demographics of the Pentecostal and charismatic renewal. **Society**, Holanda, n. 6, vol. 46, 2009, pp. 479-483.

MAFRA, Clara. Casa dos homens, casa de Deus. **Análise sócia**, Lisboa, n.º 182, Vol. XLII, 2007, pp. 145-161

MARIANO, Ricardo. Os neopentecostais e a teoria da prosperidade. **Novos Estudos**, São Paulo, Cebrap, n. 44, 1996.

_____, Ricardo. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 121-138, 2004.

_____, Ricardo. Mudanças no campo religioso brasileiro no censo 2010. **Debates do NER**, Porto Alegre, n. 24, v. 2, 2013, pp. 119-137.

MÜNCH, Richard. A teoria parsoniana hoje: a busca de uma nova síntese. In: GIDDENS, Anthony, TURNER, Jonathan. **Teoria social Hoje**. São Paulo: UNESP, 1999.

ORO, Ari Pedro. Neopentecostalismo: dinheiro e magia. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, n. 1, v. 3, 2001, pp. 071-085.

ORO, Ari Pedro. **Avanço pentecostal e reação católica**. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____, Ari Pedro. Transnacionalização religiosa. **Debates do NER**, Porto Alegre, n. 16, v. 2, 2009, pp. 302.

_____, Ari Pedro. O global e o nacional num encontro evangélico internacional em Buenos Aires. **Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, n. 14, v. 13, 2011, pp. 43-65.

_____, Ari Pedro. A "reconquista espiritual da Europa" pelos evangélicos latino-americanos. **Sociedad y religión**, Buenos Aires, n. 39, v. 23, 2013, pp. 100-116.

PASSOS, Mauro; ROCHA, Daniel. Em tempos de pós-pentecostalismo: repensando a contribuição de Paulo Siepierski para o estudo do pentecostalismo brasileiro. **Revista Angelus Novus**, São Paulo, n. 3, 2012, pp. 261-290.

PEDDE, Valdir. O poder do pentecostalismo: A experiência do Espírito Santo. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, n. 3, v. 37, 2013, pp. 243-260.

SIEPIERSKI, Paulo. "Contribuições para uma tipologia do pentecostalismo brasileiro". In: GUERRIERO, Silas (org.). **O Estudo das religiões: desafios contemporâneos**. São Paulo: Paulinas, 2004.

TADVALD, Marcelo. **Veredas do Sagrado: Brasil e Argentina no Contexto da Transnacionalização Religiosa**. Cirkula: Porto Alegre, 2015, pp. 367.

_____, Marcelo. **Adaptações da fé: análise antropológica da transnacionalização da Igreja Universal entre Brasil e Argentina**.

Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, Porto Alegre, 2013.

WAGNER, C. Peter. **A Church Growth Perspective on Pentecostal Missions. Called and empowered: Global mission in Pentecostal perspective**, Baker Academic, Washington, 1991, pp. 63-90.

WULFHORST, Ingo. O pentecostalismo no Brasil. **Estudos teológicos**, São Leopoldo, n. 1, v. 35, 2013, pp. 7-20.

Aplicação da Análise CVL em Conjunto com a Departamentalização: Um Estudo de Caso em um Supermercado Catarinense

Application of CVL Analysis Together with departmentalization: A Case Study in a Supermarket of Santa Catarina State

Adir Zwirtes³⁵, Cleber Marcos Rodniski³⁶, Dernice Regina Schneider³⁷, Isabel Borges Vieira Acosta Tabarez³⁸

Resumo

O objetivo desta pesquisa é testar a aplicação da análise custo/volume/lucro (CVL) em conjunto com a departamentalização, como fonte de informação para a tomada de decisão. Trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa. Como metodologia adotou-se um estudo de caso de uma única empresa. A coleta de dados foi baseada em entrevistas semiestruturadas, relatórios de gestão e de mais informações fornecidas pelos gestores de uma empresa de médio porte localizada no município de Chapecó-SC, pertencente ao comércio varejista de supermercado. Os resultados do estudo demonstraram que a utilização da análise CVL em conjunto com a departamentalização, pode trazer importantes contribuições para a gestão da empresa. As principais vantagens da análise destacadas pelo gestor são a possibilidade de verificar o nível de faturamento mínimo de cada setor, assim como quanto é preciso gerar de margem e contribuição em cada departamento para cobrir os custos fixos diretos. Neste sentido, o trabalho traz significativa contribuição à medida que concilia a aplicação da análise CVL com a departamentalização.

Palavras-chave: Contabilidade gerencial, Custo/volume/lucro. Departamentalização. Supermercado.

³⁵ Mestre em Ciências Contábeis – UNISINOS . Diretor da Top Conta Gestão Contábil Eireli, Rua Natal, 100, Novo Hamburgo, RS – 93.410-500, adir@topconta.com

³⁶ Mestre em Ciências Contábeis – UNISINOS, Professor da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), Av Nereu Ramos, 3777-D – Seminário – Chapecó, SC – 89813-000, cleber.rodniski@unoesc.edu.br

³⁷ Bacharel em Ciências Contábeis – UNOESC, Encarregada do Dpto Fiscal na empresa Infinity Consultoria Empresarial S/S Ltda, Av Nereu Ramos, 3777-D – Seminário – Chapecó, SC – 89813-000, dernice@gmail.com

³⁸ Bacharel em Ciências Contábeis – UNOESC, Encarregada do Dpto Fiscal na empresa Supermercado Sivial Ltda, Av Nereu Ramos, 3777-D – Seminário – Chapecó, SC – 89813-000, isaborges_cc@yahoo.com.br

Abstract

The objective of this research is to test the application of cost / volume / profit (CVP) analysis together with departmentalization as a source of information for decision making. It's a descriptive research with qualitative approach. As methodology it was used a case study of a single company. The gathering of data was based on semi-structured interviews, management reports and more information provided by the managers of a midsize company located in the city of Chapecó – SC, a company that is part of the supermarket retail business. The results of this study demonstrated that the application of the CVP analysis together with departmentalization, may provide important contributions to the management of the company. The main benefits of the analysis highlighted by the manager are the possibility to verify the minimum level of income of each sector, as well as how much it is needed to be generated as margin and contribution in each department. In this sense, the work brings significant contribution as the application of the analysis reconciles with CVP departmentalization.

Keywords: Management accounting, Cost/volume/profit., Departmentalization, Supermarket.

1. Introdução

As transformações ambientais e econômicas que trouxeram o aumento da concorrência entre empresas é um evento já consolidado na literatura nacional, haja visto o grande número de publicações relacionadas. No entanto, estas discussões foram inicialmente realizadas no âmbito das empresas industriais e só migraram para as empresas de serviço e comércio na última década.

Em relação ao aumento da concorrência no segmento do comércio varejista de supermercados, Ferreira, Venâncio e Abrantes (2009) fazem ampla abordagem sobre o processo da globalização e destacam a entrada no mercado brasileiro de grandes redes internacionais de supermercados, como a norte-americana Walmart, o grupo holandês Royal Hold e o grupo Casino, da França. Os autores esclarecem que isso ocorreu num momento onde o cenário nacional ainda era composto, em sua maioria, de pequenos e

médios supermercados. Tal acontecimento fez com que as dificuldades relacionadas ao aumento da concorrência fossem aplicadas também aos supermercados. Junto às dificuldades vieram às necessidades de eliminar ineficiências e desperdícios para tornar a empresa lucrativa.

Em sua maioria, os supermercados são compostos por diversos setores, entre eles: padaria, açougue, fruteira, também chamados de departamentos. Cada um destes departamentos precisa contribuir para o resultado da empresa, por isso o gestor precisa monitorá-los de forma isolada. Ao olhar o resultado de forma geral, podem-se esconder ineficiências ou não perceber que alguns setores estão subsidiando os outros.

Neste sentido, a análise Custo/Volume/Lucro (CVL) e a departamentalização podem contribuir identificando os setores com tais dificuldades. A primeira é uma técnica empregada para avaliar resultados operacionais, bem como auxiliar na tomada de decisões, a partir da demonstração aos gestores, dos impactos que as oscilações de volume geram sobre os custos e sobre os lucros. Já a departamentalização é a técnica que organiza a empresa em departamentos com características comuns e com uso de recursos similares. Esta técnica permite o cálculo de custo por setor e traz como benefício o conhecimento e controle de custos por departamento (MARTINS, 2010). Ambas as técnicas têm sido estudadas de forma isolada pela literatura de contabilidade gerencial, o que pode reduzir seus potenciais benefícios.

Diante do exposto, esta pesquisa se propõe a responder a seguinte pergunta: é possível aplicar a análise CVL em conjunto com a departamentalização para melhorar a tomada de decisão em um supermercado?

Para responder a esta pergunta, definiu-se como objetivo testar a aplicação da análise CVL em conjunto com a departamentalização para a geração de informações para a tomada de decisão em um supermercado do Oeste Catarinense. Na aplicação da análise CVL, limitou-se ao cálculo da margem de contribuição (MC), ponto de equilíbrio (PE) e margem de segurança (M.S.).

Na literatura de contabilidade gerencial é possível verificar uma série de estudos relacionados à aplicação da análise CVL, no entanto, a maioria das pesquisas se atém a aplicação única e específica da técnica. Neste sentido, o trabalho traz significativa contribuição à medida que concilia a aplicação da análise CVL com a departamentalização.

Como procedimento metodológico adotou-se o estudo de caso em uma única empresa de pequeno porte do ramo de supermercado. A coleta de dados foi feita por meio de entrevista semiestruturada, visita técnica e observação. A análise de conteúdo foi utilizada para tratamento dos dados coletados.

Este artigo está estruturado em quatro tópicos além desta introdução. Em seguida, será abordada a fundamentação teórica. Por seguinte, apresenta-se a metodologia seguida pela apresentação dos resultados. Por fim, apresentam-se as conclusões do estudo.

2. Contabilidade de custos

Dentro dos vários ramos da ciência contábil, a contabilidade de custos é aquela que coleta, classifica e registra informações que auxiliam os diversos níveis gerenciais no planejamento e controle

das operações internas das atividades da empresa (LEONE; LEONE, 2010).

Para Martins (2010), a contabilidade de custos atende às necessidades de informações de outros dois ramos da contabilidade: a financeira e a gerencial. A contabilidade financeira tem por finalidade gerar informações de cunho fiscal e está voltada ao atendimento do público externo à empresa, enquanto que a contabilidade gerencial gera informações para a tomada de decisão interna e está voltado ao atendimento das necessidades do público interno da organização. Warren, Reeve e Fess (2008), complementam que a contabilidade financeira, além de atender ao fisco, fornece informações para credores e acionistas e a gerencial é utilizada pelos gestores para o planejamento estratégico.

Na visão de Ott (2003), a contabilidade financeira e a contabilidade gerencial são dois subsistemas que compõem o sistema de informação contábil. Para o autor, a geração da informação na contabilidade financeira está pautada na conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade, enquanto na contabilidade gerencial predomina a relevância da informação. A Figura 1 ilustra a afirmativa do autor.

Ainda para Ott (2003), a contabilidade é o principal sistema de informação dentro do sistema de informação da empresa, pois, tem condições de fornecer tanto informações para terceiros (credores, investidores e demais *stakeholders*), por meio da contabilidade financeira, como informações para usuários internos (presidente, diretores, gerentes e demais interessados), por meio da contabilidade gerencial. A contabilidade de custos alimenta estes dois outros ramos da ciência contábil com informações relacionadas a custos dos objetos de custeio (produto, cliente, serviço, atividade, entre outros).

Em relação a geração de informação para a tomada de decisão, Martins (2010) destaca que a contabilidade de custos exerce duas funções importantes dentro de uma organização: auxiliar o controle e gerar informações para a tomada de decisão. O controle é realizado por meio da comparação entre custos previstos e realizados e a departamentalização é uma das técnicas importante na realização deste papel. Quanto às informações para a tomada de decisão, pode-se citar: o cálculo do custo e lucro de clientes, mercados, negócios, etc.; informações sobre custo de produção e de compra, que auxiliam nas decisões de terceirização; informações sobre o nível de atividade da empresa necessário para atingir a lucratividade desejada, entre outras. A análise CVL é uma das técnicas que geram informações relevantes para a tomada de decisões.

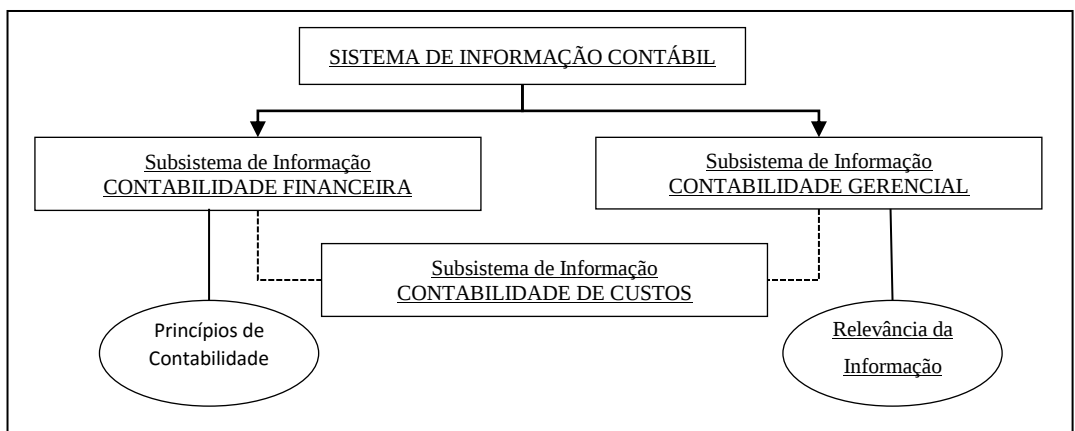


Figura 1: Sistema de informação contábil
Fonte: Ott (2003, p. 2)

Desta forma, verifica-se que a departamentalização e a análise CVL contribuem para o desenvolvimento das duas principais funções da contabilidade de custos dentro da empresa (controle e tomada de decisão). Estas duas técnicas serão abordadas com mais destaque nos próximos tópicos.

2.1. Departamentalização

Conceitua-se como departamentalização a divisão de uma organização em departamentos que exercem atividades homogêneas que também podem ser chamados de setores, centros de custos ou centros de despesas (MARTINS, 2010). Ela é aplicável tanto na área industrial, como nas áreas comerciais, administrativas e financeiras.

Na visão de Silva e Lins (2010) em linha com Leone G. e Leone R. (2010), departamento é uma pequena unidade da empresa que desempenha função de produção ou apoio de atividades da mesma natureza ou padronizadas, de forma que proporcione maior eficiência nas operações. Ainda nesse sentido, Martins (2010) complementa que o departamento pode ser constituído por pessoas e máquinas, na qual se atribui a responsabilidade do departamento a uma pessoa como forma de controle de custos.

A departamentalização melhora o controle sobre os custos incorridos, pois é possível identificar em qual departamento ou centro de custos ocorreram erros ou falhas que provocaram gastos excessivos na produção (SILVA & LINS, 2010). Ainda de acordo com os autores, a departamentalização atua como sistema de custeamento onde os custos são identificados e controlados por departamentos para depois serem alocados aos produtos por meio de um critério de rateio.

Martins (2010) destaca que em empresas industriais, a departamentalização pode ser dividida em dois grandes grupos: a) departamentos de produção que contemplam setores que efetivamente executam o processo produtivo e tem seus custos atribuídos diretamente aos produtos e; b) departamentos de serviços,

os quais contemplam setores que atuam como apoio ao processo produtivo, são os serviços auxiliares e não tem seus custos transferidos para os produtos, mas, para os departamentos que deles se beneficiam. Esses últimos, em sua maioria, prestam serviços para os primeiros e em função disso, têm seus gastos direcionados para os departamentos de produção.

A departamentalização pode ser aplicada a outros tipos de empresas que não as industriais e utiliza-se dos mesmos conceitos de organização e agrupamento detalhados anteriormente. No caso de um supermercado, a departamentalização pode ser aplicada a partir da separação do mesmo em setores que utilizam recursos comuns ou vendem produtos de características similares, como o açougue, a padaria, o hortifrúti, entre outros. Desta forma, os mesmos benefícios auferidos pelas empresas industriais com a aplicação da departamentalização podem ser auferidos pelos supermercados que fizerem a utilização.

2.2. Análise custo/volume/lucro (CVL)

A análise CVL é uma técnica de gestão que auxilia os administradores a entender a inter-relação entre as variáveis: custo, receita, volume de vendas e lucro, com o objetivo de auxiliar no planejamento e na tomada de decisão no curto e longo prazo (CALLADO; ALBUQUERQUE; SILVA, 2007).

Segundo Bornia (2010), a análise CVL é um ponto importante para o planejamento do lucro da empresa, pois alterações nas quantidades vendidas e nos custos estão diretamente ligados a esta variável. Por meio dela, é possível definir o volume de vendas necessário para atingir o resultado esperado pelo acionista. Tal

informação é relevante para o acionista, pois indica se a empresa é capaz de atingir a lucratividade que ele pretende ter sobre os investimentos realizados na empresa.

Já Menegali e Oliveira (2012) destacam que a importância da aplicação da técnica análise CVL está nas informações geradas ao gestor no que diz respeito à formação de preços, redução de custos, maximização dos lucros, decisões de comprar ou produzir determinado item, entre outras. Ou seja, informações para os gestores internos que tomam decisões.

De acordo com Souza e Diehl (2009), a base para a análise CVL é a classificação dos custos de acordo com a relação que os mesmos possuem com o nível de atividade da empresa (custos fixos e variáveis). Os Custos fixos são aqueles que independem do volume de produção, enquanto que os variáveis são aqueles que se alteram conforme as mudanças no nível de atividade (FIGUEIREDO; CAGGIANO, 2008). Os autores recomendam tal classificação também para as despesas relacionadas à administração e comercialização da empresa. As despesas variáveis contemplam as comissões, fretes e demais despesas que ocorrem em função da realização da venda. Já as despesas fixas são aquelas que não possuem relação com o nível de venda da empresa.

Embora considerada uma técnica tradicional de auxílio no processo de planejamento e gerenciamento, ao compreender a relação entre custo, volume e lucro, pode-se identificar problemas econômicos a qual a empresa enfrenta, assim como prever dificuldades futuras. Pequenas empresas comerciais devem monitorar os fatores econômicos que compõe custos e despesas e a análise CVL torna-se uma valiosa ferramenta para encontrar as ações necessárias para determinar receitas e alcançar os volumes de vendas de forma que não gere prejuízos.

A análise CVL é formada por outras técnicas, a saber: margem de contribuição, ponto de equilíbrio e margem de segurança e alavancagem operacional. Elas serão mais detalhadas nas próximas seções.

2.2.1. Margem de Contribuição (MC)

A margem de contribuição pode ser definida como o valor que cada produto gera para a empresa pagar seus custos e despesas fixas depois de descontados os custos e despesas variáveis incorridos num processo de produção e venda (SILVA; LINS, 2010). Ainda conforme o autor, para calcular a margem de contribuição não são considerados os custos fixos, já que estes independem do volume de atividade da empresa. Tal procedimento evita os erros e arbitrariedades gerados pelos rateios de custos fixos realizados quando na aplicação do custeio por absorção.

Para Warren, Reeve e Fess (2008), o índice da margem de contribuição demonstra a capacidade de a empresa gerar lucro, que pode ser expresso em unidades ou em valores e indica a disponibilidade que a empresa tem para amortizar seus custos fixos a cada unidade monetária vendida. Martins (2010) aduz que, na hipótese de não existir um fator de limitação da capacidade produtiva como horas máquinas, mão de obra, matéria prima, entre outros, deve-se estimular a venda do produto que tiver maior margem de contribuição pois são os que mais contribuem para o resultado.

2.2.2. Ponto de Equilíbrio

Para Dutra (2010), o Ponto de Equilíbrio refere-se ao nível de atividade da empresa em que receitas e custos se igualam, ou seja, é o ponto em que o lucro da empresa é nulo. Martins (2010) e Bornia (2010) concordam e acrescentam que o ponto de equilíbrio é também chamado de ponto de ruptura, ou seja, neste ponto não há lucro nem prejuízo.

Este indicador pode ser avaliado de acordo com a necessidade do gestor, calculado em termos monetários ou unidades físicas, e permite que a empresa visualize de forma global a situação econômica e financeira (LEONE; LEONE, 2010).

A literatura apresenta desdobramentos do ponto de equilíbrio com o objetivo de gerar informações para atendimento de necessidades específicas. Ele divide-se em três modalidades conhecidas como: ponto de equilíbrio contábil (PEC), ponto de equilíbrio econômico (PEE) e ponto de equilíbrio financeiro (PEF) (SILVA; LINS, 2010).

Ainda para Silva e Lins (2010), o PEC é obtido quando a margem de contribuição cobrir todos os custos e despesas fixos, calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula: $PEC = (\text{Custos Fixos} + \text{Despesas fixas}) / (MC / \text{un.})$. No PEC o resultado da empresa é nulo o que indica que ela não está recuperando o juro do capital próprio investido, pois não considera o lucro mínimo desejado (MARTINS, 2010).

Para atender a esta necessidade, pode-se adaptar a equação ao ponto de equilíbrio econômico, que leva em consideração o lucro mínimo desejado, calculado através da fórmula:

$PEE = (\text{Custos Fixos} + \text{Despesas Fixas} + \text{Lucro Desejado}) / (MC / \text{un.})$. Segundo Dutra (2010), PEE é definido somando-se aos custos e despesas fixos aos juros sobre o capital próprio, ou seja, a lucratividade mínima que o investidor espera ter de retorno. Este

valor é dividido pela Margem de Contribuição unitária obtendo-se a quantidade mínima a ser produzida para se obter o resultado esperado pelo acionista.

Por fim, o terceiro desdobramento do Ponto de Equilíbrio (Ponto de Equilíbrio Financeiro - PEF) objetiva calcular o volume de atividade necessário para cobrir os desembolsos de caixa. Conforme Bornia (2010), para encontrar o ponto de equilíbrio financeiro considera-se apenas os custos desembolsados no período e deduz-se a depreciação por não ser um desembolso financeiro. É obtido mediante a seguinte fórmula: $PEF = (\text{Custos Fixos} + \text{Despesas Fixas} - \text{Depreciação}) / (\text{MC} / \text{un.})$. De acordo com Martins (2010), nesse nível de atividade a empresa estará equilibrada financeiramente, porém, pode apresentar um prejuízo contábil e econômico já que parte dos custos não está inclusa neste valor.

2.2.3. Margem de Segurança e Alavancagem Operacional

Em relação à margem de segurança, Bruni (2011) e Leone G. e Leone R. (2010), classificam-na como sendo a receita das vendas que excedem a receita no ponto de equilíbrio da empresa, pois, consiste no valor que a empresa possui para garantir o lucro. Ela indica quanto as vendas podem cair sem que a empresa incorra em prejuízo. A margem de segurança pode ser calculada em quantidade, em unidades monetárias ou em percentual, dependendo da necessidade de análise (BORNIA, 2010).

Já a alavancagem operacional representa o impacto no lucro decorrente de uma alteração no volume de vendas e é calculada dividindo-se a variação percentual do lucro pela variação percentual das vendas (SILVA; LINS, 2010). Segundo Warren, Reeve e Fess (2008), são os custos fixos que determinam como será a

alavancagem operacional da empresa, pois, à medida que aumenta o volume de vendas o custo fixo se dilui e provocará um aumento maior no lucro operacional. Quanto maior a participação dos custos fixos nos custos totais de uma organização, maior será a sua alavancagem operacional e consequentemente maior será o impacto no resultado em função de aumento ou redução no volume de venda.

2.3. Comércio Varejista de Supermercados

O comércio varejista contempla as organizações que adquirem mercadorias de atacadista, distribuidor, e até mesmo da indústria com a finalidade de revendê-las para o consumidor final em pequenas quantidades sem modificá-las.

Os supermercados apresentam um cenário de constantes mudanças e alta competição. De acordo com Souza *et al* (2010), desde a década de 1990, o comércio varejista de supermercados tem competido com grandes redes internacionais. Ainda de acordo com os mesmo autores, para os supermercados de pequeno e médio porte nacional se tornar mais competitivos, eficazes e com eficiência, é necessário fazer uso da logística, alocação e mensuração dos custos e investir em técnicas de gestão que permitam assegurar que os recursos da empresa estejam sendo bem investidos e gerando o retorno esperado.

Werner e Segre (2013) concordam e acrescentam que este segmento varejista é o que mais cresce no Brasil. Além disso, os autores afirmam que ações já estão sendo adotadas por parte dos supermercadistas como a adoção de novas tecnologias, profissionalização da gestão, lançamento de marca própria e o associativismo que tem como objetivo que empresas deste

segmento se unam evitando intermediários e consigam comprar produtos de alto giro diretamente das indústrias com o objetivo de reduzir seus custos. A Contabilidade Gerencial também pode contribuir para isso, com a geração de informações para a tomada de decisão orientando as escolhas dos gestores.

Neste sentido, a análise CVL e a departamentalização são técnicas de contabilidade gerencial que tem sido empregada por diversos setores da economia para melhorar a tomada de decisão e consequentemente os resultados. No próximo tópico, abordam-se alguns estudos relacionados a este tema.

3. Metodologia

A pesquisa tem caráter qualitativo, pois segundo Downey e Ireland (1979), o uso de método qualitativo beneficia a avaliação de características de ambientes organizacionais, buscando reduzir a distância entre a teoria e as evidências empíricas.

Tendo em vista seus objetivos, a presente pesquisa caracteriza-se como descritiva, pois, conforme Gil (2002, p.42), “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. ”

Ademais, classifica-se a pesquisa como estudo de caso único. Para Yin (2005), o estudo de caso é caracterizado pela observação direta dos fenômenos contemporâneos, em especial quando os limites entre o teórico e o empírico (prático) não estão bem delineados.

Seguindo as sugestões de Yin (2005), foi utilizado de um protocolo de estudo de caso, visando proporcionar maior rigor à pesquisa científica realizada. O protocolo foi composto pelos

objetivos, justificativa, questões de estudos, bem como um guia para organização e formalização das informações obtidas no estudo.

A coleta de dados foi realizada por meio de visita técnica com o objetivo de conhecer a empresa, a administração e para analisar a melhor forma de dividi-la em departamentos para a realização deste trabalho. Além disso, realizou-se entrevista semiestruturada com dois gerentes da empresa, com o contador e com o técnico do sistema de informação. O Quadro 1 apresenta o perfil dos entrevistados e faz um pequeno resumo das informações fornecidas por cada um:

Quadro 1: Perfil dos Entrevistados

Cargo	Atividades desenvolvidas	Formação	Tempo de atuação na atividade	Informações fornecidas
Gerente Geral	Compra linha seca e frios	Ensino médio	22 anos	Relatou funcionamento da empresa e descreveram informações relacionadas a atividade e a gestão
Gerente administrativo	Administra o financeiro e recursos humanos	Pós-graduação em Gestão Empresarial	22 anos	Prestou informações de como é feita a análise gerencial atualmente
Contador	Serviços contábeis	Graduação em Ciências contábeis	10 anos	Informações financeiras como custos, receitas, despesas
Técnico do Sistema	Sistemas de informação	Graduação em Sistema de informação	5 anos	Informações relacionadas ao sistema de informação da empresa

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa

Observa-se pela caracterização dos entrevistados a abrangência e relação da atuação deles com o tema da pesquisa. Além das entrevistas, realizadas no período de setembro a

novembro de 2013, utilizou-se também a técnica de análise documental, feita em relatórios contábeis e gerenciais da empresa, visando melhor compreender as informações apresentadas no estudo.

Os dados fornecidos pelos entrevistados foram tabulados em planilhas de Microsoft Excel para facilitar a visualização e posteriormente aplicação das técnicas testadas. Por seguinte, os dados coletados foram tratados por meio da análise de conteúdo. De acordo com Bardin (1997), essa modalidade de análise contempla um conjunto de técnicas de análise das informações, dentre as quais se destacam a análise categorial, da avaliação, da enunciação, da expressão, entre outras. O objetivo da mesma é descrever o conteúdo, a partir de procedimentos sistemáticos e diretos, possibilitando assim a dedução de conhecimentos vinculados às condições de produção destas informações.

Ao utilizar distintos métodos (entrevista, análise documental, observação), foi possível realizar a triangulação dos dados coletados. Tal procedimento visou comparar e relacionar o que fora evidenciado através das diversas técnicas de coleta de dados. Ademais, visou incrementar a consistência e o entendimento dos resultados da pesquisa, conforme recomendado por Yin (2005).

Quando aplicável, os resultados encontrados quando da análise dos dados foram confrontados com os resultados de outros estudos relacionados ao tema, quais sejam: Dalmonech *et al* (2003), Moraes e Wernke (2006), Machado e Fernandes (2010), Souza; Schonrr e Ferreira (2011), Menegali e Oliveira (2012).

4. Descrição e análise dos dados

Esta seção tem por objetivo apresentar a descrição e análise dos dados coletados para a realização do estudo de caso. Primeiramente, apresenta-se um breve histórico da empresa com a finalidade de mostrar o campo de atuação, estrutura e faturamento. Em seguida será exibida a apuração dos custos e receitas para a aplicação da análise CVL.

4.1. Descrição da empresa

A empresa estudada caracteriza-se como um supermercado de médio porte localizado no Oeste de SC no município de Chapecó, atuante no segmento do comércio varejista de supermercado desde 1991. É uma empresa familiar composta por quatro sócios. Possui uma única loja com sede própria correspondente a 2.800 m², comercializa em média 6.000 produtos e seu faturamento mensal médio é de R\$ 640.000,00. Possui 12 *check-out's* e é responsável pela geração de 30 empregos diretos. De acordo com o ABRAS (2007), os supermercados que possuem de 8 a 20 *check-out's* classificam-se de médio porte.

4.2. Descrição da estrutura de gestão da empresa

A gestão da empresa é realizada pelos quatro sócios proprietários. Cada um executa o papel de coordenação de uma determinada área da empresa conforme Quadro 2.

Quadro 2 - Perfil dos gestores

Sócio	Tempo de empresa	Cargo	Formação	Atividade desenvolvida
1	22 anos	Gerente geral	Ensino médio	Responsável pela compra de mercadorias das linhas seca e frios; gerencia o supermercado, auxilia o setor financeiro (separação e baixa de boletos)
2	22 anos	Gerente administrativo	Graduação e especialização em Gestão empresarial	Administra o setor financeiro (pagamentos bancários), Recursos Humanos (folha de pagamento, controle de férias, contratação e demissão de empregados, exame admissional, demissional e periódico) e compra linha de eletrodoméstico e brinquedos)
3	22 anos	Fiscal de caixa	Ensino médio	Execução cobrança de inadimplentes; gerencia o setor de produção da padaria e confeitaria; desenvolve a atividade de fiscalização de caixas
4	22 anos	Gerente Departamento hortifrúti	Ensino médio	Gerencia setor de hortifrúti; realiza as compras das mercadorias da linha de lácteos; responsável pela manutenção e conservação do prédio

Fonte: Elaborado pelos autores, (2013)

Nota-se pelas informações do Quadro 2, que todos os gestores estão a mais de duas décadas na empresa, isto indica forte experiência no ramo supermercadista. Entrevistou-se dois dos quatro gestores: o gerente geral por ser o fundador da organização e o gerente administrativo, que por coordenarem todas as funções administrativas, espera-se que tenham um perfil adequado para contribuir com o desenvolvimento desta pesquisa.

De acordo com o gerente geral, a empresa utiliza-se de um sistema de informação que realiza controle do estoque, movimentações financeiras e contábeis. Este sistema possibilita a geração de relatórios com informações sobre: valor do custo do estoque e o lucro que o mesmo tem capacidade de gerar (considera preço de venda atual), faturamento atualizado dia a dia, média das vendas diárias, prazo médio de pagamento e recebimento, vendas

por forma de pagamento, vendas por categoria de produtos, entre outros.

A formação de preço é realizada de acordo com as entradas de notas fiscais dos produtos por dia e os itens com maior controle dos custos são os que têm um maior fluxo de venda, ou seja, a compra destes varia de semanal a mensal.

Algumas questões observadas durante a entrevista com os gestores merecem destaque:

- a) O sistema da empresa calcula uma informação denominada lucro por produto. Nesta informação, são confrontados os preços de venda com os custos de compra daquela mercadoria. Tal conceito assemelha-se com os de margem de contribuição, no entanto, para cálculo da margem é necessário descontar ainda os impostos com a comercialização. Outro aspecto importante, é que a terminologia “lucro” confunde os gestores que acreditam que aquela é a sobra efetiva de cada venda. Cabe ressaltar, que faltam cobrir ainda os custos e despesas fixas incidentes sobre a negociação.
- b) A análise de resultado é feita por grupo de produtos e não por setor. Desta forma, não é possível verificar se um grupo de produtos que possui custos fixos específicos (Exemplo: Pães, tortas e outros produtos comercializados na padaria) geram margem de contribuição suficiente para cobrir seus custos fixos diretos (salário do padeiro e auxiliares, Gás de cozinha, energia elétrica e demais recursos consumidos na padaria);
- c) Os gestores não calculam atualmente o nível de atividade necessário para cobrir os custos fixos de cada departamento e também da empresa como um todo.

A partir do diagnóstico verificado, partiu-se para o desenvolvimento de uma proposta de aplicação da análise CVL com a departamentalização.

4.3. Proposta de aplicação de análise CVL e departamentalização

Conforme descrito na revisão teórica, a análise CVL se desenvolve ao analisar os impactos gerados no custo e no lucro a partir das variações de volume. Para sua aplicação, é fundamental a separação dos gastos e despesas de acordo com a relação dos mesmos com o nível de atividade da empresa - fixos e variáveis (MARTINS, 2010).

Observou-se que a empresa em estudo agrupa os itens em suas análises de acordo com suas características similares e não de acordo com o departamento em que eles são vendidos. Por isso, para desenvolver a análise CVL na empresa, primeiramente organizou-se uma estrutura departamental observando setores com características comuns, conforme proposto por Martins (2010). Após a análise dos gastos da empresa e sua estrutura física, chegou-se a estrutura departamental apresentada na Figura 2.

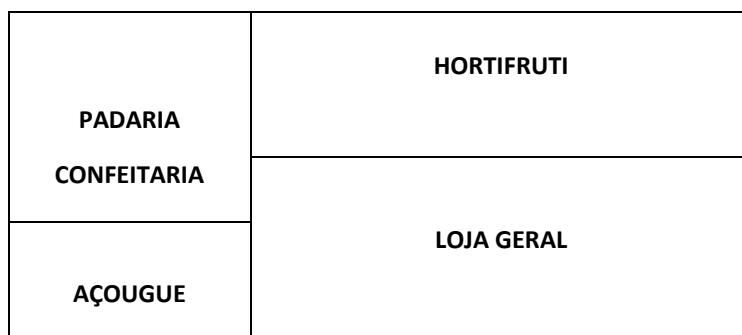


Figura 2: Estrutura Departamental

Fonte: Elaborado pelos autores, (2013)

Pode-se observar que o supermercado foi separado em quatro grandes áreas: padaria e confeitaria, Hortifrúti, Açougue e Loja Geral. Cada um desses setores consome uma série de recursos que são específicos para seu funcionamento como mão de obra, equipamentos (depreciação) e gás. Por meio do modelo de departamentalização sugerido será possível calcular margem de contribuição, ponto de equilíbrio e margem de segurança para cada um deles. No tópico seguinte será demonstrada a estrutura dos gastos fixos apurados na empresa.

4.3.1. Descrição dos Gastos Fixos por Departamento

A apuração dos gastos se deu por meio de relatórios contábeis fornecidos pelo contador e pelo sistema interno da empresa.

Os gastos fixos representam os custos e despesas que não possuem relação com o nível de atividade da empresa. Os valores referentes ao período de 01-01-2013 a 30-09-2013 estão apresentados na Tabela 1:

Tabela 1: Gastos fixos por departamento

Gastos	Açougue	Hortifrúti	Padaria/conf.	Loja em	Total	% Total
--------	---------	------------	---------------	---------	-------	---------

				geral		
Gastos Fixos Diretos	90.435,81	33.910,33	156.122,01	316.316,73	596.784,88	44,66%
Salários e Encargos	73.785,19	32.785,33	140.027,05	258.667,52	505.265,09	37,81%
Depreciação	16.650,62	1.125,00	10.138,56	57.649,21	85.563,39	6,40%
Gás			5.956,40		5.956,40	0,45%
Gastos Fixos Indiretos					739.545,99	55,34%
Água					1.141,05	0,09%
Energia Elétrica					126.076,55	9,43%
Telefone/Internet					12.399,42	0,93%
Combustíveis e Lubrificantes					5.100,00	0,38%
Despesas Administrativas					7.281,52	0,54%
Despesas Tributárias					19.327,53	1,45%
Outras Despesas Operacionais					144.747,75	10,83%
Seguro					15.689,08	1,17%
Salários/Encargos Diretos					180.000,00	13,47%
Serviços Profissionais					11.998,65	0,90%
Despesas Financeiras					215.784,44	16,15%
Total de Gastos Fixos	90.435,81	33.910,33	156.122,01	316.316,73	1.336.330,87	100,00%
Média Mensal	10.048,42	3.767,81	17.346,89	35.146,30	148.481,21	

Fonte: Elaborado com base nos dados fornecidos pela empresa, (2013)

Os gastos fixos foram separados em diretos e indiretos. Os diretos são referentes aos gastos passíveis de serem identificados com cada setor sem a necessidade de um critério de rateio. No caso

da empresa em análise, os gastos fixos diretos são o somatório dos valores gastos com “Salários/Encargos Empr.” que correspondem ao valor recebido pelo empregado, incluídas as verbas rescisórias (multa 50% FGTS, férias e 13º salário proporcional) e os encargos de responsabilidade da empresa (FGTS, INSS, CPP). O cálculo da depreciação foi realizado considerando o valor de aquisição dos bens e sua expectativa de vida útil. Estas informações foram fornecidas pelo contador por meio de relatório de controle patrimonial. O gasto com gás foi passível de relacionamento com os setores já que é consumido por apenas um dos fornos utilizado na padaria. Os demais consomem energia elétrica.

A não alocação dos demais valores dos gastos fixos aos departamentos ocorre porque não há mensuração do consumo de alguns destes recursos para eles ou, porque este gasto é destinado a um setor que presta serviço para todos. Os gastos com “Água”, “Energia Elétrica”, “Telefone/Internet”, “Combustível/Lubrific”, “Despesas Administrat.” (material de expediente, entidades e associações), “Despesas Tributárias”(impostos federais, estaduais e taxas) e “Outras Despesas Operac.”(propaganda, limpeza, uso e consumo entre outras) são de uso comum do estabelecimento. A despesa com “Seguro” é uma contratação anual e apropriada mensalmente conforme a utilização. O item “Salários/Encargos Diret.” refere-se ao salário médio que os sócios administradores recebem ao exercer a função de gerente acrescido dos encargos. Os “Serviços Profissionais” referem-se aos gastos com honorários contábeis e serviços de TI. Por fim, a conta “Despesas Financeiras” referem-se aos juros pagos sobre empréstimos e financiamentos, despesas bancárias e outros juros decorrentes de pagamentos em atraso.

No próximo tópico será apresentada a margem de contribuição por departamento, com vista a desenvolver a análise CVL.

4.3.2. Margem de Contribuição

De acordo com a orientação da literatura e apresentado no referencial teórico, o cálculo da margem de contribuição é realizado a partir da dedução do preço de venda de todos os gastos variáveis que ocorrem em função daquela venda.

Neste sentido, e utilizando-se das demonstrações do resultado da empresa em análise apuradas no período de janeiro a setembro de 2013, calculou-se a margem de contribuição média mensal por departamento, conforme demonstrado na Tabela 2.

Tabela 2: Margem de contribuição por departamento

	Açougue	Hortifrúti	Padaria/conf.	Loja em Geral	Total
Receita Bruta	1.075.058,55	604.216,38	469.023,31	3.577.139,30	5.725.437,54
(-) Cofins	-29.553,10	-86,00	-15.692,81	-145.371,46	-190.703,37
(-) ICMS	-92.405,16	-1.634,09	-1.072,11	-93.616,38	-188.727,74
(-) PIS	-6.417,10	-18,69	-3.407,61	-31.569,34	-41.412,74
(-) Devoluções	0,00	-35,41	-63,39	-4.503,68	-4.602,48
Receita Líquida	946.683,19	602.442,19	448.787,39	3.302.078,44	5.299.991,21
(-) CMV	-653.311,54	-400.685,84	-152.692,71	-2.242.071,15	-3.448.761,24
Margem Contrib.	293.371,65	201.756,35	296.094,68	1.060.007,29	1.851.229,97
M.C. %	27,29%	33,39%	63,13%	29,63%	32,33%
Média mensal M.C.	32.596,85	22.417,37	32.899,41	117.778,59	205.692,22

Fonte: Elaborado com base nos dados fornecidos pela empresa, (2013)

Devido a grande variedade de itens no supermercado estudado, foi optado em calcular a margem de contribuição por

departamento. Inicialmente foram levantadas as receitas, deduções e o custo variável por meio do sistema de informação da empresa. Para encontrar o índice percentual, dividiu-se a margem de contribuição pela receita bruta e multiplicado o resultado por 100. Já para encontrar a média mensal, dividiu-se a margem de contribuição por nove, número de meses em análise.

Ao analisar a Tabela 2 é possível identificar que o departamento padaria/confeitaria é responsável pela maior margem de contribuição percentual no período estudado, que representa 63,13% em relação a receita bruta do departamento. A menor margem de contribuição foi a do açougue, com 27,29%. Enquanto que a margem de contribuição total, isto é, a soma dos departamentos, é de 32,33% em relação à receita bruta total.

Nota-se significativa diferença entre as margens de contribuição de cada setor e a margem de contribuição geral da empresa. Tal constatação ratifica a importância do uso da técnica departamentalização em conjunto com as técnicas de análise CVL (no caso margem de contribuição) para identificar os setores que mais contribuem para o resultado da empresa.

4.3.3. Ponto de Equilíbrio

O ponto de equilíbrio tem por finalidade demonstrar qual é o nível de vendas que a empresa precisa obter para ter lucro nulo.

Com base no referencial teórico, para calcular o ponto de equilíbrio contábil, dividem-se custos e despesas fixas pela margem de contribuição percentual. Para tanto, inicialmente calculou-se o PEC direto dos departamentos, apresentado na Tabela 3, e posteriormente fez-se a distribuição dos gastos fixos indiretos, para então calcular o PEC total da empresa.

Tabela 3: Ponto de equilíbrio direto por departamentos

Gastos	Açougue	Hortifrúti	Padaria/ Confeitaria	Loja em Geral	Total
(+) Gastos Fixos Direto	90.435,81	33.910,33	156.122,01	316.316,73	596.784,88
(/) MC departamento	27,29%	33,39%	63,13%	29,63%	32,33%
(=) PEC direto	331.401,45	101.554,06	247.302,19	1.067.453,99	1.845.721,28
Média mensal PEC direto	36.822,38	11.283,78	27.478,02	118.606,00	205.080,14

Fonte: Elaborado com base nos dados fornecidos pela empresa, (2013)

Os gastos fixos diretos são aqueles que podem ser identificados diretamente no departamento sem a necessidade de rateio. Dividindo-se o custo fixo direto pela margem de contribuição percentual do departamento obteve-se a Ponto de Equilíbrio contábil, ou seja, a receita mínima que cada departamento precisa gerar para cobrir seus gastos diretos. Pode-se verificar que o açougue precisa obter uma receita bruta média mensal mínima de R\$ 36.822,38, o hortifrúti de R\$ 11.283,78, a padaria e confeitaria R\$ 24.478,02 e a loja em geral R\$ 118.606,00. Este é o valor necessário para cobrir os gastos diretos. Se o setor não atingir este faturamento, estará incorrendo em prejuízo.

Para cálculo do PEC geral da empresa, os gastos fixos indiretos também precisam ser considerados. Como estes não possuem uma relação direta com os departamentos, foi necessário estabelecer um critério de distribuição para os mesmos. O critério utilizado foi a margem de contribuição total de cada departamento já que esta demonstra a capacidade de cada setor contribuir para o resultado geral da empresa. A Tabela 4 apresenta o resultado desta distribuição.

Tabela 4: Distribuição dos gastos fixos indiretos por departamento

	Açougue	Hortifrúti	Padaria Confeitaria	Loja em Geral	Total
Margem Contrib.	293.371,65	201.756,35	296.094,68	1.060.007,29	1.851.229,97
M.C. %	15,85%	10,90%	15,99%	57,26%	100,00%
Gastos Fixos Indir.	117.198,74	80.599,44	118.286,56	423.461,24	739.545,99
Média mensal CFI	13.022,08	8.955,49	13.142,95	47.051,25	82.171,78

Fonte: Elaborado com base nos dados fornecidos pela empresa, (2013)

A partir da margem de contribuição total de cada departamento encontrou-se o valor em termos percentuais da margem de contribuição do departamento. Logo, distribui-se o valor de gasto fixo indireto proporcional a margem de contribuição gerada por cada setor.

Enfim, apurados os valores dos gastos fixos diretos e indiretos calculou-se o PEC total por departamento demonstrado na Tabela 5.

O PEC total de cada setor resultou da divisão do gasto fixo total pela margem de contribuição, já o PEC da empresa é a soma dos PECs de cada setor. Com o resultado encontrado chegou-se ao valor da receita que a empresa precisa atingir para obter resultado nulo.

Tabela 5: Cálculo do ponto de equilíbrio contábil

Gastos	Açougue	Hortifrúti	Padaria Confeitaria	Loja em Geral	Total
(+) Gastos Fixos Direto	90.435,81	33.910,33	156.122,01	316.316,73	596.784,88
(+) Gastos Fixos Indir.	117.198,74	80.599,44	118.286,56	423.461,24	739.545,99
(=) Gastos Fixos Totais	207.634,55	114.509,77	274.408,57	739.777,97	1.336.330,87
(/) MC Setor	27,29%	33,39%	63,13%	29,63%	
(=) PEC total	760.875,51	342.931,85	434.671,84	2.496.481,75	4.034.960,94
Média mensal PEC total	84.541,72	38.103,54	48.296,87	277.386,86	448.328,99

Fonte: Elaborado com base nos dados fornecidos pela empresa, (2013)

Conforme apresentado na Tabela 5, o custo fixo total da empresa foi de R\$ 1.336.330,87 e o PEC total é de R\$4.034.960,94 com média mensal de R\$ 448.328,89. Com este valor de vendas a empresa pode honrar seus custos e despesas fixas e a margem de contribuição gerada acima deste ponto, será considerada lucro.

4.3.4. Margem de Segurança

A margem de segurança é a receita que excede o ponto de equilíbrio, ou seja, todo valor auferido após este ponto de ruptura indica o valor das vendas que pode ser reduzido sem que a empresa incorra em prejuízo.

A Tabela 6 apresenta os percentuais de margem de segurança por departamento calculados com o uso da fórmula: $M.S. = [(receitas\ atuais - receitas\ no\ PEC) / receitas\ atuais]$.

Tabela 6: Cálculo da margem de segurança

Margem de segurança	Açougue	Hortifrúti	Padaria Confeitaria	Loja em Geral	Total
Receitas Atuais	1.075.058,55	604.216,38	469.023,31	3.577.139,30	5.725.437,54
Receitas PEC Direto	331.401,45	101.554,06	247.302,19	1.067.453,99	1.845.721,28
M.S. Direta	69,17%	83,19%	47,27%	70,16%	67,76%
Receitas PEC Total	760.875,51	342.931,85	434.671,84	2.496.481,75	4.034.960,94
M.S. Total	29,22%	43,24%	7,32%	30,21%	29,53%

Fonte: Elaborado com base nos dados fornecidos pela empresa, (2013)

Nota-se na Tabela 6 que o departamento Padaria/Confeitaria apresenta margem de segurança direta de 47,27%, valor bem abaixo da média geral da empresa, que é de 67,76% e de outros setores como o Açougue que possui média de 69,17%. Esta diferença ocorre em função dos altos valores de custos fixos diretos do departamento. Pode-se concluir que atualmente, este setor gera receita suficiente para cobrir seus custos diretos e ainda gera margem para o pagamento dos demais custos fixos indiretos da empresa e também para gerar o lucro. Todavia, a departamentalização evidencia novamente que não se pode tratar todos os setores de forma igual sob pena de incorrer em erros de análise e não verificar setores deficitários.

Após o desenvolvimento das análises descritas nos tópicos anteriores, apresentou-se o resultado aos gestores.

4.3.5. Validação da Proposta Com os Gestores

Para validação do modelo proposto, realizou-se uma apresentação ao gestor dos resultados encontrados na pesquisa. Demonstrou-se a nova forma de avaliação considerando Margem de

Contribuição, Ponto de Equilíbrio e Margem de segurança todas analisadas por setor e de forma geral. Foi esclarecido ao gestor, que a estrutura proposta permite a análise de quanto cada setor precisa faturar para cobrir seus gastos diretos e também para cobrir seus gastos indiretos. Tal avaliação permite uma melhor visualização pelo gestor de qual departamento contribui mais para a lucratividade da empresa, conforme abordado por Machado e Fernandes (2010).

Os gestores destacaram que todos os aspectos calculados e apresentados são relevantes e contribuem para uma tomada de decisão mais direcionada para melhoria de resultados. No entanto, o faturamento mínimo de cada setor para que este cubra seus custos diretos foi apontado pelos gestores como o aspecto mais relevante. A significativa diferença de margem de segurança percentual entre os setores, também foi surpresa para os gestores que não imaginavam que a diferença fosse tão significativa.

Questionados sobre os motivos da não utilização destas técnicas na empresa, os gestores apontaram a falta de conhecimento como principal motivador. Tal constatação está em linha com os achados de Souza, Schnorr e Ferreira (2011) de que as práticas de análise CVL não possuem aplicação prática tão expressiva quanto ao destaque que é dado na literatura.

A partir do exposto, pode-se concluir que a aplicação das práticas analisadas nesta pesquisa (margem de contribuição, ponto de equilíbrio, margem de segurança e departamentalização) não se dá em função das limitações das mesmas e sim, em função da falta de conhecimento dos gestores para implantação e utilização.

5. Considerações finais

A análise CVL e a departamentalização são técnicas bastante difundidas na literatura contábil voltadas à geração de informação para a tomada de decisão. No entanto, elas geralmente são estudadas de forma separada e poucos estudos se propõem a abordá-las em conjunto. Este estudo teve por objetivo aplicar a técnica da análise CVL, junto com a departamentalização em um supermercado de médio porte. Neste tipo de empresa, é comum a existência de setores com características e estruturas de custos específicas em função dos tipos de produtos que são comercializados em cada setor por isso da importância da aplicação das técnicas em conjunto.

Em um primeiro momento, foi desenvolvido um diagnóstico que verificou a utilização de conceitos distorcidos de lucro por produto e a existência de análises de rentabilidade por grupo de produto e não por departamento.

A partir da análise realizada na empresa e os dados fornecidos foi sugerido um modelo de departamentalização elaborado a partir das características comuns de cada departamento. Por seguinte, apurou-se os gastos fixos diretos e totais de cada departamento. Sobre esta estrutura departamental foram desenvolvidas as análises de margem de contribuição, ponto de equilíbrio e margem de segurança que permitiram identificar o resultado gerado por cada setor, os valores mínimos de faturamento para a empresa ter lucro zero e calcular quanto a empresa pode reduzir de faturamento sem incorrer em prejuízo.

Por meio da estrutura departamental proposta, foi possível verificar que os setores (açougue, padaria/confeitaria, hortifrúti, Loja em Geral), possuem estruturas de gastos fixos diretos e margem de contribuição com significativa diferença o que faz com que o Ponto

de Equilíbrio e a margem de Segurança de cada setor seja diferente. O PEC apresentou valores que variam de R\$11.283,78 (Hortifrúti) à R\$ 118.606,00 (Loja em geral) e a Margem de segurança percentual varia de 47,27% (padaria/confeitaria) à 83,19% (Hortifrúti). Tal constatação evidencia os problemas de se analisar valores médios de PEC e margem para a empresa como um todo. Se a análise for realizada desta forma, o gestor pode não identificar setores que estão sendo insuficientes na geração de receita para cobrir seus gastos fixos diretos.

Por fim, este modelo foi apresentado e validado pelos gestores da empresa analisada. Eles destacaram como principais aspectos positivos a identificação do valor mínimo de faturamento que cada setor precisa gerar para cobrir seus custos diretos e o conhecimento de margem de segurança de forma individualizada.

A pesquisa identificou também que a não aplicação das práticas investigadas na empresa se dá pela falta de conhecimento dos gestores da organização e não pelos benefícios gerados pela informação. Tal constatação destaca a importância dos estudos realizados na literatura para continuar promovendo o uso destas técnicas nas empresas.

É importante salientar que em função desta pesquisa ser um estudo de caso único, os achados da mesma se restringem a aplicação na empresa analisada. Neste sentido, percebe-se a necessidade do desenvolvimento de outros estudos relacionados como:

- a) Verificar a aplicação na análise CVL em conjunto com a departamentalização em outros tipos de empresas como as industriais, comerciais e de serviço;

- b) Desenvolver uma pesquisa do tipo *survey* com as maiores empresas brasileiras investigando se estas práticas já são utilizadas de forma individualizada ou em conjunto;
- c) Desenvolver um estudo de caso em uma empresa que já faz uso das práticas como foram sugeridas neste trabalho, com o intuito de verificar se os benefícios propostos nesta pesquisa são confirmados pelos gestores das empresas que já fazem uso.

Os achados destas novas pesquisas poderão ser comparados com as deste artigo e de trabalhos já desenvolvidos contribuindo para preencher a lacuna existente de pesquisas sobre este assunto com empresas brasileiras.

6. Referências

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Edição 70, Lisboa, 1997.
- BEUREN, I. M.. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2006.
- BORNIA, A. C.. **Análise gerencial de custos**: aplicação em empresas modernas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- BRUNI, A. L.. **A análise contábil e financeira**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- CALLADO, A. L. C.; ALBUQUERQUE, J. L.; SILVA, A. M. N.. Análise da relação custo/volume/lucro na agricultura familiar: o caso do consórcio mamona/ feijão. **Custos e @gronegocioonline**, v.3, n.1, jan/ jun. 2007.
- DALMONECH, L. F.; MARTINEZ, A. L.; VIANA, A.; FERREIRA, C. J. S.. Limitações da Analise tradicional de custo-volume-lucro. Repensando as hipóteses simplificadoras do modelo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUUSTOS, 10., 2003, Guarapari. **Anais...**Guarapari
- DOWNEY, H. K.; IRELAND, R. D. **Quantitative versus qualitative**: the case of environmental assessment in organizational. In *administrative Science Quarterly*, v. 24. n. 4. p. 630-637, Dec, 1979.
- DUTRA, R. G.. **Custos**: uma abordagem prática. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FIGUEIREDO, S.; CAGGIANO, P. C.. **Controladoria: Teoria e prática**. São Paulo: Atlas. 2008.

FERREIRA, M. A. M.; VENÂNCIO, M. M.; ABRANTES, L. A.. Análise da eficiência do setor de supermercado no Brasil. **Economia aplicada**, v.13, n.2, p. 333-347. 2009.

GIL, A. C.. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LEONE, S. S. G.. **Curso de contabilidade de custos**. São Paulo: Atlas, 2010.

LEONE, G. S. G.; LEONE, R. J. G.. **Curso de contabilidade de custos**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MACHADO, P. P.; FERNANDES, L. A.. **Análise do ponto de equilíbrio de uma rede de supermercados**. In: VII SIMPÓSIO DE EXCÊLENCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 2010. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/artigos10/303_analise%20do%20ponto%20de%20equilibrio.pdf>
Acesso em: 10 mar. 2013.

MARTINS, E.. **Contabilidade de custos**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MENEGALI, V. M. ; OLIVEIRA, R.. Custo/volume/lucro como ferramenta gerencial estratégica em análises de rentabilidade: estudo de caso em uma indústria química. **III Seminário de Ciências Sociais Aplicada**, vol3, n.3, 2012. Disponível em: < <http://periodicos.unesc.net/index.php/seminariocsa/article/view/681>>
Acesso em: 17 ago. 2013

MORAES, L. C.; WERNKE, R.. Análise custo/volume/lucro aplicada ao comércio de pescados. **Revista Contemporânea em Contabilidade**, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, ano 03, v.1, n.6, p. 81-101 jul/dez. Recebido por e-mail em: 19 mar. 2013.

OTT, E.. **Evolução da contabilidade gerencial: a gestão estratégica de custos e a contabilidade gerencial estratégica**. Recebido por e-mail em: 15 set.2013.

SILVA, R. N. S.; LINS, L. S.. **Gestão de custos: contabilidade, controle e análise**. São Paulo: Atlas, 2010.

SEBRAE (Serviço brasileiro de apoio às micro e pequenas empresas). Disponível em: <[http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/93772f4f62b0716c573d3a9ed5a6a3aa/\\$File/4456.pdf](http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/93772f4f62b0716c573d3a9ed5a6a3aa/$File/4456.pdf)>. Acesso em: 10 set.2013.

SOUZA, M. A.; CORREA, R. M.; KRUGER, G. P.; KROMBAUER, C. A.. Custos logísticos: mensuração e uso por rede supermercadistas localizadas no estado do Rio Grande do Sul. In: XXXIV ENCONTRO DA ANPAD (ENAMPAD), 2010, Rio de Janeiro. **Anais**

eletrônicos...Disponível

em:

<http://www.anpad.org.br/evento.php?acao=trabalho&cod_edicao_subsecao=626&cod_evento_edicao=53&cod_edicao_trabalho=11808

> Acesso em: 15 set.2013.

SOUZA, M. A.; DIEHL, C. A.. **Gestão de Custos:** uma abordagem integrada entre contabilidade, engenharia e administração. São Paulo: Atlas, 2009.

SOUZA, M. A.; SCHNORR, C.; FERREIRA, F. B.. Análise das relações custo-volume-lucro como instrumento gerencial: um estudo multicaso em indústrias de grande porte do Rio Grande do Sul. **Revista de contabilidade e organizações**, São Paulo: Universidade de São Paulo, v. 5, n. 12, p. 109-134, mai./ ago. 2011.

WARREN, C. S.; REEVE, J. M.; FESS, P. E. **Contabilidade gerencial:** São Paulo: Thomson Learning, 2008.

WERNER, A.; SEGRE, L. M.. **Uma análise do segmento de supermercados:** estratégias, tecnologias e emprego. Disponível em:

<<http://www.senac.br/BTS/281/boltec281e.htm>> Acesso em: 20 set. 2013

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookam, 2005.

Burocracia do Nível da Rua, valores e ideologias na implementação de uma política públicas

Sara Talice Santos Barros³⁹

Resumo

Este artigo analisa um serviço de enfrentamento à violência doméstica a partir do conceito de Burocracia do Nível da Rua, observando a inserção de valores, ideologias e crenças na implementação de um serviço de enfrentamento à violência contra a mulher. Dentro do Projeto de Pesquisa *Violência contra a Mulher: A implementação de uma Política Pública*, pretende-se avaliar os cursos de capacitação dos agentes públicos para o enfrentamento à violência contra a mulher, observa-se, que o curso de capacitação em si não foi tão significativo para a implementação do serviço. A implementação estava em maior grau condicionada a valores e ideologias dos agentes implementadores.

Palavras-chaves: Violência Doméstica; Violência Contra a Mulher; Burocracia do Nível da Rua; Políticas Públicas.

Introdução

Este artigo foi extraído de uma pesquisa acadêmica que tinha por intuito avaliar um curso de capacitação dos agentes públicos para o enfrentamento à violência doméstica⁴⁰. A pesquisa pretendia analisar a inserção dos princípios e diretrizes da capacitação – principalmente o conceito de gênero – nos serviços de atendimento às vítimas de violência doméstica. Notamos que outras variáveis – como ideologia e valores dos agentes implementadores – eram mais significativas para a implementação do serviço do que, de fato, a capacitação. Fato esse que direcionou o nosso estudo para a

³⁹ Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Mestranda em Sociologia pela mesma universidade, trabalha com as temáticas de movimento negro e das políticas públicas para as mulheres vítimas de violência doméstica.

⁴⁰ Este estudo está vinculado ao projeto de pesquisa *Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher: Avaliação de implementação de uma política pública*, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS e registrado na Plataforma Brasil sob o número CAAE 12153213.9.0000.5347.

análise dos aspectos cognitivos – valores, ideologias e crenças – na implementação das políticas públicas.

Autores como Michael Lipsky, por exemplo, falam sobre a importância da atuação dos agentes implementadores para a eficácia da política pública. No conceito de Burocracia do Nível da Rua desenvolvido por ele, Lipsky (1980) defende que os burocratas do nível da rua (agentes da ponta do serviço) criam, no seu trabalho cotidiano, regras e procedimentos que diferem, ou que não estão especificadas, nas diretrizes da política.

Fazendo uso do conceito de Burocracia do Nível da Rua, autores como Gabriela Spanghero Lotta (2010), Luciana Leite Lima e Luciano D'Ascenzi (2013), defendem ainda que os burocratas inserem, muitas vezes, suas próprias ideias e valores nas práticas, modificando assim a política pública na sua implementação. Outras autoras, Soraya Cortes e Luciana Leite Lima (2012) em seu artigo *Contribuição da Sociologia para a análise de Políticas Públicas*, trazem à tona a importância desses mesmos aspectos cognitivos para a inclusão de determinado problema social como alvo de novas políticas públicas.

Assim, desenvolvemos neste artigo, uma discussão sobre a importância dos valores, crenças e ideologias, na implementação do serviço de enfrentamento à violência contra a mulher no município de Dois Irmãos no Rio Grande do Sul (RS). No município, agentes públicos haviam sido capacitados no âmbito de projeto de capacitação envolvendo diversos municípios do Vale dos Sinos, projeto este executado pelo Centro Ecumênico de Capacitação e Assessoria – CECA (com sede em São Leopoldo). De acordo com a pessoa responsável no CECA por organizar o curso de capacitação, os agentes públicos deste município jamais haviam sido sensibilizados ou informados para a questão da violência de gênero.

Segundo ela, antes da capacitação promovida pelo CECA, o município não possuía nenhum Centro de Atendimento à Mulher, nem qualquer órgão de atendimento às mulheres vítimas de violência. Depois da capacitação, e impulsionadas por esta, mudanças significativas ocorreram na cidade, como a criação do projeto Mulheres Vivendo Sem Violência no Município.

Coleta de dados mediante entrevistas e observações participante foi a metodologia empregada. Foram entrevistadas três funcionárias do serviço, bem como também três observações participante (entre novembro de 2013 a abril de 2014). As entrevistas foram gravadas e as observações foram registradas em diários de campo. O método utilizado para análise dos dados foi a Análise de Conteúdo, que segundo Caregnato e Mutti (2006) é “a presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou conjunto de características num determinado fragmento da mensagem” (Caregnato, Mutti, 2006: 682).

1- Burocracia do Nível da Rua

Weber foi o primeiro autor da sociologia a escrever sobre os processos burocráticos. Ele, ao criar o modelo ideal de burocracia, escreveu sobre a importância de treinamento especializado e sobre a necessidade da criação de rotinas engendradas por meio da burocracia a fim de padronizar os processos, tornando-os cada vez mais racionais, impessoais, imutáveis e eficientes (Lopes, 2011).

A burocracia weberiana surge em um contexto de modernização social, onde as sociedades passam a conviver com uma diversidade de valores e crenças, onde a autoridade sagrada e tradicional perde sua legitimidade. Neste contexto, a burocracia, legitimada pela sua autoridade legal, entra como um mecanismo de

“socialização de poder”, como um instrumento de poder para os que fazem uso dela.

Davis (1969) definiu a discricionariedade como

a margem de liberdade de um funcionário público para escolher um curso de ação ou inação, fundamentada na lei. A discricionariedade está envolvida pelos códigos legais e não se trata de ação ilegal, mas de liberdade para agir ou deixar de agir que um funcionário público tem diante do cidadão comum. (Davis, 1969 apud Filgueiras & Aranha, 2011, p. 353).

O modelo de burocracia de Weber não inclui, e nem permite, a ideia de discricionariedade. No modelo weberiano original não caberia ao burocrata decidir o conteúdo das políticas: o burocrata deve somente colocar em ação, pelo processo de implementação, as decisões já tomadas pelos formuladores, não cabendo a eles intervir de maneira alguma na política (Filgueiras & Aranha: 2011).

Lipsky, em seu livro *Street-level Bureacracy: dilemmas of the individual in public services* (1980), define o que ele denomina de Burocratas do Nível da Rua, traz à discussão da burocracia um aspecto que diverge dos princípios da burocracia definidos por Weber (Jorge, 2012). Lipsky (1980) afirma que os agentes que trabalham na implementação das políticas públicas, diretamente com os cidadãos, intervêm nas políticas públicas, por meio das rotinas que eles estabelecem, pelas decisões que precisam ser tomadas na pressão do trabalho cotidiano. Lipsky (1980) afirma que essas intervenções se tornam na verdade a política pública.

(...) as decisões dos burocratas que desempenham atividades-fim, as rotinas que eles estabelecem, os expedientes que eles criam para contornar a incerteza e as pressões, é que veem a ser de fato

as políticas públicas. Eu argumento que a política pública não é bem entendida se observada pelo ângulo da legislatura ou do alto nível da administração, porque em diversos aspectos importantes ela é realmente feita nos escritórios lotados e nos encontros diários da burocracia. (...) trabalhadores, clientes e os cidadãos em geral “experimentam” a burocracia que desempenha atividades-fim através dos conflitos que estes encontram para tornar o desempenho de suas funções mais consistente com suas próprias preferências e compromissos (Lipsky, 1980, p. XII).

Os burocratas do nível da rua, segundo Lipsky (1980, p. XII) são os “trabalhadores do serviço público que interagem diretamente com os cidadãos no curso de seus trabalhos, e que têm critério substancial na execução do serviço que desempenha”. A burocracia do nível da rua torna-se, portanto, fundamental para a política, pois a esses burocratas está condicionada a eficácia da política pública, é deles que depende a implementação.

Para analisar o processo de implementação das políticas públicas precisamos ter em mente que todas as políticas públicas são modificadas pelos agentes implementadores, tanto na tomada de decisões necessárias no cotidiano do trabalho –a discricionariedade- quanto na criação de processos e rotinas de padronização do mesmo, com a inserção de ideias, valores e conceitos. Luciana Lima e Luciano D’Ascenzi (2013), definiram a implementação como um processo de apropriação de uma ideia:

Podemos defini-la [a implementação] como um processo de apropriação de uma ideia que, nesse sentido, é consequência da interação entre a intenção (expressa no plano) e os elementos dos contextos locais de ação. Com isso, é possível integrar os dois elementos principais dos modelos citados e inserir variáveis cognitivas, como ideias e visões de mundo dos atores. Isso se dá porque a

interpretação da estrutura normativa de uma política pública é influenciada pelas concepções de mundo dos atores que irão executá-la e de suas condições materiais. Desse amálgama nasce a ação, a política pública de fato. (Lima e D'Ascenzi, 2013, p.10)

Os autores ainda propõem que a análise dos burocratas do nível da rua deve inserir as variáveis cognitivas- valores, ideias, crenças- dos burocratas, pois segundo eles essas variáveis influenciam tanto as políticas públicas quanto a estrutura normativa e as condições estruturais das políticas públicas:

As variáveis cognitivas cumprem um papel importante em nossa proposta. Elas atuam como um link entre o plano e sua apropriação. Assim, acreditamos que as três variáveis descritas estão interligadas no processo de implementação. As características da estrutura normativa da política pública, as condições dos espaços locais de implementação e as ideias e os valores dos atores executores de forma interdependente influenciam a conformação da trajetória da política pública e seus resultados. (Lima e D'Ascenzi, 2013, p.16)

Marta Arretche (2001) coloca que a discricionariedade é a razão por que muitas vezes as mesmas políticas públicas divergem substancialmente entre si em lugares diferentes. Segundo Arretche

a diversidade de contextos de implementação pode fazer com que uma mesma regulamentação produza resultados inteiramente diversos em realidades diferentes. Ou seja, as instituições impactam as práticas, mas as ações, valores, referências e contextos dos indivíduos também impactam as instituições (Arretche, 2011, p6).

Lotta (2010) afirma a necessidade de se relacionar dois elementos-chave na análise de políticas públicas: as práticas realizadas pelos implementadores e a interação- entre os

implementadores e os clientes- que se estabelece ao longo da implementação. Para ela é necessário entender quem são os implementadores, qual a sua história com o serviço, quais são seus valores, suas ideias e suas concepções e como isso se integra ao seu trabalho, como isso se manifesta no seu cotidiano de trabalho.

2- As políticas públicas para o enfrentamento à violência contra a mulher em Dois Irmãos (RS)

No município escolhido para o presente estudo, segundo a coordenadora atual do serviço de atendimento às vítimas da violência doméstica, a única política de enfrentamento à violência contra as mulheres que existia antes do Projeto MVSV era o Conselho Municipal de Direitos das Mulheres (CONDIM), que se constituía unicamente de entidades civis (organizações-não-governamentais). O Conselho foi criado em 2010, é paritário e tem caráter consultivo e deliberativo, estando vinculado administrativamente ao órgão gestor da assistência social. A entrevistada, atual coordenadora do serviço, era membro do referido CONDIM e representa, politicamente, um partido em oposição à atual gestão do município.

O CONDIM do município tinha por intuito, segundo a entrevistada, planejar, executar e avaliar políticas para as mulheres incluindo as voltadas para o enfrentamento à violência doméstica. Ainda segundo a entrevistada, por falta de outros serviços como Centro de Referência e Casas de Abrigo que fizesse o acolhimento e atendimento da mulher vítima de violência, as membras do CONDIM atuavam, de maneira voluntária, fazendo o acolhimento à vítima de violência, quando o caso era considerado grave e/ou muito recorrente. Salienta-se que a entrevistada era uma das duas

voluntárias no CONDIM. Tal fato é revelador do quão engajada essa pessoa está no combate à violência doméstica.

Apesar da vontade de atuar de maneira mais efetiva no enfrentamento à violência doméstica, sem um aparato de um local de Referência para a Mulher, onde a vítima recebesse orientações jurídicas e atendimentos psicológico e social, não havia como dar prosseguimento ao atendimento à vítima. Nas palavras da entrevistada, apesar das voluntárias fazerem a intervenção na situação da violência, a mesma voltava a ocorrer quando a vítima voltava para a convivência com agressor, pois não havia uma mudança de paradigma na vida da mulher que voltava para a sua casa e continuava a viver em situação de violência.

Com essa constatação, ter-se-ia percebido a necessidade de criar dentro do município uma local de Referência para a Mulher, onde ela pudesse ter tanto atendimento psicológico e assistencial quanto orientação jurídica.

2.1- A inclusão da temática “violência doméstica” na agenda do município e a Criação do Projeto MVSV

Nas palavras da atual coordenadora do Projeto MVSV, a inclusão do tema enfrentamento à violência doméstica no planejamento da gestão deu-se através da pressão da sociedade civil através de organizações não-governamentais (ONGs).

Soraya Côrtes e Luciana Lima (2012) mostram que elementos da esfera da sociedade civil (atores, valores, crenças e ideias) manifestam-se também na formação da agenda das políticas públicas. A inserção de novos temas como “problemas” sociais passíveis de resposta do poder público estão muitas vezes

relacionados com novas crenças e valores, ou crenças e valores de novos atores e passam a ter influência na esfera pública.

Côrtes e Lima defendem que os “problemas” não são coisas dadas, mas sim construções sociais que passam em um dado momento a ser visto como problemas sociais. Elas afirmam também que esses atores ao mesmo tempo em que identificam uma problemática como problema social, constroem explicações sobre ele e possíveis soluções para o problema, a fim de inseri-los na esfera pública por meio das políticas públicas. Para essas autoras, tanto a construção dos problemas na esfera da sociedade civil quanto à inclusão desses na agenda dependem dos valores, crenças, posições e interesses dos atores sociais e governamentais.

Sílvia Ramos (2004) fala sobre a importância das ONGs para a inserção de novos “problemas sociais” nas políticas públicas. A autora fala que as ONGs passaram a ter papel decisivo na implantação e formulação de políticas públicas, pois elas possuíam tanto conhecimento técnico e especializado sobre os temas que se propunham discutir, que eram capazes assim de propor não somente “problemas sociais” que deveriam entrar para a agenda, mas também possíveis respostas do Estado para esses problemas.

Segundo a coordenadora do Projeto MVSV, a sua criação foi impulsionada pelas conselheiras do CONDIM que eram, na sua maioria, membras oriundas de ONGs, portanto, da sociedade civil, que tinham por si próprias ideologias e crenças sobre como deveriam ser tratados os casos de violência contra a mulher. Elas eram ademais conscientes da importância de ações governamentais no combate à violência doméstica. Assim, as entidades por elas representadas articularam-se e começaram a pensar o Projeto MVSV ainda no ano de 2009.

Gustavo Margarites (2011) pesquisando a relação entre valores e crenças dos atores políticos e a criação de políticas públicas, mostra-nos que os atores políticos -aqui entendidos como pessoas, instituições, órgãos governamentais (ou não-governamentais) que de alguma maneira intervêm na formulação das políticas públicas - com as mesmas ideias, crenças, valores e visões de mundo unem-se em comunidades de políticas formando uma “coalizão de defesa” a fim de implementar políticas públicas concernentes com os seu valores.

O modelo de coalizões de defesa pressupõe que ideias e valores socializam os indivíduos em torno de padrões de comportamento em relação a um subsistema de políticas públicas formando assim uma coalizão de defesa. (Margarites, 2011, p.20)

Esse modelo de coalizão de defesa mostra que a implementação de uma política pública depende também da articulação dos atores políticos com desejos, ideias e valores iguais, que através da sua força política possam intervir na gestão, criando políticas que condizem com os seus princípios.

Sabatier entende que as políticas públicas podem ser concebidas como sistemas de crenças, ou seja, um conjunto de prioridade que são valorizadas, de premissas causais sobre como alcança-las (teorias implícitas), e de percepções da eficácia dos instrumentos da política. (Margarites, 2011, p. 20)

Com a entrada da temática de gênero- e mais propriamente violência doméstica- na agenda no município estudado deu-se através das ONGs. Uma delas foi a *Associação de Mulheres Multiplicar* (a partir de agora denominado unicamente de *Multiplicar*) uma ONG constituída na forma de uma associação, em que cada membro ou membra é sócio contribuinte. A atual coordenadora do

centro de referência é também uma sócia da Associação. A coligação política também foi uma importante chave que impulsionou a entrada do tema na agenda, já que a sócia do Multiplicar e a gestão municipal na época mantinham alianças políticas.

O Multiplicar é uma associação sem fins lucrativos que tem como objetivo o empoderamento das mulheres através de uma ação educativa que possibilite que elas reflitam sobre a sociedade e sobre si, ou seja, de que a mulher crie um novo paradigma de vida. Concomitantemente a esse processo de empoderamento, também a formação de promotoras legais populares (multiplicadoras) que, após serem preparadas em cursos de capacitação, levam a sua experiência para as comunidades, transformando outras mulheres e formando ainda mais multiplicadoras no combate à violência contra as mulheres e às desigualdades de gênero.

Segundo a sócia e fundadora do Centro de Referência, a concepção do Projeto MVSV foi da Associação, em conjunto com o CONDIM do município, formularam um projeto de intervenção social que funcionasse como um Centro de Referência e também um abrigo temporário para mulheres vítima da violência doméstica.

Para implementar o Projeto MVSV foi firmado um convênio entre a Prefeitura e a Associação. Segundo o convênio, a Prefeitura iria entrar com a maior parte da verba do Projeto, doze mil reais ao mês, enquanto a Associação daria, em contrapartida, cinco mil reais ao mês, ou seja, a Prefeitura repassaria verba para o Multiplicar e essa daria a parte que lhes cabia e gestaria o Projeto, prestando contas à Prefeitura. No entanto, de acordo com a atual coordenadora do Projeto, o repasse de verbas por parte da Prefeitura não aconteceu como o combinado. A Prefeitura nos últimos meses tem repassado somente sete mil reais e a associação

acaba completando o restante do dinheiro, contribuindo muito mais do que o combinado.

Mesmo sob essas circunstâncias o Projeto cumpre a função que se propõem: oferecer um serviço de referência para as mulheres vítimas de violência. O Projeto cumpre, na medida das suas possibilidades, principalmente econômicas, os objetivos principais do seu Plano de Ação.

3- Crenças e valores na implementação das políticas públicas

3.1-A formação da rede intersetorial de enfrentamento à violência doméstica no município estudado

Segundo Luciano Antônio Prates Junqueira e colaboradores (1997) a intersetorialidade é

A articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações, com o objetivo de alcançar resultados integrados em situações complexas, visando um efeito sinérgico no desenvolvimento social. Visa promover um impacto positivo nas condições de vida da população, num movimento de reversão da exclusão social. (Junqueira et al, 1997, p. 24)

Há uma clara necessidade de criação de políticas públicas que vejam a mulher em toda a sua integridade, necessidade ainda maior em se tratando de vítimas de violência. Todos os serviços precisam ser uma porta de entrada para a mulher em situação de violência, e todos precisam estar prontos para receber essas mulheres e encaminhá-las aos outros serviços da rede para receber o atendimento de maneira que sane a sua necessidade (Kiss et al, 2007).

Foi ressaltado pela coordenadora do Projeto MVSV que a rede de enfrentamento à violência doméstica, no município, foi

constituída a partir do interesse dos próprios agentes do município. Eles não tinham a obrigação previamente definida, as funcionárias encaminhavam a vítima aos serviços, procurando dar a elas um atendimento integrado a todos serviços disponíveis. Segundo a coordenadora, essa rede foi iniciada antes mesmo do Projeto. Antes disso, a rede era formada pela Delegacia, o Fórum e o CONDIM (que antes atuava no acolhimento às vítimas nas situações mais graves com a atuação voluntária de algumas membras).

A criação espontânea de uma rede de atendimento mostra que os agentes já possuíam um interesse em combater a violência doméstica, ou seja, se preocupavam com o assunto. A coordenadora, quando perguntada sobre a rede, reforçou a sua importância para a efetividade do trabalho efetuado. Salientou também o engajamento dos agentes que participam da rede, mostrando que o enfrentamento à violência doméstica não é um trabalho feito somente ali, mas é feito de maneira articulada com outros serviços que estão também empenhados na resolução do problema da violência.

Para Junqueira, a intersetorialidade só poderá ser alcançada a partir de um trabalho em rede dos órgãos públicos envolvidos no processo de gestão, e para isso é preciso que todos os agentes tenham vontade e interesse em trabalhar de maneira integrada e em colaboração (JUNQUEIRA, 1998). É necessário que haja uma compreensão da necessidade de um trabalho intersectorializado entre os trabalhadores e que estes se articulem em redes para que se possam alcançar os objetivos das políticas públicas e da gestão.

A rede surge da percepção conjunta dos problemas comuns e da possibilidade de resolvê-los não apenas no âmbito da cidade, mas da articulação

entre outros atores sociais envolvidos com o problema e sua solução. (Junqueira, 2005, p. 5)

É preciso então que toda a rede de atendimento (saúde, segurança pública, justiça, assistência social, serviço especializado de enfrentamento à violência doméstica) esteja articulada entre si para que haja um atendimento completo à mulher vítima de violência. Para que a rede exista é necessário que todos os membros da rede tenham o mesmo entendimento sobre o fenômeno da violência doméstica, todos devem entendê-la sob o mesmo referencial, o que não acontece na maioria dos serviços.

Em todos os setores estudados foram encontradas instituições que possuem serviços com trabalhos específicos para o problema violência. O problema, por sua vez, é percebido de formas diversas por cada setor assistencial, instituição ou serviço. Alguns utilizam o referencial de gênero e/ou de direitos humanos para compreender a questão, lançando mão de estratégias de ação que levam em conta este referencial. Outros percebem o problema como um assunto da esfera da defesa da família, sem distinção das desigualdades de gênero no interior desta. Outros ainda percebem a violência como responsabilidade da mulher, do agressor ou da “sociedade”, percebendo suas causas como externas ao seu trabalho ou à articulação possível em rede. A depender da forma como a violência é visibilizada e de como cada serviço entende os limites e potencialidade de seu trabalho sobre a questão a rede poderá ser melhor ou pior efetivada e o conhecimento e encaminhamento para outros serviços fará mais ou menos sentido no trabalho realizado. Lembre-se aqui que, para constituir-se como rede, o conjunto de serviços necessitaria de valores e objetos de trabalho comuns, além de um acordo dialogado sobre as finalidades deste trabalho. (Oliveira & Schraiber, 2006, p.10)

A constituição de uma rede de enfrentamento à violência doméstica efetiva depende da visão e do posicionamento dos atores

sobre esse problema. Se os agentes do serviço possuem uma visão patriarcal e machista sobre as mulheres e sobre a família, isso afetará o seu desempenho e, também, o trabalho da rede, pois a vítima terá nesse serviço um atendimento *generificado* e, possivelmente, a rede não será acionada. Portanto é necessário o compartilhamento de uma mesma visão sobre a condição da mulher na sociedade em todos os serviços que participam da rede, e que todos partilhem os mesmos valores e ideias.

De acordo com a coordenadora do Projeto MVSV a rede é constituída pelos serviços de saúde, de assistência social, Delegacia de Polícia, Fórum, Conselho Tutelar e o próprio Projeto. A maior articulação do Projeto, segundo a coordenadora, é com o Fórum e a Delegacia. Da perspectiva da coordenadora, há pouco envolvimento por parte dos serviços de saúde com o enfrentamento à violência doméstica. Chama a atenção o setor saúde especialmente porque o serviço enfatiza a oferta de atendimento psicológico às mulheres, de modo que essa ação poderia ser mais bem articulada com o Sistema Único de Saúde (SUS) no município.

A rede de atendimento à mulher vítima de violência no município é informal, ou seja, não institucionalizada. Nos casos em que um assunto é resolvido através da articulação de diferentes serviços, tudo ocorre de maneira informal, através de telefonemas ou conversas informais com os gestores da Segurança Pública, da Saúde, da Assistência Social, do Judiciário ou do Executivo. Outro problema é que parece que toda essa articulação está centrada na Coordenadora do Projeto, observamos que ela realiza em nome do Projeto todas as ligações necessárias por meio de seu telefone particular.

A não institucionalidade da rede implica no aparente funcionamento da rede por meio da articulação da coordenadora do

Projeto com a Juíza, com a delegada e com as funcionárias do Fórum, assim por diante, trazendo dúvidas se o trabalho em rede que hoje funciona, também funcionará, quando essas pessoas não estiverem mais trabalhando nos postos que hoje ocupam. É um problema já retratado na literatura sobre a configuração de rede em relação a mulheres em situação de violência doméstica:

A necessidade dos profissionais de compartilhar sua prática acaba se resolvendo de modo informal, na rede de relações pessoais, a partir da confiança mútua. Entretanto, essa rede se dissolve quando os atores mudam de posição e levam consigo a sua rede de contatos e apoios. Não há, assim, um vínculo entre os serviços e um fluxo interinstitucional que permita a troca de experiências. (Dutra et al, 2013,p. 8)

Por outro lado, a informalidade da rede tem um aspecto positivo: agiliza a comunicação e os procedimentos dentro da rede, pela ausência de burocracia. Então uma necessidade para a efetivação da rede de enfrentamento à violência doméstica no município seria a formalização da rede, tornando o que hoje é um trabalho voluntário e individual de alguns atores sociais, em uma norma nos serviços públicos que atendem mulheres vítimas de violência.

3.2- Ideologia, crenças e engajamento na Implementação de Políticas de enfrentamento à violência contra a mulher

A ideologia⁴¹ e o engajamento é um dos aspectos mais observado no Projeto e por isso merece destaque nesse estudo. O

⁴¹ Ideologia será definida como conjunto de ideias que orientam a percepção e o comportamento dos indivíduos sobre diversos assuntos ou aspectos sociais. (Dicionário Informal <http://www.dicionarioinformal.com.br/ideologia/>)

serviço é um convênio entre uma Organização Não Governamental (ONG) e a Prefeitura e por isso tem uma singularidade que precisa ser observada que é o fato de que uma ONG feminista é quem efetivamente implementa-o. Duas observações podem ser feitas a partir disso, uma delas é a politização e *tecnificação* das ONGs e a outra é a *desresponsabilização* do Estado em implementar políticas de gênero.

Maria Salet Ferreira Novellino, em trabalho apresentado no encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), afirma que já existe, dentro do movimento feminista, uma discussão sobre a politização e tecnificação das ONGs desde 1990 (Novellino, 2006). Essa discussão diz respeito ao futuro do movimento feminista, se esse deve ou não inserir-se tão fortemente no âmbito das políticas públicas e da gestão. A nosso ver, a atuação das ONGs pode ser, ao mesmo tempo, boa e ruim para a implementação das políticas de gênero.

Novellino (2006) discorre sobre os benefícios e os malefícios que a institucionalização das ONGs pode gerar. A institucionalização do movimento em organização pode enfraquece-lo enquanto movimento social questionador e impulsionador de mudanças. Por outro lado, a autora afirma que a entrada das ONGs como implementadora de políticas pode também impulsionar as políticas públicas dando-lhes estabilidade e estruturação.

Se todas essas atribuições que passam a comprometer mais as ONGs com atividades mais formais e constantes podem tê-las levado a um maior conservadorismo, por outro lado, deram estabilidade às suas intervenções, realizadas através de projetos bem estruturados. Portanto, devemos chamar a atenção para o fato de que as ONGs apresentam uma vida mais longa, estável e profícua do que as ONGs feministas, como os

conselhos nacionais, estaduais e municipais dos direitos da mulher.” (Novellino, 2006, p.10)

Por ser gestado e implementado por uma ONG, o Projeto acaba por conter aspectos importantes como o real desejo de mudanças. A coordenadora do Projeto que fazem parte da ONG, realmente demonstra o interesse na modificação da situação das mulheres ali abrigada. A disponibilidade de usar recursos próprios para assegurar o seu funcionamento— como o uso de carro particular para levar a vítima aos serviços, pagando pelo combustível, a doação de móveis e eletrodomésticos para a casa onde o Projeto funciona – mostra a vontade de agir. A disponibilidade para fazer plantões no serviço, inclusive em finais de semana também é reveladora dessa dedicação.

A implementação do Projeto por pessoas que além de funcionárias são militantes faz com que exista uma vontade de mudança que é transformadora do serviço. Por outro lado, parece haver risco de estafa devido à sobrecarga de trabalho que ocorre aparentemente em função da mistura entre trabalho, voluntarismo e militância por parte das funcionárias que trabalham ali.

Retomamos aqui a segunda observação de Novellino (2006), sobre as ONGs na implementação de políticas públicas como uma possível desresponsabilização do Estado. Na narrativa da coordenadora do Projeto, há cada vez maior responsabilidade pelo Projeto por parte da associação, em detrimento da Prefeitura. Ramos (2004) nos mostra que a relação entre ONGs e Estado com vista à implementação de políticas públicas acabou transformando-se de “cooperação” e “parceria” numa relação muitas vezes de “cooptação”, “prestação de serviços” e “substituição do Estado”.

Mirla Cisne e Telma Gurgel (2008) explicam que a gradativa entrada das ONGs na implementação de serviços para as mulheres acaba por contrariar a própria luta feminista que sempre batalhou pela responsabilização do Estado em criar e implementar as políticas de gênero, ainda que tal entrada possa representar ganhos tanto para o serviço quanto para as ONGs (que recebem recursos financeiros para executar essas ações).

Por meio de projetos e convênios pontuais, as ONGs passam a suprir necessidades não realizadas no campo das políticas de governo, porém de igual maneira, contribuem com a fragilidade do princípio de universalidade nas políticas públicas (Cisne; Gurgel, 2008,p. 92)

No nível macro existem outras razões para a entrada das ONGs na implementação dos serviços – políticas – de gênero, como o ganho político da ONG. No nível micro, como o identificado no Projeto, o que impulsiona a ação é a vontade, a ideologia e a crença nos direitos humanos das mulheres. Isto foi visto quando a coordenadora disse que às vezes ela não consegue ficar com a família, com a filha de três anos, por causa do seu trabalho, mas que vale a pena por que o trabalho dela está dando certo.

Considerações finais

Constatamos, nesse trabalho, que algumas das reflexões promovidas pelos cursos da capacitação – como a criação de redes para o enfrentamento à violência doméstica – estão inseridas no Projeto MVSV. Vimos, por outro lado, que a observância desses aspectos está mais ligada aos valores, ideais e crenças dos próprios agentes do que ao curso de capacitação em si. Tal constatação corrobora para os achados de Lotta (2010), bem como os de Lima e

D'Ascenzi, (2013), sobre a influência de aspectos como valores e ideias na implementação do serviço público.

Acreditamos que a trajetória e conformação do processo de implementação são influenciadas pelas características e o conteúdo do plano, pelas estruturas e dinâmicas dos espaços organizacionais e pelas ideias, valores e as concepções de mundo dos atores implementadores. Isso pressupõe o seguinte: esses atores exercem sua discricionariedade, com base em sistemas de ideias específicos; as normas organizacionais formais e informais constroem e incentivam determinados comportamentos; por último, o plano é um ponto de partida que será interpretado e adaptado às circunstâncias locais. Nesse quadro, as variáveis cognitivas recebem destaque, pois atuam como mediadoras entre as intenções contidas no plano e sua apropriação nos espaços locais (Lima & D'Ascenzi, 2013, p.17)

A importância dos aspectos cognitivos vai desde a criação e implementação do Projeto MVSV, já que formulado após o curso de capacitação é fruto da articulação de uma ONG. A sociedade civil organizada pressionou o Estado para que implementasse um serviço de enfrentamento à violência doméstica.

Outro aspecto cognitivo, a ideologia dos atores, é o que move o serviço no Município, que é impulsionado pela militância dos agentes que trabalham no Projeto e que, também, fazem parte da ONG. Percebe-se que a ideologia e a militância presentes no serviço fazem com que o Projeto, às vezes, possa ser confundido com um serviço voluntário, ao invés de um serviço público. A alta carga de trabalho, o uso de recursos próprios no atendimento à vítima, a doação de móveis e eletrodomésticos para o Projeto contribuem para uma visão de trabalho voluntário e não de um serviço público.

Percebemos que a responsabilidade do governo municipal em relação ao serviço ofertado através do Projeto vem diminuindo, uma vez que a Prefeitura repassa para a ONG a tarefa de implementação do serviço e reduz o seu aporte financeiro. Acreditamos que a institucionalização de um serviço de enfrentamento à violência doméstica deveria, ao contrário, implicar na gradativa ampliação de responsabilidade do poder público. Os agentes que trabalham no Projeto MVSV nos pareceram sobrecarregados.

A implementação da rede de enfrentamento à violência doméstica também tem correlação com os valores e ideias dos agentes. Não existe nenhum regulamento no município que impute aos serviços que atendem as mulheres (saúde, educação, segurança, assistência social) a obrigatoriedade do trabalho em rede. Não há tampouco algum protocolo que oriente os serviços e/ou os agentes no sentido de trabalharem em rede.

Por não ser institucionalizada, a rede no município é dependente da vontade dos atores em trabalhar de maneira articulada, e ao que parece, a maioria das coisas é feita por meio da articulação da coordenadora do Projeto, com as funcionárias no Fórum – a Juíza do Município – trazendo dúvidas sobre a sustentabilidade deste trabalho em rede. É difícil prever se este trabalho em rede que hoje observamos seguirá funcionando quando essas pessoas não estiverem mais trabalhando nos locais e serviços em que estão hoje.

A rede de atenção à mulher vítima de violência no município em estudo surge do interesse dos agentes, do seu desejo em combater à violência doméstica e de que haja uma normatização de um serviço por parte do poder público. A rede que pudemos observar, no entanto está bastante concentrada na segurança pública – através da Delegacia de Polícia – e no Judiciário – através

do “Fórum”. A coordenadora do Projeto citou, como integrantes da rede, serviços de assistência social e o Conselho Tutelar, mas não observamos tal articulação. Uma razão, de maior ou menor, envolvimento dos agentes de diferentes setores na rede pode ser a discricionariedade dos mesmos, que escolhem envolver-se mais ou menos ativamente nessa ou naquela parte do serviço, e nessa escolha também estão abarcadas as suas ideias e valores. Concluímos então que no serviço estudado as ações dos atores estão sim fortemente ligadas a valores e crenças como constatado pelas pesquisas de Lotta (2010) e Lima de D’Ascenzi (2013).

Referências

- ARRETCHE, M. T. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, M. C. R.; CARVALHO, M. C. B. de (Org.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.
- CAREGNATO, R.C.A; MUTTI R. **Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo**. Contexto Enfermagem, Florianópolis, vol. 15, nº 4, p. 670-684, out/dez 2006.
- CISNE, M; GURGEL, T. **Feminismo, Estado e Políticas Públicas: desafios em tempos neoliberais para a autonomia das mulheres**. SER Social, Brasília, vol. 10, nº22, p. 69-96, jan./jun. 2008.
- CORTES, S. M. V. LIMA, L. L. **A contribuição da sociologia para a análise de políticas públicas**. Lua Nova, São Paulo, v. 87, p. 33-62, 2012.
- D’OLIVEIRA, A. F. PL; SCHRAIBER. LB. **Identificando possibilidades e limites do trabalho em rede para a redução da violência contra a mulher: estudo em três capitais brasileiras**. Relatório de Pesquisa. São Paulo, 2006. Disponível em <http://www2.fm.usp.br/preventiva/guia1/rel%20mj%202005.pdf>
- DUTRA, M. L; PRATES, P. L; NAKAMURA, E; VILLELA, W. V. A configuração da rede social de mulheres em situação de violência

doméstica. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, vol.18, nº5, maio2013.

JUNQUEIRA, L. A. P. Articulações entre o serviço e os cidadãos. In: **X Congreso Internacional del CLAD**. 2005. Santiago. Anais. Santiago: Chile, p. 18 - 21 Out. 2005. Disponível em <http://siare.clad.org/fulltext/0052306.pdf>

JUNQUEIRA, L.A. Descentralização e intersectorialidade: a construção de um modelo de gestão municipal. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, nº 2, p. 11-22, nov./dez. 1998.

JUNQUEIRA, L.A.P; INOJOSA, R.M; KOMATSU, S. Descentralização e intersectorialidade na gestão pública municipal no Brasil: a experiência de Fortaleza. In: **XI Concurso de Ensayos del CLAD**. Anais. Caracas, Venezuela. 1997. Disponível em http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/UNPA_N003743.pdf

KISS, L.; SCHRAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA, A. F. **Possibilidades de uma rede intersectorial de atendimento a mulheres em situação de violência**. Interface- Comunicação, Saúde, Educação. Botucatu, v. 11, p. 485, 2007.

JUNQUEIRA, L. A. P. Articulações entre o serviço e os cidadãos. In: **X Congreso Internacional del CLAD**. 2005. Santiago. Anais. Santiago: Chile, p. 18 - 21 Out. 2005. Disponível em <http://siare.clad.org/fulltext/0052306.pdf>

JUNQUEIRA, L.A. Descentralização e intersectorialidade: a construção de um modelo de gestão municipal. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, nº 2, p. 11-22, nov./dez. 1998.

JUNQUEIRA, L.A.P; INOJOSA, R.M; KOMATSU, S. Descentralização e intersectorialidade na gestão pública municipal no Brasil: a experiência de Fortaleza. In: **XI Concurso de Ensayos del CLAD**. Anais. Caracas, Venezuela. 1997. Disponível em http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/UNPA_N003743.pdf

KISS, L.; SCHRAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA, A. F. **Possibilidades de uma rede intersectorial de atendimento a mulheres em situação de violência**. Interface- Comunicação, Saúde, Educação. Botucatu, v. 11, p. 485, 2007.

NOVELLINO, M.S.F. As Organizações Não- Governamentais (ONGs) Feministas Brasileiras. In: **Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 15, 2006. Caxambu. Anais. Caxambu. Disponível em:

http://www.mulheres.gov.br/mais-mulheres-no-poder/debates/sociedade-e-participacao-politica/as_organizacoes_ao_governa.pdf

OBSERVE - Observatório da Lei Maria da Penha. **Condições para aplicação da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMS) e nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar nas capitais e no Distrito Federal**. Relatório Final. Observe. 2010. Disponível em <http://www.observe.ufba.br/>

PASINATO, W. **Estudo de Caso Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e a Rede de Serviços para Atendimento de Mulheres em Situação de Violência em Cuiabá, Mato Grosso**. Relatório Final. São Paulo: Observe. 2009. Disponível em <http://www.observe.ufba.br/>

RAMOS, S. O papel das ONGs na construção de políticas de saúde: a Aids, a saúde da mulher e a saúde mental. **Ciência e Saúde Coletiva**, vol. 9, nº 4, p. 1067-1078, 2004.

Contradições da prática jornalística: entre a (persistente) ideia de “objetividade” e a “construção social da notícia”

Eduardo Georjão Fernandes⁴²

Resumo

Este trabalho tem como objetivo produzir uma reflexão sobre os fundamentos epistemológicos que guiam a prática jornalística. Em outros termos, trata-se de investigar qual a posição que os veículos midiáticos ocupam quando produzem interpretações acerca da realidade. Para tanto, apresenta-se, em um primeiro momento, o princípio da “objetividade” como elemento que legitima, historicamente, a prática jornalística. Metodologicamente, são estudados três jornais de Porto Alegre/RS (*Zero Hora*, *Diário Gaúcho* e *Sul21*), sendo investigadas (a partir de entrevistas com jornalistas dos veículos, consultas aos *sites*, às edições impressas e aos demais documentos que guiam a atuação de cada jornal) as características desses veículos (trajetórias dos jornalistas, o público-alvo ao qual se dirige cada jornal, as idiosincrasias editoriais, a estrutura física da redação, etc.). Como resultado, demonstra-se a insuficiência do conceito de “objetividade” para a análise das interpretações de veículos midiáticos à realidade, apresentando-se, em oposição, a ideia de “construção social da notícia” como alternativa crítica àquele conceito. Assim, demonstra-se que veículos midiáticos não se constituem como espectadores “neutros” dos fatos, mas sim produzem interpretações da realidade a partir de uma ampla gama de interesses sociais.

Palavras-chave: prática jornalística, “objetividade”, “construção social da notícia”.

Introdução à ideia de “objetividade” em jornalismo

Este trabalho tem como objetivo produzir uma reflexão sobre os fundamentos epistemológicos que legitimam a prática jornalística. Em outros termos, trata-se de investigar qual a posição que os veículos midiáticos ocupam quando produzem interpretações acerca da realidade. A pesquisa é guiada pelos seguintes questionamentos:

⁴² Doutorando e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bacharel em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Seria o jornal um ator que relata os acontecimentos objetivamente, conforme estes ocorrem? Ou consistiria o jornal em mais um dentre os atores que disputam determinadas interpretações da realidade?

A partir da história da construção do jornalismo como profissão (BUDÓ, 2013), podem ser mapeadas duas posições básicas: *uma que entende os meios de comunicação como observadores distantes dos fatos* (LOPES, 2007), *como “fonte de informação”* (PORTO, 2002); *outra que entende os veículos midiáticos como atores engajados, os quais produzem interpretações da realidade a partir de uma ampla gama de interesses sociais* (BUDÓ, 2013).

A ideia que fundamenta a primeira das posições é o princípio da “objetividade” no jornalismo, um conceito central quando são investigados os processos de produção do conteúdo midiático. Por meio da noção de “objetividade”, entende-se que caberia aos (às) jornalistas exercer uma atividade de reprodução dos fatos da realidade, tais como estes teriam ocorrido. Seria a notícia um “reflexo da realidade”, uma tradução dos fatos do mundo. Tal concepção tem como fundamento a “teoria do espelho”, a qual aponta para a característica informativa do jornalismo, pela compreensão de que a notícia deve espelhar a realidade dos fatos (BUDÓ, 2013).

O desenvolvimento da ideia de “objetividade”, o qual se dá a partir do século XIX, consiste em uma construção histórica, atrelada à concepção de “neutralidade científica” (BUDÓ, 2013). Nos Estados Unidos, até 1830, os jornais que entravam em circulação eram propriedade de alguns indivíduos, os quais patrocinavam todo o processo de construção da notícia. Por esse motivo, quase sempre, o jornal expressava os interesses políticos dos grupos aos quais esses indivíduos pertenciam (SCHUDSON, 1978). Na década de 1830, ocorre, porém, a entrada de anúncios publicitários, o que modifica a lógica de produção dos periódicos estadunidenses. Desencadeia-se o fenômeno do aumento da distribuição, com o desenvolvimento de técnicas de impressão, com a diminuição do preço dos jornais e com a consolidação dos periódicos denominados *penny press*, vendidos a um preço baixo (LOPES, 2007).

Diferentemente do formato anterior, caracterizado por jornais de cunho personalista e abertamente político, com a expressão dos interesses dos proprietários, os jornais *penny press* identificam-se como “independentes da política” e como “refletores da realidade do mundo” (LOPES, 2007, p. 03). A partir de então, vislumbra-se a

separação entre opinião (caracterizada por sua “subjetividade”) e notícia (caracterizada pela busca de “objetividade”) (LOPES, 2007). A consolidação dessa perspectiva, com a consagração do princípio da “objetividade”, ocorre nos Estados Unidos, entre os anos 20 e 30 do século XX, e, conforme exposto, “significa que a notícia representa a imagem da realidade refletida no espelho e, por isso, traz consigo a ideia de observador desinteressado” (BUDÓ, 2013, p. 79).

Conforme Hudson (1978), uma série de fatores (econômicos, morais, jurídicos, tecnológicos, etc.) contribui para a reconfiguração do jornalismo nos Estados Unidos entre os séculos XIX e XX, com a consequente incorporação do princípio da “objetividade” como *legitimador da própria profissão de jornalista*. Com base na possibilidade da existência de narrativas “objetivas”, que reproduzem os fatos, constrói-se, no referido período histórico, a possibilidade de legitimação do periodista como profissional “desinteressado”, cujo papel consistiria em “informar” (PORTO, 2002). Implicitamente a essa concepção, predomina o paradigma de que os veículos midiáticos devem buscar ser “imparciais”, não se posicionando favorável ou contrariamente a qualquer grupo.

As redações e suas contradições

Considerando-se que a ideia de “objetividade” consiste, contemporaneamente, em um princípio legitimador da prática jornalística, o presente trabalho busca investigar, a partir do estudo de veículos midiáticos específicos, em que medida a ideia de “objetividade” é (in)coerente com essa prática. Para tanto, foram selecionados três jornais da cidade de Porto Alegre/RS: *Zero Hora*, *Diário Gaúcho* e *Sul21*. O critério de seleção fundamentou-se nas diferenças entre as concepções de jornalismo de cada veículo. Conforme ficará explicitado no curso do trabalho, *Zero Hora* caracteriza-se por ser um “grande” jornal (“o maior do Rio Grande do Sul”), dirigido para o público das classes A e B de Porto Alegre e de outras cidades do estado; *Diário Gaúcho* é identificado como um “jornal popular”, dirigido para públicos de baixa renda; *Sul21*, por outro turno, situa-se como jornal digital e “de esquerda”.

Segundo Tuchman (1978), a redação de um jornal é configurada a partir do entrelaçamento de elementos distintos, como as trajetórias dos jornalistas, o público-alvo ao qual se dirige o veículo, as idiosincrasias editoriais e a estrutura física da redação.

Assim, as características que compõem cada um dos veículos deste estudo podem ser adotadas como referentes empíricos para que se investigue, analiticamente, a ideia de “objetividade”.

Nesse sentido, busca-se realizar uma apresentação da história, do público-alvo, da estrutura de redação, das linhas editoriais, das concepções de jornalismo e de informações adicionais para a identificação das configurações características de *Zero Hora*, *Diário Gaúcho* e *Sul21*. Para tanto, foram utilizadas, como fontes, entrevistas com jornalistas dos veículos,⁴³ bem como consultas aos sites dos jornais e aos demais documentos que guiam a atuação de *Zero Hora*, *Diário Gaúcho* e *Sul21*.

a) Zero Hora: “o maior jornal do Rio Grande do Sul”

Zero Hora é um veículo mantido pelo *Grupo RBS* e reconhecido por ser “o maior jornal do Rio Grande do Sul”, devido à sua estrutura e à sua longevidade.⁴⁴ O *Grupo RBS* “forma o maior grupo do setor de comunicações do país, fora do Eixo Rio-São Paulo” (BIZ, 2003, p. 31) e atualmente é líder na área de comunicação dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, contando com mídias em diversos formatos: rádio, televisão, jornal e plataformas digitais.⁴⁵ Quanto aos jornais vinculados ao grupo, além de *Zero Hora*, estão *Diário Gaúcho*, *Diário de Santa Maria*, *Pioneiro*, *Diário Catarinense*, *Jornal de Santa Catarina*, *Hora de Santa Catarina* e *A Notícia* (BUDÓ, 2013).⁴⁶

Nacionalmente, o *Grupo RBS* é afiliado à *Rede Globo*, considerada o “maior conglomerado empresarial da América Latina” (BIZ, 2003, p. 31). Em âmbito mundial, a *Rede Globo* está em quarto

⁴³ Foram entrevistados(as) seis profissionais de *Zero Hora* (três repórteres, uma fotógrafa, uma colunista e um editor), quatro ex-integrantes do *Sul21* (dois repórteres, um fotógrafo e um editor) e um profissional (editor) do *Diário Gaúcho*. A realização das entrevistas ocorreu no primeiro semestre de 2015 e compôs parte dos procedimentos metodológicos adotados para a execução da dissertação de mestrado do autor deste artigo.

⁴⁴ Disponível em: <<http://www.gruporbs.com.br/atuacao/zero-hora/>>. Acesso em: 31/07/2014.

⁴⁵ Disponível em: <<http://www.gruporbs.com.br/o-grupo-rbs/>>. Acesso em: 11/11/2015.

⁴⁶ Em 7 de março de 2016, foi anunciada a venda das operações de televisão, rádio e jornal do *Grupo RBS* em Santa Catarina. Os compradores foram empresários do *Grupo NC*, juntamente com outros investidores. A respeito, ver: <<http://www.gruporbs.com.br/noticias/2016/03/07/rbs-anuncia-venda-de-operacoes-de-midia-em-santa-catarina/>>. Acesso em: 01/05/2016.

lugar entre as maiores redes privadas do mundo, comportando estações afiliadas que alcançam a quase totalidade do território brasileiro (BIZ, 2003). Nesse sentido, a história e os processos de produção de conteúdo jornalístico de *Zero Hora* estão inseridos em um contexto de vinculação ao amplo conglomerado midiático controlado pela *Rede Globo*. Segundo Biz (2003), o poderio da *RBS*, regionalmente, e da *Rede Globo*, nacionalmente, opõe-se ao art. 220, par. 5º, da Constituição Federal de 1988 (“Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio”), pois, a partir desse conglomerado, poucos grupos detêm o controle dos veículos midiáticos brasileiros, o que ocasiona dificuldades para o exercício da democracia e da pluralidade de informações.

A primeira questão a ser enfrentada, quando se trata de *Zero Hora*, portanto, é visualizar o jornal a partir do *modelo de concentração de riquezas característico do Brasil* (BERGER, 1996). Segundo Berger (1996), *Zero Hora*, ao deter as condições materiais para dominar os meios de comunicação impressos do estado, anula eventuais possibilidades de concorrência e autointitula-se “o jornal gaúcho”.⁴⁷

Especificamente em relação à história de *Zero Hora*, pode-se fazer referência ao jornal *Última Hora*, o qual circulou no Rio Grande do Sul desde 1960. O *Última Hora*, cuja criação deu-se em 1951, no Rio de Janeiro, era um jornal considerado de esquerda, com uma linha popular e de apoio ao então presidente Getúlio Vargas. Mesmo após o suicídio de Vargas, o *Última Hora* manteve seu caráter popular, mas sua circulação chegou ao fim com o golpe militar de 1964. Neste mesmo ano, o então *Última Hora* foi adquirido pelo jornalista e empresário Ary Carvalho, passando a denominar-se *Zero Hora* (BIZ, 2003). Assim expressa o primeiro editorial do jornal, datado de 4 de maio de 1964:

Nasce hoje um novo jornal, autenticamente gaúcho. Democrático. Sem compromissos políticos. Nasce com um único objetivo: servir ao povo, defender seus direitos e reivindicações, dentro do respeito às leis e às autoridades (GALVANI, 1995, P. 461).

⁴⁷ O *Correio do Povo* (cuja fundação data de 1895), por tradição, poderia também pleitear essa posição de “o jornal gaúcho”, mas, segundo Berger (1996) o *Correio do Povo*, concorrente formal de *Zero Hora*, “conforma-se à posição secundária e não disputa o lugar no jogo político, onde a imprensa efetivamente se afirma”.

Assim, é importante que se compreenda o contexto de surgimento do jornal. Nascido no mesmo ano do golpe militar de 1964, *Zero Hora* assume, quando de sua fundação, a perspectiva de um jornalismo “*sem compromissos políticos*”, ao mesmo tempo em que se apresenta como veículo que possui “respeito às leis e às autoridades”, alterando de forma evidente a diretriz de esquerda e popular que guiava a atuação do extinto *Última Hora*.⁴⁸ No ano de 1970, o jornal é adquirido por Maurício e Jayme Sirotsky e passa a incorporar a rede de telecomunicações que hoje compõe o *Grupo RBS* (BUDÓ, 2013). Desde sua criação, portanto, *Zero Hora* segue a perspectiva de se *identificar como jornal não ligado a qualquer perspectiva política, adotando, assim, uma postura de “objetividade” jornalística*. De qualquer modo, uma série de estudos demonstra os posicionamentos que, mesmo implicitamente, o jornal produz, na condição de grande corporação midiática, desconstruindo-se a noção de “objetividade” (BERGER, 1996; BUDÓ, 2013).

Desde sua criação até a contemporaneidade, *Zero Hora* cresce e se torna hegemônico no Rio Grande do Sul. Durante as décadas de 1970 e 1980, há ainda certa pluralidade de jornais lutando pela supremacia no estado, com *Zero Hora* e *Correio do Povo* liderando os números de tiragem diária. Porém, nos anos 1990, com os investimentos em tecnologias e o crescimento do *Grupo RBS* no estado (não apenas em meio impresso, como também na televisão e no rádio), *Zero Hora* solidifica-se como jornal detentor da supremacia regional (BERGER, 1996).

Na entrada do Século XXI, o veículo implementa transformações, tanto no formato da edição quanto nos processos de produção da informação. Nos últimos anos, *Zero Hora* tem se adequado à “tendência mundial de integrar a produção do conteúdo, independentemente da mídia em que é veiculado”. Assim, desde 2007, está no ar o *site* do veículo, e têm sido realizados aprimoramentos na versão digital do jornal. Contemporaneamente, o veículo está também presente em redes sociais (*Twitter*, *Facebook*, *Instagram* e *Google +*).⁴⁹ O jornal, nesse sentido, segue o caminho de apropriação de novas tecnologias da informação, com a

⁴⁸ Sobre a ligação entre *Zero Hora* e o regime militar, Guareschi e Ramos (1992, p. 70) asseveram: “Houve a extinção do *Última Hora*, por razões políticas, e o seu sucedâneo, é claro, deveria estar afinado com as contingências da ditadura. Mesmo os seus pró-homens nunca negaram as raízes do jornal. *Zero Hora*, indiscutivelmente, foi concebida como cria do autoritarismo”.

⁴⁹ Disponível em: <<http://www.gruporbs.com.br/atuacao/zero-hora/>>. Acesso em: 11/11/2015.

disseminação de conteúdo (que anteriormente apenas circulava em meio impresso) em mídias digitais. Essa característica está expressa no *slogan* atual do veículo: “Papel. Digital. O que vier”.

Quanto à sua abrangência, *Zero Hora* segue consolidando-se como jornal de referência no estado do Rio Grande do Sul. Apesar de seu caráter regional, *Zero Hora* ocupa atualmente o posto de 6º jornal de maior circulação do país, segundo pesquisa do Instituto Verificador de Circulação (IVC), referente ao ano de 2014.⁵⁰ O jornal é predominantemente dirigido para as classes A e B de Porto Alegre e das principais cidades do interior do Rio Grande do Sul, embora sua posição hegemônica no estado faça com que o jornal não fique restrito a esse público.⁵¹ O valor dos exemplares diários é de R\$ 3,50 para as edições semanais e de R\$ 4,00 para as edições dominicais (preço bem mais elevado do que o custo de R\$ 1,00 das edições semanais e de R\$ 1,25 das edições de sábado do *Diário Gaúcho*); ainda, *Zero Hora* disponibiliza a possibilidade de compra do jornal por assinatura, cujo custo é de R\$ 85,40 mensais.⁵²

Da identidade de *Zero Hora* como o “jornal do gaúcho” decorre a questão de que o jornal não constrói sua linguagem em oposição às características de outros veículos. Ao abranger uma ampla gama de consumidores, não se identificando apenas com um tipo de leitor, *Zero Hora* “deve falar igualmente ao dirigente empresarial e a seu empregado, aos intelectuais e aos semialfabetizados, aos bem informados [...] e aos que têm a RBS como única fonte” (BERGER, 1996). É nesse sentido que Itamar Melo, repórter do jornal, refere, em entrevista, que cabe ao repórter de *Zero Hora*, na tentativa de abranger todas as versões possíveis dos fatos, ficar “de certa forma em cima do muro”. Nilson Vargas, chefe de redação de *Zero Hora*, entende essa característica do jornal como um modo de abordar as questões sob a perspectiva do “*senso comum*”. As especificidades de linguagem constroem-se a partir da divisão de *Zero Hora* em diferentes cadernos, com temáticas particulares.

Em relação à sua organização estrutural, *Zero Hora* atualmente conta com 17 cadernos, mais de 200 jornalistas, com

⁵⁰ Disponível em: <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>>. Acesso em: 11/11/2015.

⁵¹ Segundo estudo realizado em 2012, 72% dos leitores de *Zero Hora*, na Grande Porto Alegre, situam-se nas classes A e B (VIGEL, 2013).

⁵² Valores informados na data de 11/11/2015.

uma sucursal em Brasília e mais de 100 colunistas.⁵³ A atual composição da redação do veículo é decorrente de uma reestruturação instituída em 2014. Segundo Nilson Vargas, o jornal, em sua rotina produtiva, é dividido em editorias temáticas, as quais compõem quatro núcleos principais: o núcleo de esportes; o núcleo de cultura, lazer e entretenimento (denominado “Segundo Caderno”); o núcleo de comportamento (denominado “Sua Vida”); e, por fim, o núcleo de *hard news*, o qual se encarrega do noticiário factual (denominado “Notícias”), abrangendo temas como política, economia, polícia e educação. Cada um desses núcleos é coordenado por um editor específico, sendo que estes editores respondem, finalmente, ao chefe de redação.

A concepção de jornalismo que fundamenta a atuação de *Zero Hora* está expressa no *Guia de Ética e Autorregulamentação Jornalística* do Grupo RBS, atualizado no ano de 2011. No documento, dentre outros conteúdos, estão explicitados missão, valores e diretrizes éticas do grupo, de modo que é possível, a partir de tais conteúdos, informar-se acerca dos parâmetros que guiam a produção do conteúdo de *Zero Hora*.

A apresentação do referido documento inicia-se com a seguinte afirmação: “O primeiro dever do jornalismo é a busca da verdade” (GRUPO RBS, 2011, p. 7). A partir de então, são traçados a missão (“facilitar a comunicação das pessoas com o seu mundo”) e os valores do grupo: fazer o que é certo (“uma empresa ética e que se orgulha do que faz”), conexão com as pessoas (“gente com brilho nos olhos. Relação de confiança e respeito recíproco”), o nosso coração pulsa (“temos um ambiente vibrante e ousado. Buscamos excelência, com disciplina, agilidade e simplicidade.”), todos pelos clientes (“temos compromisso com nossos públicos – consumidores (ouvintes, leitores, telespectadores e internautas), anunciantes e usuários. Toda organização é dedicada a gerar as melhores soluções para os clientes”), realizar crescimento sustentado (“temos paixão por fazer mais e melhor. Assumimos compromisso com resultados consistentes no curto e longo prazos”), desenvolvimento coletivo (“temos orgulho de nossa contribuição para o país e para a sociedade, com forte senso de responsabilidade e de pertencimento às comunidades”) (GRUPO RBS, 2011, p. 8-9).

⁵³ Disponível em: <<http://www.gruporbs.com.br/atuacao/zero-hora/>>. Acesso em: 11/11/2015.

Na descrição da linha editorial do *Grupo RBS*, é dada ênfase à defesa da “liberdade de informação”, da “livre-iniciativa” e da “democracia”. Entre os temas abordados por seus veículos midiáticos, delinea-se o “combate às drogas e à violência” como uma das “bandeiras institucionais” levantadas (GRUPO RBS, 2011, p. 12-13). Embora esta e outras bandeiras sejam assumidas como temas de interesse da instituição, as diretrizes éticas da produção jornalística apontam a “imparcialidade” como elemento da atuação dos veículos do grupo. Tal “imparcialidade” expressa a necessidade de a notícia “abrir espaço a todos os lados envolvidos no assunto”, ou seja, trata-se da incorporação do princípio do contraditório.⁵⁴ Correlacionado à “imparcialidade” consta também, no documento, a “precisão”, traduzida como a necessidade de, além de serem ouvidas versões conflitantes, se “procurar apurar a verdade, com isenção e na sua plenitude” (GRUPO RBS, 2011, p. 20-21). A “precisão”, nesse sentido, indica que não basta serem confrontadas diferentes versões; o veículo deve, ademais, averiguar o fato, a ponto de encontrar a interpretação “verdadeira”. O documento mobiliza, assim, a defesa da ideia de “objetividade” no jornalismo, com a noção de que o repórter e o jornal não se posicionam politicamente, cumprindo a função de apenas narrar o conteúdo dos fatos (BUDÓ, 2013).

No espaço destinado à “conduta profissional” dos funcionários dos veículos do *Grupo RBS*, o documento delimita a diretriz da “isenção”, a qual se relaciona com a “precisão”, pois se entende por “isento” o jornalista que tem “como única motivação divulgar, com precisão e equilíbrio, um fato de interesse público”, de modo que qualquer envolvimento pessoal ou emocional do jornalista com determinada situação impediria o profissional de realizar a cobertura do fato (GRUPO RBS, 2011, p. 26). Essa diretriz de atuação profissional reafirma a defesa da ideia de “objetividade”, pela distinção entre fatos e opiniões, sendo o espaço destas últimas reservado para os (as) colunistas do jornal, e não para os repórteres.

É possível verificar identidade entre o primeiro editorial de *Zero Hora*, datado de 1964, e os parâmetros éticos estabelecidos no *Guia de Ética e Autorregulamentação Jornalística do Grupo RBS*, de 2011, pois se mantém a ênfase sobre o papel “democrático” dos meios de comunicação, ao mesmo tempo em que se defende a

⁵⁴ Em jornalismo, o princípio do contraditório significa a necessidade de serem publicadas todas as versões possíveis a determinados fatos, de modo que as partes envolvidas nos temas abordados sejam ouvidas.

ausência de “compromissos políticos” dos veículos, por meio da distinção entre fatos e opiniões. Cabe, entretanto, na análise do conteúdo do jornal, verificar em que medida, de fato, as interpretações produzidas por Zero Hora são “isentas” de “compromissos políticos” e consagram o princípio da objetividade, tendo em vista que o jornal, como empresa cujo produto (notícia) dirige-se a um público-alvo (classes A e B de Porto Alegre e das principais cidades do interior do Rio Grande do Sul), tem sua manutenção atrelada à venda de jornais e ao financiamento por parte de anunciantes.

b) Diário Gaúcho: “o jornal da maioria”

O *Diário Gaúcho* é, assim como *Zero Hora*, um jornal mantido pelo Grupo RBS e vinculado, em escala nacional, à Rede Globo de Comunicações. Assim, as considerações realizadas acerca da inserção de *Zero Hora* no referido grupo também são aplicadas ao *Diário Gaúcho*. Apesar de tal semelhança, os veículos possuem especificidades.

Diferentemente de *Zero Hora*, o *Diário Gaúcho* caracteriza-se por ser um jornal de criação recente, tendo sido sua primeira edição lançada no dia 17 de abril de 2000 (RAMOS, 2003). Na descrição de seu site, o veículo intitula-se como “o jornal da maioria”, por ser voltado para as “classes B, C e D, residentes na Grande Porto Alegre e principais cidades do interior do Rio Grande do Sul”.⁵⁵ Nesse sentido, explicita-se o caráter “popular” com o qual o jornal busca identificar-se. A criação do veículo foi precedida por uma pesquisa junto a um público que não possuía o hábito de ler jornal (BIZ, 2003). Assim são explicitados os objetivos do *Diário Gaúcho*, no editorial de sua primeira edição:

Mostrar como trabalhadores, estudantes, donas de casa e, enfim, toda a comunidade da Região Metropolitana vivem o seu dia a dia. Aliado a este objetivo existe outro importante: ajudar os leitores a resolverem seus problemas do cotidiano (BIZ, 2003, p. 36).

⁵⁵ Disponível em: <<http://www.gruporbs.com.br/atuacao/diario-gaucha/>>. Acesso em: 12/11/2015.

O viés “popular” do veículo é relacionado ao modo como são apresentadas as páginas da edição impressa: o formato é de tabloide, com a restrição de 32 páginas por edição, circulação de segunda a sábado e um custo baixo, de R\$ 1,00 pela versão semanal e de R\$ 1,25 pela edição de sábado. Além disso, não há opção de assinatura mensal, o que confere a característica de “diário” ao jornal. Destaca-se, ainda, a difusão do jornal no meio digital, em canais como *site*, *Facebook* e *Twitter*.

Quanto à estrutura organizativa, o *Diário Gaúcho* possui, segundo entrevista com Felipe Bortolanza (atual editor-chefe do jornal), um editor-chefe, um editor-executivo e editores por áreas, as quais se dividem da seguinte maneira: uma área que envolve economia, saúde, habitação, transporte, assuntos políticos, mundo (denominada “Geral”); uma área denominada “Polícia”; uma área denominada “Esportes”; uma área denominada “Variedades”. Além disso, há editores específicos para a relação direta com os leitores, para edição da versão *online* e para a diagramação/arte do jornal.

O *Diário Gaúcho* é reconhecido por possuir uma linguagem gráfica característica, com um determinado número de páginas totalmente coloridas, com a utilização das cores da bandeira do Rio Grande do Sul em sua identidade visual e com a apresentação de letras grandes, de fácil visualização e leitura (BIZ, 2003). Corroborando com essa descrição, Felipe Bortolanza afirma que “a gente [*Diário Gaúcho*] não tem assinatura. Então a nossa capa [...] precisa ser atrativa todos os dias, que as pessoas vão comprar nas ruas”.

Soma-se a essa concepção gráfica um estilo específico de linguagem jornalística, com textos simples, curtos e diretos, com vistas a facilitar o entendimento do (a) leitor(a). Ainda segundo Felipe Bortolanza, o *Diário Gaúcho* “tem que traduzir o macro para o leitor, pensando no leitor mais básico, que ele entende no jornal um meio que ajuda na solução dos mínimos problemas cotidianos”. O esforço do jornal, assim, consiste na *tradução de situações amplas e complexas em questões cotidianas e simples*.

Segundo a apresentação de *Diário Gaúcho* em seu *site*, a “identificação com seu público” é fator determinante para a fidelização, de modo que o jornal, no ano de 2013, foi considerado o mais lido de Porto Alegre, com 1,2 milhão de leitores habituais.⁵⁶ O

⁵⁶ Disponível em: <<http://www.gruporbs.com.br/atuacao/diario-gaucha/>>. Acesso em: 02/11/2014. Segundo estudo realizado em 2012, 55% dos leitores do *Diário Gaúcho*, na Grande Porto Alegre, situam-se na classe C.

veículo foi, ainda, considerado o 8º jornal de maior circulação no Brasil, em 2014, segundo o Instituto Verificar de Circulação (IVC).⁵⁷ Como concepção de jornalismo, apesar da particularidade de se caracterizar como jornal “popular”, o *Diário Gaúcho* segue os parâmetros do *Guia de Ética e Autorregulamentação Jornalística* do Grupo RBS. Assim, a diretriz da “objetividade” guia a produção jornalística do veículo. Felipe Bortolanza, em sua fala, confirma essa perspectiva, afirmando que, nas diversas situações cobertas pelo jornal, a redação do *Diário Gaúcho* “vai estar pra informar, ela não vai estar pra defender a bandeira contra”.

Em virtude do formato do conteúdo expresso nas páginas do jornal, porém, determinados autores entendem ser o *Diário Gaúcho* um jornal “sensacionalista”.⁵⁸ Ao atribuir grande ênfase a determinadas situações do cotidiano, descrevendo-as de forma simples e objetiva, sem demonstrar as complexas associações entre tais acontecimentos e o entorno social, estaria o *Diário Gaúcho* exercendo uma atividade vinculada exclusivamente à comercialização e ao entretenimento (BIZ, 2003). O exemplo paradigmático dessa perspectiva seria a superexposição de fatos entendidos como “violentos” e negativos, com disseminação de informações que exploram o medo e o pânico e reafirmam um discurso de lei e ordem, *sem debater a fundo a questão da violência* (RONCHETTI, 2003).

Em contraposição à crítica ao caráter teoricamente “sensacionalista” do jornal, Felipe Bortolanza afirma que o leitor do veículo “entende no jornal um meio de ajuda na solução dos mínimos problemas cotidianos”, sendo os “alertas emitidos pelos leitores” importantes canais de produção de conteúdo informativo. Ou seja, o editor do *Diário Gaúcho* enfatiza a relação de diálogo existente entre jornal e leitor (a), de modo que a cobertura de determinados temas, em detrimento de outros, seria decorrência do “perfil” específico do (a) leitor (a) do veículo. O veículo, portanto, caracteriza-se por essa tensão entre a construção teórica de que o jornal seria classificado como “sensacionalista” e a identificação do veículo como meio voltado para a resolução dos problemas cotidianos de um perfil específico de público-alvo.

⁵⁷ Disponível em: <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>>. Acesso em: 11/11/2015.

⁵⁸ “Sensacionalismo” pode ser definido conceitualmente como a operação de “tornar sensacional um fato jornalístico que, em outras circunstâncias editoriais, não mereceria esse tratamento” (ANGRIMANI, 1994, p. 16).

c) *Sul21: jornalismo digital e “de esquerda”*

O *Sul21* é um veículo de comunicação caracterizado pela utilização das “novas mídias colaborativas da Internet 2.0”,⁵⁹ de modo que o jornal possui formato exclusivamente digital (não há versão impressa). Além disso, o *Sul21* possui uma história recente: sua criação é datada de 10 de maio de 2010, por meio da reunião de um grupo de *blogueiros* e advogados (ROSA, 2013). O jornal foi construído com o objetivo de “informar e fomentar discussão sobre questões relevantes para o desenvolvimento da sociedade no Século 21, através de um *olhar diferenciado sobre grandes temas e da ressignificação das mídias tradicionais*”.⁶⁰ Nesse sentido, o *Sul21* reconhece-se enquanto veículo “dedicado prioritariamente ao noticiário político”.⁶¹

Tal opção mostra-se estampada no *site* do jornal, pela identificação das áreas temáticas que compõem o espectro de abrangência do conteúdo do *Sul21*: “Política”; “Geral”; “Cidades – RS”; “Internacional”; “Sindical”; “Economia”; “Cultura”; “Futebol”; “Especiais”; “Charges”. Ademais, existem espaços dedicados à opinião: “Opinião Pública” (espaço destinado a artigos de pessoas não vinculadas ao jornal); “Colunistas” (espaço destinado aos (às) colunistas do *Sul21*).

Embora não haja pesquisas que demonstrem qual o perfil do leitor do *Sul21*, Igor Natusch, ex-editor do jornal, em entrevista, refere que a partir de observações com a ferramenta do *Google Analytics* e pelo contato com o público, pode-se verificar que o *Sul21* possui um leitor mais jovem do que a média de idade corriqueiramente associada ao público-alvo de jornais. De modo geral, os (as) leitores (as) do *Sul21* possuem de 35 anos para baixo e são identificados (as) com a esquerda política, pelo interesse por causas sociais. O público-leitor concentra-se na cidade de Porto Alegre, devido à abrangência local dos conteúdos do jornal e em função das limitações estruturais, que dificultam a cobertura de fatos regionais e nacionais.

Apesar da especificidade do público ao qual se dirige o jornal, os números de acesso ao *site* tiveram um aumento expressivo em

⁵⁹ Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/quem-somos/>>. Acesso em: 15/11/2015.

⁶⁰ Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/quem-somos/>>. Acesso em: 15/11/2015.

⁶¹ Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/institucional/>>. Acesso em: 15/11/2015.

2013 (quando do ciclo de manifestações nacionais contra o aumento da passagem de ônibus). A média de acessos, à época situada em torno de 30.000 leitores (as) diários (as), subiu para cerca de 60.000 leitores (as) diários (as). Essa percepção do aumento de acessos ao *Sul21* durante os protestos é compartilhada por todos os jornalistas do veículo entrevistados para esta pesquisa. Segundo Samir Oliveira, ex-repórter do *Sul21*, o pico de leitores (a) do site, à época, justificase “porque as pessoas identificavam nas coberturas que a gente [do *Sul21*] fazia uma narrativa que não era a narrativa que estava nos outros veículos”.

As limitações constituem característica importante da organização do veículo. O *Sul21*, comparativamente a *Zero Hora* e *Diário Gaúcho*, é um jornal composto por uma quantidade baixa de funcionários (as). Segundo Igor Natusch, a equipe era, em 2013, composta por três ou quatro repórteres (incluindo-se um estagiário), um fotógrafo (e o estagiário de fotografia), um editor, um subeditor e, por fim, a chefia (composta por pessoas que ocupam posição de comando do veículo). Assim, a equipe de jornalismo possuía em torno de 10 integrantes.

Quanto à concepção de jornalismo, o *Sul21* informa, em seu site, que o seu noticiário “*busca sempre a verdade factual*”⁶². Tal afirmação apresenta-se similar à expressão “busca da verdade”, que consta na apresentação do *Guia de Ética e Autorregulamentação Jornalística* do Grupo RBS, com a diferenciação entre jornalismo factual, o qual busca a apuração de acontecimentos, e jornalismo de opinião, o qual expressa o posicionamento pessoal de colunistas acerca de determinados temas. Nesse sentido, os três jornais que compõem o objeto do presente estudo compartilham uma perspectiva baseada no dever do jornalismo de buscar a “verdade dos fatos”, concepção associada à ideia de “*objetividade*”.

Entretanto, há importantes diferenças entre o *Sul21* e os demais veículos deste estudo, em relação à postura política do jornal diante dos temas abordados. Também em seu site, o jornal explicita:

...aqui, reafirmamos, de forma clara, direta e honesta, as nossas convicções, que de maneira nenhuma interferirão no noticiário: apoiamos – ressalvadas algumas divergências pontuais – o projeto de desenvolvimento em andamento no Brasil, com diminuição das desigualdades regionais, econômicas

⁶² Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/institucional/>>. Acesso em: 15/11/2015.

e sociais. As nossas convicções, no entanto, não nos impedem de criticar este mesmo projeto que apoiamos, quando acharmos necessário. Manteremos nossa independência e autonomia, indispensáveis à manutenção do compromisso com a verdade e com a democracia na informação (grifos nossos).⁶³

Ou seja, o veículo demonstra sua posição de apoio ao “projeto de desenvolvimento” encampado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), entre os governos de Lula e de Dilma, em âmbito nacional. Esse posicionamento é confirmado pela fala de Samir Oliveira. Segundo o ex-repórter do *Sul21*, alguns dos apoiadores do jornal “são pessoas que giram em torno dessa linha política, digamos assim, de esquerda de uma forma mais ampla e especificamente petista em algumas coisas específicas”.

Quanto a esse posicionamento político, Igor Natusch, em entrevista, refere que o *Sul21* busca manter-se como “*veículo de esquerda*”, não apenas produzindo análises críticas ao conteúdo publicado em outros jornais, mas também pautando temas que não são corriqueiramente abordados em veículos como *Zero Hora* e *Diário Gaúcho*. Ramiro Furquim, ex-fotógrafo do *Sul21*, classifica essa atuação como um *exercício de “contrainformação”*, referindo-se à produção de conteúdo não publicado em outros jornais.

Ainda assim, como acima referido, o *Sul21* busca manter o “compromisso com a verdade e com a democracia na informação”, por meio do direito ao princípio jornalístico do “contraditório”⁶⁴. Em outros termos, o *Sul21* expõe sua defesa a determinado posicionamento político, mas salienta o compromisso do jornal em ouvir e em publicar as diferentes versões para os acontecimentos abordados pelo veículo. Portanto, assim como nos casos de *Zero Hora* e *Diário Gaúcho*, identifica-se uma tensão na concepção de jornalismo do *Sul21*: ao mesmo tempo em que se busca a afirmação como “veículo de esquerda”, pelo exercício da “contrainformação”, intenta-se manter a “verdade factual” como parâmetro de precisão das informações produzidas pelo jornal.

Considerações finais: por uma “construção social da notícia”

⁶³ Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/institucional/>>. Acesso em: 15/11/2015.

⁶⁴ Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/institucional/>>. Acesso em: 15/11/2015.

Conforme se verifica empiricamente, os três veículos lançam mão de uma espécie de “compromisso com a verdade” em suas práticas jornalísticas, embora sejam identificadas tensões entre esse princípio e as características próprias de cada jornal. Embora o “compromisso com a verdade” seja um ponto em comum, verificam-se diversas especificidades nos veículos. Tais especificidades apresentam-se não como fatores secundários, mas como características constitutivas (mesmo que implícitas) dos posicionamentos adotados por cada veículo, na interpretação da realidade.

Essa constatação demonstra que, embora a concepção de “objetividade” tenha se desenvolvido como ideia legitimadora da profissão jornalística, fazendo-se presente, contemporaneamente, nos manuais de ética de importantes jornais, os estudos de comunicação têm reconhecido as limitações e a insuficiência desse paradigma (PORTO, 2002). Segundo Hackett (1993), o conceito de “objetividade”, atrelado à busca por uma reprodução “imparcial” da realidade, constitui um suporte teórico em declínio, insuficiente para explicar os processos de produção interpretativa desencadeados pelos meios de comunicação.

Na base da crítica à ideia de “objetividade” está a noção construtivista de que é impossível alcançar, de modo “objetivo”, a verdade dos fatos. Trata-se, em suma, de um debate epistemológico, no sentido de que as correntes construtivistas, hoje predominantes tanto no campo da Comunicação como no campo da Sociologia, entendem ser a “verdade” uma construção decorrente de embates travados em âmbito social. Todos os atores, sem exceção, ao se colocarem diante da realidade, a irão interpretar com base em diferentes pressupostos. É impossível, nessa perspectiva, que se adote uma interpretação “isenta” da realidade, pois não há algo como “a verdade”. A realidade, em si, é resultado de inúmeras disputas, em torno da atribuição de sentidos aos fatos.⁶⁵ A mídia apenas seria uma dentre as várias arenas nas quais se desbravariam as disputas interpretativas dos acontecimentos do mundo (certamente uma arena mais ressonante do que outras, dadas as amplas possibilidades de disseminação das informações produzidas pelos meios de comunicação).

⁶⁵ A respeito da ideia de “construção social da realidade”, ver: BERGER; LUCKMANN, 1966.

Hoje considerada um “mito” pela literatura, a “objetividade” no jornalismo é, portanto, rechaçada por diversas teorias construtivistas, as quais têm como interesse investigar os modos como os atores midiáticos selecionam as temáticas abordadas nas notícias (teorias de *agenda setting*), os enquadramentos produzidos pelos veículos midiáticos (teorias dos enquadramentos interpretativos), o jornalismo como gênero discursivo, entre outras perspectivas. As recentes pesquisas, nesse sentido, têm se posicionado *tanto pelo “fim” das noções de “objetividade” e de “neutralidade”* (DORNELLES, 2008) *quanto pela superação da dicotomia “objetividade/subjetividade”* (MAIA, 2014). Predomina a compreensão de que o conteúdo midiático é engajado e atrelado a diversos interesses sociais (reproduzindo disputas de poder que ocorrem na sociedade).

Como demonstrado, a despeito das críticas levadas a cabo em âmbito teórico, o *princípio da objetividade continua sendo adotado como fundamento da prática jornalística*, embora os (as) próprios (as) jornalistas reconheçam a “utopia”⁶⁶ em que consiste a busca da objetividade. Nos dizeres de Tuchman (1993), “os jornalistas invocam sua objetividade quase do mesmo modo que um camponês mediterrâneo põe um colar de alhos à volta do pescoço para afastar os espíritos malignos”. Ou seja, a “objetividade” ainda consiste em uma diretriz deontológica, que guia práticas jornalísticas, de modo que “no Brasil, ser acusado de faltar com a objetividade é considerado deslize, falta de ética ou descompromisso profissional” (LOPES, 2007, p. 09). E continua Lopes, a respeito do “mito da objetividade”:

Percebemos que alguns valores e práticas se destacam em relação a outros na história do jornalismo. Ainda que se elaborem contrapontos e contra-argumentos sobre eles, alguns deles passam por um processo de mistificação, tornando-se símbolos para a identidade jornalística. *Fora do ambiente acadêmico, e das discussões mais aprofundadas, o mito [da objetividade] continua vivo no cotidiano do trabalho jornalístico, no senso comum, na percepção que a sociedade tem do jornalista e na auto-imagem que o jornalista sustenta perante seus pares e perante a sociedade (grifos nossos)* (LOPES, 2007, p. 09).

⁶⁶ Itamar Melo, jornalista de Zero Hora, classifica, em entrevista, a busca pela “objetividade” como uma “quimera”.

Ainda assim, como já dito, mesmo os próprios agentes das práticas jornalísticas reconheçam a insuficiência desse conceito. Essa tensão entre a necessidade e a concomitante impossibilidade de assunção de uma postura “objetiva” (“isenta”) diante dos fatos sociais é explicitada na fala de Itamar Melo, repórter de *Zero Hora*, em entrevista para esta pesquisa:

Itamar: Então... *eu sei que não existe essa coisa de isenção e tal, mas na medida do possível é o que se tenta fazer aqui.* É claro que existem sempre, em qualquer meio de comunicação, interesses que prejudicam essa isenção. Tu tem interesses comerciais, tu tem a própria ideologia das pessoas que estão aqui, que é uma coisa inconsciente e que vai influenciar em como tu vai cobrir as coisas. Então o que que eu quero dizer é que nós não assumimos uma ideologia [...], então a gente persegue uma coisa diferente, eu acho, que é tentar refletir fielmente. É claro que isso é uma quimera. É impossível. Tu tem os teus condicionantes e tal (*grifos nossos*).

Também em entrevista para esta pesquisa, Samir Oliveira, ex-repórter do *Sul21*, escancara sua contrariedade à ideia de “objetividade”. Assim afirma Samir: “esse debate sobre imparcialidade no jornalismo é uma porcaria assim, é um mito que criaram e tal que tem que ser imparcial e ninguém é parcial, mesmo quando tenta ser”.

Em contrapartida, há, na área da Comunicação, estudos que buscam mapear quais fatores determinam a construção da notícia, ou seja, quais elementos, somados, constroem a escolha dos veículos midiáticos por determinadas interpretações da realidade, em detrimento de outras versões possíveis. O livro *Making News*, de Gaye Tuchman (1978), é considerado a obra inaugural desses estudos. Contemporaneamente, está consolidada a teoria do *newsmaking*, a qual busca compreender, a partir das rotinas jornalísticas, o processo de produção das notícias, com o desenvolvimento de diversos conceitos específicos para que se trate esse tema.

As teorias do *newsmaking* superam o paradigma da “objetividade”. Por meio de tais teorias, pode-se abordar a estrutura

dos veículos midiáticos em seus aspectos organizacionais e em sua inserção em âmbito social. Esses estudos consideram ser os veículos midiáticos “*empresas*”, *submetidas a lógicas econômicas e sociais específicas do contexto em que estão inseridas* (ETCHICHURY, 2010).

Nesse ponto, a aproximação entre as teorias da Comunicação e a Sociologia torna-se explícita. Inclusive Max Weber (1992) dedicou parte de sua obra à compreensão dos aspectos econômicos ligados à empresa jornalística. Segundo Weber, o veículo midiático tem sua atividade ligada à necessidade de manutenção de uma clientela, a qual se compõe, de um lado, pelo público-leitor (compradores do jornal) e, de outro, pelos anunciantes. Essas espécies de relação geram tensionamentos, pois, ao mesmo tempo em que a empresa deve cumprir exigências coletivas (do público-leitor), há demandas privadas (ligadas aos interesses dos anunciantes) a serem supridas. Dessas relações depende a própria subsistência do veículo.

Tais dificuldades de conciliação entre diferentes clientelas são desenvolvidas por Jorge Furtado, na obra cinematográfica *O Mercado de Notícias* (inspirada no texto homônimo do dramaturgo Ben Jonson). No filme, são narradas as relações de subserviência da produção de notícias às demandas de mercado. Embora a teoria do *newsmaking* dê conta de uma série de fatores ligados à produção jornalística, a compreensão da notícia como produto de uma empresa capitalista, voltado às demandas do mercado, atravessa diversas das teorias da Comunicação (e a própria história da constituição do jornalismo) e explicita a posição de veículo midiáticos como atores inseridos em disputas interpretativas, e não meros espectadores “neutros” da realidade.

Referências

- ANGRIMANI, D. **Espreme Que Sai Sangue**: Um estudo do sensacionalismo na imprensa. São Paulo: Sumus, 1994.
- BERGER, C. L. **Campos de confronto**: jornalismo e movimentos sociais – as relações entre o Movimento Sem Terra e a *Zero Hora*. 1996. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. **The Social Construction of Reality: A Treatise in the Sociology of Knowledge**. Harmondsworth: Penguin Books, 1966.

BIZ, O. RBS, A hegemonia no Sul. In: GUARESCHI, P.; BIZ, O. [org.]. **Diário Gaúcho**: que discurso, que responsabilidade social? Porto Alegre: Evangraf, 2003.

BUDÓ, Marília de Nardin. **Mídia e controle social**: da construção da criminalidade dos movimentos sociais à reprodução da violência estrutural. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

DORNELLES, B. O fim da objetividade e da neutralidade no jornalismo cívico e ambiental. **Brazilian Journalism Research**, v. 1, n. 1, 2008.

ETCHICHURY, C. **A violência na mídia**: um estudo de caso sobre a cobertura da criminalidade pela imprensa no RS. 2010. 129 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 2010.

GAMSON, W. [et al.]. *Media Images and the Social Construction of Reality*. **Annual Review of Sociology**, v. 18, p. 373-393, 1992.

GALVANI, W. **Um século no poder**. Os bastidores da Caldas Júnior. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

GRUPO RBS. **Guia de ética e autorregulamentação jornalística**. Porto Alegre: RBS Publicações, 2011.

GUARESCHI, P.; RAMOS, R. **A máquina capitalista**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

HACKETT, R. Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos estudos dos media noticiosos. In: TRAQUINA, N. [org.]. **Jornalismo**: Questões, Teorias e “Estórias”. Lisboa: Veja, 1993.

LOPES, F. L. Entre a Objetividade e a Vigilância: Contradições do Trabalho e da Identidade Jornalísticos. **Ciberlegenda**, n 18, jul. 2007.

MAIA, F. D. A dimensão simbólico-mítica do jornalismo para além da dicotomia objetividade/subjetividade. **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, n. 30, p. 56-71, jul. 2014.

PORTO, M. P. Enquadramentos da Mídia e Política. In: **Anais do XXVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS**, Caxambu/MB, 2002.

RAMOS, R. Comunicação: o sensacionalismo do *Diário Gaúcho*. In: GUARESCHI, P.; BIZ, O. [org.]. **Diário Gaúcho**: que discurso, que responsabilidade social? Porto Alegre: Evangraf, 2003.

RONCHETTI, G. Mídia, violência e sistema penal: O caso do jornal *Diário Gaúcho*. In: GUARESCHI, P.; BIZ, O. [org.]. **Diário Gaúcho**: que discurso, que responsabilidade social? Porto Alegre: Evangraf, 2003.

ROSA, J. P. **A midiatização das manifestações populares de junho de 2013**: Análise comparativa das fotografias dos jornais Zero

*Hora e Sul*21. 2013. 85 f. Monografia de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social – Habilitação Jornalismo) – Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SCHUDSON, M. ***Discovering the news: a social history of American newspapers***. New York: Basic Books, 1978.

TUCHMAN, G. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, N. [org.]. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Veja, 1993.

_____. ***Making news***. New York: The Free Press, 1978.

WEBER, M. **Sociologia da Imprensa**: um programa de pesquisa. *Revista Española de Investigaciones Sociales*, n. 55/56, 1992, p. 251-259.

Alvo público e público-alvo: reflexões sobre juventudes e políticas de segurança pública

Lívio Silva de Oliveira⁶⁷

Resumo

O presente artigo tem como objetivos principais analisar e compreender a construção social do jovem como sujeito de direito nas políticas de segurança pública, a partir da problematização da aplicação de projetos, programas e leis que têm a juventude como público-alvo e seus pressupostos. A unidade de análise neste texto será o modelo de Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), implantadas no Rio de Janeiro (RJ) como política de segurança pública de enfrentamento ao narcotráfico naquela cidade, que também tem como público-alvo os jovens das favelas que receberam as UPPs. Os referenciais teórico-metodológicos para esta análise são o interacionismo simbólico, através da teoria de Erving Goffman sobre o Estigma, a Criminologia crítica e a Sociologia urbana, além de referenciais contextuais baseados em informações e dados oficiais de ocorrências criminais, letais e prisionais; para construir a segurança pública e o acesso aos direitos de cidadania e sua relação com as juventudes como objeto de análise sociológica.

Palavras-chave: Direitos; violência; juventude; criminalização.

1. Introdução

As políticas de segurança pública no Brasil apontam um público-alvo recorrente nos seus projetos e/ou programas: a juventude. Porém, não é todo o jovem que está contemplado nas premissas dessas ações, indicando que não há uma juventude e sim juventudes. O conceito no plural aponta para o processo de construção diferenciado de jovens como sujeitos de direitos na sociedade brasileira e como essa distinção afeta o acesso aos direitos de cidadania ou a supressão seletiva dos mesmos. Existe um perfil específico de jovem que aparece como público-alvo das

⁶⁷ Doutorando e mestre em Sociologia pelo PPGS-UFRGS. Estudante-membro do Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania (GPVC-UFRGS). Especializado em Sociologia Política e Cultura pela PUC-RIO. Bacharel em Ciências Sociais pelo Instituto de Humanidades - Universidade Candido Mendes.

ações: o jovem de periferia e/ou de territórios marginalizados. Afirma-se que ele se encontra em situação de vulnerabilidade social. Porém, o que caracteriza tal situação? O objetivo deste trabalho é compreender e analisar o processo de construção o jovem de periferia e/ou de territórios marginalizados como sujeito de direitos segundo pressupostos das políticas de segurança pública no Brasil.

Os dados de homicídios e de encarceramento podem indicar fatores que compõem a construção do jovem de periferia como vulnerável. A partir deles, podem ser verificadores indicadores tangíveis sobre os riscos que esta parcela da sociedade está mais exposta. Há, também, indicadores intangíveis que podem ser construídos por fatores históricos e sociais que estruturam e demarcam as fronteiras do ilegal para o socialmente legitimado, através das ações do Estado contra determinados tipos sociais em nome de uma suposta segurança coletiva. A junção problematiza o exercício universal dos direitos de cidadania, uma vez que o cenário brasileiro é marcado por profundas desigualdades nas dimensões econômica, jurídica e social. Para analisar a dinâmica entre política de segurança pública e juventudes, a unidade escolhida foi o modelo de Unidades de Polícia Pacificadora, as UPP, que foi considerado o modelo mais bem sucedido de ocupação de áreas marginalizadas e deflagradas em conflito armado, na cidade do Rio de Janeiro.

Os marcos teóricos escolhidos para esta análise foram o (I) interacionismo simbólico através do conceito de estigma de Erving Goffman e a (II) criminologia crítica, através do conceito de rotulação, trabalhado por Jock Young. Dessa forma, as relações de poder serão analisadas para a construção de tipos sociais que demandam um olhar específico no sentido de segurança, podendo ser categorizados como **classes perigosas**. No caso do Rio de Janeiro, o narcotráfico foi transformado em foco principal das ações em

relação ao crime na cidade, o que afetou as dinâmicas de ações policiais e a juventude das áreas marginalizadas. Portanto, há a problematização do processo de criminalização daqueles que são marginalizados socialmente, a partir do estigma da pobreza e da rotulação de violentos.

Dessa forma, o texto está estruturado da seguinte maneira: (I) introdução; (II) apresentação de dados de homicídios e encarceramento e quais são os projetos referentes às juventudes; (III) articulação dos marcos teóricos, (IV) quais foram os impactos das UPPs no que tange ao exercício de direitos, em especial da parcela jovem dos territórios marginalizados, e (V) conclusão.

2. Considerações sobre a relação entre juventudes e segurança pública: panorama de homicídios e encarceramento no Brasil.

O 8º Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2014), entidade organizada da sociedade civil dedicada ao tema, apresentou dados sobre a violência e quais são seus atores e sujeitos referentes ao ano de 2013. Foi constatado no referido trabalho o número de 56.646 de mortes violentas⁶⁸ no Brasil, um aumento de 1,1% em relação ao ano de 2012 (53.054 mortes). Foram analisados os casos de vitimização letal de agentes de segurança e da população civil. No caso dos policiais, o número de policiais mortos no ano de 2013 foi de 490. No recorte temporal entre 2009-2013, esse número chegou a 1.770 policiais mortos. Nesse mesmo período, as polícias brasileiras mataram 11.197 pessoas, o equivalente a trinta anos das polícias dos EUA (1983-2012 – 11.090 pessoas mortas em ações policiais naquele país).

⁶⁸ A referida publicação inclui os seguintes delitos como mortes violentas: homicídio doloso, latrocínio e lesão corporal seguida de morte (p 6).

A verificação das ocorrências letais envolvendo policiais no Brasil indica as situações de risco de matar e de morrer no cotidiano dos agentes da lei. O Anuário aponta que 75,3% dos policiais foram mortos fora do seu horário de serviço, enquanto 81,8% do total das ações dos agentes com resultado morte foram registradas em seu turno de trabalho. Os dados podem ser significativos para compreender como o quadro de violência difusa se desenha no país, ao ponto de evidenciar a vulnerabilidade dos cidadãos de maneira geral, mesmo sendo policiais. Além disso, o número de policiais mortos fora do horário de serviço é outro indicativo para analisar a estrutura e o andamento do sistema de justiça criminal brasileiro, tendo em vista que alguns deles foram mortos em seus *bicos*. Por outro lado, o número elevado de mortes em ações policiais podem indicar o excesso e o abuso da força coercitiva e a impunidade por esses atos.

O Anuário apresentou o perfil do maior número de vítimas letais no Brasil. O percentual por categorias etária, racial e de gênero indica a probabilidade de risco de vida: 53,3% de jovens, 68% de negros, 93,8% de homens. Nesse sentido, os negros no país são 30,5% mais vítimas de homicídios. Outra publicação, *mapa da violência 2012: cor dos homicídios no Brasil*, de Julio Jacobo Waiselfisz, reforça a afirmação do estudo realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, trabalhando com a categorização negro/parda⁶⁹. Entre os anos de 2002 e 2010 foi verificado o crescimento de 23, 4 % da população jovem negra/parda na participação e da vitimização por homicídios no Brasil. No mesmo período, as ocorrências envolvendo a população branca do país caíram 33%. Observou-se também o crescimento das ocorrências

⁶⁹ Segundo o Estatuto da Igualdade Racial do Brasil (lei nº 12.288/10), são incluídos na categoria negra: negros, pardos, mulatos, sarará.

envolvendo indígenas e amarelos: 56,3% e 37,2 % respectivamente. Porém, em números absolutos, foram 159.543 homicídios envolvendo a população negra/parda e jovem do país (WAISELFISZ, 2012, p 10). Com efeito, as estatísticas apontam que essa parcela da população brasileira se encontra mais vulnerável à violência homicida.

No tocante ao encarceramento no Brasil, o panorama apresentado sobre as mortes não sofre grandes alterações: 54,8% de jovens, 61,7% de negros e 93,9% de homens. Os negros são 18,4% mais presos. O país atingiu o número de 574.207 pessoas encarceradas em 2013, sendo que a maior parcela dessa população está presa por crimes de patrimoniais (49%). Os outros tipos penais citados no Anuário são: drogas (26%) e homicídio (12%). No entanto, 40,1% da população carcerária no Brasil são de presos provisórios. No sistema socioeducativo são 20.532 jovens cumprindo as respectivas medidas, dos quais 11,1% correspondem a crimes contra a vida: latrocínio e homicídio.

Além dos recortes etário, racial e de gênero, também pode ser apontada como fator de vulnerabilidade a questão socioeconômica. Este jovem tem uma classe social e um local de moradia e vivência definidos, apesar da relação ambivalente agressor/vítima dos jovens seja extraclasses. A classe é popular, as camadas mais pobres da sociedade brasileira, e o local são as periferias das grandes cidades do país, o que não quer dizer que o fenômeno da violência não envolva jovens da região rural e/ou jovens urbanos de outras classes sociais. Dessa forma, os esforços no sentido de política pública para a prevenção e enfrentamento à violência contra os jovens no Brasil são direcionados para territórios considerados violentos pelos seus altos índices de homicídios e/ou com presença ostensiva de gangues de narcotraficantes (ROCHA, 2015, p 320; SILVA DE

OLIVEIRA, 2014, p 84), denotando a situação de vulnerabilidade dessa parcela da população.

Uma dessas iniciativas é o plano *Juventude Viva*, lançado pelo Governo Federal em 2013. O *Juventude Viva* teve como ponto de partida o reconhecimento por parte da União de que no Brasil há um processo sistemático de extermínio da juventude de periferia, em especial os negros. O enfrentamento ao extermínio citado é vinculado a ações que visam reduzir as situações de violências físicas e simbólicas através de ações de oportunidades de inclusão e autonomia para os jovens entre 15 e 29 anos⁷⁰. Apesar de abordar conceitos como autonomia e de categorizar ações por áreas, a proposta do *Juventude Viva* apresenta em suas diretrizes de maneira genérica, repetindo a tônica de outros projetos e/ou programas anteriores. Além disso, as ações demandam de articulação com outros projetos para fortalecer uma rede de enfrentamento à violência.

Por um lado, essas ações por parte do Estado brasileiro denotam o reconhecimento, também, da categoria juventude como não universal. Ou seja, há uma diferença entre as juventudes no Brasil, que pode ser verificada pela desigualdade socioeconômica e como essa assimetria se traduz ou não em atos de violências e formas de vitimização entre os jovens. Por outro, indica um processo histórico e cultural de rotulação criminal e estigma social no país por fatores raciais, socioeconômicos e jurídicos. O processo afeta os jovens de periferias de maneira abrangente. Portanto, a premissa deste texto é que há no Brasil, por meio das desigualdades, uma relação de privilegiados e não privilegiados perante o Estado e a sociedade brasileira, cuja interação através de uma rede

⁷⁰ Fonte: Plano *Juventude Viva*. Verbete: O que é? Disponível em: <http://juventude.gov.br/juventudeviva/o-que-e#.VOpOcvnF8o8>

compartilhada de valores legitima ações de violência, discriminação e injustiça para determinados perfis sociais.

O objeto dessa análise será o modelo de Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) do Rio de Janeiro. A escolha deste objeto se deu pela sua grande aceitação social como fórmula de enfrentamento à criminalidade em territórios conflagrados de conflitos armados relacionados ao tráfico de entorpecentes ilegais. Esses territórios correspondem às favelas da cidade, locais de moradia de camadas mais populares da sociedade. As UPPs serão analisadas a partir dos conceitos de rotulação, estigma e segregação espacial para compreender como essa dinâmica violenta incide na questão da cidadania dos jovens de periferia, pelo exercício ou não dos seus direitos.

3. Construção social de classes perigosas: processo de criminalização dos marginalizados.

Para compreender o fenômeno social da violência e sua relação com as desigualdades é preciso analisar alguns aspectos sobre a interação social e suas assimetrias. Em outras palavras, investigar que ações, comportamento e valores atestam a normalidade e aceitação ou não de um indivíduo e/ou um grupo social, além da reação coletiva aos tipos desviantes de uma sociedade. Assim, a abordagem teórica remete às relações de poder e de dominação de maneira conceitual para a transformação de um objeto real em objeto sociológico. Os conceitos discutidos aqui, então, tratam do processo de criminalização de marginalizados sociais, que podem ser caracterizados como sujeitos históricos de exclusão no que tange o acesso à justiça e aos direitos.

O conceito de estigma, Erving Goffman (1978), é uma das bases para compreender o processo de construção social de uma identidade deteriorada. O autor disserta sobre a transformação do conceito, que inicialmente remetia aos sinais corporais que identificavam escravos, criminosos ou traidores na Grécia antiga, para um termo que abrange fatores de gênero, de raça, físicos, religiosos, de nacionalidade e culpa de caráter, tendo a divisão entre os estigmas de nascença e/ou adquiridos. Portanto, o estigma, afirma Goffman, é uma situação que inabilita o indivíduo para a aceitação social plena, completando que se acredita que um estigmatizado não seja completamente humano (GOFFMAN, 1978, p 15).

O estigma aponta para um tipo social estereotipado, que pode se encontrar em situações de descrédito, de fraqueza e de desvantagem, descreve Goffman. Ele defende que o estigma implica uma carreira moral, na qual a socialização com o mundo e o conhecimento dessa situação ocasiona mudanças sociais em virtude do estigma de um indivíduo ou de um grupo social. Essa interação social de estigmatizado com quem o estigmatiza demonstra a relação assimétrica de poder, já que esses valores estão inseridos numa linguagem de relações sociais. O estigma faz parte da interação entre indivíduos concretos e aqueles que se encontram na situação de desvantagem podem reproduzir valores sociais que reforcem os atributos depreciativos remetidos a eles (GOFFMAN, 1978, p 149), como, por exemplo, a utilização da expressão “**favelado**” pelos próprios moradores de territórios de maneira depreciativa. Em síntese, o estigmatizado e quem o estigmatiza são partes complementares entre si, um não existe sem o outro (idem. p 146). Goffman apresenta três tipos de estigma: visíveis, invisíveis e

de reputação. Cabe lembrar que esses três tipos podem incidir sobre o mesmo indivíduo.

Os mecanismos de acobertamento do estigma também são trabalhados por Goffman como elementos desidentificadores. Ele escreve que os estigmas são passíveis de serem controlados pelos estigmatizados, exceto os físicos. Os estigmas corporais são evidentes pela simples análise visual, porém, aqueles que são referentes a culpas de caráter são pontos que podem passar despercebidos pelos *normais* (GOFFMAN, 1978, p 59), i.e., aqueles que não são estigmatizados. Esta situação indica para dois tipos de identidades: privada e pública (idem. p 79). No caso do estigmatizado, a sua identidade pública é remetida a valores depreciativos que influenciam na interação desse indivíduo com o mundo social. Ademais, o estigma pode ser extensivo àqueles *normais* que convivam socialmente com estigmatizados (ibidem. p 39-40), acarretando situações de marginalização dos mesmos. Nesse sentido, a construção da identidade pode ter elementos biográficos dos estigmatizados a partir da perspectiva de outras pessoas que lhes atribuem o estigma. Este ponto, em especial, é fundamental para compreender o fenômeno da criminalidade e a coletivização de determinadas parcelas da sociedade como *classes perigosas*, como no caso de moradores de territórios marginalizados, potencializado pela presença de gangues de narcotraficantes armados nestes locais.

Goffman faz distinção entre indivíduos e/ou grupos sociais desacreditados ou desacreditáveis, por haver uma discrepância entre suas identidades real e virtual (GOFFMAN, 1978, p 51). Os primeiros são aqueles aos quais os estigmas são evidentemente identificáveis a partir do momento que os indivíduos são apresentados, ao passo que os outros são aqueles que o seu

atributo depreciativo não é reconhecido sem o prévio conhecimento de sua situação. Ocultação da vida pregressa, mudança de nomes e o ato de evitar comportamentos estereotipados são exemplos de estratégias de acobertamento e manipulação social dos estigmas, segundo Goffman. Contudo, ele salienta que a pressão pela manutenção de mentiras é uma constante na vida social do estigmatizado pelo medo do descrédito, observando que a relação de cooperação entre *normais* e estigmatizados são baseadas na discrição (idem. p 109).

Por fim, Goffman aponta as ambivalências na interação social entre *normais* e estigmatizados. O autor afirma que há possibilidade que o indivíduo estereotipado estigmatize outra pessoa na mesma situação, mas corre o risco de parecer ridículo ao atribuir o mesmo defeito que lhe é remetido, ou seja, ele não pode nem abandonar e nem aceitar o seu grupo. Goffman defende que este é o momento mais tenso dessa interação, já que o estigmatizado está numa situação de proximidade indesejável entre esses dois sujeitos (GOFFMAN, 1978, p 119). A partir disso, ele afirma que existem normas de identidades sociais que atestam desvios e conformidades, que correspondem às expectativas de cumprir os papéis que são atribuídos aos atores sociais, sejam *normais* ou estigmatizados (idem. p 140-141). Nesse sentido, Goffman argumenta que a manipulação é uma característica geral das sociedades, acarretando **desviantes normais** (ibidem. p 142), variando o perfil desses indivíduos por diversos fatores. Portanto, essa relação ambivalente entre *normais* e estigmatizados produz comportamentos desviantes tolerados socialmente.

Para complementar o conceito de estigma defendido por Goffman será articulado com a noção de desvio, a partir deste ponto será abordado o conceito de rotulação. Este conceito é crucial para

compreender como se desenvolve o processo de criminalização dos marginalizados. A rotulação refere-se à reação ou aceitação social do desvio. Outro ponto de interseção entre os conceitos é que o seu sucesso é verificado de maneira pública, ou seja, só é rotulado e/ou estigmatizado aquele que é reconhecido socialmente como tal. Perguntas como “*desviado para quem?*” e “*desviado em relação a que?*” denotam a assimetria na relação de poder da rotulação, tal qual é identificada no conceito de estigma. Nesse sentido, o criminalista britânico Jock Young se aprofundou nos estudos sobre a reação social ao desvio e sua relação com a desigualdade e a criminalidade, apontando para a mudança de uma sociedade inclusiva de estabilidade para uma sociedade excludente e de divisão (YOUNG, 2002, p 11), através da rápida esgarçadura do tecido social do mundo industrial no último terço do século XX. É válido salientar que o objeto de estudos do criminalista são as sociedades estadunidense e as da Europa Ocidental.

O desvio aponta para desigualdades sociais mais amplas entre poder e autoridade (YOUNG et alii, 1990). Nesse sentido, a rotulação também pode indicar a agressividade como forma de defesa mediante a perdas materiais, simbólicas, legais e afetivas. Essas perdas podem ser verificadas na marginalização das camadas mais pobres da sociedade brasileira, pela profunda desigualdade no acesso aos direitos de cidadania, que afetam a parcela mais jovem dessa população. No entanto, pessoas cometem atos desviantes por conta de acontecimentos e circunstâncias particulares de sua vida, independentemente dos rótulos que se põem nelas, mas nem todas são remetidas a valores depreciativos na sociedade. É fato que os desviantes se colocam com frequência na oposição de determinados grupos da sociedade, o que faz com que eles se tornem atores sociais (idem, p 173) e, por isso, podem

ser considerados infratores de duas formas: adquiridos e atribuídos. O primeiro caso refere-se àqueles indivíduos passíveis de controle social. O segundo caso refere-se àqueles que podem se organizar para mudar valores sociais de maneira estrutural e libertarem-se de estigmas sobre seus “*defeitos*”.

O desviante, portanto, não é um mero produto da sociedade, senão aquele que também pode se rebelar contra ela, pelo fato da sociedade estar em constante mudança. Dessa forma, a complexidade no processo de controle social e rotulação aponta que tipos de interesses políticos estão em jogo e quais conflitos sociais têm origem a partir dessa dinâmica, estruturando um conjunto de leis e normas que intervêm diretamente no processo de criminalização. No entanto, a sociedade não é apenas um conjunto de regras e que existe uma relação social entre os indivíduos, cuja internalização de regras sociais não faz com que o indivíduo se torne autômato porque elas são interpretativas. Ademais, as regras cotidianas não são imutáveis e se caracterizam pela sua ambiguidade, reafirmando a premissa de Young que a sociedade é composta por constantes mudanças.

No que tange à delinquência e criminalidade, Young apresenta um quadro de expectativas e frustrações, que são de ordem material, simbólica e social. Ele defende que a ascensão de uma nova cultura altas expectativas de sucesso, tanto em termos materiais quanto em termos de autorrealização, está menos propensa a aceitar imposições de autoridades se tal ideal for frustrado (YOUNG, 2002, p 29-30). Essas expectativas são referentes ao mercado de trabalho formal no sistema capitalista e às demandas remetidas ao Estado acerca dos direitos de cidadania. Porém, Young afirma que as frustrações das camadas marginalizadas da sociedade se tornam fonte de tensão no sistema

capitalista, juntamente com a privação relativa do mundo material, acarreta desvios, o que pode ser um fator que favoreça o recrutamento de jovens de territórios marginalizados para gangues de narcotraficantes locais. A dialética da exclusão, para Young, é um movimento no qual os desvios são ampliados, acentuando progressivamente a marginalidade em determinadas camadas sociais e localidades. Portanto, ele defende que o crime violento é produto da exclusão, enfatizando que a violência, em grande parte, é ocasionada por conflitos com a temática da inclusão social.

Young entende que a delinquência é um dos estágios da conduta delitiva (YOUNG et alii, 1990). O regime normativo de uma sociedade, segundo o autor, se caracteriza pela flexibilidade e o indivíduo pode evitar a culpabilidade moral de sua ação delitiva. Nesse sentido, a subcultura delitiva é uma imagem equivocada pela concepção de um sistema valorativo da classe média, pelo fato da sociedade não ser composta apenas por essa classe. O delinquente não é alguém estranho ao corpo da sociedade, tendo a possibilidade da conduta delitiva ser uma acentuação dos valores dominantes, defende Young. A própria ideia de delinquentes transitórios ou não – diferenças entre a vida adulta e a fase juvenil da vida (idem. p 197) – é rechaçada por ele, por se tratar de uma distinção artificial. O criminalista afirma que os delitos são endêmicos na sociedade, ocorrendo em todas as classes sociais, variando as suas modalidades e sua visibilidade (YOUNG, 2002; YOUNG et ali, 1990), o que influencia no processo de criminalização do marginalizado através da rotulação e do estigma, por este ser selecionado pelo sistema de justiça criminal.

As tensões e os conflitos sociais são indicativos de como os processos de rotulação e de estigmatização são intrínsecos a reação social ao desvio, a partir de componentes de desigualdade e

exclusão. O processo de rotulação somado ao estigma faz parte da construção social do crime e suas representações, na qual Young trabalha com a construção social de *bodes expiatórios* (YOUNG, 2002, p 36). Essa construção tem forte conotação racial, de gênero e social. A partir da visão tradicional da Criminologia, a criminalidade concentra-se nas camadas sociais mais pobres e marginalizadas e sendo o maior número de ocorrências entre os jovens do sexo masculino. Essa teoria é frágil, segundo o autor, por desconsiderar os crimes mais especializados, ou seja, aqueles que não envolvem violência física de forma direta, reforçando sua tese de que o crime é endêmico na sociedade. No entanto, Young afirma que a ênfase no crime recai na classe social do autor e o tipo delitivo por ele praticado de maneira sistemática, o que pode ser verificado no sistema de justiça criminal. O próprio narcotráfico apresenta outras dinâmicas que não possuem armamentos ostensivos e domínio territorial de áreas marginalizadas em seu comércio, ocorrendo em áreas de classes mais privilegiadas da sociedade brasileira e com menor visibilidade, além da venda ilegal de entorpecentes ser efetuada por jovens destas mesmas classes sociais, que, via de regra, não são rotulados com a identidade pública de “traficantes”, sendo categorizados com termos como “fornecedores”, o que atenua a carga do estigma social sobre esta prática delitiva.

A construção de espaços de evitação e de exclusividade são uma das facetas da sociedade excludente, segundo Young. Nesse sentido, ele trabalha com os conceitos de *cordão sanitário* e *insegurança ontológica* (YOUNG, 2002) para analisar a reação social ao desvio e o processo de rotulação, articulando o crime e a pobreza sociologicamente. A noção de *cordão sanitário*, para o autor, é caracterizada pela defesa de indivíduos considerados incluídos em uma sociedade de consumo contra as “impurezas” de classes

marginalizadas, ou seja, comportamentos indesejáveis, através da construção de espaços de exclusividade. O conceito de *insegurança ontológica* é referente à incerteza de continuação biográfica por parte do indivíduo diante da violência e da criminalidade (idem. p 33). Os dois conceitos apresentados por Young indicam a mercantilização da cidadania e do espaço social. A privatização de espaços públicos (shoppings e câmeras) ou particulares (condomínios) é exemplar no sentido de cidadania e território como bens de consumo, traduzindo materialmente através da segregação espacial o aprofundamento da desigualdade social. Por consequência, o tema da segurança recai também na questão territorial.

A partir da noção de território, o criminalista estadunidense Lonnie Athens (1998) trabalha com o conceito de segregação, pelos seus prismas social e espacial, para compreender os tipos de crimes que são condenáveis na sociedade, sendo um ponto de articulação entre os conceitos de estigma e de rotulação. Ele contrapõe as teses da desordem social e dos diferentes tipos de organização social para focar o caso dos crimes de rua, ou seja, aqueles que empregam violência física direta. No que se refere à desordem, ele apresenta a perda de eficácia das normas tradicionais e a necessidade de desenvolver novas atitudes de reorganização social, portanto, a disseminação das violações de tais normas implica em novas condutas, tanto individual como institucional (ATHENS, 1998, p. 674). Por outro lado, a tese dos diferentes tipos de organização social se baseia na cultura do conflito, na qual as comunidades estão organizadas em normas pró e antirriminais (idem. p 675-676).

Para compreender a dinâmica entre a segregação social e o crime violento, Athens se apoia em conceitos de membros da escola de Chicago, como Sutherland, para desenvolver algo novo que dê

conta dessa realidade. Ele entende que as mudanças sociais são dramáticas e têm efeito sobre o crime, distinguindo três fases do processo de criminalização: civilidade, turbulência e perversidade. Para isso, o autor afirma que todas as comunidades apresentam desenvolvimentos hierárquicos em que a ordem e a desordem expressam a forma de dominação. Athens escreve que a desordem é uma fase particular de um longo processo de mudanças em que ocorre a disseminação dos conflitos que ordenam a dominação e se sobrepõe às normas de algumas formas específicas de comportamento criminal. Dessa forma, Athens defende que a sua visão de comunidade exclui a noção de desorganização.

Assim, Athens descreve três tipos de comunidades: civil, perversa e turbulenta. Na comunidade civil existe a predominância de um pacifismo, na qual as agressões verbais e físicas aparecem como forma de defesa por essa comunidade se caracterizar pela oposição à violência (ATHENS, 1998, p. 678). No entanto, a marginalidade violenta existe também nessa comunidade como sua antagonista, se tornando parte complementar. Athens afirma que os atos de violência criminal são raros em qualquer tipo de comunidade.

A comunidade perversa apresenta o tipo de pessoa ultraviolenta que pode ser mitigada como maligna. A perspectiva inicial de defesa da violência intencional passa para o estágio de maldade, segundo Athens. Esse tipo de conduta violenta se dá através da frustração maléfica, passando por três partes: (I) assumir individualmente seu antagonismo, (II) autoconvencimento de sua malícia e (III) emprego da violência. Além disso, Athens indica dois tipos de violência criminal: coercitiva e resistente (ATHENS, 1998, p. 680). Dessa forma, o autor aponta o nível de aprovação das condutas por parte de membros da comunidade. Nota-se, neste ponto, a intersecção entre a flexibilização moral e as carreiras dos

atores nesse sentido. Um exemplo desta flexibilização é o roubo a banco, pelo fato da instituição financeira possuir seguro contra este delito.

A comunidade turbulenta se caracteriza pelo contraste entre as duas comunidades anteriores, sem a possibilidade de ganhos individuais e sendo uma mistura dos tipos de violência. Essa comunidade apresenta como característica os conflitos por posições de poder, acarretando uma vida caótica (incertezas). Athens defende que na comunidade turbulenta os atos de violência criminal sejam mais frequentes. A descrição de Athens pode ser remetida à ideia de constante conflito entre as gangues de narcotraficantes por disputa de vendas de drogas, o que pode reforçar, no imaginário coletivo, o estigma social sobre as camadas pobres e marginalizadas da sociedade como **classes perigosas**.

Athens afirma que os três tipos de comunidade são produtos da segregação social. Uma via de mão dupla nas escolhas entre legitimar ou rejeitar atos criminais por parte dos seus residentes. Existem, contudo, variáveis sociais e étnicas de estigmatização das populações das comunidades como violenta, oportunizando o risco de coletivização criminal, mesmo que a diferença entre quem comete um ato criminoso e quem não o comete seja grande, segundo Athens. Nesse sentido, ele trabalha com as formas de dominação e os processos sociais que acarretam a segregação social através de recortes culturais, sociais, raciais entre outros; para compreender de onde e como se formam os guetos, através da materialização espacial da desigualdade. Ademais, o processo de segregação social não é estático ao que se refere a identidades sociais (ATHENS, 1998, p. 685) - tal qual o processo de rotulação e do estigma - sendo caracterizado por zonas de passagem e distâncias físicas, caso dos guetos.

Os conceitos teóricos apresentados nessa seção são norteadores para desenvolver a relação da criminalidade com a pobreza por meio da noção territorial como representação material da desigualdade. No caso, a articulação dos conceitos de estigma, rotulação e segregação é referente à ação do Estado perante demandas de segurança pública e a reação e/ou aceitação social. As políticas públicas voltadas para esse tema são direcionadas ao enfrentamento do narcotráfico em locais de moradias populares. Apesar dos autores referenciados terem seus objetos de estudo no hemisfério norte do planeta, o marco teórico se encaixa nas questões de criminalidade e de pobreza no Brasil e compreender como essa interação social marcada pela violência afeta os jovens.

A situação mais emblemática é a da cidade do Rio de Janeiro, considerada uma área conflagrada em conflitos armados análogos ao estado de guerra. Alguns setores sociais defendem que a situação da capital fluminense se encontra em um estado de guerra propriamente dito. O enfrentamento armado por controle territorial, ora entre as gangues de narcotraficantes, ora dessas facções criminosas contra as polícias; estigmatizou localidades a partir do rótulo de violentas pela modalidade de delito desenvolvida. As gangues são compostas, de modo geral, por jovens do sexo masculino que vivem nessas localidades. Nesse sentido, as UPPs são apontadas como a grande quebra de paradigmas no que tange a segurança pública. No entanto, a problematização das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) refere-se às motivações pelas quais é justificada, pelo poder público e pela sociedade, a implementação em determinadas áreas da cidade e não na sua totalidade, ou ainda, o porquê de localidades populares terem um policiamento diferenciado. A partir dessas premissas, serão desenvolvidos os argumentos e os questionamentos acerca da política de segurança e

seus desdobramentos sociais, tendo como base as noções de território e de desigualdade articuladas com os conceitos dissertados nesta seção.

4. UPP: perspectiva ambígua de expectativas e frustrações de uma política de segurança

Em dezembro de 2008, o governo do Estado do Rio de Janeiro implementou sua primeira Unidade de Polícia Pacificadora, uma nova forma de policiamento e de segurança pública em territórios marginalizados e criminalizados da cidade do Rio de Janeiro, chamados pelo termo *favela*, que ficou mais conhecida pela sua sigla: UPP. A experiência piloto foi no Morro Santa Marta, na zona sul da capital fluminense. Apesar da ideia de novidade das UPPs, é válido observar que outras experiências foram tentadas neste sentido nas favelas cariocas, como os Postos de Policiamento Comunitário (PPC) e os Grupamentos de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE), que não conseguiram mudar a interação entre polícia e moradores, marcada historicamente pelos conflitos (CUNHA & MELLO, 2011, p. 373). Outro ponto a ser ressaltado nas UPPs é a ideia de pacificação em oposição à noção de guerra.

Atualmente, o Rio de Janeiro conta com 38 UPPs, nas quais há um efetivo de 9.543 policiais, segundo o sítio oficial da Secretaria de Segurança Pública do Estado (SESEG)⁷¹. As forças policiais fazem parte da ocupação, a princípio – em alguns casos até mesmo de forças federais – e um comandante militar seria o gestor dessa entrada do Estado no vácuo deixado pelo crime, tendo em vista que seu objetivo principal é a retomada do território. Ademais, as UPPs vêm com uma proposta de policiais recém-formados para a

⁷¹ Sítio Oficial da SESEG-RJ. Verbete: histórico. <http://www.upprj.com/index.php/historico>

composição de suas tropas para o patrulhamento comunitário, para que estivessem mais próximos dos moradores. Sobre a participação das forças federais no processo de implementação das UPPs, em especial as tropas de elite do Exército (paraquedistas e polícia do Exército) e da Marinha (fuzileiros navais), ela se deu em determinados pontos da cidade considerados pelas autoridades e pela opinião pública como os locais “mais críticos”, mais precisamente em complexos de favelas da zona norte do Rio de Janeiro: Alemão (2010) e Maré (2013). A época do evento, a ocupação do Complexo de Favelas do Alemão (que abrange os bairros de Olaria, Penha, Ramos, Bonsucesso e Inhaúma) foram veiculados pela grande mídia com manchetes como “*dia histórico*”, “*O Estado venceu o crime*”, entre outras⁷².

As UPPs também possuem projetos sociais dentro de seu programa, que ficam a cargo da prefeitura do Rio de Janeiro e são coordenados pelo Instituto Pereira Passos (IPP), que são chamadas de UPP Social: “*A UPP Social é a estratégia de promoção de integração urbana, social e econômica das áreas da cidade beneficiadas por Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs)*”⁷³. Além disso, o programa da UPP Social tem um acordo de cooperação firmado entre a prefeitura da capital fluminense e a ONU-Habitat, programa da ONU para assentamentos humanos⁷⁴. Outras parcerias para as UPPs são da iniciativa privada, como bancos e outros ramos empresariais. Uma observação a ser feita é que o programa UPP

⁷² Neste sentido, destacou-se a cobertura da Rede Globo, que entre os dias 25 e 29 de novembro de 2010, realizou uma série intitulada “*Rio contra o crime*” nas duas edições do telejornal local, o RJTV. Este mesmo telejornal, que é transmitido de segunda a sábado, teve uma edição especial no dia 28/11/2010, um domingo, dia da ocupação das tropas federais e da Polícia Militar do Rio de Janeiro no Complexo do Alemão.

⁷³ Fonte: Sítio oficial do programa UPP Social. Verbete: programa. <http://uppsocial.org/programa/>

⁷⁴ Idem.

Social se encontra em 25 territórios (que podem ter mais de uma UPP), sem contabilizar as áreas que não tenham a política das UPPs implementada, segundo o sítio oficial do próprio programa⁷⁵.

O processo de construção histórica e social das favelas no Rio de Janeiro passou por diversas fases. O termo *favela* foi introduzido na capital fluminense pelos ex-combatentes da Guerra de Canudos. Em 1897, ao término do conflito, cerca de 10 mil veteranos foram cobrar a promessa feita pelo Governo Federal a eles: moradia. Os ex-combatentes permaneceram acampados nas cercanias do Ministério da Guerra⁷⁶, na altura da rua Barão de São Félix, centro da cidade. A promessa nunca foi cumprida, e os acampados se instalaram na localidade próxima ao Ministério, que ficou conhecida como Morro da Favela (SILVA DE OLIVEIRA, 2014, p. 56). O Morro da Favela começou a ser encarado pela elite local como problema social a época, além de incomodo estético pelos seus aglomerados de casas populares e cortiços. Esses valores depreciativos também remetem a ideia de criminalização. Atualmente, esse território chama-se Morro da Providência e possui uma UPP.

Outra fase das favelas no Rio de Janeiro são as remoções. Apesar da prática de retirada forçada de conglomerados de habitações populares serem uma prática recorrente na história da cidade – o exemplo mais clássico dessa ação foi reforma urbanística promovida por Pereira Passos, prefeito nomeado⁷⁷ da então capital federal (1902 a 1906), que ficou conhecida como “*bota-abaixo*” por visar à retirada dos cortiços do centro da cidade, caracterizada pelos seus contornos higienistas envernizados em um discurso de

⁷⁵ Fonte: Sítio oficial do programa UPP Social. Verbete: territórios. <http://uppsocial.org/territorios/>

⁷⁶ A atual sede do Comando Militar do Leste fica nessa região.

⁷⁷ Nomeado pelo Presidente da República, Rodrigues Alves.

modernização por parte das autoridades –, as remoções ganharam mais força na década de 1960, com a ascensão da ditadura civil-militar no Brasil. As favelas eram removidas para regiões distantes do centro e da zona sul da cidade, para valorizar essas últimas duas áreas. A violência empregada nas remoções se mostrou muito mais forte, o que aprofundou o conflito na relação entre Estado e população marginalizada, além do risco da remoção ser constante nesse período (BRUM, 2013). Com a redemocratização do país, o risco das remoções foi diminuindo. No entanto, essa ação pode se mostrar de outras formas com a chegada das UPPs, ou como uma espécie de *expulsão branca*, pela elevação dos custos por meio da taxação de serviços públicos, que antes não eram cobrados para os habitantes (OLIVEIRA & NUÑEZ, 2012, p 177), ou pela remoção parcial de moradores, ação conhecida por *desadensamento* (BRUM, 2013, p 198).

A transição política, porém, não foi o único fator que surgiu como uma barreira para as remoções. Outro fator foi o crescimento do crime organizado nas favelas cariocas. A cidade do Rio de Janeiro entre as décadas de 1970 e 1980 se torna um polo consumidor das drogas, tendo destaque o consumo da cocaína. Esse fenômeno aumentou o poder de renda das gangues locais, a ponto de ter possibilidades de comprar armamentos para defender suas posições de venda e exercer o controle social informal e ilegal sobre a população marginalizada, competindo com o Estado (SILVA DE OLIVEIRA, 2014, p 71). Os anos de 1983 e 1984 podem ser considerados o marco temporal da consolidação do mercado de cocaína na cidade, pela proximidade de grandes grupos do tráfico internacional de drogas com os narcotraficantes locais (SILVA et al, 2008, 2008, p 20). Essa mudança foi traduzida materialmente pela passagem do paradigma “**maconha 38**” para “**cocaína AR-15**”, em

referência ao armamento utilizado pelas gangues que exerciam o poder nos territórios marginalizados (SILVA et ali, 2008). Com o aumento do potencial bélico dos narcotraficantes cariocas, a incursão das polícias nas favelas do Rio de Janeiro se tornou uma atividade arriscada, sendo difícil a entrada do Estado para efetuar as remoções. Todavia, os serviços de responsabilidade da Administração Pública, como saneamento, luz, entre outros, também eram dificultados e/ou precarizados.

A partir dos anos 1980, a violência se tornou mais visível nas favelas do Rio de Janeiro. As ações na área da segurança pública nesses territórios se caracterizaram pela descontinuidade. Além disso, a discrepância entre suas aplicações eram evidentes. O primeiro governo de Leonel Brizola (1983-1987) foi marcado pela tentativa de humanização do policiamento em áreas marginalizadas, atitude que sofreu críticas por parte das elites e das classes médias da cidade por dispensar um tratamento “*brando aos bandidos*”, o que estimularia a ação criminosa (MIRANDA, 2015, p 4; SILVA DE OLIVEIRA, 2014, p 68). Em oposição à ideia de humanização, outro exemplo a ser utilizado para ilustrar o processo histórico de enfrentamento ao tráfico de drogas no Rio de Janeiro foi a gratificação pecuniária para policiais por “*atos de bravura*”. Em 1995, o então governador Marcello Alencar (1995-1999) criou por decreto a referida gratificação para aqueles policiais que participassem de grandes operações (MIRANDA, 2015, p 5). Porém, passados três anos dessa premiação os números de homicídios no Estado não diminuíram, evidenciam a controvérsia da gratificação, que ficou conhecida como *gratificação faroeste*⁷⁸.

⁷⁸ Fonte: Jornal Extra. <http://extra.globo.com/emprego/servidor-publico/conheca-as-politicas-de-gratificacoes-para-policiais-criadas-pelos-ultimos-governos-3993611.html>

No processo de enfrentamento entre as forças policiais e as gangues de narcotraficantes é verificada uma regularidade: a categoria juventude. O jovem tem uma relação ambivalente com a violência: ora ele é o agressor, ora é a vítima; em um contexto onde sua vida é um processo para conviver, ou superar a violência, além de implicar na transição para vida adulta. Nesse período da vida a agressividade tem a positividade de habilitá-los a se autonomizar e a construir um lugar no espaço social (TAVARES-DOS-SANTOS, 2009). Não são apenas os jovens de classes mais pobres que são vítimas e/ou autores da violência, reforçando a falha do binômio pobreza e violência. Entretanto, o abandono e a falta de perspectivas podem favorecer uma lógica de recrutamento para o crime dos jovens mais pobres, fato que pode acarretar manifestações como vítimas de processo de exclusão social e vontade de serem reconhecidos como cidadãos (GAVÍRIA, 2008; HONNETH, 2003). A categoria juventude se apresenta como um sujeito não universal, tendo em vista as diversas representações e significados que variam nas dimensões econômica, social, jurídica, política e outras mais.

O tráfico de entorpecentes marca, também, a possibilidade da entrada do jovem marginalizado para o mercado consumidor de bens, a partir da sua inserção no sistema informal de trabalho (SCHABBACH, 2008). Nesse sentido, os jovens com baixa escolaridade, com expectativas reduzidas no mercado formal de trabalho, podem ser atraídos pela junção entre pressão pelo consumo da sociedade capitalista e o baixo poder aquisitivo financeiro, próprio da idade. Em síntese, pode-se considerar que os jovens são estimulados de maneira igual para consumir, mas, as condições e possibilidades de aquisição dos bens denotam não só a desigualdade material como uma desigualdade simbólica. Do ponto

de vista psicológico, os jovens assumem comportamentos mais arriscados, ou até mesmo a busca de emoções intensas que podem vir de atividades lícitas ou ilícitas (SCHABBACH, 2007, p. 51 apud CANO, 2002, p. 1). Esse poder de atração do narcotráfico parece ter mais força entre os jovens do sexo masculino. A entrada para o narcotráfico apresenta o aspecto de prestígio dentro dos territórios marginalizados, além das vantagens do lado financeiro para aquisição de bens e de outros recursos. Ademais, as práticas violentas com caráter disciplinar é um traço marcante na socialização primária e formação social dos indivíduos que se dedicam a atividade criminosa, tendo em vista que, não raras vezes, os jovens que ingressaram para o crime organizado são oriundos de um contexto familiar marcado pela violência.

As UPPs têm como foco principal acabar com o poder territorial do narcotráfico nas favelas cariocas. Essa predileção não anula outros objetivos da política pública de segurança na capital fluminense, mas é indicativo para que se levantem alguns questionamentos sobre a rotulação e o estigma social de determinadas áreas. A ideia de marginalização, a partir dos conceitos de estigma e de rotulação, pode ser trabalhada juntamente com a noção de *bando* (AGAMBEN, 2012). A abstração da lei como ficção se mostra na teoria do filósofo italiano Giorgio Agamben com a noção de *bando*, na qual ele defende que o banimento não é estar fora da lei, mas abandonado pela mesma, sendo posto em risco, no limite em que direito e vida se confundem, ou seja, o seu poder de incluir excluindo e de excluir incluindo. A relação ambivalente perante a lei é um dos pontos de problematização das UPPs, uma vez que a implementação desse modelo de policiamento pode aproximar o Estado de populações marginalizadas, no sentido de amplitude de direitos de cidadania, também, por outro lado, não

garante que os estigmas sociais sejam superados pela permanência de um *modus operandi* específico direcionado mais a camadas da sociedade que vivem em territórios rotulados de violentos, reproduzindo a desigualdade e exclusão, que afetam principalmente os jovens dessas regiões da cidade do Rio de Janeiro.

Por fim, as UPPs estão no cerne de uma questão crucial no Rio de Janeiro: a divisão entre a cidade formal e a cidade real (BRUM, 2013; CUNHA & MELLO, 2011). A cidade formal é aquela planejada, a qual estaria dentro de uma previsibilidade e aparentemente sem conflitos, enquanto a cidade real apresenta incertezas e conflitos de toda e qualquer ordem. Nesse sentido, as favelas são representativas para materialização do contraste entre o real e o formal, dado o seu desenvolvimento histórico. O conceito de território traz consigo a noção espacial que se desenvolvem relações de poder, que podem ser simétricas e/ou assimétricas. Portanto, o território pode ser entendido como a distinção espacial da variação dessas relações no que se refere a identidade, a memória e outras interações de ordem afetiva ou de ordem racional.

O conceito de território articula-se com o conceito de segregação. A segregação pode ser de diferenciadas ordens. No entanto, a questão espacial da cidade indica territórios qualificados e desqualificados, valorados através de aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos. Assim, a segregação social pode ser traduzida através de territórios marginalizados, sendo a materialidade desse modo de segregação. Os valores depreciativos remetidos a um grupo social ou indivíduo por parte de um grupo dominante na sociedade fazem parte desse processo, o qual conta com o sucesso no processo de rotulação e de estigmatização que legitima o poder dominante.

A ideia de incorporação dessa parcela urbana real, a partir da implementação das UPPs, se torna problemática por se verificar o caráter militarizado da polícia. A corporação é responsável pela pacificação nas áreas conflagradas em conflito armado, sendo ator principal dessa política pública. No entanto, a ética militar se choca com a ética policial no sentido da primeira ser apropriada para guerra entre países, sendo a definição de sociedade a situação de por fim ao Estado de guerra (BRODEUR, 2000, p. 98⁷⁹), levantando questionamentos sobre a forma pela qual se pacifica os territórios ocupados. A situação de guerra torna o Estado de exceção extensivo à população civil, nas palavras de Agamben (2012). Esse processo é oriundo de uma lei marcial ordinária e não do direito ordinário, acarretando um processo de restrições das liberdades. O exemplo utilizado pelo autor sobre essas possíveis restrições é a ideia de “*custódia protetiva*”, que permitia, no período nazista, levar indivíduos sob custódia legal, independente de sua conduta (idem p 163), princípio contrário ao do conceito de *habeas corpus*, base das liberdades individuais do Estado moderno (ibidem p 120), que, sinteticamente, seria a presunção da inocência. Essas práticas podem ser constatadas em alguns casos ocorridos nas UPPs, os quais ocasionaram mortes e/ou desaparecimentos, como em três ocasiões: pedreiro Amarildo, na Rocinha (2013) e do dançarino conhecido como DG (2014), no Pavão-Pavãozinho, ambas as localidades situadas na zona sul do Rio de Janeiro, além do menino Eduardo, no Complexo do Alemão (2015). Portanto, esses indivíduos abandonados pela lei podem ser considerados *matáveis*,

⁷⁹ In: O'DONNEL, G.; PINHEIRO, M.; MÉNDEZ, J. **Democracia, Violência e Injustiça: O Não Estado América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

segundo a definição de vida nua defendida por Giorgio Agamben e sua tese do Estado de Exceção.

As ocorrências citadas na cidade do Rio de Janeiro nas áreas das UPPs apontam para o perfil de vitimização letal indicado pela pesquisa realizada pelo FBSP. A vitimização apresenta a situação de vulnerabilidade social desse público: jovens, homens, negros e moradores de regiões populares. Nesse sentido, os esforços sobre a prevenção para a diminuição nos índices de mortes violentas, a partir do reconhecimento do Estado brasileiro que há uma prática de extermínio da juventude, em especial a juventude negra, parecem demandar de sistematização e um escopo definido para uma política pública de segurança. Aqui cabe fazer uma distinção entre política pública de segurança e política de segurança pública. A primeira é relativa às ações públicas que possuem sentido de seguridade e não estão ligadas ao sistema de justiça criminal, se caracterizando como maneiras informais de segurança pública (educação, transporte público, intervenção urbana, entre outros); enquanto a última se refere às ações institucionais punitivas e de controle social do Estado: polícias, leis penais, etc. Pode-se entender seguridade no sentido de segurança social que influencia no acesso à justiça e exercício da cidadania por parte de sujeitos históricos de exclusão, demandando práticas sociais e institucionais que promovam e garantam direitos humanos na sociedade brasileira.

Por fim, as UPPs carregam em si uma incógnita: elas incluem ou excluem? A pergunta é complexa por não se tratar de algo linear. Se por um lado, a necessidade de um policiamento diferenciado já reforça o estigma social dos marginalizados pela questão do crime violento e a permanência desse modo de policiar específico nessas comunidades se estender ao longo do tempo pode demarcar, formal e legalmente, os limites da cidade, sendo ponto de críticas por não

promover e garantir os direitos de cidadania de maneira universal, não apenas os direitos de consumo. Por outro, o Estado não pode ser negligente com territórios historicamente abandonados, que acabaram deflagrados em zonas de conflito armado. Nesse sentido, a UPP viabiliza a entrada do Estado para que direitos sejam exercidos como a regularização legal da moradia e, paradoxalmente, notificar os crimes que antes não eram registrados, fornecendo dados para que possam ser formuladas ações para o seu enfrentamento, o que inclui políticas que tenham o jovem em situação de vulnerabilidade social como público-alvo. Em síntese, o jovem de periferia segue sendo interpretado como um problema.

A equação não é das mais fáceis, o que dá a dimensão da complexidade do crime. Não existe sociedade sem delito, assim como não existem barreiras sociais para que ele ocorra. O crime é um fenômeno extra e interclasses. O processo de rotulação através da reação social ao desvio é componente de um catálogo de suspeitos ideais por meio de um crime ideal a ser combatido, um crime público, por assim dizer; no caso: o narcotráfico. Apesar de esse delito ser de ordem patrimonial, as proporções que ele ganhou no Rio de Janeiro são maiores, devido ao seu número de mortes violentas. Essa não é uma exclusividade da capital fluminense e do Brasil, é um fenômeno verificado em escala global. Portanto, as UPPs trazem questionamentos mais profundos do que algo fechado na segurança pública em si. Aliás, as UPPs nos dão mais perguntas do que respostas. Elas refletem as incertezas e os valores de uma sociedade desigual e suas relações de poder, e nesse sentido, com o processo de rotulação ainda podem produzir criminosos *culpados até que se prove o contrário*, invertendo o preceito jurídico da presunção da inocência, ou seja, aponta também para um quadro de injustiça.

5. Conclusão

O presente quadro de vitimização letal e de encarceramento no Brasil apresentam situações paralelas no que se refere ao perfil dos envolvidos nas ocorrências: a maior parte é de homens, negros e jovens. Além disso, há um componente social no contexto brasileiro sobre a construção da vítima e do agressor. Essa situação de vulnerabilidade oportuniza interpretações rasas que acarretam o processo de rotulação através da segregação social e espacial de um tipo de criminoso idealizada, sem levar em consideração fatores estruturais de desigualdade e exclusão no país. O panorama começa a ter uma perspectiva de mudança a partir do reconhecimento do Estado em relação aos índices altos de vitimização letal e encarceramento da parcela mais jovem da população brasileira, o que demanda um olhar específico no que tange a políticas públicas. No entanto, foi verificada a falta de sistematização de projetos ao analisar os objetivos e a metodologia dos mesmos, apesar de criar uma expectativa por parte do Estado como promotor e garantidor de direitos.

A instituição policial ainda tem um papel central nas políticas que tem como temática a segurança. Verificou-se, também, que os índices de letalidade nas ações policiais no Brasil apresentam altas taxas, o que denota um ruído entre promoção de direitos humanos e a atividade do agente garantidor da lei. Há um aspecto social, porém, que legitima a ação violenta por parte do policial contra aqueles tipos estigmatizados como indivíduos representam risco à sociedade, desumanizando e retirando os direitos dos suspeitos, inclusive nas camadas sociais mais propensas a sofrer este tipo de violação. Concomitantemente, os policiais no Brasil morrem mais fora do seu horário de serviço do que em ações nos seus expedientes, indicador

de condições precárias de trabalho do ponto de vista físico, mental e material, não dando visibilidade a dimensão do policial como trabalhador. De fato, a situação dos policiais e dos grupos sociais considerados perigosos que eles enfrentam aponta para o quadro de desigualdade no contexto brasileiro de segurança pública, que ainda privilegia social e politicamente ações repressivas direcionadas a determinadas classes.

Finalmente, as UPPs como modelo de policiamento territorial apresentam ambivalências no sentido de integração de áreas marginalizadas e criminalizadas para dentro da cidade formal. O caso da violência no Rio de Janeiro ganhou contornos dramáticos a partir do crescimento do poder bélico dos narcotraficantes na década de 1980 e as consequentes políticas governamentais de enfrentamento armado, que potencializou o número de vítimas, sendo que os homens jovens se encontram na situação de maior vulnerabilidade social. Verificou-se que as UPPs tornaram possível a entrada e permanência do Estado nas favelas as quais essas políticas foram implementadas, possibilitando o exercício efetivo de determinados direitos, como o direito à moradia, que era um fantasma constante para as suas populações pelo histórico de remoções na capital fluminense. No entanto, a flexibilização de direitos de determinados sujeitos denotam a permanência de um tipo suspeito ideal de criminoso, que pode ser eliminado fisicamente e ser justificada. A coletivização criminal ainda permanece como estigma social mesmo com as UPPs, tornando a mesma uma incógnita se ela inclui ou exclui o território marginalizado. Portanto, as UPPs, como um recorte de análise, indicam uma cidadania deficitária no Brasil. Esse tipo de cidadania tem como “clientela preferencial” um perfil específico de jovem, que pode ter seus direitos subtraídos ou sequer exercidos, acarretando a sua morte

simbólica (cárcere) ou na sua morte física, ou, ainda é visto como problema na aplicação de políticas públicas.

6. Referências

- AGAMBEN, G. **Homo Sacer**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.
- ATHENS, L. Dominance, Ghettos, and Violent Crime. In: **The Sociological Criminology**: 1998.
- BRUM, M. Favelas e remocionismos ontem e hoje: da Ditadura de 1964 aos Grandes Eventos. In: **O Social em Questão**, v. 29. Rio de Janeiro: 2013
- CUNHA, N.; MELLO, M. Novos conflitos na cidade: a UPP e o processo de urbanização na favela. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 4. Rio de Janeiro: 2011.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2014**. São Paulo: 2014.
- GAVIRIA, M. Controle Social expresso em representações sociais de violência, insegurança e medo. In: **Violências, Medo e Prevenção. Sociologias**. Vol. 20. Porto Alegre: PPGS-UFRGS, 2008.
- HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: 34, 2003.
- MIRANDA, A. Militarização e direitos humanos: gramáticas em disputa nas políticas de segurança pública no Rio de Janeiro/ Brasil. In: **Fórum Sociológico**, n. 25/ 2014.
- O'DONNEL, G.; PINHEIRO, M.; MÉNDEZ, J. **Democracia, Violência e Injustiça: O Não Estado América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- OLIVEIRA, F.; SADEK, M.; ABRAMOVAY, P.; NUÑEZ, I. **UPPs, Direitos e Justiça**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012.
- ROCHA, L. O “repertório dos projetos sociais”: política, mercado e controle social nas favelas cariocas. In. BIRMAN, P.; LEITE, M.; MACHADO, C.; CARNEIRO, S. **Dispositivos Urbanos e Trama dos Viventes: Ordens e Resistências**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015.
- SILVA, J.; FERNANDES, F.; BRAGA, R. Grupos criminosos armados com domínio de território: reflexões sobre a territorialidade do crime na região metropolitana do Rio de Janeiro. In.: JUSTIÇA GLOBAL BRASIL. **Segurança, Tráfico e Milícias no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2008.
- SILVA DE OLIVEIRA, L. **Limites e potencialidades da participação civil na segurança pública: um estudo de caso sobre as equipes técnicas do Território de Paz no Guajuviras**.

Dissertação de Mestrado em Sociologia. Porto Alegre: PPGS-UFRGS, 2014.

SCHABBACH, L. Exclusão, ilegalidade e organizações criminosas no Brasil. In: **Violências, Medo e Prevenção. Sociologias**, V. 20. Porto Alegre: PPGS-UFRGS, 2008.

_____. **Tendências e preditores da criminalidade violenta no Rio Grande do Sul**. Tese de Doutorado PPGS-UFRGS. Porto Alegre: 2007.

TAYLOR, I.; WALTON, P.; YOUNG, J. **La Nueva Criminologia**. Buenos Aires: Amorrotu ed.; 1990.

YOUNG, J. **A sociedade excludente – exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

Controle de constitucionalidade em uma perspectiva socioantropológica: legibilidade pública de uma controvérsia e implicações do “efeito-estado”

Jorge Helius Scola Gomes⁸⁰

Resumo

Este texto recorta um momento de litígio público dentro do espaço legislativo e judiciário do Estado do Rio Grande do Sul no qual dois temas tradicionalmente tidos como “fundamentais” dentro da doutrina jurídica foram colapsados. De um lado, o direito ao exercício à liberdade religiosa; de outro, a promoção do direito à vida dos animais, num alargamento legal-discursivo de um privilégio historicamente humano, a proteção à vida. No centro desta controvérsia, esta pesquisa apresenta documentos (acórdãos judiciais e projetos de lei) e intenta pensar, nos contornos desta ação pública, os valores e os afetos imbricados às práticas de governo do objeto julgado (FASSIN, 2013) qual seja, a prática sacrificial em cultos afro-religiosos. Por fim, intenta-se recuperar pelo trânsito institucional destes processos de regulação do religioso (GIUMBELLI, 2014) uma reflexão mais geral a respeito da ideia de governo a partir dos teóricos do “efeito-estado”, refletindo sobre o jogo particular/público operado em processos institucionais e suas capacidades de produzir efeitos estruturais de abstração enquanto “o Estado” (MITCHELL, 1999).

Palavras-chave: Estado e religião; direitos e cultura; religiões afro-brasileiras; práticas de governo.

Introdução

Durante o ano de 2003, teve princípio pela iniciativa legislativa de promulgar o Código Estadual de Defesa dos Animais (Lei Estadual Nº 11.915/2003), de autoria do Deputado Manoel Maria dos Santos (PTB/RS), também Pastor da Igreja do Evangelho Quadrangular, uma intensa problematização em direção ao sacrifício

⁸⁰ Mestrando em Antropologia Social (PPGAS/UFRGS), bacharel em Ciências Sociais e pesquisador associado ao Núcleo de Estudos da Religião (NER/UFRGS). Contato: jhsgomes@gmail.com.

de animais pelas religiões afro-gaúchas. Em seu Artigo 2, a Lei trazia a seguinte redação:

Art. 2º - É vedado:

I - ofender ou agredir fisicamente os animais, sujeitando-os a qualquer tipo de experiência capaz de causar sofrimento ou dano, bem como as que criem condições inaceitáveis de existência;

II - manter animais em local completamente desprovido de asseio ou que lhes impeçam a movimentação, o descanso ou os privem de ar e luminosidade;

III - obrigar animais a trabalhos exorbitantes ou que ultrapassem sua força;

IV - não dar morte rápida e indolor a todo animal cujo extermínio seja necessário para consumo;

V - exercer a venda ambulante de animais para menores desacompanhados por responsável legal;

VI - enclausurar animais com outros que os molestem ou aterrorizem;

VII - sacrificar animais com venenos ou outros métodos não preconizados pela Organização Mundial da Saúde - OMS -, nos programas de profilaxia da raiva.

Outro trecho de sua proposição de lei trazia ainda:

É vedado: realizar espetáculos, esporte, tiro ao alvo, cerimônia religiosa, feitiço, rinhadeiros, ato público ou privado, que envolvam maus tratos ou a morte de animais, bem como lutas entre animais da mesma espécie, raça, de sua origem exótica ou nativa, silvestre ou doméstica ou de sua quantidade (ORO, 2005, 14).

Não é difícil perceber que a lei logo poderia vir a criar embaraços para as práticas rituais das religiões de matriz africana. Promulgada em maio de 2003, a Lei seria revista em agosto do mesmo ano, através da proposição do Deputado Edson Portilho (PT/RS). Pelo seu projeto de lei no. 282/2003, o artigo 2º do Código ganha nova redação:

Art. 2º.....

Parágrafo único – Não se enquadra nessa vedação o livre exercício dos cultos e liturgias das religiões de matriz africana.

Como narra Tadvall (2007, p.134), tal projeto foi aprovado ainda em 2003, por 32 votos favoráveis e 2 contrários, um deles sendo, evidentemente, do deputado Manoel Maria, que afirmou na ocasião que “nenhum deus do bem ficaria contente com o sangue de um animal”. A trajetória de Edson Portilho, ao contrário da do autor do Código, não tem cruzamentos com autodeclarações religiosas identificáveis. Segundo a literatura, Portilho fizera carreira como professor da rede pública, é católico, afro-descendente e milita pelo movimento negro gaúcho (loc. cit., p. 134). Esta militância negra pode ser o único traço de sua sensibilidade social que o liga ao projeto proposto. O próprio deputado em entrevista chegou a afirmar: “Não sou Batuqueiro, mas sou Negro. E, como Negro, tenho o dever de lutar por esta causa”. Assim, enquanto o deputado evangélico Manoel Maria dizia criminalizar o sacrifício animal “como parlamentar, e não como pastor”, Edson Portilho defendia as religiões de matriz africana, “mesmo não sendo batuqueiro”, em nome do movimento negro.

Sancionada pelo governador do Estado, Germano Rigotto, a Lei de Portilho sofreu toda a sorte de apropriações midiáticas. Mas o maior embargo viria pelas mãos do Ministério Público, pelo Procurador-Geral de Justiça Roberto Bandeira Pereira, que a pedido de “entidades de defesa dos animais” impetrou uma ação direta de inconstitucionalidade contra a lei que dá nova redação a trechos do Código⁸¹. O vereador da Capital Beto Moesch, contrário ao projeto de Portilho, fizera questão ele próprio de marcar a audiência com o

⁸¹ Referência original: <http://politica.estadao.com.br/blogs/joao-bosco/lei-estadual-faz-excecao-para-sacrificio-animal-em-rituais-religiosos/>, acesso em 20 out 2014.

Procurador-Geral de Justiça para solicitar a ele uma ação direta de inconstitucionalidade contra a legislação no Tribunal de Justiça⁸². "O projeto de lei fere as constituições Federal e a Estadual, que são claras ao dizer que não se pode submeter animais à crueldade", salientou. "Estamos em pleno século 21, e o mundo inteiro avança na harmonização dos seres vivos. Trata-se de uma decisão lamentável, que vai de encontro ao próprio sentido da religião, de buscar a paz de espírito. É um atraso", acrescentou o vereador na citada entrevista.

A partir desta entrada no Tribunal de Justiça para a avaliação, a lei é abordada segundo duas ordens de "inconstitucionalidade". A primeira deriva de aspectos formais (como o fato de a lei ter passado por cima do ordenamento constitucional ao criar exceções a leis penais, matéria que não deveria ser vista na esfera estadual). O outro escrutínio que se fez à lei refere-se a questões de conteúdo propriamente dito – isto é, a posições a respeito da administração das religiões de matriz africana por meio de uma produção de discursos sobre prerrogativas religiosas. Estamos, como se vê, diante de uma *controvérsia pública* em que discursos estão em conflito e o poder judiciário em suas diferentes instâncias fora chamado para colocar lugares, atribuições e prerrogativas às religiões de matriz africana – no caso, a questão do sacrifício animal. Mais do que uma controvérsia jurídica sobre "controle de constitucionalidade", o que as posições dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do RS revelaram foi uma capacidade de o Estado periciar fatos e administrar as capacidades de coletivos religiosos, bem como reverberações de processos sociais de

⁸² Referência: <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI348857-EI306,00-RS+sanciona+lei+que+permite+sacrificio+de+animais.html>, acesso em 20 out 2014.

valorização/desvalorização (ou digamos “compreensão”) de necessidades cosmológicas específicas.

1. O sacrifício ritual em perícia: as instâncias de Estado e seus discursos

A partir do pedido por uma Ação Direta de Inconstitucionalidade da lei ao projeto de Portilho pelo vereador Beto Moesch junto à Procuradora de Justiça do Estado, o caso ganhou estatuto de discussão jurídica. Assim, o que era um projeto de lei já votado – e já tendo passado pelo próprio controle de constitucionalidade de uma comissão do Legislativo do Estado – passou para outra instância decisória. O Procurador-Geral de Justiça do Estado redigiu esta Ação ele mesmo, a qual passou a ser julgada por um órgão especial do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, formado pelos desembargadores mais velhos em exercício. Em última análise, portanto, foi o poder judiciário quem deu a palavra final nesta controvérsia pública que mobilizou tantas forças sociais.

1.1 A Procuradoria de Justiça do Estado e a acusação de inconstitucionalidade da exceção religiosa

Em reação à aprovação da Lei 11.915/2003, o Procurador-Geral de Justiça do Rio Grande do Sul, Roberto Bandeira Pereira, propôs uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (processo 70010129690, apresentado em janeiro de 2005) exceção religiosa produzida pela nova lei. Defendeu que sua formulação incorria em inconstitucionalidade formal e inconstitucionalidade material. A primeira ocorria em razão de se tratar de uma instância estadual tratando de uma matéria (matéria penal), a qual compete à União.

Competindo à União, privativamente, legislar sobre direito penal, nos termos do art. 22, I, da Constituição

Federal, não poderia o Estado do Rio Grande do Sul, legitimamente, estabelecer novel causa de exclusão da ilicitude, excluindo da incidência do tipo penal do art. 32 da Lei dos Crimes Ambientais o abate de animais em rituais religiosos (f. 4-5)

Se a norma do estado fosse colocada em prática, haveria, para o procurador, uma espécie de conflito de legalidades: de acordo com a regra estadual, eventual sofrimento excessivo causado em um animal em virtude de sacrifício em culto de matriz africana seria considerado lícito, apesar de proibido pela norma federal. Assim, “(...) haveria uma desnecessária contradição interna na ordem jurídica, já que, independentemente do dispositivo impugnado, seria possível uma compatibilização entre princípios constitucionais, a orientar seus destinatários” (f. 5).

O procurador se esforça em salientar que já há legislação vigorando sobre a questão (a referida acima Lei dos Crimes Ambientais). Está já prevê a punição de detenção, como crime, de 3 meses a 1 ano, para a prática de abuso, maus-tratos, ferimento ou mutilação de animais silvestres, domésticos, domesticados, nativos ou exóticos. O argumento seguinte é o de que a supressão da Lei que produz a exceção religiosa ao Código Estadual de Proteção aos Animais não inviabilizará “as práticas dos cultos africanos” pois “apesar de vedada a crueldade contra animais, sempre será possível aferir, em cada caso concreto, a prevalência, ou não, do direito fundamental à liberdade religiosa” (f. 5). Trata-se, como vemos, de uma passagem ambígua. Ao mesmo tempo em que o procurador visa desconstruir o *a priori* da liberação das religiões de matriz africana desta relação de direito, ele defende que o direito fundamental da liberdade religiosa deve prevalecer (ou não) em cada caso concreto – por certo já prevendo uma vindoura massa de ações e processos penais, nos quais cada caso, uma vez

denunciado, de sacrifício em ritual religioso tivesse o seu “nível de violência” – e, portanto, de penabilidade – mensurado, investigado e escrutinado conforme as artes jurídicas.

Mesmo admitindo que o direito à liberdade religiosa goza de “primazia qualificada” frente à proteção ambiental, defende o procurador que se trata de um “conflito aparente” entre o meio ambiente natural e o meio ambiente cultural. A expertise jurídica utilizada como embasamento para a sua decisão⁸³ defende que o sacrifício de animais em ritos religiosos integra o meio ambiente cultural. Mas, em seguida, equaciona o sacrifício religioso a outras práticas que integrariam a dimensão do ambiente cultural, como por exemplo os festivais conhecidos como “farra do boi” (p. 8). Para resolver este “aparente conflito”, o Direito, conforme o expert, deve utilizar o que chama de “princípio do desenvolvimento sustentável”. O cálculo do jurista, para chegar a uma razoabilidade, deve envolver, por exemplo, averiguação se o animal submetido a “supostas práticas cruéis” está em vias de extinção. Assim, pelo princípio do desenvolvimento sustentável, deve-se partir a identificar as práticas “sem significação cultural”, entre as quais o abate de animais em vias de extinção e a provocação de sofrimento exagerado aos animais. A estas, uma vez que “deslegitimam a expressão cultural”, deve estar caracterizada a infração prevista e a sua posterior punição.

No que tange à acusação de inconstitucionalidade material à Lei 11.915/2003, o procurador acusa os legisladores de arbitrariedade visto que produziram “privilegiamentos específicos não-compatíveis com a natureza laica do Estado” (f. 10). A exceção descriminada dos cultos de matriz africana, na visão do operador de

⁸³ O procurador cita o “Curso de Direito Ambiental Brasileiro”, de autoria de Celso Antônio Pacheco Florillo (São Paulo: Saraiva, 2000, p. 95).

direito, seria injusta uma vez que outras expressões religiosas (ele cita os judeus e os muçulmanos) também utilizam sacrifícios animais em liturgias religiosas – “(...) razão pela qual a discriminação em favor apenas dos afro-brasileiros atinge frontalmente o princípio da igualdade, com assento constitucional” (f. 10).

Por fim, o procurador salienta novamente que a supressão da Lei 11.915/2003 não prejudicaria as religiões de matriz africana as quais poderiam dispor da já consagrada liberdade religiosa. No seu discurso, estas religiões apenas precisariam limitar suas práticas sacrificiais “pela ponderação com outros valores, direitos e princípios constitucionais, como sempre se deu” (f. 11).

1.2 O julgamento pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul

Seguindo os trâmites legais, a ação direta de inconstitucionalidade movida pelo Procurador-Geral de Justiça passou a ser julgada pelos desembargadores do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Trata-se do processo de número 70010129690 ⁸⁴. No voto do relator, Des. Araken de Assis, aparecem postulando pedidos de intervenção algumas organizações da sociedade civil: a ONG Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras; o Cedrab – Congregação em defesa das Religiões afro-brasileiras; Unegro – União dos Negros pela Igualdade; o Ilê Axé Yemonja Omi-Olodo e C.E.U. Cacique Tupinambá; o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT; e o Movimento Negro Unificado (MNU) – todos sob a rubrica de “terceiros interessados”. É curioso que na instância anterior, da

⁸⁴ julgado em 18/04/2005, disponível em: http://www1.tjrs.jus.br/site_php/consulta/download/exibe_documento_att.php?ano=2005&codigo=339852.

Procuradoria do Estado, apenas a Ong Maria Mulher aparecia invocando a mesma condição de *amicus curiae*⁸⁵ - condição esta que lhe fora negada pelo procurador. Neste voto do Tribunal de Justiça, todas estas instituições são incorporadas (ainda que sem o direito de intervenção, indeferido) “à guisa de esclarecimento da matéria”, ofertando suas visões da situação, embora sem constar no acórdão.

O relator assume uma posição comparativa, ao produzir um paralelismo entre o sacrifício ritual religioso e a produção agropecuária: “Então, não vejo como presumir que a morte de um animal, a exemplo de um galo, num culto religioso seja uma ‘crueldade’ diferente daquela praticada (e louvada pelas autoridades econômicas com grandiosa geração de moedas fortes para o bem do Brasil) pelos matadouros de aves” (f. 8). O relator consegue relativizar o estatuto dos animais em diferentes culturas, evocando o exemplo do cachorro – “tanto animal de estimação, quanto fina iguaria em determinados Países” (ibidem). Em seguida, refere a controvérsia pública semelhante ocorrida nos Estados Unidos, por ocasião da Church of Lukhumi Balu Aye, uma “Santeria” local que realizava atos de sacrifício ritual. O julgamento da Suprema Corte norte-americana funciona aqui como “um precedente”, uma solução legítima a inspirar o relator, uma vez que se utiliza da noção de tolerância religiosa para não problematizar estas práticas religiosas com sanções penais.

O próximo desembargador a votar a matéria, Vasco Della Giustina, também vota contra a ação de inconstitucionalidade,

⁸⁵ Expressão jurídica que designa um "amigo da Corte", que pleiteia intervenção assistencial “em processos de controle de constitucionalidade por parte de entidades que tenham representatividade adequada para se manifestar nos autos sobre questão de direito pertinente à controvérsia constitucional. Não são partes dos processos; atuam apenas como interessados na causa” (STF.jus.br, seção Glossário, consultado em 05 de nov de 2014)

salientando sua preocupação com os “excessos”: “desde que não haja excessos, desde que não haja crueldade. Fora isso, não me parece que haja uma inconstitucionalidade nesse dispositivo que autoriza, que permite este sacrifício” (f. 11). O desembargador Vasco ainda sugere ao relator que a ementa leve adiante o acórdão “desde que sem excessos ou crueldade”, o que é acatado por este – e que aparece atualmente na formulação do Código Estadual de Proteção aos Animais do Rio Grande do Sul.

Outra posição conciliadora, porém, crítica é a de Maria Berenice Dias, para quem o exclusivismo da lei em julgamento deveria ser revisto. Sua proposta é de que se retire a menção às religiões de matriz africana, em nome da isonomia, mudando o texto para: “Não se enquadra nesta vedação o livre exercício de cultos e liturgia das religiões” (f. 13). A operadora do direito pretende manter a proteção e o respeito à liberdade religiosa e acomoda a estas uma ideia de laicidade-neutralidade, ao retirar qualquer previsão de denominações religiosas.

Como preconizado pela Constituição do Estado⁸⁶, em casos de ação direta de inconstitucionalidade, cria-se um Órgão Especial formado pelos 25 desembargadores mais antigos do Tribunal de Justiça, de modo que todos estes devem manifestar julgamento. Além dos acima citados, catorze desembargadores votaram conforme as posições do relator, rejeitando a ação da Procuradoria do Estado, sem maiores argumentações. Um deles faz um comentário particularmente interessante, curto, mas elucidativo a

⁸⁶ "A Constituição Estadual do Rio Grande do Sul, em seu art. 95, estabelece que compete ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul o julgamento de ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual em face do texto constitucional estadual. O Regimento Interno do TJ/RS delega a um Órgão Especial, composto por 25 de seus membros (os doze mais antigos e 13 eleitos pelos demais desembargadores), o julgamento das ações diretas de inconstitucionalidade acima referidas (art. 8º, IV, “j”).

respeito dos imaginários coletivos mobilizados pela sedimentação das identidades religiosas nos diferentes estados do país: “Eminente Presidente, fico imaginando esta discussão na Bahia” (f. 15).

Para fins de organização do conteúdo, prosseguirei o exame do acórdão privilegiando os argumentos mobilizados pelos operadores que defendem a inconstitucionalidade da lei – isto é, são contrários à produção de exceção para a prática de sacrifício animal ritual. Apesar de perderem a causa, não são poucos os desembargadores a produzir discursos a respeito da inconstitucionalidade da exceção religiosa nesta decisão, tampouco os seus esforços.

O primeiro a se manifestar é o Des. Alfredo Foerster, que utiliza quatro páginas das trinta e nove deste acórdão com a transcrição de partes de uma fonte bibliográfica “para se ter ideia do assunto em sua real crueza”. Trata-se do livro “De longe também se ama: Recordações de uma vida no Sul do Brasil e da Alemanha”, de autoria de Elisabeth Maschler. Não pude encontrar informações a respeito do gênero do livro citado⁸⁷, mas o trecho trazido no texto do operador do direito narra um “cerimonial de umbanda” de 1955. Narrado em primeira pessoa, o trecho não poupa representações sensoriais a respeito do ritual narrado, sempre na perspectiva de um outsider, alguém de fora e estrangeiro àquele espaço, e em situação de profundo desconforto.

“Logo ouvimos galinhas cacarejando, gansos grasnando, o balir de ovelhas, os berros de cabras e gritos assustados de pássaros. E, como toque de fundo, o constante soar dos tambores.

⁸⁷ Em busca pela internet, encontrei três ocorrências para o livro no site Estante Virtual, duas delas classificando a obra como “literatura” e uma outra, como “turismo” (cf. <http://www.estantevirtual.com.br/q/elisabeth-maschler-de-longe-tambem-se-ama>, acesso em 25 out 2014).

Um rancho simples aparece à nossa frente. Diante dele, uma multidão negra encobre a entrada do pátio. As vozes dos animais ficam agudas e penetrantes. Felipe, virando-se para nós, fala baixinho:

‘Esses são os animais para o sacrifício’

(...) O pior era ver no pátio as pobres criaturas, amarradas, engaioladas, que se debatiam assustadas, como se pressentissem seu destino, gritando seus medos para a noite” (f. 16)

A narrativa vai mais longe às descrições. Após descrever o estado de transe dos presentes, o narrador refere o processo de sacrifício no ritual propriamente dito, não poupando exotizações:

“Agora começa a matança dos animais. Iniciam com os pássaros e as outras aves. Cada uma é sacrificada em oferenda e gratidão por um pedido atendido. Hábeis ajudantes, com prática, trazem as aves para o centro da quadra e, perante o **Senhor do Terreiro**, decapitam-nas com facões afiados. Afora o soar rítmico dos tambores, a matança é feita em silêncio.

“Depois dos pequenos, chega a vez dos animais maiores. Assim que são arrastados para dentro, acalmam-se como que atordoados pelo som ensurdecedor dos tambores. São decapitados com muita presteza - o facão deve estar afiadíssimo - e, como parece, sem sofrimento para o animal-sic-. O cheiro animalesco do sangue encobre todos os outros odores.

“Já se passara quase uma hora desde o começo dos sacrifícios. Os tambores soam cada vez mais fortes. Sentimos que o ponto culminante da noite está perto. E assim acontece: um enorme boi é empurrado para dentro! Também ele parece calmo, como em transe. Está parado agora na frente do **Senhor do Terreiro**, que se levantara. E, antes que o boi desse por si, teve sua cabeça decepada por um longo facão em forma de espada. Nenhuma gota de sangue respingara na veste branca do Senhor e Pai do Terreiro. Mas o sangue do boi jorra em tal quantidade, que nós, na fileira de trás, já pisamos dentro dele. O sangue quente embebe nossas meias até os tornozelos.

“Nesse instante, **o Pai do Terreiro**, que caíra em transe, deixa que coloquem a cabeça sangrenta do boi sobre sua própria. Ele a segura com as duas mãos e começa a dança do sacrifício como **Orixá Supremo** (f. 17-18, grifos originais).

Talvez confiante nos efeitos produzidos pela leitura do trecho, o operador do direito nem se presta a desenvolver o assunto, passando a examinar a natureza jurídica da lei. Até concluir em acatar a inconstitucionalidade da lei proposta pelo Procurador, argumentando ainda que se deve defender a preservação da vida: “A morte provocada, é algo cruel em si, seja ela perpetrada com requintes ou não. Aí reside -na essência- a divergência com o douto posicionamento do colega relator. A HUMANIDADE tem de evoluir para a preservação da VIDA” (f. 20, grifos originais).

Acompanhando a posição do desembargador anterior, o Des. Alfredo Englert parece perceber um continuum entre as religiões de matriz africana e operar uma classificação própria a respeito da “modernização” dos segmentos religiosos baseados na presença ou não da prática sacrificial: “Destaco - já que várias religiões faziam sacrifícios, hoje algumas já não fazem, havia o sacrifício do carneiro, mas isso tudo já mudou - que as religiões também se estão modernizando, reconhecendo que cada um tem direito à sua crença” (f. 23). Ao entender que a prática religiosa pode prescindir dos sacrifícios, defende a inconstitucionalidade da lei, ao mesmo tempo em que defende que “Os cultos de origem de matriz africana, estão liberados, possuem o salvo-conduto” (f. 24).

Por fim, o Des. Paulo Moacir Aguiar Vieira também apresenta a sua visão do caso, acusando o parágrafo de ferir a isonomia de tratamento e defendendo os direitos dos animais ante a excessos de “crueldade”:

Assim como 95 a 99% dos participantes de religiões africanas jamais incorrerão em práticas cruéis, haverá também aquele que vai praticar a crueldade, que vai matar um bode a porrada, sob o efeito de bebida alcoólica, se dizendo tomado por uma entidade. E isso é infração penal. Não importa se esta conduta for praticada dentro ou fora de um ritual religioso. (...)

Não estamos discutindo liberdade religiosa neste julgamento. O que estamos discutindo é a infelicidade da criação desta Lei Estadual nº 12.131, que, por meio da criação deste parágrafo único, quer liberar geral pessoas que, eventualmente praticando sacrifícios de animais, o façam daquela forma proibida (f. 32).

E assevera os riscos deste “liberar geral” dos sacrifícios para a prática jurídica:

Então, o Promotor vai dizer: “você estava praticando esta ação num ritual religioso, mas estava sob o efeito de cachaça, estava embriagado ao último. Você matou este bode com crueldade, com porradas, levou 20 minutos para eliminar esse bode coitado, para depois dizer para algumas pessoas ignorantes que você está tomado por uma entidade religiosa”. E, aí, o Promotor não vai poder fazer nada, porque há um texto de lei, consubstanciado nesse parágrafo único, que está liberando geral (f. 33).

Estas três posições contrárias à lei são seguidas por outros quatro desembargadores, três deles tendo salientado os aspectos formalistas da situação (a divisão de matérias em instâncias de governo e a questão da isonomia de tratamento), sem grande envolvimento com a questão do sacrifício propriamente dita. Um quarto desembargador inicialmente defende que a questão é complexa e pede tempo para decidir, sendo convencido até o final da sessão pela posição dos demais.

Analisando as posições favoráveis à exceção religiosa para o sacrifício animal, encontramos além das três já analisadas outras duas. O Des. José Antonio Hirt Preiss evoca a sua própria

experiência religiosa para defender as acusações às religiões afro dos argumentos do Des. Foerster: “Quando freqüentador das ditas e chamadas casas de religião, das quais de uma eu fui dirigente, nunca vi alguém sacrificar um animal com crueldade. A morte é limpa e rápida” (f. 20). E ainda: “Não existe esta de ecologista de final de semana dizer que em casa de religião se pratica crueldade contra animais” (ibdem). Traz ainda o argumento da relativização das práticas culturais, a exemplo do relator do processo – e vai ainda mais longe, ao evocar a laicidade do Estado: “O Estado é laico, o Estado não se mete em religião. Então, cada um que professe a sua fé, cada um que se beneficie e ore a Deus ao seu modo” (f. 22).

Adiante, é a vez do Des. Antonio Carlos Pereira utilizar cinco páginas para o seu ponto de vista. Ele defende que “O sacrifício de animais faz parte da ritualística dos cultos afro-brasileiros, com raízes sociológicas e religiosas” (f. 24), compara esta prática aos rituais judaicos de consagração da comida *kosher* e, por fim, evoca a sua experiência pessoal na religião.

Já assisti cerimônias religiosas de cultos afro-brasileiros, com matança de animais de dois e quatro pés, aves e bodes, que são degolados, mas nunca presenciei qualquer crueldade, o que já não acontece em matadouros e frigoríficos, onde os bichos são sacrificados muitas vezes de forma desumana, sem falar nos abatedouros clandestinos. Proibir o sacrifício de animais nos cultos afro-brasileiros, é atentar contra a liberdade religiosa, na conformidade do inciso VI do art. 5º da Constituição Federal, uma vez que a cerimônia de iniciação, nessas religiões de origem africana, envolve sacrifício de animais, quando o iniciado faz o *bori*, na linguagem popular “bater cabeça”, uma vez que *orí*, em *iorobá*, significa cabeça (f. 25).

Não vejo como proibir a prática de uma religião em sua plenitude de culto, apenas porque adota em seus rituais a matança de animais, que nem sempre se faz presente, apenas em determinadas ocasiões (f. 27).

Demonstrando um conhecimento razoável das práticas das religiões afro, o operador segue definindo o *bori* (segundo o *Dicionário de Cultos Afro-Brasileiros*), retoma a experiência de Pierre Verger e suas obras sobre os orixás e adverte a turma de desembargadores: “Esclareço que o ano de 2005, é regido por Oxum e Oxalá”, retomando a imagética destes orixás e seus mitos de origem (f. 27-29).

Conforme o exposto, a Ação Direta de Inconstitucionalidade foi julgada improcedente por maioria de votos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Apesar disto, conforme vimos, procederam os desembargadores a algumas mudanças no texto da lei, que ficou, ao cabo, assim redigida: “Não se enquadra nesta vedação o livre exercício de cultos e liturgia das religiões”, sem prever denominações específicas.

No que concerne aos discursos que visavam ao contrário – ou seja, que eram contrários à exceção religiosa para o sacrifício animal – encontramos algumas reincidências. Ora se apela para um eventual “excesso” no que concerne à prática do sacrifício, ora se defende que o sacrifício não é uma prática exatamente necessária dentro das práticas afro-religiosas. Outro “risco” que os operadores do direito identificam está ligado diretamente à sua prática propriamente dita: como enunciado por um dos desembargadores, haveria o risco de não poder imputar penas em sacrifícios realizados

de forma “muito violenta” uma vez que fosse alegada a “possessão por um orixá”.

Desvinculando o projeto das religiões de matriz africana e produzindo comparações e paralelismos com outras religiões mais socialmente “aceitas”, como o judaísmo, os operadores diminuíram a carga simbólica e o “pânico moral” (manifestado na expressão de um desembargador como “o perigo de liberar geral”) de tal projeto ao conjugarem esta neutralidade que evita prever denominações específicas com a garantia de que os animais não seriam imolados com crueldade ou “excessos”, e de que disto estariam livres os animais em risco de extinção.

2. A legibilidade pública da controvérsia nas arenas legislativa e judicial: interseções

A legibilidade enquanto um problema de governo é entendida por James Scott (1998) no âmbito da própria produção do Estado por meio da produção e massificação de padrões comuns; assim, as práticas de legibilidade aumentariam a capacidade estatal e “tornariam possíveis intervenções discriminatórias de todo o tipo” (SCHUCH, 2015, p. 121) em ações de políticas de saúde, segurança e educação. O tipo de analítica produzida por Scott para a legibilidade não exatamente nova, embora a sua originalidade resida justamente na ideia de pensar os instrumentos do Estado enquanto “mapas abreviados”: aqui, os instrumentos decisórios (em especial o acórdão analisado) funciona como um dispositivo por excelência. Apesar da inscrição de uma série de organizações sob a rubrica de terceiros interessados pleiteando um lugar de fala (ONG Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras; o Cedrab – Congregação em defesa das Religiões afro-brasileiras; Unegro – União dos Negros pela Igualdade; o Ilê Axé Yemonja Omi-Olodo e

C.E.U. Cacique Tupinambá; o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT; e o Movimento Negro Unificado (MNU)), estas entidades dos movimentos negro e afro-religiosos não tiveram qualquer um de seus argumentos registrados no processo disponível. Durante a ADIN julgada e apresentada anteriormente, inclusive, a única instituição inscrita como *amicus curiae* (a ONG Maria Mulher) teve a sua participação eminentemente negada.

Este é um primeiro ponto a respeito da legibilidade social desta controvérsia que aqui será analisado: o da sua dimensão enquanto encontro com o Estado das populações que são alvo de suas práticas de governo. Nem de longe um tema recente no horizonte das ciências sociais, os “estudos de burocracia”, com efeito, não parecem ter formado um campo próprio com autorrerência no marco dos estudos sobre Estado, governo e governamentalidade. Enfocando temas como os processos de institucionalização e conformação do Estado e seus ideais de “indiferença” e “impessoalidade” desde pelo menos a tradição weberiana (WEBER 1974a, 1974b), estudos mais recentes têm se esforçado para deslocar a análise das relações entre burocracia e sujeitos de marcos normativos, como os estudos antropológicos de Herzfeld (1992) e Graeber (2015).

O tema das práticas de governo *dentro* do Estado (e este é um recorte importante) também tem sido elaborado a partir do tema da globalização, como no trabalho de Sharma e Gupta (2006). Para estes, o Estados podem ser entendidos como “artefatos culturais”, cujos limites e alcances devem ser entendidos etnograficamente (2006, p.10). Nesta leitura influenciada por autores como James Ferguson e Judith Butler, as práticas de Estado podem ser vistas ora como “práticas sem autoria” ou como “repetições performadas”.

Além da ênfase das práticas, o encontro com o Estado pode ser apreendido também por meio das *representações do Estado*, entendidas em sentido amplo pelos autores. Estas representações teriam ao mesmo tempo um caráter pedagógico de mostrar aos sujeitos os níveis de governo e agências locais e nacionais, fazendo-as circular, como também emprestariam o verniz de consciência, sistematicidade e plenitude que é tido como “fundamental para a questão da autoridade” (SHARMA et GUPTA, ibidem, p. 29).

Em um debate próximo, mas com posição divergente, Michel-Rolph Trouillot (2001) defende uma leitura das práticas do Estado mesmo em tempos de globalização a partir da sua capacidade de “administrar diferenças culturais” e de produzir uma orientação neoliberal de foco no indivíduo, donde fundam um importante “efeito de estado” não só pelos meios que utilizam, mas também por suas consequências econômicas, sociais e políticas. Do ponto de vista das relações entre religião e política em ciências sociais, grande parte do debate em questão fora marcado também por modos de apreensão que apostam na oposição entre “Estado” e “coletivos religiosos”, como os que informam as leituras baseadas na laicidade e na secularização.

Se ambas as leituras partem do Estado como um dado, ao recuperarmos dimensões sócio-históricas da conformação da religião enquanto uma *categoria* (ASAD, 2011) tornamos mais visível esta dimensão do secularismo político, não apenas enquanto o princípio da neutralidade estatal em relação à religião, mas também como a prerrogativa soberana do Estado em regular a vida religiosa por meio de uma variedade de práticas disciplinares que são tanto políticas quanto éticas (ASAD apud GIUMBELLI, 2014, p. 213). Neste ponto, faço convergir aqui a ideia da “regulação do religioso” com as leituras sobre legibilidade, na medida em que as

prerrogativas religiosas (e das distintas religiões, vale dizer) se tornam mais ou menos passíveis de intervenção pelos agentes do Estado. Trata-se ainda de uma regulação do religioso também a partir das suas contingências, assumindo que esta regulação não ocorre só nos grandes quadros de separação e na produção de dispositivos constitucionais, mas que o secularismo depende de configurações que se constituem de relações, mais amplas e mais infinitesimais, entre atores sociais de várias naturezas (ibidem, p. 216-7). Dentro do quadro de referências que aqui esbocei, estes atores são os operadores do direito e os legisladores.

Referência incontornável em ciências sociais a respeito do debate entre produção de legitimidade e Estado, as formulações de Pierre Bourdieu (1989) a respeito do campo jurídico como lugar de disputa dentro do Estado pelo monopólio do direito também oferecem um esquadramento possível para o objeto em questão. Assim, poderíamos apreender o processo de resolução de conflitos no plano judiciário a partir do entendimento de que se trata de uma arena pública onde especialistas, *experts* jurídicos, vão produzir resoluções socialmente legítimas, entendidas sempre como neutras em relação à sociedade mais ampla:

O campo jurídico é o lugar de concorrência pelo monopólio do direito de dizer o direito (...) É com esta condição que se podem dar as razões quer da autonomia relativa do direito, quer do efeito propriamente simbólico de desconhecimento, que resulta da ilusão da sua autonomia absoluta em relação às pressões externas. (BOURDIEU, 1989, 212)

Dentro do já analisado, isto foi perceptível nos discursos dos magistrados envolvidos no escrutínio legal do sacrifício religioso. Entre os recursos discursivos identificados estão: a produção de

uma associação entre a prática e um “atraso cultural”; a acusação constante de crueldade contra os animais; e o recurso a imagens “exotizantes” sobre os rituais afro, de modo depreciativo. Não há, portanto, previsibilidade a respeito da resolução destes conflitos, justamente porque a instância judicial tem razoável flexibilidade (hermenêutica ou, se quiserem, discricionariedade) sobre a aplicação de leis e sobre e, em especial acerca do que é ou não “constitucional”. Isto é aferível, dentro do material estudado, pela própria heterogeneidade de posicionamentos quando da necessidade de um julgamento por mais de um magistrado. Dito de outra forma, os discursos inseridos dentro da jurisprudência oriunda das instâncias de Estado está, ela mesma, inserida no *policy-making*, que, nos casos analisados, recortam lugares e sentidos para as práticas afro-religiosas – e isto tudo apesar das expectativas de “justiça social” que pairam sobre o poder judiciário, cujas “cobrança social” e *accountability* de suas práticas, porém, são menos prováveis do que no caso legislativo. Podemos atribuir esta diferença não só em razão de seus representantes não serem escolhidos via voto popular, não sendo, portanto, tão vulneráveis como os legisladores à opinião pública, como também pela ideia de neutralidade implicada na própria pretensão da prática jurídica.

Com efeito, embora os afro-religiosos tenham saído vitoriosos do litígio em questão, cumpre dizer que as representações que circularam nas decisões que escrutinavam as suas práticas poderiam ser lidas segundo o que Didier Fassin et al (2013) chamaram de “economias morais”. Entendendo a moral enquanto um dispositivo avaliativo do bem e do mal (e portando diferenciando moral e moralidade), Fassin procura na análise dos processos institucionais do Estado os valores associados à produção da desigualdade. Assim, a ideia de “economias morais” corresponderia

à macro questão dos valores e afetos, os sentimentos em si, que circulam socialmente sobre grupos sociais; enquanto as “subjetividades morais” seriam os processos pelos quais os indivíduos desenvolvem práticas éticas enquanto operadores do Estado em momentos de tensão. Na analítica fassiniana, as subjetividades morais gozariam de margem de manobra: ou seja, os operadores do Estado teriam margens de decisão para decidir – inclusive para não decidir, o que Strathern em outro debate chamou de “*fabrication by default*” (STRATHERN, 2005, p. 116). Tem-se aqui (FASSIN et al., 2013) ao mesmo tempo uma crítica ao modelo de exercício de poder enquanto meramente soberania e um deslocamento importante na medida em que Fassin recupera o *locus* das instituições para o entendimento das práticas de governo (tal qual a vertente foucaultiana costuma defender).

Representantes das “margens”, os sujeitos que praticam as religiões do complexo afro-gaúcho (batuque, candomblé, quimbanda) seriam mais produtivos para o estudo do exercício do poder justamente pela sua distância em relação ao Estado: parafraseando Das e Poole (2004a), uma certa verdade sobre o Estado pode ser dita a partir das suas “margens”. Em especial, no que tange ao papel deste ente como administrador das populações e das relações entre corpos, leis e disciplina. Com efeito, a proposta destas autoras convida a pensar também a incompletude do Estado enquanto um estágio permanente e também o papel das margens “colonizando” os sistemas estatais (DAS et POOLE, 2004). Pensar a relação de uma religião das margens e o Estado-Nação em sua ânsia regulatória pode ser, assim, muito produtivo, e também trazer luz para a questão da legibilidade das práticas religiosas e do jogo de representações atrelados às diversas formas de alteridade.

3. Dos quadros normativos às legibilidades contingentes

Na seção anterior, apresentei a partir de algumas teorias acerca da legibilidade como questão argumentos que apresentavam a controvérsia pública apreendendo do seu trânsito institucional o que dela era dito na forma de *avaliações morais* a respeito da prática sacrificial em cultos religiosos, o qual por vezes resvalava para avaliações sobre todo o sistema cosmológico afro-religioso pelos agentes do Estado. Estas, segundo a analítica fassiniana (2013) também seriam *morais* porque seriam avaliações sobre o bem: ou seja, estariam discriminando o bom do mau, o correto do incorreto, em sistemas avaliativos institucionalmente estabelecidos. Desta imbricação dos valores em vigor nas práticas dos agentes (subjetividades morais) e dos afetos inerentes às próprias representações sobre as populações em julgamento (economias morais), tem-se o próprio funcionamento do Estado: nesta chave, a manifestação de valores e afetos na implementação de políticas não é um desvirtuamento da lógica do Estado, mas a própria forma como ele se constitui.

Até aqui, portanto, defendi neste artigo uma leitura com lócus institucional de uma controvérsia mais ampla, relacionada às práticas de um grupo religioso historicamente marginalizado, a partir da promoção de outra frente discursiva, a dos direitos dos animais. Como narra Silva (2007), após séculos de discriminação, os afro-religiosos teriam encontrado recentemente terreno mais confortável para o seu estabelecimento até a cristalização da agente política de outro grupo social que o vê como inimigo: os neopentecostais. Com efeito, trabalhos como Copelotti (2012) e Leistner (2013) têm mostrado como justamente a ascensão do “discurso verde” na esfera pública tem produzido obstaculizações para o exercício das

práticas afro-religiosas em razão, respectivamente, da problematização dos usos dos “espaços da natureza” e do uso de animais em suas práticas.

Neste marco, portanto, as problematizações legislativas em direção aos afro-religiosos encontram um espaço razoavelmente confortável para caminharem em direção ao sucesso, em razão de uma contingência histórica relacionada à perseguição oficial de décadas do Estado brasileiro à religião dos orixás (MAGGIE, 1992) e de uma discriminação positiva em dispositivos constitucionais em favor do catolicismo (ORO et URETA, 2007). Em tal quadro, os afro-religiosos não conseguem mobilizar esforços a fim de adentrar os espaços legislativos, pelo menos no Rio Grande do Sul (ORO, 2007; LEISTNER et DE BEM, 2010), o que os torna ainda mais sensíveis a ofensivas em direção à problematização de suas práticas.

Embora as diferentes formas de apreensão da legibilidade nestes momentos citados, podemos compreender que as diferentes inflexões neste exercício de “regular o religioso”, isto é, estabelecer prerrogativas e direitos a coletivos religiosos, é interessante reter que os processos citados ocorreram e ocorrem dentro do Estado. Melhor dizendo: a partir dele. Daí talvez a produtividade de pensarmos, como o faz Timothy Mitchell (1999) na não-dissociação do Estado enquanto sistema produtor de práticas institucionalizadas e o Estado enquanto ideia, portador de uma identidade simbólica. O que o autor defende é que se perceba na indefinição das fronteiras entre “Estado” e “sociedade” que esta distinção é promovida por processos identificáveis em contextos sociais e históricos. Como abordagem alternativa, o autor oferece a tese de que “a fronteira do Estado nunca marca um verdadeiro exterior” (cf. p. 174), mas é uma linha traçada internamente dentro da rede de mecanismos

institucionais por meio da qual uma determinada ordem social e polícia é mantida (ibdem).

Tal hipótese sugere também que não se tome o Estado como uma agência homogênea e coerente, mas como um ponto de partida para uma análise política (cf. p. 176): o sistema legal envolve psiquiatras, litigantes, peritos, penalidades, direitos, agentes – donde não faz sentido perguntar onde começa a sociedade e onde termina o Estado (ibdem). Assim sendo, as linhas que separam o Estado e a sociedade civil não são claras e perceptíveis, mas fluídas e contingentes. Dissociando-se das formulações mais convencionais da biopolítica foucaultiana, Mitchell defende que os métodos de disciplina e governo se estabilizam na forma do Estado (cf. p. 180) – assim, é o Estado-Nação o “efeito estrutural da era técnica moderna” por incluir dentro dele muitas instituições particulares (exércitos, escolas, burocracias). Ao produzir a aparência de uma estrutura enquanto uma instância à parte, o Estado criaria o “efeito-Estado”.

Ainda neste sentido, as ideias de Pierre Bourdieu acerca da dominação pelo Estado retomam as orientações do autor sobre o Estado como detentor do monopólio da violência simbólica legítima (e não só a física, como pensava Weber) (1999, p. 97): assim, o Estado é detentor de uma espécie de “metacapital”, já que cabe a ele sancionar as demais formas de capital, donde resulta o seu capital específico, o capital estatal. Este está em consonância com o *campo de poder*, espaço onde sujeitos lutam pelo poder sobre o Estado (ibdem, p. 100). Retomando os processos de formação do Estado, este autor localiza a pressuposição de uma impessoalidade na passagem do Estado dinástico para o Estado-Nação.

Dentro do marco teórico esboçado nesta seção, e em consonância com o que fora apresentado, faz sentido pensar a ação dessubstancializada do Estado dentro do caso analisado em vários

sentidos. O principal deles diria respeito aos dualismos severos rejeitados pelas perspectivas destes dois autores (Bourdieu e Mitchell): entre Estado e sociedade, prático e simbólico, privado e público, objetivo e subjetivo. Partir da ação do Estado, nesta chave, diz respeito a pensar os lugares os ele intenta apresentar-se como homogêneo (instituições como o judiciário e o legislativo, por exemplo) e perceber todas as suas clivagens internas, seus posicionamentos divergentes, suas tensões e, por fim, suas formas de lidar com a alteridade. Entender o Estado a partir desta sua capacidade de produzir efeitos estruturais de abstração, apagando a dimensão conflitiva da administração das prerrogativas religiosas, em um quadro de controvérsia, torna a porosidade das fronteiras entre “sociedade” e “Estado” mais visível.

À guisa de conclusão, um outro ponto que espero ter tornado claro é uma espécie de mudança do quadro de – se é o que o termo é justo – soberania no que tange às regulações locais de regulação do religioso. Historicamente entendidas a partir da relação entre Estados-Nação e dispositivos constitucionais (para um fascinante exemplo comparativo, ver ORO et URETA, 2007), a administração das prerrogativas das instituições religiosas se torna em um dado momento mais fluída, mais passível de intervenção de outros poderes da República (no caso brasileiro aqui analisado) e mais disputada, uma vez que, em muitas situações, os próprios legisladores têm identidade religiosa aferível e fazem uso do espaço público dentro de uma orientação de valores específica.

Se estas reespacializações da soberania no exercício da administração das instituições religiosas dizem algo a respeito do momento de legibilidade que algumas destas religiões têm (em sentido positivo ou negativo), elas também dizem algo sobre um quadro mais geral sobre o papel do Estado em meio a processos de

administração da vida social e das “diferenças culturais” – em especial, em meio a religiões em processos de minoritização e a diferenças culturais subsumidas às “políticas da diferença” (Gupta e Ferguson, 2000) e à expansão dos direitos culturais em meio à politização da cultura (WRIGHT, 1999; DEMBOUR, 2001). As formas públicas segundo as quais as religiões afro-brasileiras têm se tornando legíveis ao Estado, concluindo, esbarram nestes *loci* institucionais: estes são, de um lado, práticas de governo destas, veiculando representações destas religiões enquanto recortam prerrogativas, sentidos e limites para suas práticas, produzindo legibilidade “social” em termos de direitos reconhecíveis. De outro lado, tratam-se de espaço institucionais que funciona produzindo-as e produzindo a si como entes reguladores. Pontes, fricções, contatos e porosidades entre uma coisa e outra, com efeito, são possíveis. São destes meio-caminhos entre um posto e outro – os quais já foram chamados de “políticas de reconhecimento”, “formas de participação” e “engajamento”, “representatividade” – de que precisamos falar à medida que as controvérsias legais-morais apresentam os tensionamentos internos e externos ao Estado. Reitero que no caso que analisei “a participação” fora quase nula por meio dos grupos que pleitearam inscrição junto ao Tribunal de Justiça, enquanto o vereador que pediu a Ação Direta de Inconstitucionalidade estava explicitamente contra os afro-religiosos no litígio em questão. Contudo, entendo que uma boa apreensão das particularidades dos casos concretos só se faz possível partindo de análise etnográfica. Aqui, intentei produzir uma reflexão deste lugar por meio de documentos (acórdãos e projetos de lei) entendendo que neste caso estes também são práticas que promulgam o Estado em sua ação em direção aos sujeitos que ele intenta produzir e governar.

Referências

- ASAD, Talal. A construção da religião como uma categoria antropológica. **Cadernos de Campo**, n. 19, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. A força do direito: elementos para uma sociologia do campo jurídico. In: _____. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. Espíritos de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático. In: _____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 9ª edição. Campinas: Papirus Editora, 1996.
- DAS, Veena; POOLE, Deborah (Eds). **Anthropology in the Margins of the State**. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.
- DAS, Veena; POOLE, Deborah. State and its Margins. In: _____. **Anthropology in the Margins of the State**. Santa Fe: School of American Research Press, 2004a, p. 3-33.
- DEMBOUR, Marie-Benedicte. Following the movement of a pendulum: between universalism and relativism. In: COWAN, Jane; WILSON, Richard; DEMBOUR, Marie-Benedicte (Eds). **Culture and rights**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- FASSIN, Didier (Org). Juger, réprimer, accompagner. Essai sur la morale de l'État. Paris: Éditions Du Seuil, 2013.
- GIUMBELLI, Emerson. O problema do secularismo e da regulação do religioso: uma perspectiva antropológica. In: _____. **Símbolos religiosos em controvérsias**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2014.
- GRAEBER, David. **The Utopia of Rules: on technology, stupidity and the secret joys of bureaucracy**. UK, Melville Publishing, 2015.
- GUEDES, Lucía Copelotti. **“Porque a natureza é o altar de todos nós”**: uma etnografia das práticas ecológicas das religiões afro-brasileiras na Região Metropolitana de Porto Alegre. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais – Departamento de Antropologia. Porto Alegre: UFRGS, 2012.
- GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, Antônio Augusto (Org.). **Espaço da Diferença**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2000.
- HERZFELD, Michael. **The social production of indifference**. Exploring the symbolic roots of Western bureaucracy. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1992.
- LEISTNER, Rodrigo Marques. Religiões de matriz africana no Rio

Grande do Sul: entre conflitos, projetos políticos e estratégias de legitimação. **Debates do NER**, ano 14, n. 23, p. 219-243, jan/jun, 2013.

LEISTNER, Rodrigo Marques; DE BEM, Daniel F. de. Caminhos trancados (?): conflitos e projetos políticos afro-religiosos e o processo eleitoral no Rio Grande do Sul. **Debates do NER**, ano 11, n. 18, p. 129-148, jul/dez, 2010.

MAGGIE, Yvonne. **Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

MITCHELL, Timothy. Society, economy and the state effect. In: STEINMERTZ, George (Ed.). **State/Culture: State-formation after the cultural turn**. New York: Cornell University Press, 1999.

ORO, Ari Pedro. Considerações sobre a liberdade religiosa no Brasil. **Ciências e Letras**, Porto Alegre, n. 37, p. 433-448, 2005.

ORO, Ari Pedro. Intolerância religiosa iurdiana. In: SILVA, Vagner Gonçalves da (Org.). **Intolerância religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro**. São Paulo: Editora da USP, 2007, pp. 29-69.

ORO, Ari Pedro; URETA, Marcela. Religião e política na América Latina: uma análise da legislação dos países. **Horizontes Antropológicos**, n. 27, p. 281-310, jan/jun. 2007.

SCHUCH, Patrice. **A Legibilidade como Gestão e Inscrição Política de Populações: notas etnográficas sobre a política para pessoas em situação de rua no Brasil**. In: FONSECA, Claudia e MACHADO, Helena (Orgs). **Ciência, Identificação e Tecnologias de Governo**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2015.

SCOTT, James. **Seeing Like a State**. How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed. New Haven and London, Yale University Press, 1998.

SHARMA, Aradhana & GUPTA, Akhil . "Rethinking Theories of The State in the Age of Globalization". In: _____ (Eds.) **The Anthropology of the State: a reader**. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

SILVA, Vagner Gonçalves da. Prefácio, ou notícias de uma guerra nada particular: os ataques neopentecostais às religiões de matriz africana e aos símbolos da herança africana no Brasil. In: _____ (Org.) **Intolerância religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro**. São Paulo: Editora da USP. pp. 9-28.

STRATHERN, Marilyn. **Kinship, law and the unexpected: relatives are always a surprise**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

TADVALD, Marcelo. Direito litúrgico, direito legal. A polêmica em

torno do sacrifício ritual de animais nas religiões afro-gaúchas. **Caminhos** (UCG), v. 5, p. 129-147, 2007.

TROUILLOT, Michel-Rolph. The anthropology of the state in the age of globalization. Close encounters of the deceptive kind. **Current Anthropology** 42(1), 2001, p. 125-138.

WEBER, Max. Burocracia In: _____. **Ensaio de sociologia**. 3a. edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974a.

WEBER, Max. O significado da disciplina. In: _____. **Ensaio de sociologia**. 3a. edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974b.

WRIGHT, Susan. The politicization of 'Culture'. **Anthropology Today**, v. 14, n.1, p.7-15, 1999.

Documentos citados:

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RS. Ação Direta de Inconstitucionalidade, processo 70010129690. Janeiro de 2005. Disponível em:

https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0ahUKEwiQmfKa-5HMAhWCWpAKHYo1AzIQFggiMAE&url=https%3A%2F%2Fwww.mprs.mp.br%2Fadin_arquivo%3Ftipo%3Dpareceres%26param%3D23336%2C70010129690_002.DOC%2C2005%2C325&usq=AFQjCNHdoxa-MjKwh6m89vt2TeKHmxR9Q&sig2=wcVHZPrkzQrf9Of6dPb-nA&cad=rja.

RIO GRANDE DO SUL. Lei Estadual Nº 11.915/2003. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/bioetica/11915an.htm>.

RIO GRANDE DO SUL. Projeto de lei 282/2003. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/Diario/Proposicoes/PROP1676.HTM>.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RS. Processo 70010129690, julgado em 18/04/2005, disponível em: http://www1.tjrs.jus.br/site_php/consulta/download/exibe_documento_att.php?ano=2005&codigo=339852.

As Escolas de Formação de Praças da Brigada Militar: Direitos Humanos e a socialização secundária.

Geverson Aparício Ferrari⁸⁸

Resumo

Na atualidade do Brasil, os debates que versam sobre Direitos Humanos e aparato policial ganham maior força e evidência nas conversas informais, nas redes sociais, na mídia em geral e, também, nos bancos acadêmicos. Neste contexto, o presente artigo visou saber quais são as práticas e as percepções sobre Direitos Humanos nas escolas de formação de praças no Estado do Rio Grande do Sul. Então, o objeto de estudo são os cursos de formação da Brigada Militar, compostos por soldados e sargentos que estavam em formação nas cidades de Porto Alegre, Santa Maria, Montenegro e Esteio. A metodologia de pesquisa lançou mão de entrevistas abertas e grupos focais, na busca de dados qualitativos. Dessa forma, coletou uma amostra equitativa em cada uma destas escolas. Nelas alunos foram entrevistados e foram realizados grupos focais. Foram aplicadas 83 entrevistas abertas, além de 23 participantes ouvidos com o mesmo roteiro nos grupos focais, totalizando 106 alunos. Além da pesquisa de campo, também foram realizados estudos a partir de referenciais teóricos que ajudaram a compreender o processo de formação a partir de uma ótica sociológica. Ainda, foi possível conhecer a história da corporação com relação ao ensino em sua trajetória a partir da formação iniciada em 1982 e chegando aos dias atuais. Conceituar Direitos Humanos também foi um objetivo alcançado. Com base na pesquisa empírica, e tendo em mente as conceituações acima elencadas, foi possível verificar que considerável parcela dos alunos tem seus Direitos Humanos violados, figurando uma das respostas a pergunta de partida deste estudo, sabendo como são as práticas e as percepções sobre Direitos Humanos nas escolas de formação de soldados e sargentos da Brigada Militar.

Palavras-chave: Polícia Militar. Formação de Praças. Direitos Humanos. Socialização primária e secundária.

Abstract

This article, based on the gain repercussion of the current public debate about police work and Human Rights, aims at making a contribution to the understanding of the practices and perceptions over Human Rights according to the views manifested by new police

⁸⁸ Bacharel em Direito UniRitter Especialização em Segurança Pública com Cidadania - UFRGS Mestre em Sociologia – UFRGS, Especializando em Direito Público - FMP

recruits to the Brigada Militar, the military police of the State of Rio Grande do Sul, while attending to mandatory formal training prior to their appointment on active. A total of 106 students, comprehending private soldiers and sergeants, engaged in the research. This number encompasses part of the students who attended to training courses in the cities of Porto Alegre, Santa Maria, Montenegro and Esteio. As a methodology to gather qualitative data for the purpose of the analysis, there have been employed an open-ended written questionnaire and focal groups. In total, 83 questionnaires and 23 focal groups have been conducted. The theoretical frame work entangles the sociological perspective over the material collected in the research field. From this study, to make known aspects of the institutional history with specific regard to the teaching within the police corporation in Rio Grande do Sul, from 1982 up to the present days, is possible. An effort has been made in conceptualizing Human Rights under its three generations: individual rights, social rights and transindividual rights. Based on the empirical research and bearing in mind the concepts listed above, there has been possible to address questions over the practices and perceptions about Human Rights as manifested by those police recruits of the Brigada Militar.

Key words: Military Police; Brigada Militar, Police Training, Police Education, Human Rights, Primary and secondary socialization.

1. Introdução

Este artigo apresenta parte da dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), desenvolvida na linha de pesquisa “Violência, Criminalização, Cidadania e Direito”. Trata-se de um esforço na busca de compreensão sobre algumas variáveis sociológicas que contribuem na preparação do praça⁸⁹ da Brigada Militar, submetidos aos cursos de formação Policial Militar no Rio Grande do Sul.

⁸⁹ **Estatuto da Brigada Militar: LEI COMPLEMENTAR N.º 10.990, DE 18 DE AGOSTO DE 1997.** Praças em formação para ingresso na carreira de nível médio, têm acesso ao Círculo de Sargentos aluno do Curso Técnico em Segurança Pública. Têm acesso ao círculo de Soldados Aluno do Curso de Formação de Soldados. Disponível em <http://www.al.rs.gov.br/legiscomp/arquivo.asp?idNorma=245&tipo=pdf> acesso em 08 Abr às 16h56

Destarte, a pergunta de partida que instigou a pesquisa buscou desvendar como são as práticas e as percepções sobre Direitos Humanos nestas escolas de formação, durante a socialização secundária.

O pressuposto conceitual do estudo, como se verá, admite que tais escolas de formações de praças moldam-se às características definidas por Goffmann (1987) o que possibilitou identificá-las como Instituições Totais.

Como espaços geográficos para a pesquisa, foram escolhidas as maiores e mais tradicionais escolas de formação de militares estaduais, a saber: em Porto Alegre, a Escola de Formação de Praças localizada na Academia de Polícia (APM); em Montenegro, a Escola de Formação e Especialização de Soldados (EsFES); em Santa Maria, a Escola de Formação de Praças conhecida como Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Sargentos (EsFAS); e na cidade de Esteio a escola de formação de praças improvisada nas dependências do Parque de Exposições Assis Brasil, mas que atuou sob supervisão da EsFES de Montenegro.

A motivação pela escolha destes grupos de alunos militares está relacionada à futura atividade que exercerão depois de formados, vez que atuarão mais próximo e em estreito contato com a população, seja no trabalho ostensivo preventivo ou em momentos de ação policial, com confrontos armados, uso da força física e prisões.

A pesquisa foi levada a efeito através de questionário com 12 perguntas abertas para os alunos destas escolas, o que ofereceu a possibilidade de escreverem de forma livre suas percepções sobre Direitos Humanos e permitiu, também, que apontassem as práticas realizadas naquelas escolas, especialmente aquelas que poderiam

estar afetadas aos Direitos Humanos e, conseqüentemente, à dignidade dos alunos militares.

Também foram realizados quatro grupos focais, um em cada escola de formação apresentada. O roteiro de perguntas utilizado seguiu a mesma lógica do questionário aberto. A finalidade desta semelhança no questionário e no roteiro do grupo focal foi pela triangulação entre teoria, entrevistas abertas e grupos focais.

Depois de coletado o material de pesquisa de todas as escolas de formação, lançou-se mão do software Nvivo10 para a organização, a tabulação e a separação dos dados referentes às práticas e às percepções dos alunos sobre Direitos Humanos nas escolas de formação.

Todos os 83 questionários foram transcritos, e os 04 grupos focais foram degravados e inseridos no software Nvivo10. Assim, criou-se previamente, dentro do referido software, cinco dimensões sob as quais se desejava interpretar as respostas dos alunos pesquisados, a saber:

A) Dimensão Prática: Expõe os currículos ocultos através das práticas de pernoite, a “sugação” e seus efeitos, os xingamentos;

B) Dimensão Subjetiva: Analisa a percepção do policial em relação a seus direitos e garantias no campo dos direitos sociais, neste caso, o policial como trabalhador;

C) Dimensão Conceitual/Didática: analisa a noção sobre Direitos Humanos dos alunos militares; de que forma se dá a aplicação dos Direitos Humanos nas escolas; qual a relação entre os alunos e professores no ambiente de ensino militar;

D) Dimensão Logística: condições de vida nas escolas de formação de praças, especialmente banheiros, salas de aula e refeitório;

E) Dimensão Antagônica: Apresenta quais as percepções oriundas dos alunos pesquisados que leva a ideia de antagonismo entre a Polícia e Direitos Humanos.

Abaixo tabela com resumo dos resultados. Importante frisar que na tabela existe variação do total de entrevistados, vez que se os alunos optassem por não responder à pergunta a omissão não foi computada, uma vez que o cruzamento de dados, no software Nvivo 10, foi feito por referências de marcação apenas para as respostas, e não para a omissão.

Tabela 01 – Vida nas escolas de formação de praças

Classificação das respostas – Fonte da Tabulação Software Nvivo – 10	Respostas
A) Dimensão prática	-
Relatos de “Sugação” ⁹⁰	72
Passou pelo pernoite	70
Não relatou “sugação”	9
Não passou pelo pernoite	5
A.1) Se sofreu xingamentos	-
Relato de Xingamento	44
Não houve Xingamento	32
A.2) Quanto ao objetivo da “Sugação”	-
Educar	53
Nenhum	17
Fazer mal	7
A.3) Objetivos da pernoite (dormir no quartel)	-
Objetivos de educar	36
Nenhum objetivo	18

⁹⁰ “Sugação” é a quando os alunos são levados para fazerem exercícios, tais como efetuar flexão de braços, correr para o alojamento e trocar de farda com o tempo pré-determinado, correr com fuzil cruzado no peito ou rastejar pelo chão. Algumas vezes, são formas de punir o aluno devido a pequenas falhas, julgadas pelos disciplinadores responsáveis pelos alunos fora de sala de aula. **Fonte:** análise das informações empíricas/entrevista abertas e grupos focais.

Causar mal	14
A.4) Efeito da “Sugação” no desempenho do aluno no curso em sala de aula	-
Efeito negativo	72
Efeito positivo	3
B) Dimensão Subjetiva	-
Acredita que os DH o beneficia enquanto trabalhador?	35
Acredita que os DH não o beneficia enquanto trabalhador?	26
Respostas parciais – Nem prejudica/ nem beneficia.	17
C) Dimensão Conceitual/Didática	-
Resposta satisfatória sobre conceito de Direitos Humanos	72
Resposta insatisfatória sobre conceito de Direitos Humanos	7
Os conceitos de DH apreendidos em sala de aula não são praticados nos alunos	56
Os conceitos de DH apreendidos em sala de aula são praticados nos alunos	20
C.1 Relação com Instrutores	-
Liberdade para questionar	42
Receio em questionar	36
D) Dimensão Logística – Alojamentos, refeitórios e salas de aulas	-
Instalações consideradas ruins	29
Instalações consideradas relativamente boas	28
Instalações consideradas boas	21
E) Dimensão Antagônica	-
Acredita que os DH não prejudica sua atividade de polícia.	46
Acredita que os DH o prejudica a atividade de polícia.	29
Os DH os prejudica em parte.	6

2. A Influência do Exército nas Escolas de Formação de Praças.

O ensino na Brigada Militar deu seus primeiros passos no comando do coronel Carlos Pinto Junior recebendo forte influência do Exército Brasileiro. Segundo aponta Savariz (1990, p.6), no período pós-proclamação da República, a Brigada Militar estava recolhida aos quartéis e sentia necessidade de aprimorar seus quadros.

Neste contexto, Coimbra (1990, p.16) também lembra que “a Brigada Militar recebeu do Exército os primeiros ensinamentos,

continuados pelos sucessivos comandantes. Sempre que criada uma nova Unidade, sua estrutura e comando eram efetuados por oficiais do Exército, nos moldes das Unidades do Exército Brasileiro”.

Salienta Coimbra que os primeiros instrutores da Brigada Militar eram oficiais comissionados do Exército. Ficando à disposição do Estado, eles dirigiam e fiscalizavam a instrução na Brigada Militar e, mais tarde, deram estrutura e direção à Unidade de Ensino da Brigada Militar.

As primeiras escolas na Brigada Militar foram chamadas de Escolas Regimentais e encontravam-se instaladas nas Unidades da Brigada Militar (COIMBRA, 1990, p.16).

O objetivo era alfabetizar as praças e preparar os oficiais. Essas escolas foram criadas pelo comandante Carlos Pinto Junior para suprir a necessidade de aprimoramento dos quadros. (COIMBRA, 1990, p.16; SAVARIZ, 1990, p.6; SIMÕES, 2002, p.69). Este comandante é reconhecido por Coimbra (1990, p.17) pelo intenso movimento intelectual que causou na Brigada Militar, conseguindo incutir nos oficiais a necessidade de maior instrução.

As Escolas Regimentais são as preconizadoras das atuais Escolas de Formação da Brigada Militar. Elas compreendiam dois grupos, a saber: escola de primeiro grau, ou escola de praças, e escola de segundo grau, ou escola de graduados (COIMBRA, 1990, p.18).

Em 11 de fevereiro de 1911 foi inaugurado o Depósito de Recrutas; estes locais eram escolas de formação dos voluntários que se apresentavam para sentar praça na Brigada Militar. Isso ocorreu no comando do coronel Cipriano da Costa Ferreira. Esta escola foi instalada na Chácara das Bananeiras, local onde mais tarde seria instalada a atual Academia de Polícia Militar (APM).

No entanto, foi no Comando do coronel Afonso Emílio Massot que ocorreram os mais importantes avanços no campo do ensino, não por acaso ele é o patrono da Brigada Militar.

Coronel Massot assumiu o comando da corporação em 30 de março de 1915, e logo já adotou medidas para o aperfeiçoamento dos quadros da Brigada Militar. Criou em 6 de agosto de 1915 a Escola de Aviação, e depois, em 1916, criou o Curso de Ensino e o Curso de Enfermeiros e Padioleiros (SAVARIZ, 1990, p.7).

O marco inicial da história da Academia de Polícia Militar (APM) segundo Savariz (1990, p.8), foi o Curso de Ensino, cujo texto original de criação se transcreve:

ORDEM DO DIA nº 31

Desejando proporcionar aos Oficiais e inferiores da Brigada Militar os meios de se aperfeiçoar no conhecimento de várias matérias de instrução intelectual, sem sacrifícios pecuniários, resolvo criar um “Curso de Ensino” de dois anos, para esse fim específico, obedecendo ao programa seguinte: [...].

As matérias constantes do programa oferecidas neste curso eram: Português, Francês, Matemática, Geografia, História do Brasil e Desenho Linear.

Depois disso, em 1934, no comando do coronel João de Deus Canabarro Cunha, foi criado o Centro de Instrução Militar (CIM) cuja responsabilidade era abrigar os cursos de formação, aperfeiçoamento e especialização dos oficiais e praças da Brigada Militar, que abrigou o Curso de Preparação Militar, o Curso de Sargentos e o Curso de Transmissão.

O CIM funcionou em caráter provisório até abril de 1936, quando foi criado definitivamente o Centro de Instrução Militar (CIM), e no dia 16 de maio do mesmo ano foram abertos solenemente os

trabalhos do CIM. A partir desse dia ficou organizado como um Centro de Ensino da Brigada Militar. (COIMBRA, 1990, p.33).

Apesar da existência de cursos de formação na BM, eles não possuíam uma coordenação, e somente a partir de 1941 foi instituída na BM a Diretoria Geral de Instrução com a finalidade de coordenar e fiscalizar a instrução ministrada nos Estabelecimentos de Ensino e nos Corpos de Tropa. (TORRES, 2013, p.16).

Em âmbito federal, no auge da Ditadura Militar, a BM também foi alcançada pelo novo *status quo*, isto porque até então eram reconhecidas pela legislação vigente como peça auxiliar do Exército Brasileiro (EB), com a Constituição Federal de 1967 a Polícia Militar passou a ser reconhecida como força auxiliar do EB (FERRARI, 2014, p.114).

Em julho de 1969 entrou em vigor o Decreto-lei Federal nº 667, cujo objetivo era de reorganizar as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares do país. Para isso foi criada a Inspetoria Geral das Polícias Militares (IGPM). Tratava-se de um órgão do Exército brasileiro que passou a ser o responsável pela fiscalização e pelo controle da instrução e do armamento das PMs. (TORRES, 2013, p.18).

Assim, uma das mudanças mais relevantes tratou da atribuição das políticas de instrução das Polícias Militares no Brasil que passaram a ser reguladas pela Inspetoria Geral das Polícias Militares (IGPM) transformando-se no órgão máximo neste tema, obrigando as PMs a seguirem o modelo ditado pelo Exército brasileiro. (TORRES, 2013, p.17).

Sobre isso Torres (2013) refere: “Todo o saber acumulado da Corporação BM - que investiu em seus quadros e criava um sistema de ensino próprio - por força de intervenção federal passa a seguir o modelo ditado pelo Exército Brasileiro. ” Em seguida, o Decreto nº

667, de 1969, criou o regulamento para as Polícias Militares e para os Corpos de Bombeiros Militares (CBM), conhecido por R-200, de 8 de julho de 1970.

Atualmente, além da Academia de Polícia Militar, a Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul ainda possui outras duas grandes instituições de ensino onde ocorrem os cursos de formação de soldado e de sargentos, a saber: em Santa Maria localiza-se a Escola de Formação de Sargentos (EsFAS) e Montenegro a Escola de Formação de Praças (EsFES). Porém, a mais antiga de todas as escolas de formação de policiais militares da Brigada Militar é, sem dúvida, a Academia de Polícia Militar (APM), que em 1º de março de 2016 completou o centenário de sua criação.

3. Breves considerações sobre Direitos Humanos na formação Policial Militar.

A positivação e o reconhecimento de leis e princípios ligados aos Direitos Humanos demandaram centenas de anos de lutas. Nestas lutas buscava-se resistir à opressão do homem contra o próprio homem.

Bobbio (1992, p.5) explica que “Os Direitos do Homem são direitos históricos, caracterizados por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, nascidos de modo gradual, nem todos de uma só vez e nem de uma vez por todas, [...] nascem quando devem ou podem nascer”.

Sobre a perspectiva histórica dos Direitos Humanos, Fernando Sorondo (2007, [s.p.]) salienta que “O conceito de Direitos Humanos admite múltiplas conotações e pode ser analisado sob a perspectiva de diversas disciplinas”.

Destarte, o policial militar também é sujeito de todas as garantias relacionadas aos Direitos Humanos, seja ele um policial já formado ou um aluno soldado em curso militar, assim, devem ser respeitadas as regras de conduta por seus instrutores e responsáveis no período em que esses militares estão à disposição do Estado para formação militar, regras estas ligadas, mormente, a Dignidade da Pessoa Humana, enquanto princípio.

Assim, a Convenção contra Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos e Degradantes também deve ser observada nas escolas de formação de praças, não só no Rio Grande do Sul, mas em todo o Brasil.

Na educação Policial A Matriz Curricular Nacional – MCN, reformulada em 2009 pelo Ministério da Justiça e Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP padroniza ações formativas dos profissionais da área da Segurança Pública. Em seu eixo que trata da cultura e conhecimento jurídico indica que há necessidade de reflexão sobre Direitos Humanos (BRASIL, 2009, p.21).

No mesmo sentido, a Portaria Interministerial nº 02, de 15 de dezembro de 2010, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (BRASIL, SNDH, 2010), estabelece diretrizes nacionais de promoção e defesa dos Direitos Humanos dos profissionais de Segurança Pública.

A Portaria Interministerial ainda indica que deve ser erradicado “todas as formas de punição envolvendo maus tratos, tratamento cruel, desumano ou degradante contra os profissionais de segurança pública, tanto no cotidiano funcional como em atividades de formação e treinamento”.

Ainda, as Diretrizes Nacionais de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança Pública, positiva

que as estruturas e educação em Direitos Humanos devem atentar para os seguintes pontos:

a) Constituir núcleos, divisões e unidades especializadas em Direitos Humanos nas academias e na estrutura regular das instituições de segurança pública, incluindo entre suas tarefas a elaboração de livros, cartilhas e outras publicações que divulguem dados e conhecimentos sobre o tema.

b) Promover a multiplicação de cursos avançados de Direitos Humanos nas instituições, que contemplem o ensino de matérias práticas e teóricas e adotem o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos como referência.

c) Atualizar permanentemente o ensino de Direitos Humanos nas academias, reforçando nos cursos a compreensão de que os profissionais de segurança pública também são titulares de Direitos Humanos, devem agir como defensores e promotores desses direitos e precisam ser vistos desta forma pela comunidade.

d) Direcionar as atividades de formação no sentido de consolidar a compreensão de que a atuação do profissional de segurança pública orientada por padrões internacionais de respeito aos Direitos Humanos não dificulta, nem enfraquece a atividade das instituições de segurança pública, mas confere-lhes credibilidade, respeito social e eficiência superior.

As diretrizes acima apontadas, estão vinculadas com a histórica exigência pelo reconhecimento de direitos fundamentais e exigem respeito aos alunos policiais militares que no futuro deverão ser protetores dos Direitos Humanos no meio social.

O jurista Luiz Flávio Gomes lembra que as conquistas da humanidade, com relação aos seus direitos, limitam a atuação estatal, exigindo abstenção. Destarte, o Poder Político representado pelo Executivo e o Legislativo encontram seu limite no Direito. Desta

forma, hoje o Poder Político é limitado, ou deveria ser limitado pelo Poder Jurídico, a fim de eliminar os abusos e o arbítrio que possam afrontar os princípios norteadores da República.

Bobbio (1992, p.115) refere que “o homem tem direitos naturais que, enquanto naturais, são anteriores à instituição do poder civil e, por conseguinte, devem ser reconhecidos, respeitados e protegidos por esse poder”.

4. Escolas de Formação de Praças: Instituições Totais.

O último curso para formação de soldado durou aproximadamente sete meses, e realizou-se em diversas escolas de Policiais Militares em todo o Estado. A última turma iniciou a frequência em 11 de setembro de 2012 e formou-se em 19 de abril de 2013.

Neste período os alunos soldados permaneceram em regime de dedicação exclusiva, com aulas pela manhã, à tarde e às vezes à noite. Além das aulas, também cumpriam escalas de serviço que eram intercaladas de dia e de noite.

O objetivo desta formação é, sem dúvida, transformar um cidadão cotidiano em policial militar: “O processo de socialização na cultura policial militar tem um caráter bastante distinto e peculiar, que se propõe a transformar um civil em um militar” (LICKS *et al*, 2001, p.87).

Para atingir este objetivo as escolas de formação de praças lançam mão de várias formas de comunicação a fim de repassar e expressar o conhecimento moldando e fabricando a consciência. Dentre as formas de comunicação para repasse do conhecimento destacam-se os programas de ensino com currículos formais, claros

e definidos, como também os currículos ocultos, não formais, com práticas não previstas no primeiro, mas com a mesma finalidade, qual seja: a socialização secundária voltada à finalidade subjacente dos cursos militares. Assim, ambos ensinam os alunos soldados sobre sua real função no seio da sociedade, mas o último os adestra.

O treinamento dos soldados ingressantes no meio militar tem o claro objetivo de socializar estes jovens para a atividade de policiamento que o futuro lhes reserva, esta atividade será executada nas ruas durante o policiamento ostensivo, ao final do curso de formação.

Intrigante é que, comparando os currículos formais e ocultos aplicados nas escolas de formação em estudo com suas práticas frente ao Direitos Humanos, bem como a arquitetura dos prédios onde ocorrem os aludidos cursos, fica evidente que estas instituições, que cuidam da formação de praças da Brigada Militar, podem perfeitamente ser caracterizadas e por isso reconhecidas a partir da óptica de Erving Goffmann como Instituições Totais (GOFFMANN, 1987, p.11).

Corroboram com este reconhecimento os grandes prédios, dentro dos quais se abrigam a Academia de Polícia de Porto Alegre (APM) e a Escola de Formação e Especialização de Praças de Montenegro, bem como a fachada caracterizada pelas grandes e altas paredes da Escola de Formação de Sargentos de Santa Maria.

Goffmann (1987) lembra que as Instituições Totais, caracterizam-se pelo fechamento com o mundo externo: “Seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibição à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico - por exemplo, portas fechadas, paredes

altas, arames farpados, fossos, água, florestas ou pântanos. ” (GOFFMANN, 1987, p.16).

Este tipo de instituição estatal obriga os alunos soldados a submeterem-se a suas regras e tradições, inicialmente retirando-lhes a liberdade. Estas regras e tradições ajudam na realização da ruptura com o antes e o depois da entrada no meio militar, a intenção é levar o jovem aluno ao desapego em relação à família e aos amigos.

Para Goffmann (1987, p.22), as instituições totais são locais incompatíveis com a família: “São estufas para mudar as pessoas; cada uma é um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu”. Como exemplo dessa ruptura abrupta, um aluno participante da pesquisa, da Escola de Formação de Praças da cidade de Esteio assim relata: “Chegava toda semana e tava de pernoite e eu queria ir pra casa ver a minha família, a minha filha”.

Da escola de formação de Porto Alegre extraiu-se o seguinte relato: “A única coisa que me deixou mais... foi a parte psicológica né, acho que.... me ausentar da minha casa né, e deixar de pernoite aí por motivo acho que fútil.” Neste ponto, de acordo com os estudos, começa a mortificação do “eu”, reconhecida por Goffmann (1987, p.24), que consiste em ações que levam o internado a romper o contato com laços familiares porque coloca barreiras entre o internado e o mundo externo. Na visão de Goffmann (1987, p.24), o “eu” é mortificado através de práticas padronizadas nas instituições totais.

Em um dos encontros, um dos alunos entrevistados através da técnica de grupo focal na Academia de Polícia de Porto Alegre relata que, sem motivo aparente, todos tinham que entrar em forma⁹¹

⁹¹ Entrar em forma é a formação dos alunos nas escolas militares. Eles ficam

no pátio existente no local, próximo ao campo de futebol da Academia de Polícia, chamada por eles de esplanada. Em seguida, um superior, chamado de disciplina, lhes dava a ordem de correr e, em um minuto, colocar o fardamento e retornar em seguida, entrando em forma novamente.

Sobre um desses momentos, um aluno da Academia de Polícia de Porto Alegre informa que não conseguiu cumprir a ordem no exíguo tempo determinado, e por isso foi punido com uma noite de restrição de liberdade, tendo que dormir no quartel. Segundo ele, mesmo relatando a seu superior que se atrasou alguns segundos porque sentiu fortes dores na perna, foi punido.

Outro aspecto que chama atenção e pode ser também identificado em um processo de “mortificação do eu” são os xingamentos relatados pelos alunos. Na média, entre as escolas, 57% dos alunos relataram ter sido xingados durante a realização do curso. Sem dúvida, é possível afirmar que passaram pela situação de humilhação.

Assim, tanto o adestramento como a docilização e a mortificação do “eu” são práticas que mutilam o ser humano, ferem Direitos Humanos e servem para realizar o afastamento do homem da primeira socialização e gravar a segunda socialização em sua alma.

As pesquisas nas escolas de formação de praças comprovam que fora de sala de aula, e em alguns casos dentro delas mesmo, os alunos soldados são submetidos a uma espécie de socialização violenta. Se não, vejam-se os xingamentos relatados pelos jovens alunos nas escolas de formação: seco, monstro, carozo de grilo,

colocados um atrás do outro e um ao lado do outro (Fila e Fileira) , em distâncias iguais, de frente para um comandante que lhes passa instruções.

Fonte: Seção de Treinamento do 33º BPM de Sapucaia do Sul.

mocorongo, vagabundo, *chinelo*, *moita*, molengos, barrasco, seus nada, capetas, bisonho, *sequelado*, burros. Estes xingamentos foram verificados na escola de formação de praças de Esteio; já na escola de formação de praças da cidade de Montenegro extraem-se os seguintes relatos de xingamentos: mutreta, bisonho, barrasco, *mocorongo*, lesma, sem moral, burros, incapazes, tanso, raro. Por sua vez, na escola de formação de praças da cidade de Porto Alegre extraem-se os seguintes relatos de xingamentos: alienada, gordo, barrascos, bisonhos, fofoqueiras, apáticos.

Na escola de sargentos de Santa Maria também há relatos que podem ser definidos como práticas mortificantes, e estão relacionadas ao que os alunos tinham que fazer nas chamadas horas de “sugação”.

Um aluno da escola de Santa Maria assim refere: “Entrevistado2: É pagar apoio, correr, uma vez eu tive que rolar numas.... aqui no... os cavalos tinham feito coco e eles mandaram a gente nem me lembro fazer o que no chão e o instrutor viu que eu tava olhando onde que não tinha e me fez rolar (sic)...”

Cinquenta e três (53) dos entrevistados entende que o objetivo desta prática é o de educa-los, resume-se que os alunos militares reconhecem estes gritos, este pedido de pressa, que sempre vem seguido de xingamentos e pedidos para que corram como uma aula, uma espécie de aprendizado. Então, também a base de gritos e xingamentos estão aprendendo algo, estão socializando-se.

5. A Docilização do corpo.

Como visto, as Instituições Totais atuam na preparação e adaptação do jovem militar para a sua futura atividade, buscam aplicar-lhes práticas que transformem o cidadão civil, em soldado

militar, sua estrutura está voltada para esta finalidade, todas as práticas lançadas dentro destas instituições deverão atender este fim, pois esta é sua razão de existência.

Estas instituições trabalham na reprodução de práticas realizadas repetidas vezes e em todos os anos anteriores, começando com o Exército Brasileiro no início do século, o qual lhes passou os primeiros ensinamentos.

Na atualidade estas ações não são racionais, atendem a uma finalidade antecessora que escapa à clara consciência daqueles que as determinam e daqueles que as levam a efeito no corpo dos alunos. Não há clareza do que e para que está sendo realizada, pois as práticas estão fortemente consolidadas pelo passar dos anos e pela reprodução e replicação no cotidiano destas escolas que, para seus executores e alunos, é algo normal ou natural, ou seja, não há dolo de ferir a dignidade, apenas em replicar o que aprenderam quando eles eram alunos, repassar os procedimentos aos quais também foram submetidos. Heranças militares.

Assim, estas escolas de formação, instituições totais, guardam características estruturais que ferem a dignidade dos alunos soldados que ingressam nelas buscando a formação para se tornarem policiais militares ao final do curso de formação. São reproduções que afetam o “eu” dos alunos soldados, mortificando-os pelo desrespeito aos Direitos Humanos.

Interessante a observação de João Aldo Danesi, submetido ao curso de soldado da Brigada Militar, no ano de 1952, no contexto abaixo o autor analisava o curso de formação na corporação militar estadual e descreve em sua obra *Uma vida, um sonho, uma instituição* (1989, p.46): “A Brigada continua ensinado ferraria e manda trabalhar de carpinteiro, comenta Danesi para seu colega Iriovaldo Maciel de Vargas.”

Nestas Instituições Totais residem as propriedades estruturais dos sistemas sociais que serão reproduzidas para as gerações futuras e consistem na pura - e não tão simples - repetição das mesmas práticas que levam a mortificação do “eu” e a formação do soldado militar.

Estas ações do homem sobre o próprio homem podem ser resumidas em desrespeitos aos Direitos Humanos dos alunos soldados, assim caminhando para uma socialização violenta cujas consequências no meio social precisam ser estudadas.

Este tipo de ensinamento ao qual o aluno soldado é submetido pode ser observado como uma prática que tem a finalidade de disciplinar o jovem, adestrando-o para a nova atividade na qual está sendo treinado e aos poucos inserindo durante o avançar do curso de formação em estudo. Trata-se de uma atividade eminentemente militar, aplicada a um futuro policial que deverá servir e proteger a sociedade mesmo com o risco da própria vida, como refere o seu juramento, entoado conjuntamente pelos alunos, formados ao final do curso.

Ricardo Balestreri (1998, p.27) lembra que “em muitas academias de polícia (é claro que nem todas) os policiais parecem ser “adestrados” para alguma suposta “guerra de guerrilha”, sendo submetidos a toda a ordem de maus tratos”.

O adestramento, especialmente aquele com o rígido regime militar, busca inibir a capacidade de abstração, induz o jovem aluno a executar ordens sem ponderá-las. É a regra do “sim, senhor! Ou então, não senhor!”. Para Rudnicki (2007, p.133), “o ensino policial deseja homens preparados para atuarem no “mundo da vida real” negando a possibilidade de uma ação pensada, refletida”. Ainda para o autor, “a perpetuação acontece nos marcos de um processo educativo reprodutivo, no qual não há margens para o questionar e o

transformar. O indivíduo deve ser incorporado à instituição, adaptando-se a ela”.

A forma hierarquizada da caserna e a rígida estrutura de adestramento militar são em si só uma das formas de violência que fere Direitos Humanos basilares, dentre eles o direito de livre expressão do pensamento, pois exige dos homens e das mulheres que estão em formação obediência irrestrita às ordens, sem que os alunos soldados possam abstrair, sem que possam questionar, sem que possam refletir.

Ainda, conforme extraído das pesquisas, ferem a dignidade as demais práticas utilizadas nestas escolas, tais como marchas exaustivas e as alvoradas festivas - que nada mais são do que acordar os alunos de madrugada, com utilização de bombas de efeito moral, e ainda fazê-los trocar de roupa várias vezes durante um período curto de tempo - ;pernoitar no quartel durante várias semanas afastados da família, empregá-los em faxinas varrendo o chão, cortando a grama em uma prática chamada de “cri cri”, ainda sofrendo xingamentos de toda ordem, cerceamento de liberdade sem o devido processo legal que redundam em punições sem infrações que as justifiquem.

Também para Rudnicki (2007, p.133), “essas práticas são inaceitáveis em um Estado Democrático de Direito, em obrigar comportamentos de submissão intoleráveis em uma sociedade de iguais, mas que se mantêm nas relações internas das Polícias, realidade vivenciada na atividade profissional e na formação dos futuros agentes”.

Michel Foucault (1975) também contribuiu com importantes reflexões sobre a docilização dos corpos, o adestramento. Na terceira parte da obra *Vigiar e Punir*, em seus primeiros capítulos, trata dos corpos dóceis, que podem ser analisados frente à realidade

das escolas de formação de praças estudadas. Assim, Foucault afirma que, a partir do século XVIII, o soldado passou a ser algo que se fabrica. (FOUCAULT, 1975, p.162).

Na perspectiva do autor, naquela época surgiu à descoberta do corpo como objeto e alvo do poder, o corpo como algo que se manipula, como algo que se modela, como objeto de treinamento para que obedeça e responda, tornando hábil, cujas forças podem ser manipuladas (FOUCAULT, 1975, p.163).

Então, Foucault explica que o processo de docilização, expulsa o camponês e cria ou faz surgir o soldado. Os atos de ação e reação a que os alunos soldados são submetidos refletem essa necessidade de se moldar, docilizar ou disciplinar o corpo do aluno.

Como visto, os alunos vão se adaptando ao regime, vão aceitando o condicionamento e vão se docilizando; o corpo está sendo dominado. Nesta perspectiva, Foucault (1975, p.162) define que o domínio sobre o corpo dos outros não ocorre simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer. Para ele, trata-se de uma técnica, segundo a rapidez e a eficiência que se determinam, fabricando, assim, corpos submissos e exercitados, corpos dóceis.

Foucault (1975, p.195) lembra que “o poder disciplinar é, com efeito, um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor”. Ainda, a disciplina “fabrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que torna os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício.

São ações não-premeditadas, porém executadas como normais, como prática legal e, dessa forma, apreendidas nas

escolas de formação de praças e executadas na rua, no dia a dia, empregadas no cidadão.

6. A Socialização secundária: prontos para a sociedade.

A socialização primária precede à secundária; mas, para entender a secundária, faz-se necessário um breve esclarecimento sobre a primeira. Assim, na visão de Berger e Luckmann (1998, p.175), socialização primária é aquela que a criança adquire na infância, na sua família e em seu meio ou, como citam os autores, em uma estrutura social objetiva. Nesse ambiente encontra outros significativos que lhe são impostos e que são responsáveis por sua socialização, “Desta maneira nasceu não somente em uma estrutura social objetiva, mas também em um mundo social objetivo”. (Berger; Luckmann, 1998, p.175)

Para os autores, além de absorver os papéis e as atitudes dos outros, o indivíduo ainda assume o mundo deles como o seu mundo: “A criança aprende que é aquilo que é chamado”. (BERGER; LUCKMANN, 1998, p.175). Assim, percebe seu lugar específico no mundo, criando uma consciência e interiorizando na socialização primária uma espécie de normas de conduta.

Por sua vez, a socialização secundária tem a função de inculcar no jovem policial práticas que deverá aprender durante o curso de formação, e essa socialização se dá através da linguagem, que é um importante instrumento para a socialização, fazendo a ligação entre os processos objetivos e subjetivos no aluno soldado, inculcando na mente desses jovens que as regras que estavam no meio social e, portanto, externas ao aluno, passem a ser uma

convicção sua, estando em um caráter subjetivo e, portanto, interiorizado. (BERGER; LUCKMANN, 1998, p.179).

Em um contexto de silogismo, todas as práticas acima, estão dentro de uma premissa maior, a da socialização primária, e dentro de uma menor a secundária, apontadas por Berger e Luckmann (1998, p.184), eles afirmam que “A socialização secundária é a interiorização de “submundos” institucionais ou baseados em instituições.”

O objetivo da socialização secundária é adaptar as pessoas inseridas no processo a um novo mundo que ora estão conhecendo através das instituições totais, conhecidas como escolas de formação de praças da Brigada Militar, e vencer as raízes da socialização primária, especialmente aqueles ensinamentos que não estão de acordo com a lógica estrutural das escolas de formação.

Uma dessas raízes são os laços familiares. Isso pode ser verificado através das chamadas pernoites, em que os alunos soldados em todas as escolas de formação de praças pesquisadas precisaram passar semanas sem contato com a família, entenda-se afastamentos de mãe, pai, filhos e cônjuge.

Importante perceber a tentativa, com o pernoite, da quebra dos laços familiares, uma forma de aplicar socialização secundária, que se dá a partir de um processo de interiorização, bem salientadas por Berger e Luckmann (1998, p.174).

Então, na Polícia Militar é possível de se entender esse processo de socialização a partir da reflexão de Rodrigo Pimentel, que afirma no epílogo de sua obra intitulada *Elite da Tropa*: “Depois que entrou em minha vida, a polícia nunca mais saiu. Acho que nunca vai sair.” (SOARES; BATISTA; PIMENTEL, 2006, p.303).

Como já foi demonstrado, as escolas de formação de praças em estudo possuem características de instituições totais reveladas

por Goffmann. Nelas, a socialização secundária exige, para ocorrer, “a aquisição de vocabulários específicos de funções, o que significa em primeiro lugar a interiorização de campos semânticos que estruturam interpretações e condutas de rotina em uma área institucional”. (BERGER; LUCKMANN, 1998, p.185).

O objetivo dessa segunda socialização informal é prepará-los através de uma lógica estrutural histórica, bélica e violenta para o emprego desses jovens no policiamento ostensivo, para que ajam de acordo com essa sistemática.

Um aluno soldado da escola de formação de praças de Montenegro assim respondeu quando questionado sobre as chamadas sugações e o estresse a que era submetido no curso: “Atribuo ao condicionamento de uma resposta rápida a estímulos, porém acho que ficar parado executando a mesma coisa várias vezes, sendo que poderíamos ir para casa com o pouco tempo que temos, não contribui nem para este tipo de condicionamento”.

O militar conclui: “Uma sugação com objetivos bem definidos é aceitável; por outro lado, quando é sem sentido só serve para nos deixar agressivos, e é isso que levamos para a sociedade lá fora.” Como visto a socialização secundária realizada nas escolas de formação Policial Militar no Rio Grande do Sul ainda não possuem uma cultura de paz e, portanto, não conseguem formar policiais militares voltados para essa cultura.

7. Considerações finais

Sobre o perfil dos jovens alunos pesquisados, pode-se concluir que possuem no máximo 26 anos ao ingressarem nos cursos para formação de soldados, a maioria deles são brancos e do sexo masculino, possuem também ensino médio apesar de existir

um considerável número de alunos que já possuem ou estão realizando o curso de graduação. Ainda, mais de 1/3 são egressos do Exército Brasileiro.

Ficou evidente que se trata de uma socialização eivada de ritos militares, frutos da história da instituição, que teve em sua origem instruções com o Exército Brasileiro, adquirindo uma estrutura modelada pelos Corpos do Exército Nacional, assimilando sua forma de agir de maneira exemplar, em especial com relação à disciplina, instrução e armamento. Como lembrou Coimbra (1990, p.16), a Brigada Militar recebeu do Exército os primeiros ensinamentos, tendo sua estrutura e comando nos moldes das Unidades do Exército Brasileiro.

Como não poderia ser diferente, a Brigada Militar, como outras Polícias Militares do Brasil, no delinear de sua história possui uma estreita ligação de apoio às forças armadas em evidente defesa do Estado.

Essa estruturação militar, como vem se apresentando as escolas de formação de praças da Brigada Militar, traz consigo práticas que visam ao adestramento e à docilização da tropa, e a consequente mortificação do homem submetido a ela, levada a efeito pelo afastamento de laços familiares e pela profanação do ser, como afrontas diretas a sua dignidade, através de exercícios humilhantes, irritantes e vexatórios, que podem ser confirmadas nas pesquisas de campo nas escolas de formação de praças do Estado do Rio Grande do Sul.

Importante salientar que no início deste artigo contem o texto e os resultados completos deste artigo, e aponta, não só no Rio Grande do Sul a existência de que de práticas mortificantes, mas também em várias escolas de formação de policiais militares

espalhadas pelo Brasil. Como lembrou Goffmann, elas são estufas para transformar o homem.

Diante disso, uma pergunta pode surgir para novos e futuros trabalhos, que consiste na seguinte dúvida: Em verdade, ao invés de se tratar de uma formação, não poderia se tratar de uma deformação destes jovens? Como visto, os jovens alunos são submetidos a um processo de humilhação e mortificação do seu eu, com visíveis afrontas aos direitos humanos. Ainda, essas formas de treinamentos, aplicados nas escolas de formação de praças, não estariam influenciando nas ações violentas e arbitrárias de alguns policiais militares durante o policiamento ostensivo diário?

Alguns trabalhos já realizados anteriormente, com pesquisas semelhantes, indicam a percepção de que as práticas das chamadas sugações seriam uma forma de incentivar o policial a agir arbitrariamente junto à sociedade. Assim lembra Silva (2002, p.190):

Essa ideologia de guerra permeia os ensinamentos e a formação policial militar de tal forma que nem mesmo a presença de um civil pesquisador/observador pôde inibir o discurso de um oficial. Este, ao ser indagado a respeito da ação policial que resultou no massacre do Carandiru, respondeu que os policiais fizeram pouco, pois aqueles bandidos de São Paulo são uns monstros e não mereciam viver. Assim, a forma de socialização imposta aos policiais militares não pode deixar de influenciar as práticas cotidianas do trabalho policial militar.

No mesmo sentido, Sônia da Costa Passos (2012, p.18) salientou que, “quanto mais rígido o treinamento, destinado ao cumprimento à risca das prescrições, maiores são as chances do policial ter problemas no trabalho”.

No mesmo sentido o capitão da Brigada Militar Maurício

Paraboni Detoni salienta que “Sem esta formação e sem esta concepção sobre a dignidade das pessoas com as quais atuarão, os policiais facilmente desenvolverão comportamentos desviantes, reprisando opressões e desrespeitos praticados em relação a sua pessoa, inclusive nos *intra muros*. (DETONI, 2014, p. 83)

Dessa forma, poderiam as praças, empregados no policiamento cotidiano, transferir ao civil, chamado de paisano, toda a raiva e humilhação que sofreram, achando-se em uma escala hierárquica superior à do mero suspeito ou a do preso, ou mesmo a do cidadão abordado.

Assim, poderiam os policiais, ao serem socializados em um local que fere a dignidade de seus alunos, reproduzirem as violações no seio da sociedade, durante sua atividade fim, no policiamento ostensivo.

Essas são questões a serem estudadas e aprofundadas futuramente.

Resta evidenciado, pois, que as escolas de formação de praças, em seu âmbito extracurricular, reproduzem uma maneira de formar seus alunos pautada para ações militares. Seus disciplinadores e equipes dirigentes, não fazem mais do que reproduzir as relações entre atores em gerações anteriores organizadas inconscientemente como práticas normais para escolas de formação de praças e, portanto, aplicadas regularmente em todas as instituições que formam estes praças no Estado do Rio Grande do Sul, portanto, estruturas estruturantes.

Sobre suas insatisfações com relação ao tratamento recebido por este corpo disciplinar, vários alunos relataram estar descontentes e afirmaram que seria melhor que fossem mais preparados para o policiamento junto à comunidade, e menos como militares.

A pesquisa realizada nas escolas de formação militar do Estado do Rio Grande do Sul apontou também que os militares estaduais ainda são formados para uma cultura de guerra, para servirem aos interesses do Estado em uma ideia de combate ao inimigo.

As escolas de formação de praças deveriam ensinar e mostrar com bons exemplos práticos a seus alunos soldados as concepções históricas sobre Direitos Humanos. É de caráter importantíssimo que os alunos soldados entendam que, antes de ser uma relação de antagonismo entre a sociedade e os criminosos, os Direitos Humanos apontam uma pluralidade de significado chamada de concepção contemporânea de Direitos Humanos.

Uma das sugestões que podem contribuir para as escolas de formação de praças da Brigada Militar é que as aulas de Direitos Humanos sejam ministradas por pessoas não-militares, isso porque a pesquisa apontou considerável receio de alguns alunos em questionar seus instrutores, grande parte deles superiores hierárquicos, vez que o militarismo e o forte apelo hierárquico, em alguns casos, inibem questionamentos que poderiam surgir referentes aos Direitos Humanos.

Outra sugestão diz respeito às horas-aula, vez que o tempo reservado para repassar todo o programa de ensino sobre Direitos Humanos ainda é insuficiente para a plena compreensão do tema aludido.

Ainda, é imperioso que se abandone nas escolas de formação de praças, toda a forma de humilhação contra os alunos soldados e os alunos sargentos, e que se passe a respeitá-los à luz dos preceitos fundamentais de Direitos Humanos, assim respeitando não só esses preceitos, mas também normas positivadas, como a

Constituição Federal e a Lei nº 10.990, de 1997, que trata do Estatuto dos Servidores da Brigada Militar.

Enfim, este estudo pode servir de referencial, mesmo que incipiente, para colaborar com as forças de Segurança Pública na obtenção de uma melhor compreensão e aplicação do ensino em Direitos Humanos nas escolas de Polícia Militar do Rio Grande do Sul.

Deve-se intentar mudar essa ideia de antagonismo entre Polícia e Direitos Humanos, levando os gestores e as autoridades responsáveis pela formação dos agentes de Segurança Pública a repensar suas práticas formativas-educacionais.

Espera-se que este artigo tenha contribuído para, ao menos, um repensar sobre as variáveis de Segurança Pública no Rio Grande do Sul, e que tenha, também, contribuído para refletir sobre que tipo de policiais se quer atuando na nossa segurança e na preservação de nossos Direitos Humanos. Mas não só nossa: na segurança de nossos filhos e netos, em um futuro bem próximo.

Referências

- BALESTRERI, Ricardo Brisola. **Direitos Humanos**: coisa de Polícia. 2.ed. Passo Fundo, RS: Ed.CAPEC / Berthier, 1998.
- BERGER Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 15.ed. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1998.
- BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- COIMBRA, Borges Geraldo. **História e evolução do Ensino na Brigada Militar**. Porto Alegre: BM Ed., 1990.
- DANESI, João Aldo. **Uma vida, um sonho, uma instituição**. Porto Alegre: Presença, 1989.
- DETONI, Maurício Paraboni Detoni. **Formação Policial – Contribuições Pedagógicas-Filosóficas**. Editora CRV. Curitiba, 2014.

FERRARI, Geverson Aparício, et. al. **Diversidades Sociológicas. Facetas da Pesquisa em Sociologia**. Edipucrs. Porto Alegre. 2014.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Editions Gallimard, 1975.

GOFFMANN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. Tradução de Dante Moreira. Leite. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

(Instituições totais) A mortificação do eu.

GOMES, Luiz Flavio. **Primeiras linhas do Estado constitucional e humanista do direito**. 22 abr. 2010. Disponível em: <<http://jvsticia.wordpress.com/2010/04/22/primeiras-linhas-do-estado-constitucional-e-humanista-de-direito/>>. Acesso em: 28 ago. 2011.

LICKS, José Luiz. A Socialização na Cultura Policial Militar: as estratégias de socialização e seus rituais. **Revista Unidade**, Porto Alegre, n.46, 2001.

MATRIZ CURRICULAR NACIONAL PARA AÇÕES FORMATIVAS DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA. 2009. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/main.asp?Team=%7BCC590305-CAF4-4C2F-94B7-3A8EC6F2AC66%7D>>. Acesso em: 10 maio 2014.

NUNES, João Arriscado. **Um novo cosmopolitismo?** Reconfigurando os Direitos Humanos. São Paulo: Renovar, 2004.

PASSOS, Sônia da Silva. **MICROFÍSICA DA VIOLÊNCIA NA FORMAÇÃO DO POLICIAL MILITAR**: Uma análise sobre a luz da Teoria de Pierre Bourdieu e Erving Goffamn. Disponível em <http://www.sisgeenco.com.br/sistema/sbsnorte/sbsnorte2012/ARQUIVOS/GT6-233-82-20120911232650.pdf>

RUDNICKI, Dani. **A Formação Social de Oficiais da Polícia Militar**: Análise do Caso da Academia da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. 2007, 365 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2007.

_____. **Sistema Penal e Direitos Humanos**: (im)possíveis interlocuções. Canoas: UniRitter, 2012. (Coleção Experiências Acadêmicas).

SAVARIS, Manoelito Carlos. **Breve histórico da Academia de Polícia Militar da Brigada Militar**. Porto Alegre: BM Edições, 1990.

SECRETARIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. Portaria Interministerial SEDH/MJ n. 02, de 15 de dezembro de 2010. Estabelece as Diretrizes Nacionais de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança Pública. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 dez. 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/LOJA/Downloads/2010portariaInter_02.pdf>. Acesso em: 5 maio 2014.

SIMÕES, Almeida Moacir. **Histórias da Brigada Militar para fins didáticos e de palestras**. Porto Alegre: Polost, 2002.

SOARES, Luis Eduardo; BATISTA, André; PIMENTEL, Rodrigo. **Elite da Tropa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

SORONDO, Fernando. **Os Direitos Humanos através da história**. 2007. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br>>. Acesso em: 23 maio 2010.

TORRES, Leo Acir dos Santos. **Perfil dos ingressantes da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul a partir da coorte juventude**. 2013, 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2013.